



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS - PROFLETRAS

JOSEANE BATISTA DE AZEVEDO RAMALHO

**O JÚRI SIMULADO E O ENSINO DE ARGUMENTAÇÃO: SUSCITANDO O
PODER DA FALA**

Mamanguape - PB

Julho/2023

JOSEANE BATISTA DE AZEVEDO RAMALHO

**O JÚRI SIMULADO E O ENSINO DE ARGUMENTAÇÃO: SUSCITANDO O
PODER DA FALA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, em conformidade com a área de concentração Linguagens e práticas sociais, do Programa de Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS.

Orientador: Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento

Mamanguape - PB

Julho/2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

R165j Ramalho, Joseane Batista de Azevedo.

O júri simulado e o ensino de argumentação :
suscitando o poder da fala / Joseane Batista de Azevedo
Ramalho. - Mamanguape, PB, 2023.
296f.

Orientação: Erivaldo Pereira do Nascimento.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCAEE.

1. Argumentação. 2. Ensino de oralidade. 3. Júri
simulado. I. Nascimento, Erivaldo Pereira do. II.
Título.

UFPB/CCAEE

CDU 37.012

TERMO DE APROVAÇÃO

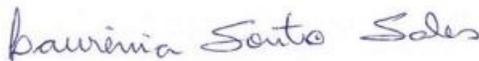
JOSEANE BATISTA DE AZEVEDO RAMALHO

**O JÚRI SIMULADO E O ENSINO DE ARGUMENTAÇÃO: SUSCITANDO O
PODER DA FALA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Paraíba – UFPB, no Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras, pela seguinte banca examinadora:



Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento
(Presidente - Orientador)



Prof. Dr. Laurênia Souto Sales - PROFLETRAS/UFPB
(Avaliadora)



Prof. Dr. Simone Dália de Gusmão Aranha - PPGFP/- UEPB
(Avaliadora externa)

Mamanguape-PB

Julho/2023

**Você me fez ver a vida
De outro jeito
Mostrou-me o caminho da simplicidade,
do desapego.**

**E, ao negar a mim mesma
Que eu encontraria, você
Que viveria, com você.**

**Eu seria livre, graças a você,
E sentiria a paz, que só você tem...
Dedico este trabalho a você, JESUS!**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, sou grata a Deus, por ser o autor e criador de tudo, que semeou em meu coração o amor pelo ensino, pela educação, pela leitura e pela poesia... Por esse motivo, cheguei até aqui. Obrigada, Aba! Por me fazer buscar a sabedoria, assim, tornou-me um instrumento em Tuas mãos.

Ao meu esposo, Thúlio Ramalho, por todo incentivo, por me fazer ir além, por acreditar em mim, mais do que eu mesma. Obrigada pela sua compreensão, pois muitas vezes precisou conviver com a minha ausência para que eu pudesse passar horas a fio estudando... Gratidão pelo pai que és para a nossa princesa, você por inúmeras vezes ficou cuidando dela, enquanto eu estudava, escrevia, apresentava trabalhos... Seu amor e apoio foram essenciais nessa jornada. Deus, você, Juju e eu pudemos realizar mais esse sonho. Será sempre assim: Deus, você, ela e eu!

A minha filha, Ana Júlia, a filha da Promessa. Aquela menina por quem já orava, mesmo sem conhecê-la, você foi fruto das minhas orações e Deus realizou o meu sonho de menina. Mamãe vai contar um breve testemunho... No dia 08 de março de 2020, quando a mamãe e o pai estavam no Campus IV para fazer a prova do mestrado, vimos uma das candidatas que estava com as suas duas filhas e o seu marido, logo, o Espírito Santo falava ao meu coração que eu seria mãe de uma menina, enquanto estivesse fazendo o mestrado. Saiu o resultado, fui aprovada. Veio a pandemia e as nossas aulas só começaram em abril de 2021, no mesmo mês descobri que estava grávida: assistimos as aulas, realizamos atividades, apresentamos trabalhos, escrevíamos o projeto de dissertação...E no dia 23 de dezembro de 2021, você nasceu. Você é o cumprimento da Promessa de Deus, Ele é fiel para cumprir as suas Promessas. Você é luz na minha vida e nessa jornada acadêmica: assistia às aulas com a mamãe, deu os primeiros chutinhos nas aulas remotas, apresentou trabalhos... Você já é acadêmica desde o ventre! Eu declaro que você amará a sabedoria, viajará no mundo da leitura, se encantará com as histórias e narrativas, irá escrever com amor, e, principalmente, você vai amar as pessoas, vai se encantar pela educação, como missão, como o ide do nosso Senhor Jesus Cristo. Amo você, minha poesia.

Agradeço aos meus pais, Mariah Batista e José de Azevedo, pelo amor e incentivo ao longo de toda a minha vida.

Aos meus irmãos Jéssica e Jonas, pelo carinho, proteção e por me inspirar a ser uma pessoa cada vez melhor.

Ao meu orientador, Professor Doutor Erivaldo Pereira do Nascimento, pela dedicação e disposição em me orientar, pelo encantamento que me fez ter pela argumentação e pela oralidade. Você me inspira não só como profissional, mas principalmente pelo ser humano que és. Obrigada por acreditar em mim, por ser o orientador das gravidinhas no PROFLETRAS. A você, minha eterna gratidão!

Aos professores do PROFLETRAS, por contribuírem com minha formação e qualificação.

Aos docentes da banca examinadora da qualificação, a professora Dr^a Laurênia Souto Sales e ao professor Dr.^o Fábio Pessoa, por indicarem os rumos para concretização deste trabalho.

Aos membros da banca examinadora da defesa: ao Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento (orientador); à Profª Drª Laurênia Souto Sales PROFLETRAS/UFPB e à Profª Drª Simone Dália de Gusmão Aranha - PPGFP/-UEPB, gratidão pelas contribuições e por darem os encaminhamentos necessários.

Ao professor Gerson da Silva Ribeiro (CSS/UFPB) por ser tão atencioso em conduzir a inclusão do projeto na Plataforma Brasil.

Ao coordenador do PROFLETRAS, em 2021/2022, o professor Joseval Miranda, por ser tão dedicado ao curso e por me incentivar nesta pesquisa.

Aos meus colegas do PROFLETRAS, por todo incentivo e motivação; foram encontros virtuais que estarão marcados para sempre na minha vida.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a quem sou grata, visto que na condição de bolsista pude investir nos materiais necessários à pesquisa.

Aos meus alunos do 9º ano B, que participaram da pesquisa, aos professores, à coordenação pedagógica e a gestão, por terem se apaixonado pelas Letras e pelo Direito, assim como eu. Por vocês, me esforço para ser uma professora melhor a cada dia.

“A luta pelo direito é a poesia do caráter!”

(Rudolf von Ihering)

RESUMO

Inegavelmente, a escola tem o papel de formar sujeitos críticos e protagonistas atuantes no meio social e que se envolvem na resolução das demandas coletivas e nas necessidades pertinentes aos espaços públicos, onde os alunos estão inseridos. Com isso, o estudante deve ser levado a refletir, problematizar e apresentar o seu ponto de vista em face das diversas situações sociais e de comunicação, exercendo, assim, a argumentação. Nesse cenário, o ensino de argumentação pode contribuir para formar cidadãos conscientes de seu papel social e interagir de forma eficaz nas mais diversas situações de uso social da língua. Porquanto, esta dissertação desvela o seu enfoque na argumentação sob o viés linguístico, partindo da seguinte problemática: Como ocorre o processo de construção do gênero textual júri simulado, enquanto prática argumentativa em sala de aula? Em face disso, nesta dissertação enfatiza-se o ato de argumentar por meio da experiência didática que o gênero júri simulado na modalidade oral propicia. O objetivo da pesquisa foi investigar o processo de ensino-aprendizagem do gênero textual júri simulado, mediado pelas sequências didáticas e enquanto prática argumentativa em sala de aula. Assim, essa dissertação apresentou uma investigação sobre o ensino de produção oral, com temática relacionada à violência contra a mulher (tema que foi escolhido pelos alunos), utilizando o procedimento da sequência didática de Dolz et al. (2013c). O marco teórico-metodológico fundamenta-se na Teoria da Argumentação Linguística de Anscombe e Ducrot e colaboradores (1987/1989), Perelman (1999); acerca dos Gêneros discursivos, Bakhtin (2000) e de Marcuschi (2008); sobre as categorias da oralidade discute-se a partir de Marcuschi (2010) e Koch (2014), e sobre os gêneros textuais e oralidade, na perspectiva de Marcuschi (2008, 2010), além dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). A pesquisa foi de natureza qualitativa e aplicada, sob a perspectiva da pesquisa-ação. A investigação foi desenvolvida em uma escola pública estadual, na cidade de João Pessoa, Paraíba, com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental Anos Finais, entre os meses de julho e agosto de 2022. A intervenção realizada na sala de aula, através dos módulos didáticos, permitiu que os alunos alcançassem as competências linguísticas-discursivas necessárias para a produção oral do gênero. Além disso, a investigação gerou como produto a elaboração um material didático voltado ao professor da educação básica, direcionado ao ensino do júri simulado, com planos de aula, sugestões de atividades que focam na simulação do gênero em sala de aula e no desenvolvimento de competências necessárias para a argumentação oral de forma eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: Argumentação. Ensino de oralidade. Júri simulado.

ABSTRACT

Undeniably, the school has the role of forming critical subjects and protagonists active in the social environment and who are involved in the resolution of collective demands and needs pertinent to public spaces, where students are inserted. With this, the student must be led to reflect, problematize and present his point of view in the face of the various social and communication situations, thus exercising the argumentation. In this scenario, the teaching of argumentation can contribute to form citizens aware of their social role and interact effectively in the most diverse situations of social use of the language. For this dissertation unveils its focus on argumentation under the linguistic bias, starting from the following problematic: How does the process of construction of the textual genre simulated jury occur, as an argumentative practice in the classroom? In view of this, this dissertation emphasizes the act of arguing through the didactic experience that the simulated jury genre in the oral modality provides. The objective of the research was to investigate the teaching-learning process of the textual genre simulated jury, mediated by didactic sequences and as an argumentative practice in the classroom. Thus, this dissertation presented an investigation on the teaching of oral production, with a theme related to violence against women (theme that was chosen by the students), using the procedure of the didactic sequence of Dolz et al. (2013c). The theoretical-methodological framework is based on the Theory of Linguistic Argumentation of Anscombe and Ducrot and collaborators (1987/1989), Perelman (1999); about discursive genres, Bakhtin (2000) and Marcuschi (2008); on the categories of orality is discussed from Marcuschi (2010) and Koch (2014), and on the textual genres and orality, from the perspective of Marcuschi (2008, 2010), in addition to the National Curricular Parameters (BRASIL, 1998) and the National Common Curricular Base (BRASIL, 2018). The research was of a qualitative and applied nature, from the perspective of action research. The investigation was developed in a state public school, in the city of João Pessoa, Paraíba, with students of the 9th grade of Elementary School Final Years, between the months of July and August 2022. As a result of this work, we had the elaboration of a didactic material aimed at the teacher, bringing the simulation of judgments, the approach with the oral argumentation and the proposal of intervention. The relevance of this research occurred with the discussion of the oral genre in the legal sphere, so that the students reached the linguistic-discursive competences, due to the intervention modules.

KEYWORDS: Argumentation. Teaching of orality. Mock jury.

LISTA DE SIGLAS

ADD – Análise Dialógica do Discurso Crítica
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CCAIE - Centro de Ciências Aplicadas em Educação
CDC – Código de Defesa do Consumidor
GRE – Gerência Regional de Ensino
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INAF – Indicador de Alfabetismo Funcional
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONGs – Organizações Não-Governamentais
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PME – Plano Municipal de Educação
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROFLETRAS – Programa de Mestrado Profissional em Letras
RCNEI – Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil
SAEPE – Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco
TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Série Sintonia.....	105
Imagem 2: 1º Encontro da apresentação da situação.....	106
Imagem 3: 2º Encontro da apresentação da situação.....	107
Imagem 4: Estudo, análise e produção textual sobre o problema social e a divisão das equipes....	108
Imagem 5: Apresentação da produção inicial do gênero textual júri simulado.....	111
Imagem 6: Atividades propostas no módulo I e a montagem do quadro investigativo.....	115
Imagem 7: Jogo da venda maluca dos componentes do júri.....	118
Imagem 8: Montagem da árvore das perguntas.....	121
Imagem 9: Produção final do gênero júri simulado.....	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantidade de dissertações relacionadas à pesquisa publicadas na biblioteca digital brasileira de teses e dissertações – BDTD – organizadas por ano de publicação, área de estudo e estado.....	16
Quadro 2 -Tipos de discurso.....	24
Quadro 3 - As fases da forma standard.....	34
Quadro 4 - Classificação dos operadores.....	39
Quadro 5 - Critérios para caracterização do gênero discursivo.....	48
Quadro 6 - Definição - tipologia, gênero discursivo e domínio discursivo.....	51
Quadro 7 - A teoria do gênero aplicada ao tribunal do júri e ao júri simulado.....	58
Quadro 8 - O júri como gênero discursivo.....	60
Quadro 9 - Sujeitos do júri e suas funções.....	64
Quadro 10: Dicotomias estritas.....	79
Quadro 11 - Possibilidades de retextualização.....	80
Quadro 12: Parâmetros de análise da transcrição.....	81
Quadro 13 - Apresentação da situação.....	87
Quadro 14 - Procedimento da pesquisa.....	101
Quadro 15 - Apresentação da situação.....	104
Quadro 16 - Módulos da SD.....	112
Quadro 17 - Dos componentes do júri.....	117
Quadro 18 - As estratégias argumentativas nas perguntas.....	119
Quadro 19 - Produção final: verificação e análise.....	125
Quadro 20 - Conteúdo temático: funcionalidade do gênero: apresentação do caso - comparação entre as produções inicial e final.....	126
Quadro 21 - Conteúdo temático: argumentação - comparação entre as produções inicial e final...	130
Quadro 22 - Conteúdo temático: informatividade - comparação entre as produções inicial e final.....	136
Quadro 23 - Estrutura composicional: pronome de tratamento - comparação entre as produções inicial e final.....	139
Quadro 24 - Estrutura composicional: uso da réplica e da tréplica - comparação entre as produções inicial e final.....	139
Quadro 25 – Estilo linguístico: operadores argumentativos - comparação entre as produções inicial e final.....	141
Quadro 26 – Elemento linguístico: modalizadores discursivos - comparação entre as produções inicial e final.....	143
Quadro 27 - Estilo linguístico e norma culta: vocabulário jurídico- comparação entre as produções inicial e final.....	145

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 OS ESTUDOS DA ARGUMENTAÇÃO.....	21
2.1 PERCURSO HISTÓRICO DA ARGUMENTAÇÃO.....	21
2.2 ARGUMENTAÇÃO NOS ESTUDOS RETÓRICOS E LINGUÍSTICOS.....	25
2.2.1 Os estudos retóricos.....	25
2.2.2 A argumentação na língua.....	32
3 GÊNEROS DISCURSIVOS.....	46
3.1 OS GÊNEROS DISCURSIVOS: CONCEITO, CONCEPÇÕES E CLASSIFICAÇÃO.....	46
3.2 O TRIBUNAL DO JÚRI: HISTÓRICO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	54
3.3 O JÚRI COMO GÊNERO DISCURSIVO.....	57
3.4 O GÊNERO JÚRI SIMULADO EM SALA DE AULA.....	71
4 ORALIDADE E ENSINO.....	77
4.1 ASPECTOS DA ORALIDADE: CONCEITOS E TEORIAS.....	77
4.2 OS GÊNEROS ORAIS EM SALA DE AULA.....	82
4.3 OS ELEMENTOS DA ORALIDADE NO GÊNERO JÚRI SIMULADO.....	85
4.4 A PROPOSTA DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA DOS GÊNEROS ORAL.....	87
5 PROCESSOS METODOLÓGICOS E AS PRODUÇÕES INICIAL E FINAL.....	91
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	91
5.2 CONTEXTO DA PESQUISA: DEMARCAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO, DO <i>CORPUS</i> E DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	95
5.3 PLANO DE AÇÃO: ETAPAS DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS.....	100
5.3.1 Apresentação da situação.....	104
5.3.2 Produção inicial do gênero júri simulado.....	110
5.3.3 Aplicação dos módulos.....	112
5.3.4 Produção oral final do gênero júri simulado.....	125
6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS PRODUÇÕES INICIAL E FINAL.....	128
6.1 ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DO GÊNERO – CONTEÚDO TEMÁTICO.....	129
6.2 ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DO GÊNERO – ESTRUTURA COMPOSICIONAL.....	142
6.3 ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DO GÊNERO – ESTILO LINGUÍSTICO E NORMA CULTA.....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS.....	156

APÊNDICES.....	164
APÊNDICE A – PLANOS DE AULA PARA A PRIMEIRA ETAPA DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA.....	164
APÊNDICE B - CADERNO PEDAGÓGICO.....	167
ANEXOS.....	257
ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA.....	257
ANEXO B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	258
ANEXO C – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E DE SIGILO.....	260
ANEXO D - PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO.....	262
ANEXO E - PRODUÇÃO INICIAL DOS ALUNOS.....	265
ANEXO F - PRODUÇÃO FINAL DOS ALUNOS.....	274

1 INTRODUÇÃO

As práticas de ensino na educação básica valorizam a modalidade escrita em detrimento da oralidade, que mesmo sendo esta imprescindível ao exercício da cidadania e às relações comunicativas, ainda há a fragilidade na implementação dos gêneros discursivos orais em sala de aula. Com isso, a disciplina de Língua Portuguesa precisa promover o ensino dos gêneros orais, com foco especial em seus elementos argumentativos, entendendo que o domínio da modalidade oral seja na esfera pública, seja na privada, é um instrumento de exercício da cidadania.

No cotidiano do aluno há diversos gêneros discursivos, tanto em contextos orais, como também escritos, os quais permitem diversos meios de interação. Assim, a escola se configura como espaço propício ao exercício da linguagem oral e da argumentação a partir de uma situação comunicativa real. Inegavelmente, o ensino da argumentação possibilita o uso dos elementos linguísticos e retóricos nos diversos contextos sociais, nos quais os alunos precisam se posicionar e defender um ponto de vista, seja em prol do interesse público ou privado.

Não se pode olvidar que na avaliação em larga escala, precipuamente, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), enfatiza-se o uso dos elementos linguísticos e retóricos da argumentação na produção textual. Em virtude disso, o júri simulado, nesta dissertação, apresenta-se como estratégia educativa, a qual instrumentaliza o ensino de argumentação e fomenta a capacidade de produzir teses e argumentos.

Apresentamos o tema deste trabalho “Ensino de argumentação e júri simulado”, demonstrando a argumentação na modalidade oral, a partir de uma situação de comunicação que levou à produção do gênero discursivo júri simulado, na sala de aula, de modo que os alunos puderam utilizar os elementos linguísticos e retóricos da argumentação.

Ademais, o interesse do objeto de pesquisa foi proveniente das nossas atividades profissionais, como advogada e coordenadora do projeto de mediação escolar e práticas de justiça restaurativa, executado pela Ordem dos Advogados do Brasil-PB (OAB/PB), também como professora de Mediação e Arbitragem da FESP Faculdades, no curso de Direito. Logo, observamos que os alunos, do ensino fundamental e médio, não conseguiam desenvolver as habilidades da modalidade oral em face da argumentação, assim como em situações de comunicação, como nas rodas de conversa, nos seminários, nos debates regrados, na participação nos conselhos de classe, dentre outros.

Como professora de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental e Médio, da rede pública estadual e municipal em João Pessoa-PB, percebi as dificuldades dos alunos nas atividades de análise linguística, leitura e produção textual, que envolviam os elementos linguísticos e retóricos de argumentação, em especial nos gêneros orais.

A justificativa social deste projeto provém da reflexão sobre a importância do trabalho com os gêneros textuais orais em sala de aula, concebendo o direito à fala como um direito humano. Ao passo que, no campo acadêmico, o estudo da argumentação suscita o tema transversal da educação em direitos humanos.

Acerca da pesquisa buscamos a validação das investigações exploratórias por meio do Estado da Arte, dos estudos bibliográficos que mapearam as produções teóricas de determinada área do conhecimento. Com isso, oferecemos a credencialidade, a veracidade e a aplicabilidade na construção do nosso aporte teórico e o seu alcance na realidade educacional no Brasil.

Executamos pesquisas no banco de teses e dissertações, com o intuito de explorar os estudos com a temática e validar a nossa proposta. De início, colocamos a palavra-chave “júri simulado”, que nos apresentaram 3 trabalhos sobre o assunto entre os anos de 2016 e 2020. O trabalho de Nathália Pinto Souza (2020) intitulado de “A construção das práticas argumentativas orais: o júri simulado como estratégia de ensino nas aulas de língua portuguesa”, Dissertação do Mestrado Profissional em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba, teve como orientadora a Prof^a Dr^a Simone Dália de Gusmão Aranha - PPGFP/-UEPB. Fala sobre o gênero oral na esfera jurídica, transmutando-o ao ensino da argumentação oral nas aulas de língua portuguesa, com foco no emprego de argumentos, trazendo um tema específico (já definido anteriormente pela pesquisadora) - a simulação do julgamento sobre Lampião. O aspecto que o nosso trabalho amplia é no tocante ao tratamento do tema sobre direitos humanos na escola e cada caso será escolhido pelos sujeitos da pesquisa.

Ademais, Alessandra Martino Ramos de Medeiros (2019), ao trabalhar o júri simulado, apresenta-o como estratégia didática no ensino de ciências, o qual suscitou o protagonismo e a autonomia do aluno, mas não discutindo-o na perspectiva que evidenciamos nesta pesquisa; a partir da noção de gênero, com todos os seus elementos constitutivos. Nessa mesma esteira, Luziene Aparecida Grandi (2016) trouxe o júri simulado no processo de alfabetização científica, no trabalho com a biodiversidade na escola.

Depois de especificarmos, refinamos a exploração empregando três termos elementares para a análise dos textos contidos no banco da Capes: argumentação e oralidade. Conforme esse critério, fixamos os trabalhos produzidos entre os anos de 2015 e 2019 que decorreu em um total de 144 resultados, os quais 37 versam sobre argumentação, 12 sobre oralidade e 7 sobre argumentação e oralidade. Os demais tratam sobre escrita, discurso e retórica.

Assim, investigando alguns trabalhos com relação à argumentação, oralidade e júri simulado, encontramos com essas categorias direcionadas à prática pedagógica da Língua Portuguesa e da Biologia:

Quadro 1: Quantidade de dissertações relacionadas à pesquisa publicadas na biblioteca digital brasileira de teses e dissertações – BDTD – organizadas por ano de publicação, área de estudo e estado

Ano	Área(s) de estudo	Estado(s)	Total por ano
2015	Letras	Sergipe	01
	Letras	Minas Gerais	01
2016	Biologia	São Paulo	01
2018	Letras	Sergipe	03
	Letras	Espírito Santo	
	Letras	Pernambuco	
2019	Letras	Pernambuco	03
	Ciências da linguagem	Pernambuco	
	Biologia	São Paulo	
2020	Letras	Paraíba	01

Fonte: quadro produzido pela pesquisadora (2023).

Este trabalho, na área de Letras, diferencia-se e amplia os estudos relativos ao gênero textual júri simulado; e, com relação aos demais, ao trabalhar a argumentação, a oralidade e o júri simulado, problematiza também o direito à fala como um direito humano exercido na escola.

Neste trabalho, os alunos inseridos em uma situação pública da interação oral (júri simulado) fizeram uso dos elementos linguísticos de argumentação retórica e linguística, por meio da mediação da pesquisadora nas condições de interação, respeitando a vez de falar e de ouvir; réplica e réplica, dentre outros momentos discursivos do júri simulado.

Ademais, esta pesquisa insere-se na área da Linguística Aplicada (LA) que tem como objeto de estudo a linguagem como prática social. Segundo Rodrigues (2011), a LA é um campo interdisciplinar de pesquisa, que problematiza os problemas práticos de língua. Logo, o problema prático que investigamos foi o processo de ensino-aprendizagem de língua, mais especificamente de oralidade. Para tal, tomamos como objeto de estudo o ensino do gênero júri simulado na educação básica.

Enquanto professora de Língua Portuguesa, questionamos o fato de a oralidade ser utilizada naturalmente pelo aluno (situações coloquiais e informais), no entanto, quando se precisa fazer uso dela em situações formais de interação oral, como nas situações públicas, os estudantes apresentam sérias dificuldades. Por esse motivo, compreendemos que o trabalho com gêneros orais formais, de forma didatizada, no contexto escolar, pode fornecer subsídios para que o aluno possa desenvolver habilidades e competências linguísticas necessárias não apenas para o uso da oralidade em situações formais, mas também para sua formação cidadã. Partindo dessa percepção, elaboramos a seguinte questão problema: Como ocorre o processo de construção do gênero textual júri simulado, enquanto prática argumentativa em sala de aula?

Partimos do pressuposto de que o gênero oral júri simulado permite a formação cidadã, e, em direitos humanos, o empoderamento e o protagonismo do estudante. Assim, elaboramos a hipótese que norteia esta dissertação: Dar vez e voz ao aluno, por meio do júri simulado, permite transpor um gênero do campo jurídico para o campo didático, o que fomenta o ensino de argumentação em sala de aula.

Como defende Koch (2011), o desenvolvimento da competência argumentativa dos alunos não desenvolve apenas a Língua Portuguesa, mas instiga o desenvolvimento da capacidade de refletir de maneira crítica sobre o mundo que o cerca.

É contraditório perceber que a oralidade é pouco abordada em sala de aula, embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) enfatize essa modalidade na ampliação dos conhecimentos linguísticos dos alunos e nas competências de oralidade e argumentativa. Assim, o desafio em sala de aula foi desenvolver a capacidade comunicativa e reflexiva dos discentes, considerando que ato de argumentar mobiliza uma postura crítica e reflexiva, bem como mobiliza a participação cidadã na sociedade em que atua.

O gênero oral, júri simulado, permitiu que os alunos entendessem o uso da réplica e da tréplica, do discurso no júri, além de entenderem o papel dos sujeitos envolvidos como os

advogados de defesa, a promotoria, o corpo de jurados, o magistrado, dentre outros. Em face disso, o objetivo geral da pesquisa foi o seguinte: Investigar o processo de ensino-aprendizagem do gênero textual júri simulado, mediado pelas sequências didáticas e enquanto prática argumentativa em sala de aula.

Ao passo que os objetivos específicos da pesquisa foram:

- a) Revisitar os estudos teóricos sobre a oralidade, argumentação e os gêneros textuais com vistas a elaborar e aplicar um material pedagógico para abordar a argumentação, por meio do júri simulado;
- b) Analisar o desempenho linguístico-discursivo dos alunos na argumentação oral durante a execução de uma primeira produção do gênero júri simulado, a fim de mapear suas capacidades e dificuldades;
- c) Elaborar e aplicar módulos didáticos de intervenção pedagógica, com vistas a solucionar as dificuldades apresentadas na produção oral dos alunos;
- d) Analisar o desempenho linguístico-discursivo dos alunos na argumentação oral durante a execução de uma segunda produção do gênero júri simulado, a fim de observar se a proposta didática de intervenção contribuiu no processo de aprendizagem;
- e) Produzir um caderno pedagógico para o processo de ensino-aprendizagem do gênero júri simulado, direcionado aos professores da educação básica.

Inegavelmente, a oralidade aparece muito precocemente na vida escolar dos discentes, pois o aluno já chega à escola com o domínio da língua formal na sua forma oral. Por isso, a importância de aplicar um trabalho sistematizado na escola com atividades do eixo oral, com ênfase nos recursos argumentativos.

Dessa feita, a argumentação oral no júri simulado é o direito da fala, da condição de ser humano, da humanidade que une cada ser humano. Assim, os alunos precisam desenvolver a capacidade de argumentar e contra-argumentar nas diversas situações da vida social.

O marco teórico-metodológico desta pesquisa fundamenta-se na Teoria da Argumentação Linguística, de Anscombe, Ducrot e colaboradores (1987, 1989, 1998); os estudos da argumentação da Nova retórica de Perelman (1999); acerca dos Gêneros discursivos/textuais, em Bakhtin (2000) e Marcuschi (2008); sobre as categorias da oralidade discute-se a partir de Marcuschi (2010) e Koch (2014); e sobre os gêneros discursivos e oralidade, na perspectiva de Marcuschi (2008, 2010); além da oralidade na visão dos Parâmetros Curriculares Nacionais

(BRASIL, 1998) e da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). No tocante à sequência didática (SD), segundo as premissas de Dolz et al. (2013c), procedemos a elaboração dos módulos didáticos, que nortearam a produção, edição, revisão e refacção do texto oral.

Esta dissertação está organizada em um capítulo introdutório (este Capítulo I), três capítulos teóricos, um capítulo de metodologia e outro de análise, além das considerações finais. Os capítulos teóricos são os seguintes:

- a) O Capítulo II, intitulado Os estudos da argumentação: neste apresentamos o marco teórico sobre a argumentação retórica e linguística. Este capítulo encontra-se dividido em duas partes: começando com uma fundamentação teórica sobre os estudos da argumentação na perspectiva da Nova Retórica, de Perelman e Tyteca (2005); e, posteriormente, com a análise da Semântica Argumentativa de Ducrot (1987) e colaboradores;
- b) No Capítulo III, por sua vez, abordamos a base teórica de Bakhtin (2000) e de Marcuschi (2008) a respeito dos estudos dos gêneros discursivos ou textuais. Além disso, mostramos a importância dos gêneros discursivos no ensino da Língua Portuguesa e do trabalho a partir do gênero júri simulado em sala de aula, analisando a sua estrutura, suas características e sua funcionalidade, na perspectiva de Bakhtin (2000);
- c) Já no Capítulo IV, sobre Oralidade e ensino, problematizamos a oralidade, a partir de Marcuschi (2010) e Koch (2014), como também discutimos sobre a relação gêneros discursivos e oralidade, na perspectiva de Marcuschi (1997; 2008). Para discutir a oralidade nos documentos oficiais da educação básica, tomamos como base os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). Na última seção, discorreremos sobre o ensino de oralidade, a partir de Dolz et al. (2013a) e Schneuwly (2013), e sobre as sequências didáticas de Dolz et al. (2013c) na produção oral do gênero júri simulado.
- d) No Capítulo V tratamos sobre os processos metodológicos da pesquisa, bem como a sequência didática das produções inicial (primeira) e final (segunda) do gênero oral júri simulado, que realizamos durante a investigação. O Capítulo VI apresenta a descrição e análise comparativa entre as produções inicial e final dos alunos que participaram da pesquisa. No capítulo das Considerações Finais tratamos de nossas conclusões relativas à investigação e os resultados obtidos com a pesquisa interventiva realizada. Assinalamos ainda que, nos apêndices, foi apresentado o produto final da pesquisa, com a sequência

didática (Apêndice I) - os materiais didáticos foram construídos com o diálogo e com as premissas teóricas aqui abordadas.

Inegavelmente, a formação continuada de docentes em nível de mestrado profissional, por meio do PROFLETRAS, e da CAPES, teve a relevância de aprimorar o ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa no ensino fundamental. Assim, esperamos que esta investigação e os resultados aqui apresentados possam contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas voltadas para a argumentação oral em sala de aula, que vão além do eixo da Língua Portuguesa.

Enfatiza-se também a nossa participação no Grupo de pesquisa “Texto: produção e recepção sob vários olhares”, em que tivemos acesso a grande parte das teorias e autores aqui trabalhados. Destacamos, especificamente, as dissertações de Belisário Neto (2020) e de Silva (2015), as quais trataram de igual modo o ensino de argumentação como prática social e em vista da formação de sujeitos cidadãos, na sala de aula da educação básica.

No próximo capítulo, analisamos os mecanismos de argumentação, como defender um ponto de vista, persuasão, objeções e reação aos elementos contrários, que desempenham a interlocução com várias áreas do conhecimento e estão relacionados com o exercício da cidadania, função da educação escolar. Da mesma feita, investigamos o fenômeno da argumentação sob a ótica dos estudos retóricos de Perelman (2002) e da argumentação na língua de Ducrot (1987). Posto isto, este trabalho apresenta o fenômeno da argumentação, sob a materialização do júri simulado, demonstrando que o ato de argumentar na modalidade oral deve ter vez e voz na escola.

2 OS ESTUDOS DA ARGUMENTAÇÃO

Este capítulo apresenta a discussão que dará base sustentatória para os conceitos analisados sobre a Argumentação. Assim, está dividido em duas seções acerca da argumentação. Faremos inicialmente um percurso histórico sobre os estudos da argumentação, e, na segunda parte, iremos tratar dos estudos da argumentação sob a perspectiva da Nova Retórica, de Perelman e Tyteca (2005), e sob a perspectiva da Semântica Argumentativa de Ducrot (1987) e colaboradores.

2.1 PERCURSO HISTÓRICO DA ARGUMENTAÇÃO

A “arte de bem falar e persuadir”, durante séculos, fez a humanidade submeter-se aos que detinham a habilidade de discursar. Na Grécia Antiga, a participação política estava diretamente ligada aos discursos em praça pública. Então, a democracia na *Hélade* originou-se do poder da argumentação (ROHDEN, 1997).

Os gregos introduziram a ideia da técnica retórica, como um ensinamento distinto, independente do conteúdo, possibilitando, assim, defender qualquer tese. Pode-se ilustrar com a ocasião em que os cidadãos despojados pelos tiranos podiam reclamar seus bens e patrimônios, em praça pública.

O exercício da democracia pela fala denota que argumentar é praticar o direito, pois “[...] ninguém duvida que a prática do Direito consista, fundamentalmente, em argumentar, e todos costumamos convir que a qualidade que melhor define o que se entende por ‘bom jurista’ talvez seja a sua capacidade de construir argumentos e manejá-los com habilidade” (ATIENZA, 2006, p.17).

Em razão disso, afirmamos que argumentação está vinculada à gênese das sociedades democráticas, como foi o caso das sociedades greco-romanas. Nessas sociedades, os cidadãos eram convocados a resolver as demandas da cidade por meio da argumentação, da oratória e da arte da persuasão. Assim, o ato de argumentar era um ato político, no qual o sujeito precisava se posicionar e convencer o outro.

Os estudos sobre a argumentação iniciam-se com a antiga Retórica até estudos da Teoria da Argumentação, nas perspectivas retóricas e da língua, as que serão abordadas neste trabalho. Historicamente, os estudos sobre a Teoria da Argumentação iniciam-se a partir de Aristóteles,

filósofo grego. Já a origem literária da Retórica remete-se a Górgias, que preceituava que a estética e o belo estavam em consonância com a retórica, criando, desse modo, a prosa eloquente e as figuras eruditas e refinadas na poesia (ROHDEN, 1997).

Os sofistas, no período mitológico, explicavam os fenômenos naturais e culturais por meio das lendas, da religiosidade, dos contos, dentre outros. Embora o movimento sofista não se configurasse numa escola filosófica, propunham técnicas retóricas com o fito de atender às necessidades jurídicas e políticas na utilização de recursos persuasivos (ATIENZA, 2006).

Nos estudos de Atienza (2006), o autor demonstra que os sofistas criaram a retórica como a arte do discurso persuasivo, pois a finalidade não era encontrar o verdadeiro, mas dominar através da palavra, obtendo o poder. Assim, os sofistas utilizavam-se da retórica para tratar de suas temáticas sem conteúdo específico, chamadas de vazias.

Com o nascimento da Filosofia, em meados do século V, a.C., o uso da razão passou a explicar o mundo e, com isso, a retórica passou a ter um objetivo claro e preciso, procurando os meios de atingi-lo, fugindo do acaso (SARAIVA, 2006).

A retórica é a arte de produzir discursos permeados dos elementos de persuasão, assim, é uma argumentação produzida pela racionalidade. Aristóteles (1959) dizia que ocorre dominação política, mediante a palavra, pois os filósofos buscavam as explicações possíveis acerca da natureza e do homem., por meio das especulações filosóficas.

Foi Aristóteles (1959), na Antiguidade clássica, que sistematizou os estudos sobre os meios de persuasão, dividindo em quatro dimensões argumentativas, a saber: a) a demonstração; b) a retórica; c) a sofística e d) a dialética. Neste trabalho iremos analisar a retórica, haja vista que dialoga com o objeto de estudo da pesquisa.

Os estudos retóricos iniciaram a sistematização da estrutura do pensamento racional, conforme a obra *Arte Retórica* (1959) de Aristóteles, composta por três livros, abaixo sumarizados:

- 1) Livro I: se apresenta como o livro do emissor da mensagem, qual seja: o orador preocupando-se com a concepção dos argumentos, a qual depende do orador e de sua adaptação ao público; argumento concebido. Centra-se no orador da mensagem, de modo que cada argumento é direcionado em função do público, quais sejam os gêneros (deliberativo, judicial e epidítico). Nesta dissertação, como nosso foco é na argumentação em função do interlocutor/público alvo, então, iremos analisar o livro I.

- 2) Livro II: (argumento recebido) - é o livro do receptor da mensagem, o livro do público, trata das emoções e das paixões. Centra-se no receptor da mensagem, assim, observa-se como os argumentos são recebidos pela audiência, ou seja, a carga emotiva.
- 3) Livro III: é o livro da própria mensagem, o *lexis* ou *elocutio*, ou seja, das figuras e das partes do discurso. Trata da própria mensagem, o foco é o discurso.

No tocante à Retórica era notório o seu prestígio no meio social, pois a sociedade ateniense utilizava a arte de persuadir através da utilização do raciocínio lógico, com isso, havia a escolha de meios adequados para persuadir o ouvinte.

Para Aristóteles (1959), a Retórica tinha a finalidade de persuadir no discurso retórico, em oposição ao discurso não retórico. Ele define a retórica como a arte de extrair de qualquer assunto o grau de persuasão que ele precisa - “[...] a Retórica é a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão.” (Capítulo II, Livro I). Aristóteles (1959) trouxe uma nova definição de retórica, com o foco na sua utilidade e não no poder que dela advém. Com isso, o discurso deveria ser coeso, composto de uma argumentação rigorosa.

Afirma o autor que a retórica era indispensável aos discursos políticos, pois o seu objeto é verosímil ou provável, fazendo sua divisão em: a) discurso deliberativo¹; b) o judicial² e c) o epidíctico³.

A classificação aristotélica supramencionada parte dos sujeitos do discurso:

- a) Ethos: orador (quem fala);
- b) Logos: discurso (o que se fala);
- c) Pathos: auditório (para quem se fala).

Desses sujeitos são gerados os três tipos de discurso: o deliberativo, o judiciário e o epidíctico. Demonstramos a finalidade de cada um no quadro 2:

¹ É aquele que se volta para o futuro, procurando persuadir ou dissuadir em relação a algo a fazer, sendo típico das assembleias políticas.

² Neste tipo de discurso o orador se volta para o passado, procurando acusar ou defender em relação a atos mostrados como justos ou injustos, e é típico dos tribunais.

³ É aquele que se volta para o presente e procura louvar ou condenar atos contemporâneos.

Quadro 2 - Tipos de discurso

Deliberativo	Judiciário	Epidítico
Busca aconselhar os membros de uma assembleia política, tendo o exemplo como dominante diante de um fato real ou fictício.	Apresenta como objetivo acusar ou defender pessoas envolvidas com a mesma querela, evidenciando que a argumentação mais empregada é o “entimema”, vista como uma espécie de silogismo sem uma das proposições.	Tem por finalidade o emprego do elogio, no qual procura ressaltar ou diminuir pessoas ou acontecimentos através do uso de figuras.

Fonte: A autora, elaborado a partir de Aristóteles (1959).

Nesse contexto, o próprio conceito de cidadania grega vinculava-se ao poder de persuadir e de ser persuadido. Na *polis* grega, a cidadania e a democracia são mobilizadas pelo discurso como instrumento legítimo de obtenção de direitos.

Assim, a retórica era a forma de reivindicar os direitos, por meio do *logos*, “[...] a retórica é uma arte que, para persuadir, utiliza meios de ordem racional e também de ordem afetiva, como acentua Aristóteles, pois a formação de um juízo envolve não apenas a razão, mas também a alma e as paixões da alma” (ATIENZA, 2006, p.74).

Na concepção sofista, a validade da argumentação vincula-se à adesão do auditório. O convencimento precisa incluir o *ethos*, que se vincula na construção da imagem que o orador irá passar ao público, ou seja, o estereótipo que ele irá melhor convencer, por isso, a escolha da indumentária, do modo de falar, da aparência física, da simpatia, da eloquência, da segurança ao falar, dentre outros eram imprescindíveis ao convencimento (ATIENZA, 2006).

Já o *pathos* (paixão) é o elemento que desperta no público ouvinte o lado emotivo. É o envolvimento sentimental que torna um fato jurídico sentido e vivenciado por todas as partes da mesma forma. O *logos* é o discurso propriamente dito e requer que orador faça uma ordenação lógica e a articulação entre as partes (ATIENZA, 2006).

Nesse trabalho, entendemos que persuadir implica em suscitar inferências no interlocutor e não de impor verdades absolutas, pois o ato de convencer usa argumentos com provas objetivas e se comprova, por meio de evidências, provocando a adesão do ouvinte, com um discurso racional.

Por isso, neste trabalho, iremos analisar os postulados desenvolvidos por Perelman, com a colaboração de Olbrechts-Tyteca (2005), renovando os estudos da argumentação. Iremos relacionar a Argumentação, proposta por Ducrot (1987), aos estudos de linha da Linguística

Textual, de Marcuschi (2001). Assim, os gêneros orais, no contexto social, possuem sua eficácia na interação da linguagem, do discurso e da comunicação entre os falantes, pois o emprego efetivo da argumentação ressignifica na aprendizagem em sala de aula.

2.2 A ARGUMENTAÇÃO NOS ESTUDOS RETÓRICOS E LINGUÍSTICOS

2.2.1 Os estudos retóricos

Acerca dos estudos retóricos, Perelman e Tyteca (2005) fazem a distinção básica de origem aristotélica entre raciocínios analíticos ou logico-formais, da mesma feita divide os raciocínios em: dialéticos ou retóricos. Sua teoria da argumentação centra-se no raciocínio retórico; seu objetivo foi o de ampliar o campo da razão para além das ciências dedutivas, indutivas ou empíricas, para abranger as ciências humanas, como o Direito e a Filosofia. O foco dos estudos retóricos é a estrutura da argumentação, da sua lógica (ATIENZA, 2006).

Por isso, o locutor precisa considerar os conhecimentos dos interlocutores, os seus interesses, não impondo as teses ao auditório, mas sim fazer uso argumentação para ganhar a adesão do auditório. Essa é a mobilização da subjetividade do auditório, modificando suas convicções e disposições por meio de um discurso. Esse é o afã da argumentação retórica (PERELMAN, 1999). Perelman e Tyteca (2005, p.18) afirmam: “[...] com efeito, para argumentar, é preciso ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental”. Essa interação favorece a adesão de teses, conforme os tipos de auditório: universal ou particular.

Em ambos os tipos de auditório⁴, os locutores usarão argumentos para convencer (direcionados à razão) ou persuadir (que estimulam as emoções e subjetividades do outro), com vistas a aceitar a tese como verdadeira com argumentos universalizáveis ou apenas persuasivos. Porquanto, o auditório determina a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores.

Existe a crítica aos estudos retóricos de Perelman, que defende a crença na superioridade da lógica, interessando-se pela arte de defender uma tese e atacar um adversário em uma controvérsia. A Nova Retórica destaca-se pelo resgate à Retórica, com o desenvolvimento das técnicas discursivas e do interesse por toda e qualquer espécie de auditório, com temas da

⁴ Os três tipos de auditório são: particular, universal e individual. Auditório: é o público a quem o orador direciona o seu discurso. Auditório universal: corresponde a um auditório constituído por todos os homens. Auditório individual: é constituído pelo próprio sujeito que delibera, sendo capaz de valorar sobre seus argumentos (SOUZA, 2020).

humanidade e da opinião pública.

Vale salientar que neste trabalho não temos a pretensão de diferenciar nas produções dos alunos, o que é convencer e persuadir, mas sim pretendemos observar as técnicas argumentativas utilizadas no júri simulado. Perelman e Tyteca (2005) dividem o estudo da argumentação em: a) Os pressupostos da argumentação ou limites da argumentação; b) Os pontos ou teses de partida; c) As técnicas argumentativas, quer dizer, os argumentos em sentido estrito. Trataremos dessa divisão nos próximos itens.

a) Os pressupostos da argumentação retórica

Parte-se da premissa de que se a argumentação pede a adesão dos indivíduos e ao auditório a que se dirige, logo, para que aconteça a argumentação, segundo Silva (2015), são necessárias condições prévias, como a existência de uma linguagem comum ou a participação ideal do interlocutor, que precisa ser mantida ao longo de todo o processo de argumentação.

Para Perelman (1999), na argumentação existem 3 elementos: 1) o discurso; 2) o orador; 3) o auditório. Este último tem um papel relevante, pois determina a argumentação, “[...] por isso, é fundamental na argumentação, a referência a um auditório ao qual se trata de persuadir” (ATIENZA, 2006, p.61).

Para os estudos retóricos, o objetivo da argumentação é provocar ou aumentar a adesão de um determinado auditório às teses que um orador apresenta, desta forma pressupõe um contato entre um orador e seu auditório (interlocutores) [...] Cabe, portanto, ao orador proceder a uma escolha desses elementos (fatos e valores, forma e linguagem), manifestando uma tomada de posição. (NASCIMENTO, 2015, p. 161)

Vale destacar que Perelman (1999) entende a argumentação como sendo um processo em que todos os elementos interagem, diferentemente da concepção dedutiva e unitária de Descartes e da tradição racionalista, cuja argumentação parte de um encadeamento de ideias. Para Perelman (1999), a estrutura do discurso argumentativo é como um tecido, vai ficando mais sólido na medida que a cada fio forma a trama. Nesse sentido:

A lógica formal se move no terreno da necessidade. Um raciocínio lógico-dedutivo, ou demonstrativo, implica - como vimos - que a passagem das premissas para a conclusão é necessária: se as premissas são verdadeiras, então, a conclusão também será, necessariamente. Ao contrário, a argumentação em sentido estrito se move no terreno do simplesmente plausível. Os argumentos retóricos não estabelecem verdades evidentes, provas demonstrativas, e sim mostram o caráter razoável, plausível, de uma determinada decisão ou opinião (ATIENZA, 2006, p.61).

Também diferencia-se a argumentação que ocorre diante do auditório universal, da argumentação diante de um único ouvinte, em que ocorre o diálogo (ATIENZA, 2006). Para ele, uma argumentação persuasiva é aquela convincente e que é válida, pois a argumentação está ligada à ação.

b) O ponto de partida da argumentação

A argumentação parte do acordo, da escolha e da apresentação das premissas, que podem ser usadas no seu início, iniciando o processo de persuasão.

Discorre Perelman (1999) que os objetos de acordo podem ser relativos ao *real* (fatos, verdades e presunções) ou ao *preferível* (valores, hierarquias e lugares do preferível). Vale destacar que os primeiros pretendem ser válidos para o auditório universal, ao passo que os segundos só seriam válidos para auditórios particulares.

os fatos (trata-se de fatos de observação ou de suposições convencionais) se caracterizam por suscitarem uma tal adesão do auditório universal que seria inútil reforçar. Eles se diferenciam das *verdades* por serem objetos de acordo precisos, limitados, ao passo que as verdades são sistemas mais complexos, uniões de fatos (por exemplo, teorias científicas, concepções filosóficas, religiosas etc.). E das *presunções* porque estas sim diferentemente deles-, podem – ou precisam- ser justificadas diante do auditório universal. (ATIENZA, 2006, p.64).

Entende o autor que os valores são objetos de acordo relativo ao preferível na medida, pois, que partem de uma atitude sobre a realidade e não pretendem valer para o auditório universal: “os valores universais, que são instrumentos de persuasão por excelência - por exemplo, o de justiça” (PERELMAN, 1999).

O auditório não se caracteriza só pelos valores, mas também pela hierarquia desses valores. Recorre-se a premissas de ordem muito geral, os lugares-comuns ou tópicos, que são um dos aspectos da retórica (PERELMAN, 1999).

Há alguns tipos de argumentos que se desenvolvem dos auditórios não especializados. Esses auditórios precisam de acordos específicos. “Entretanto, às vezes se pode cometer o erro que consiste em se apoiar em premissas não admitidas pelo interlocutor, e, com isso, incorre-se em *petição de princípio*, isto é, postula-se o que se quer provar” (ATIENZA, 2006, p.65).

Segundo Perelman e Tyteca (2005), para que se efetive

[...] a argumentação será necessariamente seletiva, e em dois sentidos, pois é preciso escolher tanto os elementos quanto a forma de apresentá-los. A escolha cumpre, por outro lado, um efeito de atribuir *presença* a esses elementos, o que constitui um fator essencial na argumentação. (ATIENZA, 2006, p.65).

Ademais, na estruturação da argumentação Perelman (1999) demonstra a importância das formas verbais e das modalidades de expressão como:

- as modalidades de expressão do pensamento;
- entonação (por exemplo, o uso de afirmações ou negações, de asserções, interrogações, prescrições, etc.);
- *figuras retóricas que são* figuras argumentativas. Podem ser divididas em três grupos:
 - 1) figuras de escolha (a definição oratória, a perífrase, a sinédoque ou a metonímia);
 - 2) figura de presença (a onomatopeia, a repetição, a amplificação, a sinonímia, o pseudodiscurso direto);
 - 3) figura de comunhão (a alusão, a citação, a apóstrofe).

Essa classificação ocorre conforme o efeito que se pretende produzir, como no contexto de apresentação dos dados, pode-se “[...] impor ou sugerir uma escolha; aumentar a presença de um determinado elemento; criar ou confirmar a comunhão com o auditório” (ATIENZA, 2006, p.65).

c) As técnicas argumentativas

São descritas por Perelman e Tyteca (2005) para avaliar a força dos argumentos. O principal critério é a adaptação do auditório. A partir disso, pode-se entender de duas maneiras: 1) um argumento sólido é eficaz, pois determina a adesão de um auditório; 2) um argumento válido, ou seja, um argumento que deve determinar a adesão do auditório. Na prática, Perelman e Tyteca (2005) afirmam que os argumentos são fortes ou fracos. O que se critica nos estudos retóricos é a falta de clareza conceitual centrais da retórica. O que importa na argumentação não são os argumentos isolados, são os elementos que estão em interação.

um mesmo argumento real pode ser explicado a partir de diversas técnicas argumentativas: o precedente - como vimos - seria um hipótese de aplicação da regra de justiça, mas também de uso do argumento de autoridade e do argumento a partir de exemplos; e a definição não é apenas um instrumento da argumentação quase-lógica, mas também um instrumento de dissociação, se usada para diferenciar o sentido aparente de uma noção de seu significado verdadeiro. (ATIENZA, 2006, p.65).

A interação entre diversos argumentos, o enunciado e a interação entre eles formam a situação argumentativa, que sempre chega a uma conclusão. Com isso, o orador leva em consideração a interação na hora de escolher seus argumentos, a amplitude e a ordem da argumentação. Essa é a força dos argumentos, segundo Perelman (1999).

Conforme Silva (2015), as técnicas argumentativas são classificadas em:

- ✓ Por associações de noções - os argumentos quase-lógicos;
- ✓ Os argumentos baseados na estrutura do real, os argumentos que fundamentam a estrutura do real; e por meio de dissociações;
- ✓ Os argumentos por dissociação das noções e ruptura de ligações de noções.

Iremos enfatizar os argumentos quase-lógicos para fim da análise do objeto de pesquisa.

c.1) Os argumentos quase-lógicos

Perelman e Tyteca (2005) conceituam os argumentos quase-lógicos como aqueles que se apoiam em normas quase-lógicas, baseados em raciocínios reais, organizados semelhantes às demonstrações científicas. São os argumentos que expressam as leis da lógica e confirmam discussões, contradições, incompatibilidade e regras de justiça. Em função disso, o locutor ao utilizar as técnicas argumentativas, consegue direcionar a sua tese inicial com a tese principal apresentada, demonstrando os fatos.

Vale salientar que esses argumentos, por serem quase-lógicos, conseguem ser refutados, haja vista que mostram uma aparente demonstração dos fatos. As estratégias argumentativas de cunho quase-lógicas possibilitam que o locutor se prevaleça com a acusação de desprestígio com raciocínio rigoroso ou genérico – acusação de fazer um discurso parcial em vez de um discurso lógico. O que compõem as estruturas argumentativas quase-lógicas?

c.1.1) Os argumentos de contradição, de incompatibilidade e do ridículo:

Conforme Perelman (1999), uma contradição na afirmação é vista quando de forma concomitante expõe o verdadeiro e o falso, conseqüentemente, gerando a ideia de absurdo.

Perelman (1999) aconselha que é necessário evitar a incoerência, ou seja, eliminando a possibilidade de afirmar simultaneamente o verdadeiro e o falso. Para o referido autor, a contradição não existe na argumentação, mas sim uma incompatibilidade em face de uma regra afirmada, uma tese sustentada, um conflito, entre outros.

Silva (2015) cita, como exemplo, a incompatibilidade no fato de um instrutor, que ensina crianças, afirmar que se deve obedecer aos pais e não mentir, e essa afirmação gerar um conflito, se o pai mandar a criança mentir, ou se pai e mãe derem ordens inconciliáveis; nesse caso, é perceptível a incompatibilidade de ações - como a criança iria obedecer ao pai e não mentir, se o

próprio pai a manda mentir? Como a criança iria obedecer aos pais ao lhe mandarem agir de forma incompatível?

Entende Perelman (1999) que essa contradição leva o locutor à incoerência de seus argumentos, ou seja, “[...] um instrumento poderoso na controvérsia” (PERELMAN, 1999, p.75). Essa fragilidade nos argumentos pode ser utilizada por quem se recusa a aceitar a tese apresentada por um locutor, ou por um outro locutor para contrapor-se ao seu oponente (PERELMAN; TYTECA, 2005).

No cenário do júri simulado, caso um locutor apresente uma contradição no seu argumento, essa incompatibilidade irá acentuar a discussão entre o advogado de acusação e de defesa, momento em que ficará evidente que o orador não estava bem preparado para apresentar a sua tese. Perelman e Tyteca (2005) dizem que para resolver uma incompatibilidade, precisa-se sacrificar uma das duas regras em conflito. Deve-se fazer uma escolha em torno do raciocínio lógico para acomodar a regra, excluindo a regra incompatível.

c.1.2) Argumentos por identidade, definição, analiticidade e tautologia:

Perelman e Tyteca (2005) dizem que o argumento por identidade faz uso de definições para identificar o que é definido, avançando no raciocínio lógico da argumentação quase-lógica. Quanto à analiticidade, Perelman e Tyteca (2005) dizem o que é analítica: é a igualdade estabelecida entre as expressões sinônimas, desde que se possua o mesmo estatuto da qual depende, ou seja, podendo ser substituída uma pela outra, sem que o valor da verdade das proposições em que essas definições aparecem seja modificado.

Ademais, os autores acima falam que o viés argumentativo foca em determinada direção para conseguir a adesão do público. Assim, se a análise for puramente convencional, ela é quase-lógica, podendo ser realizada por definições, por enumeração e na extensão de conceitos aos elementos relacionados (PERELMAN; TYTECA, 2005). Tratando da tautologia, Perelman e Tyteca (2005) dizem que esse fenômeno acontece quando não há uma relação de causa e efeito, por exemplo: “pai é sempre pai”.

c.1.3) Argumentos por regra de justiça e reciprocidade, argumentos de transitividade, de inclusão e de divisão:

Já os argumentos por regra de justiça e reciprocidade são aqueles argumentos de transitividade, de inclusão e de divisão, ou seja, a regra de justiça deve ser aplicada, observando as situações anteriores idênticas, levando em consideração o precedente, tratando do mesmo modo seres de uma mesma natureza em situações iguais.

Os argumentos de reciprocidade aplicam o mesmo tratamento a duas situações correspondentes (no momento as situações devem ser simétricas para que as semelhanças sejam colocadas em evidência). Nesse tipo de argumento deve colocar em ênfase o antecedente e o conseqüente, de modo que pode ser invertida sem que possa gerar uma incompatibilidade, como um dos exemplos desses argumentos Perelman e Tyteca (2005, p.251) usam o enunciado: “[...] o que é honroso aprender, também é honroso ensinar”.

Já sobre a transitividade, Perelman e Tyteca (2005) postulam que é uma propriedade formal que permite afirmar que há uma relação de igualdade, superioridade, de inclusão e de ascendência entre termos distintos, proporcionada por termos em comum a esses grupos. Assim, permite passar, da afirmação de que existe a mesma relação entre os termos a e b e entre os termos b e c, à conclusão de que ela existe entre os termos a e c: as relações de igualdade, de superioridade, de inclusão, de ascendência são relações transitivas (PERELMAN; TYTECA, 2005).

Observa-se que os argumentos transitivos quase-lógicos podem ser contestados, questionando as relações entre os termos. Esse tipo de argumento baseia-se na lógica matemática, de modo que em uma mesma relação há termos de igualdade, superioridade, inclusão e ascendência. Exemplo de máxima para ilustrar a transitividade: “[...] os amigos de nossos amigos são nossos amigos”, elencando que essa máxima pode ser usada para expressar a noção que alguém tem sobre a amizade e a relação de igualdade partir de uma análise contextual feita por um oponente a essa máxima.

Os argumentos de inclusão, segundo Perelman e Tyteca (2005), partem de dois grupos de argumentos, com a inclusão das partes num todo e os que demonstram a divisão do todo em partes e as relações entre partes daí resultantes (PERELMAN; TYTECA, 2005). Nesse sentido, a inclusão das partes num todo visa confrontar o todo com uma das partes, atribuindo a ambas a mesma relação de igualdade, ou seja, “[...] o que vale para o todo vale para a parte” (PERELMAN; TYTECA, 2005, p.262).

Descreve Silva (2015) que a relação do todo com suas partes é atribuído o valor quantitativo, isto é, o todo engloba a parte, sendo mais importante que ela, e o valor da parte é

proporcional à fração que ela constitui com o todo, usando o argumento de superioridade. Ademais, um argumento quase-lógico, pode ser contestado. Nesse sentido, há uma relação de superioridade entre o que compreende e o que é compreendido, por exemplo, um mentiroso é superior àqueles que ele engana, porque sabe que está mentindo, e os conhecimentos de seus interlocutores é apenas parte dos seus conhecimentos.

A autora também diz que os argumentos por divisão servem de fundamento para uma série de argumentos que podemos qualificar como argumentos para provar a existência ou inexistência de uma das partes - usando o argumento por exclusão; examinar duas hipóteses, e na escolha de uma, chegar-se a uma opinião ou conduta; conduzir a análise de duas hipóteses contraditórias ao mesmo resultado, ou a soluções desagradáveis, propondo o mal menor, entre outros.

c.1.4) Argumentos de comparação: os pesos, as medidas e as probabilidades:

Os argumentos de comparação partem dos pesos, das medidas e das probabilidades. Como a comparação faz a argumentação avançar, é por meio dela que os objetos são julgados e avaliados uns em relação aos outros. Entende Perelman (1999) que as comparações realizadas por pesos e medidas têm uma representação não efetiva, pois possui um efeito persuasivo. Por exemplo, dizer de um escritor que ele é inferior a um reputado mestre é usar o argumento da superioridade, tornando os termos comparados um superior ao outro.

Os argumentos de comparação podem ser usados para desqualificar alguém, comparando seres de um mesmo grupo. Assim, no júri simulado podemos utilizar esses tipos de argumentos, associados a outros, os quais podem servir como uma estratégia eficaz na defesa de um ponto de vista, uma vez que a intenção do locutor é influenciar a posição do auditório.

2.2.2 A argumentação na língua

Indubitavelmente, a língua é essencialmente argumentativa, ao escrevermos um texto até o léxico, ou seja, ao usar a língua, estamos argumentando (DUCROT, 2002). Sempre produzimos o nosso discurso, em razão de determinadas conclusões, logo, no nosso cotidiano, ao expor uma opinião, ao debatermos, entre outras ações de linguagem, produzimos a argumentação.

A língua é por natureza argumentativa e a sua utilização aplica-se em diversas interações sociais, permitindo ao falante exprimir sua subjetividade e orientar o discurso em razão de determinadas conclusões. Para Ducrot (2002) o discurso possui dois segmentos: A (argumento) e C (conclusão). Exemplo:

“Faz bom tempo (A), vamos passear (C)”.

Segundo Ducrot (1998), no exemplo temos uma estratégia comum na argumentação que consiste em perguntar ao interlocutor se ele está de acordo com A para depois lhe indicar C. No entanto, o sentido de A só pode ser explicado a partir de C, uma vez que em “faz bom tempo”, no enunciado acima, significa que há um tempo favorável ao passeio. Ducrot (1998) diz que as palavras não têm sentido completo antes das conclusões que podem ser retiradas delas, por isso, A não pode ser explicado independente de C, A depende de C.

Considerando que um discurso contém dois segmentos: um é o argumento e o outro a conclusão, logo, esses dois segmentos formam um enunciado. Disso, o argumento só tem sentido a partir da conclusão. O enunciado é a realização de uma frase, ao passo que a enunciação é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado que segundo Ducrot (1987) é:

o que designarei por este termo é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo de ‘enunciação’. Ressaltar-se-á que não faço intervir na minha caracterização da enunciação a noção de ato - a fortiori, não introduzo, pois, a noção de um sujeito autor da fala e dos atos de fala. (DUCROT, 1987, p. 168-169)

Ducrot (1987) argumenta que todo texto é argumentativo. Em razão disso, precisamos desenvolver as habilidades argumentativas nas práticas sociais, pois:

A Teoria da Argumentação na Língua (TAL), proposta por Ducrot e colaboradores no âmbito da Semântica Argumentativa, parte da premissa de que a argumentação está marcada na própria língua, desta maneira se opõe à concepção retórica. Para Ducrot (1988), a conclusão não se explica somente através do fato utilizado como argumento, mas principalmente através da forma linguística utilizada pelo locutor na apresentação desse fato. A argumentação, na perspectiva linguística, deixa de ser vista como uma simples habilidade para convencer e persuadir, utilizada, principalmente, em determinados textos escritos e falados, e passa a ser compreendida como uma característica intrínseca à língua (para DUCROT, 1988) e à interação humana (para ESPÍNDOLA, 1988 e para NASCIMENTO, 2012a; 2012b), a qual, conseqüentemente, permite que o falante, ao utilizar a língua, imprima suas intenções e sua subjetividade. (NASCIMENTO, 2015, p. 161 e 162)

A respeito da linha teórica de Ducrot (1989), o discurso é capaz de transportar o sentido, explicando que a significação vai da língua (entidade abstrata) para o discurso (entidade empírica). Assim, para explicar o sentido de um discurso, o autor busca apoio nos elementos linguísticos que estão inseridos nele. A língua é estruturada como uma atividade essencialmente argumentativa (DUCROT, 1989), composta por frases, unidades teóricas que portam significação.

Constantemente estamos argumentando, apoiando-nos naquilo que ouvimos, lemos e reproduzimos, ou seja, não somos sujeitos neutros, mas imersos pelo ouvir e pelo dizer de outros

indivíduos em nossa conduta pessoal. Ressalta-se que a argumentação na perspectiva da Linguística, doravante TAL, também conhecida como Semântica Argumentativa, surgiu com estudos desenvolvidos pelo teórico francês Oswald Ducrot com Jean-Claude Anscombe, em 1970. Os estudos da TAL demonstram que a argumentatividade se encontra na própria língua: “[...] a argumentação pode estar diretamente determinada pela frase, e não simplesmente pelo fato que o enunciado da frase veicula (DUCROT, 1989, p.18).

A Teoria da Argumentação proposta por Ducrot e colaboradores rejeita a concepção de língua como conjunto de estrutura e regras independentes de toda enunciação e contexto, negando a ideia de que a língua tem primeiramente uma função referencial e que o sentido do enunciado se julgue em termos de verdade ou falsidade. (NASCIMENTO, 2009, p.15)

Neste caso, “dir-se-á que a argumentação está na ‘língua’, nas ‘frases’” (DUCROT, 1989, p.18). Com isso, a argumentação estrutura o discurso, trazendo as possibilidades de sua construção e de sua continuidade, por meio do encadeamento discursivo entre os enunciados ou parágrafos até tornar-se um texto. A TAL pode ser dividida em duas grandes partes:

- a) Forma Standard;
- b) Teoria dos Blocos Semânticos.

A Forma Standard, como Forma Padrão, é dividida em 4 fases: 1) Descritivismo Radical, 2) Descritivismo Pressuposicional, 3) Argumentação como Constituinte da Significação e 4) Argumentatividade Radical.

Quadro 3 - As fases da forma standard

Descritivismo Radical	<p>Nessa fase, a tradição retórica apoia-se na concepção clássica de argumentação (a relação entre argumento A e conclusão C está justificada pelos fatos presentes nos argumentos). A estrutura linguística de um enunciado não tem relação com sua utilização argumentativa, que é influenciada pelos estudos lógicos.</p> <p>A exemplo: Pedro trabalhou pouco / Pedro trabalhou um pouco.</p> <p>Segundo Anscombe e Ducrot (1994), na fase do descritivo radical a argumentação descreve os fatos. A diferença entre os operadores “pouco” e “um pouco” é de fato, sendo “pouco” uma quantidade x de trabalho e “um pouco”, uma quantidade de trabalho maior que x.</p> <p>Fato: quantidade de trabalho efetivamente realizada por Pedro.</p>
Descritivismo Pressuposicional	<p>Anscombe e Ducrot (1994), aduzem à existência de uma força ilocutória, que possui um valor argumentativo dentro da estrutura linguística dos enunciados. Nessa fase, os fatos são colocados em nível do posto e do pressuposto. Para Ducrot (1977, p. 77), “[...] pressupor não é dizer o que o outro sabe ou o que</p>

	<p>se pensa que ele sabe ou deveria saber, mas situar o diálogo na hipótese de que ele já soubesse.” O pressuposto é algo implícito na língua.</p> <p>Exemplo: Pedro trabalhou pouco/ Pedro trabalhou um pouco (o primeiro enunciado do exemplo, “Pedro trabalhou pouco”, o conteúdo posto é - a quantidade de trabalho realizada por Pedro é pequena. O conteúdo pressuposto é Pedro trabalhou).</p> <p>Exemplo: “Pedro trabalhou um pouco” (o conteúdo posto é Pedro realizou uma certa quantidade de trabalho)</p> <p>Logo, o pressuposto é: Se Pedro realizou uma quantidade x de trabalho, essa quantidade é pequena.</p>
Argumentação como Constituinte da Significação	<p>O sentido dos enunciados possui indicações dos fatos presentes na significação da frase. Por isso, os operadores argumentativos introduzem a argumentatividade na estrutura semântica das frases. Exemplo: Os operadores “pouco” e “um pouco” analisados em termos de quantidade. Como “tampouco” em termos de posto/afirmado. Parte-se do ponto de vista apresentado pelo enunciado, colocando a quantidade esperada.</p>
Argumentatividade Radical	<p>Traz o conceito de <i>topos</i> ou princípios gerais, ou seja, as crenças compartilhadas entre o enunciado-argumento e o enunciado conclusão. Sua aplicação é vista na frase no momento da enunciação, isso acontece quando escolhemos uma frase em detrimento da outra, logo, elegemos um <i>topos</i>. Exemplo: ao denominar um carro como “caro” ou “barato”. Esse é o <i>topos</i> da carestia e da negociação do carro mais vantajoso.</p>
Teoria dos Blocos Semânticos	<p>Estuda a interdependência entre dois segmentos, ligados por um determinado conector e formando um bloco semântico.</p> <p>Nessa fase, argumentar passa a ser, então, articular no discurso, criando interdependência semântica coerente, um encadeamento argumentativo.</p>

Fonte: A autora, elaborado a partir de Nascimento (2005).

Ao propor a TAL, Ducrot (1988) suprime a separação conotação/denotação⁵, haja vista que não acreditava que a linguagem possua um componente objetivo, discordando da descrição objetiva. Logo, Ducrot (1988), ao desenvolver a TAL, superou a dicotomia objetivo / subjetivo / intersubjetivo. Segundo Ducrot (1988, p. 49), na

tradição linguística dominante, há três tipos de indicações no sentido de um enunciado: as indicações objetivas ou representações da realidade; as indicações subjetivas, que correspondem à atitude do locutor frente à realidade, e as indicações intersubjetivas ou relações do sujeito para com as pessoas às quais se refere.

A perspectiva tradicional linguística, segundo o autor, descreve três funções principais na língua: 1) representação da realidade; 2) expressão das atitudes do locutor; 3) chamamento ou ação do locutor sobre o alocutário. Por isso, esclarece no seguinte enunciado:

⁵ O aspecto objetivo corresponde à denotação e os outros dois aspectos – subjetivo e intersubjetivo – correspondem à conotação.

Exemplo: Pedro é inteligente.

- Aspecto objetivo: caracterizar Pedro como sendo inteligente.
- Aspecto subjetivo: admiração que o locutor tem por Pedro.
- Aspecto intersubjetivo: locutor pode pedir ao destinatário que tenha confiança em Pedro, em virtude de sua inteligência ou seja prudente em desconfiar dele.

Para Ducrot (1988), no entanto, o enunciado como um todo serviria para que o locutor pedisse a seu interlocutor para portar-se de determinada maneira em relação a Pedro. No exemplo “Pedro é inteligente” na perspectiva apresentada por Ducrot e colaboradores, quando se diz que “Pedro é inteligente”, se há uma descrição de Pedro, ela se encontra intrinsecamente ligada à admiração subjetiva que Pedro desperta no falante ou ao pedido expresso ao interlocutor. Por isso, Ducrot (1988) não reconhece a existência do aspecto objetivo e chama os aspectos subjetivos e intersubjetivos, de *valor argumentativo dos enunciados*.

Ducrot (1988) traz a reflexão sobre a polissemia da palavra sentido, sendo ao mesmo tempo: significação e direção, ou seja; uma orientação ao discurso, pois o emprego de uma palavra torna possível ou impossível uma certa continuação do discurso.

No exemplo Pedro é inteligente, a qualificação “inteligente” autoriza várias possibilidades ou impossibilidade de continuidade no discurso, a exemplo: Pedro é inteligente, logo passará no concurso ou Pedro é inteligente, jamais será enganado. Assim, abre caminhos para determinadas conclusões ao orientar discursivamente o sentido do discurso, em função dos aspectos subjetivos e intersubjetivos que direciona a atitude do locutor frente à realidade⁶.

Para Ducrot (1988, p. 56), a língua é “um conjunto de frases.” Descrever uma língua é descrever as frases dessa língua de forma sistemática, por meio do valor semântico de frases simples. O discurso, por sua vez, é uma sucessão de enunciados, que, por sua vez, são materializações ou realizações de frases da língua.

Para compreender a significação de um enunciado, tomemos como exemplo a frase “X mas Y”, presente e base do enunciado - “Estudou muito, mas tirou nota baixa” - entre outros, de contraposição. Inicialmente precisa-se conhecer o valor semântico de X para calcular o de Y, e

⁶ É o que Ducrot (1988) chama de valor argumentativo, qual seja um conjunto de possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva Indicação intersubjetiva relação do sujeito para com o interlocutor.

considerar o fato de que a conjunção *mas* indica o trabalho que se deve fazer para compreender o enunciado. Para isso, busca-se a conclusão de que o locutor tinha em mente quando produziu o enunciado. Nesse caso, o locutor pensava em uma conclusão justificada por X (conclusão *-r*) e contradita por Y (conclusão não *-r*). Assim, é possível descrever o enunciado da seguinte forma:

X – Estudou muito

Conclusão *-r*: será aprovado

Y – (mas) tirou nota baixa

Conclusão não *-r*: não será aprovado

No enunciado em questão, a conclusão *-r* será, portanto, rechaçada pelo falante e a conclusão não *-r* será admitida. Nesse sentido, qualquer continuidade no discurso se dará a partir da conclusão não *-r*, tal como: Estudou muito, mas tirou nota baixa. Terá de repetir de ano.

Para Ducrot (1988) a significação é aberta e não está vinculada aos fatos, mas a língua. O autor prova isso a partir da descrição de pares de frases que indicam o mesmo fato, no mesmo contexto, porém com argumentações ou orientações discursivas diferentes e até contrárias.

Em um contexto em que o trabalho conduz ao êxito, os enunciados *Pedro trabalhou pouco* e *Pedro trabalhou um pouco* são possíveis para o mesmo fato: o trabalho realizado por um sujeito denominado Pedro. Percebe-se que o fato é exatamente o mesmo, mas as conclusões não são iguais, a primeira de ordem negativa aponta para conclusões do tipo: Não merece ser recompensado. A outra, positiva, permite conclusões do tipo: Merece receber alguma recompensa. Com isso, afirma Ducrot (1988) que as possibilidades argumentativas não estão determinadas apenas pelos fatos, mas principalmente pelas formas linguísticas, que orientam o discurso.

Outrossim, operar argumentativamente é utilizar os mecanismos que a língua dispõe. Por isso, Ducrot (1987) demonstrara que as frases possuem argumentatividade, a exemplo de quando chegamos a certas conclusões, partindo do sentido presente em morfemas e outros elementos linguísticos que determinam a força argumentativa de um enunciado. Nessa esteira, assinala Ducrot (1988, p. 20):

a força argumentativa de um enunciado A deve ser definida como um conjunto [...] dos enunciados C1, C2... etc. que podem aparecer como conclusões de A. Assim a força argumentativa de um enunciado 'Pedro trabalhou um pouco' consistiria no conjunto dos enunciados que podem eventualmente lhe ser encadeados em um discurso por um portanto ou um conectivo deste tipo, explícito ou implícito. Neste conjunto, encontrar-se-iam, por

exemplo, os enunciados ‘Ele está cansado’, ‘Ele tem o direito de descansar’, ‘Ele talvez tenha terminado o artigo’.

A respeito da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), Ducrot (1989) mostra como se realiza a construção de sentido, por meio de estruturas linguísticas, através da relação de interdependência existente entre dois segmentos (relação entre argumento e conclusão e não mais na passagem de um argumento A para uma conclusão C - logo, um argumento e conclusão são elementos semanticamente independentes).

O sentido se constrói a partir de um bloco semântico, qual seja a interdependência entre os segmentos de um encadeamento argumentativo de uma entidade linguística. Assim, a TBS trata-se de um conjunto de discursos, que possui a função combinatória de modificar os discursos associados a outras entidades. Indubitavelmente, tão somente o discurso é doador de sentido, por meio de um encadeamento argumentativo com dois segmentos, X e Y (duas entidades linguísticas), ligados por um conector.

Já os tipos de conectores podem ser: normativos ou transgressivos, outrossim, argumentação também pode ser normativa⁷ ou transgressiva⁸. Porquanto, o sentido da palavra está presente nos encadeamentos tanto normativos como transgressivos, o qual constitui o bloco semântico.

Os dois tipos de argumentação foram denominados por Carel e Ducrot (1999) como argumentação intrínseca (AI) e extrínseca (AE). Depois, Ducrot (2000) renomeou como estrutural (relacionada ao significado de uma palavra) e contextual (está ligada ao significado de uma entidade, construído pelo discurso).

O autor conceitua as palavras instrumentais como “[...] aquelas às quais não queremos ou não podemos associar um conjunto específico de aspectos e discursos. Isso não significa, é claro, que seu valor semântico seja estranho à ordem do discursivo” (DUCROT, 2002, p.10).

Elas são divididas em três categorias: articuladores (organizadores textuais servem para articular os encadeamentos argumentativos e comparar “as argumentações que constituem o sentido dos segmentos que os precedem e os seguem” (DUCROT, 2002, p. 11)), os conectores e

⁷ A argumentação é normativa que está interligada semanticamente por um conector do tipo o conector “logo”. Temos a exemplo: 1’ João está com pressa de chegar, portanto ele corre.; 1” Se João está com pressa de chegar, então ele corre.; 1''' João corre porque está com pressa de chegar.

⁸ A argumentação transgressiva os segmentos são inter-relacionados por um conector do tipo o conector “no entanto”. A exemplo: 2’ João tem pressa de chegar, no entanto não corre.; 2” Ao mesmo tempo que ele tem pressa de chegar, João não corre.; 2''' Embora tenha pressa de chegar, João não corre.

os operadores (estruturam os enunciados, articulando-os entre si, “uma palavra Y que, aplicada a uma palavra X, produz um sintagma XY cujo sentido está constituído por aspectos que contêm as palavras plenas já presentes na AI e na AE de X” (CAREL; DUCROT, 2002, p. 166)).

Com relação aos operadores argumentativos, também conhecidos como operadores do discurso, é possível afirmar que além de articular as palavras orientando-as argumentativamente, eles indicam a força argumentativa dos enunciados e as conclusões possíveis. Tais elementos linguísticos foram classificados por Koch (2014), da seguinte forma:

Quadro 4 - Classificação dos operadores

1. Operadores que deixam o argumento mais forte para uma determinada conclusão: até, mesmo, até mesmo, inclusive.
2. Operadores que adicionam argumentos favorável de uma mesma conclusão: e, também, ainda, nem, não só... mas também, tanto...como, além de..., além disso..., a par de..., etc.
3. Operadores que trazem uma conclusão dos enunciados anteriores: portanto, logo, por conseguinte, pois, em decorrência, conseqüentemente, etc.
4. Operadores com argumentos alternativos por meio conclusões diferentes ou opostas: ou, ou então, quer...quer, seja...seja, etc.
5. Operadores de comparação entre elementos para uma determinada conclusão: mais que, menos que, tão...como, etc.
6. Operadores de justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior: porque, que, já que, pois, etc.
7. Operadores de argumentos com conclusões contrárias: mas (porém, contudo, todavia, no entanto, etc.), embora (ainda que, posto que, apesar de (que), etc.).
8. Operadores com enunciado conteúdos pressupostos: já, ainda, agora, etc.
9. Operadores que se distribuem em escalas opostas: um pouco e pouco.

Fonte: A autora, elaborado a partir de Koch (2014).

Outro conceito importante da teoria de Ducrot (1989) é o de polifonia, uma vez que o autor propõe que o sentido dos enunciados é, por natureza, polifônico. Assim, descrever um enunciado é também descrever as diversas vozes e pontos de vista nele presentes. Na compreensão do conceito precisamos entender a noção de enunciador (E), locutor (L) e sujeito empírico (SE), funções do

sujeito descritas pelo autor. A Teoria Polifônica da Enunciação mostra as funções diferentes para o sujeito da enunciação: Sujeito Empírico (SE), Locutor (L) e Enunciador (E).

- Sujeito empírico (SE): autor efetivo, o produtor do enunciado. O sujeito empírico (SE) é o autor efetivo, o produtor do enunciado: “El sujeto empírico es el autor efectivo, el productor del enunciado. Pero determinar quién es el autor efectivo del enunciado es mucho menos fácil de lo que se podría creer” (DUCROT, 1988, p. 16).
- Locutor (L): responsável pelo enunciado. É a pessoa a quem se atribui a responsabilidade da enunciação no próprio enunciado. Apresenta como responsável pelo discurso, a quem se referem as marcas de 1ª pessoa do discurso: “[...] tiene marcas en el enunciado mismo: las de la primera persona (yo, mí, me, etc.) y en cierta medida, aquí, ahora...” (DUCROT, 1988, p. 17). Assim, o locutor é aquele que se apresenta como responsável pelo discurso, a quem se referem as marcas de 1ª pessoa do discurso.
- Enunciador (E): São pontos de vista que o locutor apresenta em seu discurso, assumindo determinadas posições a respeito desses enunciadores: “En la teoría de la polifonía, por el contrario, el enunciado presenta una multitud de puntos de vista diferentes y el locutor toma una multitud de actitudes en relación con esos puntos de vista” (DUCROT, 1988, p. 68).

Ducrot (1987) descreve três funções diferentes para o sujeito da enunciação acima descritos. Por isso, a polifonia origina-se na própria enunciação e implica que o sentido do enunciado pode ser atribuído a vários sujeitos. A polifonia, nesse sentido, implica a dependência de vozes, ou seja, um locutor pode utilizar diferentes vozes (outros locutores ou enunciadores) com diferentes intenções, assumindo diferentes posicionamentos com relação a essas vozes, inclusive utilizando-as para fundamentar seus pontos de vista.

É interessante destacar que a TAL contesta, na linguística, o princípio da unicidade do sujeito falante, segundo o qual o sujeito que produz o enunciado é responsável pelos atos de fala e ao mesmo tempo é designado pela marca de primeira pessoa. Ducrot retoma, assim, o termo polifonia empregado por Bakhtin (2000), no estudo sobre os romances de Dostoiévski, quando descreve a confrontação das vozes de diferentes personagens e do próprio narrador. Contudo, o termo polifonia é proveniente da teoria musical, que significa várias vozes.

Ducrot (1987) traz o termo polifonia para a Linguística, questionando o princípio da unicidade do sujeito falante e descrevendo a polifonia de enunciadores (no mesmo enunciado, são

identificados pontos de vista diferentes) e a polifonia de locutores (num mesmo enunciado, tem-se dois locutores distintos, eventualmente subordinados).

a) **Polifonia de enunciadores:** a polifonia de enunciadores ocorre quando, no mesmo enunciado, é possível identificar pontos de vista (enunciadores) diferentes, para os quais o locutor assume diferentes posicionamentos (apresentação, assimilação, aprovação, rechaço, entre outros).

Com relação aos enunciadores, o autor afirma que:

[...] são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras (DUCROT, 1987, p. 192).

Ducrot (1988, p. 24) traz o seguinte exemplo da presença de enunciadores dentro de um enunciado: “Pedro não veio; ao contrário, ficou em casa”. Logo, temos dois enunciadores:

E1- Pedro veio. (E1 – ponto de vista afirmativo)

E2- Pedro não veio. (E2 se opõe a E1)

Na negação, o posicionamento de L é de identificação ou assimilação com relação L2 (ponto de vista negativo) e de rechaço com relação a E1 (ponto de vista afirmativo).

Desse diálogo entre o locutor e os enunciadores é que temos a polifonia, conceituada como um conjunto de vozes que estão presentes em um enunciado quando um locutor se dirige a um interlocutor, ou seja, são os pontos de vista frente aos quais o locutor toma uma posição.

Além da negação, a polifonia de enunciadores acontece em diferentes tipos de enunciados em que são evocados mais de um ponto de vista, a exemplo do humor, da ironia, da pressuposição, da negação e em enunciados com o “mas”. No humor percebe-se um ponto de vista absurdo que não é atribuído ao locutor e a ele o locutor não se opõe. Na ironia, por sua vez, o locutor expõe no seu enunciado, várias opiniões diversas da sua: o locutor assume as palavras, mas não o ponto de vista que elas representam (DUCROT, 1987). Qualifica-se um enunciado como irônico aquele que ataca uma pessoa a quem se atribui o ponto de vista absurdo.

Já na pressuposição, o enunciado possui uma asserção posta (E1 – expressamente dito) e uma pressuposta (E2 - o que está implícito e assinalado linguisticamente). O posicionamento do locutor é de assimilação com relação ao posto (E1) e de aprovação com relação ao pressuposto (E2).

b) **Polifonia de locutores:** a polifonia de locutores ocorre quando, em um enunciado, é possível encontrar diferentes responsáveis pelo próprio enunciado, eventualmente subordinados, a exemplo do discurso relatado, das aspas de diferenciação e do arazoado por autoridade.

Ducrot (1987, p. 182) diz que o locutor é um “[...] um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado” (DUCROT, 1987, p. 182). O autor traz como exemplo de polifonia de locutores o discurso relatado em estilo direto.

A polifonia de locutores é encontrada em enunciados do tipo - *Carlos me disse: “eu irei ao cinema”*, em que é possível encontrar dois locutores distintos:

L1 – locutor responsável pelo enunciado como um todo (marcado pelo pronome *me*).

L2 – locutor responsável pelo discurso relatado (Carlos – marcado pelo pronome *eu*)

Para Ducrot (1987, p. 185), a polifonia de locutores “[...] permite ainda a alguém fazer-se o porta-voz de um outro e empregar, no mesmo discurso, eus que remetem ao porta-voz, quanto à pessoa da qual é porta-voz”, assim, o locutor é uma ficção discursiva – ser do discurso – enquanto o sujeito falante é um elemento da experiência – ser empírico (DUCROT, 1987, p.187).

Logo, a polifonia de locutores acontece quando “[...] dois locutores distintos em casos de ‘dupla enunciação’ – fenômeno que se torna possível pelo fato de o locutor ser um ser de discurso, participando desta imagem da enunciação fornecida pelo enunciado” (DUCROT, 1987, p. 191). Nesse sentido, para Ducrot, o relato em estilo direto é um caso de polifonia de locutores.

Ducrot (1987) mostra a diferença entre o estilo direto e o estilo indireto: “[...] o estilo direto pode também visar só o conteúdo, mas para fazer saber qual é o conteúdo, escolhe dar a conhecer uma fala (ou seja, uma sequência de palavras imputadas a um locutor)” (DUCROT, 1987, p. 197). Assim, no estilo direto, apresentam-se as palavras com certo “distanciamento”, uma vez que as palavras do outro são reproduzidas na íntegra, ao passo que no estilo indireto, as palavras relatadas sofrem algumas mudanças, de modo que o locutor responsável pelo todo traz a voz do outro com determinadas alterações, segundo Nascimento (2005), o que pode gerar um maior comprometimento com o dito alheio.

A presença dos verbos e expressões *dicendi*, demarcam o próprio sentido do enunciado, a subordinação da voz de um locutor (L2) com relação à voz do locutor responsável pelo discurso como um todo (L1), de modo que ocorre tanto no estilo direto como estilo indireto. Tais verbos

podem gerar posicionamentos enunciativos do locutor responsável pelo discurso como um todo, com relação ao relato introduzido, ou seja, o discurso de outros locutores.

Nascimento (2005) observa que os verbos e expressões *dicendi* podem funcionar como elementos modalizadores e, por isso, classifica-os em dois grandes grupos, a saber:

- 1) modalizadores – aqueles que introduzem o discurso relatado e indicam o modo como o discurso deve ser lido (síntese léxica “dizer + modalidade”);
- 2) não modalizadores – aqueles que introduzem o discurso relatado, indicam, tão somente, um ato de fala. (NASCIMENTO, 2005).

Dessa maneira, Nascimento (2005) observa que o fenômeno da polifonia ocorre em conjunto com a modalização discursiva, em determinados enunciados de língua em uso. A modalização é vista aqui “[...] como um ato de fala particular que permite ao locutor, além de deixar marcas de suas intenções, agir em função do seu interlocutor” (NASCIMENTO; SILVA, 2012, p. 63).

Estudando o gênero notícia, Nascimento (2005) identificou casos em que a polifonia de locutores, inclusive o arrazoado por autoridade, ocorre em concomitância com a modalização. Os verbos *dicendi* modalizadores, no caso estudado pelo autor, são utilizados pelo locutor responsável pela notícia para introduzir vozes alheias, assumir posicionamentos com relação a essas vozes (assimilação ou distanciamento) e ao mesmo indicar como essas devem ser lidas.

Assim, reformulando os estudos de Ducrot, Nascimento (2005) propõe que o relato em estilo indireto também é um caso de polifonia de locutores, uma vez que tanto no relato em estilo direto como no relato em estilo indireto há a hierarquização de vozes e é possível identificar posicionamentos do locutor responsável pelo discurso (L1) com relação aos outros locutores presentes no texto (L2, L3, etc.).

Convém assinalar que, em Ducrot (1987), a argumentação por autoridade é subdividida em dois tipos: autoridade polifônica (pertence ao grupo da polifonia de enunciadores) e o arrazoado por autoridade (polifonia de locutores). A autoridade polifônica ocorre em enunciados em que um ponto de vista funciona como argumento para outro em enunciados do tipo - “Parece que vai chover: não deveríamos sair hoje”, em que E1 (Parece que vai chover) é utilizado como argumento para se admitir E2 (Não deveríamos sair hoje).

O arrazoado por autoridade ocorre quando é evocada a voz ou relato de um segundo locutor, uma autoridade socialmente constituída, no discurso. No caso do júri simulado, acreditamos que a modalização ocorre em concomitância com o arrazoado por autoridade e outros fenômenos polifônicos, o que poderá ser observado no nosso *corpus* de análise. Ainda a respeito da modalização, Nascimento e Silva (2012), partindo da classificação inicial de Castilho e Castilho (2005), apresentam uma taxionomia para os modalizadores discursivos (elementos linguísticos que materializam a modalização nos enunciados), a saber: epistêmicos, deônticos, delimitadores e avaliativos.

- 1) **Modalização Epistêmica:** acontece quando se expressa uma avaliação a respeito do valor e condições de verdade das proposições. Asseverativa se caracteriza pelo caráter de verdade impresso no enunciado. Ocorre quando o falante expressa uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição.
 - 1.1) **Epistêmicos asseverativos:** são selecionados quando o locutor considera o conteúdo quase certo ou como uma possibilidade que espera ser confirmada ou não. Demarca um conteúdo de um enunciado como uma situação quase certa.
 - 1.2) **Epistêmicos quase-asseverativos:** é aquela em que o falante emite uma avaliação sobre o valor de verdade da proposição, considerando o seu conteúdo como quase certo ou como uma hipótese que depende de confirmação.
 - 1.3) **Epistêmica habilitativa:** ocorre quando o falante apresenta a habilidade de algo ou alguém realizar alguma coisa e o faz porque tem conhecimento a respeito.

- 2) **Modalização Deôntica:** ocorre quando o locutor se expressa considerando a obrigatoriedade do conteúdo proposicional, ou seja, o conteúdo deve, precisa ocorrer. Segundo Castilho e Castilho (2005) indica obrigação, proibição, permissão e volição. Subdivide-se obrigatoriedade, proibição, possibilidade e volitiva. A Modalização Deôntica de Obrigatoriedade apresenta o conteúdo como algo obrigatório e que precisa acontecer. A Deôntica de Proibição expressa o conteúdo como algo proibido, que não pode acontecer. Possibilidade ocorre quando o locutor responsável pelo enunciado expressa algo facultativo ou uma permissão, deixando, muitas vezes, a cargo do interlocutor a escolha em realizar o que lhe é pedido pelo conteúdo do enunciado. A Deôntica Volitiva expressa um desejo ou vontade de que algo ocorra. Além de deixar materializada, no enunciado, a vontade do falante, essa

modalização pode funcionar como uma estratégia argumentativa-pragmática através da qual um locutor pode pedir ou solicitar a seu interlocutor que realize algo que deseje (NASCIMENTO; SILVA, 2012).

- 3) **Modalização Avaliativa:** esse tipo de modalização, mais do que revelar um sentimento ou emoção por parte do locutor em função da proposição do enunciado, “[...] indica uma avaliação da proposição por parte do falante, emitindo juízo de valor, e indicando, ao mesmo tempo, como o falante quer que essa proposição seja lida” (NASCIMENTO, 2005, p. 64). A modalização avaliativa é marcada em um enunciado quando o locutor expressa sua opinião ou juízo de valor ou apresenta uma justificativa a respeito do conteúdo proposicional, excetuando-se qualquer avaliação de caráter deôntico ou epistêmico.
- 4) **Modalização delimitadora:** é a modalização que delimita o conteúdo do enunciado, ou seja, especifica os limites dentro dos quais se deve tomar o conteúdo do dito. Nesse sentido, é um tipo de modalização à parte, que age como negociador na articulação argumentativa com o interlocutor.

Ademais, os modalizadores discursivos são estratégias argumentativas semântico-pragmáticas de construção de sentidos, demarcando a presença do locutor responsável pelo discurso. Além dos modalizadores discursivos e dos operadores argumentativos, a semântica argumentativa descreve diferentes elementos linguístico-discursivos e fenômenos que imprimem argumentação na língua e no discurso, tais como os marcadores de pressuposição, os enunciados negativos, a ironia, os diferentes fenômenos polifônicos, entre outros. No capítulo III, discutiremos os estudos sobre os gêneros discursivos, na perspectiva dialógica, tendo como pano de fundo o Tribunal do Júri e a transposição didática do gênero textual júri simulado.

3 GÊNEROS DISCURSIVOS

O presente capítulo desta dissertação abordará a base teórica de Bakhtin (2000) e de Marcuschi (2008) acerca dos gêneros discursivos como condão da interação social e humana. Ademais, problematizar-se-á a importância dos gêneros discursivos no ensino da Língua Portuguesa e do trabalho a partir do gênero textual em sala de aula, problematizando a sua estrutura, suas características e sua funcionalidade na perspectiva de Bakhtin (2000). Da mesma feita, trataremos a respeito do Tribunal do Júri, do gênero júri simulado e das estratégias argumentativas utilizadas no referido gênero.

3.1 OS GÊNEROS DISCURSIVOS: CONCEITO, CONCEPÇÕES E CLASSIFICAÇÃO

Enquanto ser social, com *animus* de comunicar, o ser humano desenvolve a produção discursiva, seja ela oral ou escrita, no exercício pleno da cidadania e nos desafios da vida social. Dessa feita, a convivência humana aduz inúmeras situações comunicativas que se materializam por meio dos gêneros discursivos, no contexto dos diversos grupos sociais: na família, na escola, na igreja, na comunidade, no fórum, no órgão público, dentre outros.

Neste trabalho, adotamos os estudos de Bakhtin (2000) e Marcuschi (2008) sobre os gêneros discursivos. Assegura Bakhtin (2000) que a partir da língua em uso, podem-se conceituar os gêneros como enunciados relativamente estáveis, que utilizam cada esfera da língua.

Desse modo, partindo da necessidade do uso eficaz da língua que é mobilizado por um determinado gênero discursivo, entende Bakhtin (2011) que o sujeito, ao utilizar a língua, estabelece a interação verbal, pois a língua é materializada a partir das situações concretas, o que a torna fenômeno vivo e dinâmico.

Segundo Nascimento (2012, p. 22), não há consenso quanto à classificação dos gêneros na Linguística, “a própria denominação como gêneros do discurso não é unanimidade, pois coexistem termos como gêneros discursivos e gêneros textuais.” Neste trabalho, utilizaremos o termo gêneros discursivos. Embora a teorização sobre os gêneros seja um problema atual, o estudo a esse respeito remota à Antiguidade Clássica, que descreveu tanto gêneros literários (lírica, epopeia e drama), como os gêneros retóricos. Conforme a classificação de Aristóteles, os gêneros retóricos podem ser: deliberativo ou político (direcionado para convencer o auditório), judicial ou forense (tem o

afã de conceder o voto a favor da tese do orador) e epidíctico ou de exibição (serve para elogiar ou censurar o orador) (ARISTÓTELES, 1959).

Sob o ponto de vista do dialogismo, os gêneros estão inseridos em processo comunicativo e social. Elucida Bakhtin (2000, p.279) que “todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua.” Assim, a relação tríade entre língua, locutores e interlocutores inseridos em uma determinada atividade humana é o *locus*, onde se desenvolvem os gêneros discursivos, sejam eles orais ou escritos.

De maneira geral, a nomenclatura gêneros textuais e/ou discursivos é utilizada para se referir aos textos que utilizamos diariamente, nos mais diversos grupos sociais, quando interagimos. São exemplos desses gêneros os mais diversos textos orais e escritos, formais e informais: conversa, telefonema, carta, ofício, petição, aula expositiva, notícia, romance etc. (NASCIMENTO, 2012, p.21)

Para cada situação de comunicação e de acordo com a posição social do sujeito, há a produção dos gêneros discursivos, seja pelo uso da linguagem escrita, seja oral, não-verbal, com determinada intencionalidade do ato de expressar-se ou de persuadir alguém.

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais-, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. (BAKHTIN, 2000, p.279).

A diversidade dos gêneros discursivos é infinita, considerando a variedade e infinitude da atividade humana, sendo assim, cada esfera possui repertório de gêneros desde os mais simples aos mais complexos (BAKHTIN, 2000). Afirma Bakhtin (2000) que a língua demonstra a heterogeneidade dos gêneros discursivos, sejam eles orais ou escritos e de acordo com a diversidade funcional destes. Logo, a linguagem irá materializar-se por meio dos gêneros discursivos, partindo do enunciado - como unidade temática, composicional e estilística - por isso, os gêneros discursivos estão interligados dentro da esfera comunicativa, bem como inserido dentro de um contexto histórico e social.

Segundo Cavalcante (2011), o conceito de gênero é parte da concepção sócio-histórica e dialógica, pois em toda sociedade há diversos tipos de interação, para atingir os objetivos como persuadir, anunciar, descrever, pedir, entre outros e para tais existem várias interações linguísticas. Logo, não conseguimos criar formas totalmente inéditas, pois “os gêneros tipificam muitas coisas

além da forma textual. São parte do modo como os seres humanos dão forma às atividades sociais.” (BAZERMAN, 2009, p.31).

Conforme Cavalcante (2011, p.44), os gêneros discursivos são assim definidos:

São padrões sociocomunicativos que se manifestam por meio de textos de acordo com necessidades enunciativas específicas. Trata-se de artefatos constituídos sociocognitivamente e para atender aos objetivos de situações sociais diversas. Por esse motivo, eles apresentam relativa estabilidade, mas seu acabamento foi (e continua sendo) constituído historicamente. (CAVALCANTE, 2011, p.44).

A categoria *propósito comunicativo* é exposta por Cavalcante (2011, p. 45) quando “o indivíduo possui algumas alternativas de comunicação, com um padrão textual e discursivo socialmente reconhecido, isto é, um gênero do discurso que é adequado ao propósito em questão”. Pode-se, exemplificar, no caso de um advogado que no exercício da sua função redige a petição inicial, o discurso no tribunal do júri, a sustentação oral, as petições diversas, os recursos, a contestação, a impugnação, entre outros. Contudo, esse mesmo sujeito, como aluno do curso de pós-graduação, solicita junto à coordenação do curso uma declaração ou histórico. Assim, para cada situação da vida social o mesmo sujeito pode fazer uso de diversos gêneros discursivos.

A escolha e a estrutura do gênero dependem do propósito comunicativo, pois os gêneros diferenciam-se conforme:

a situação imediata de comunicação, os elementos socioculturais historicamente constituídos, bem como as necessidades específicas solicitadas por certas condições associadas à modalidade de oralidade ou escrita, ao grau de formalismo, à possibilidade de participação simultânea dos interlocutores, entre outros. (CAVALCANTE, 2011, p.46).

Ademais, Bakhtin (2000) utilizou três critérios para definir o gênero discursivo: a) conteúdo temático, b) estilo verbal e c) estrutura composicional, levando em consideração também a função sociocomunicativa do gênero.

Quadro 5 - Critérios para caracterização do gênero discursivo

- | |
|---|
| <p>1) Conteúdo temático: tema abordado pelo autor. É o tipo de informação que é objeto veiculado pelo gênero discursivo. O conteúdo será tratado de acordo com cada gênero e com a intencionalidade dos sujeitos autores. Assim, a depender do que irá ser abordado, das intenções no processo comunicativo, tudo isso irá determinar na escolha do gênero que vamos utilizar. Por exemplo, não escolhemos uma carta pessoal para instruir alguém para manusear determinado objeto.</p> |
| <p>2) Estilo verbal: recurso linguístico da língua (lexical, gramatical, fraseológico, sintático, entre outros). É um estilo particular de cada gênero. O estilo verbal de uma petição</p> |

inicial não é o mesmo estilo verbal de uma sentença ou de um recurso. Cada gênero vai servir a propósitos comunicativos diferentes, vai diferenciar desde o vocabulário, às expressões linguísticas, o nível de formalidade, de um gênero para outro. Bakhtin (2000, p.283) afirma: “o problema de saber o que na língua cabe respectivamente ao uso corrente e ao indivíduo é justamente problema do enunciado (apenas no enunciado a língua comum se encarna numa forma individual). A definição de um estilo em geral e de um estilo individual em particular requer um estudo aprofundado da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros textuais.”

- 3) Estrutura composicional: forma relativamente estável na construção do gênero discursivo. É o padrão, é a forma de cada gênero, de modo que podemos identificar e prever as intenções do autor.

Fonte: A autora, a partir de Bakhtin (2000).

Os gêneros discursivos fazem parte do nosso cotidiano: onde há interação, há o gênero. Os mais diversos grupos sociais fazem uso de diversos textos orais ou escritos, como bilhete, carta, conversa informal, diálogo petição, sentença, ofício, memorando, notícia, entre outros. (NASCIMENTO, 2012).

Os gêneros discursivos são, simultaneamente, formas estabilizadas, ou seja, regulares, passíveis de estruturação) e instáveis (ou seja, passíveis de sofrerem mudanças). Os gêneros são estáveis porque resultam de atividades sociais que são reiteradas ao longo do tempo. A repetição de determinados propósitos comunicativos gera formas de comunicação que terminam por se consagrar, mas que, a depender das práticas sociais e das convenções impostas pelo meio em que circulam, podem sofrer mais variações, ou menos. (CAVALCANTE, 2011, p.49).

Vamos tratar do conceito da relativa estabilidade do gênero, pois esse caráter relativamente estável dos gêneros discursivos advém do contexto sócio-histórico de cada gênero, por exemplo, os discursos no tribunal do júri proferidos na época de Rui Barbosa não são os mesmos nos dias atuais.

Isso decorre do fato de que ao longo do processo sócio-histórico os gêneros vão distinguindo-se, modificando-se, ao passo que as necessidades humanas mudam. Assim, o binômio gênero-ação humana é indissociável na concepção de Bakhtin (2000), pois se encontram imbricados, de modo que não se pode pensar que alguém escolhe um determinado gênero sem inseri-lo em um interesse humano, ou seja, dentro de uma situação comunicativa.

Da variedade dos gêneros enseja a diversidade dos interesses dos sujeitos que falam ou escrevem, pois os gêneros discursivos dependem dos fatos sociais, haja vista que ambos são infinitos e heterogêneos (BAKHTIN, 2000).

Considerando que todo enunciado é marcado por uma esfera da comunicação (BAKHTIN, 2000), pode-se conceituar os gêneros discursivos, a partir desse autor, como os enunciados⁹, relativamente estáveis, provenientes da ação humana e, porquanto, tendo funcionalidade eminentemente social, eles são dinâmicos e infinitos, e se caracterizam e se distinguem a partir dos seguintes elementos: estilo composicional, conteúdo e estrutura. Sobre a classificação dos gêneros discursivos, entende Bakhtin (2000):

Importa, nesse ponto, levar em consideração a diferença essencial existente entre o gênero do discurso *primário* (simples) e o gênero do discurso secundário (complexo). Os gêneros secundários do discurso - o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc. - aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. (BAKHTIN, 2000, p.281)

Assim, de acordo com a complexidade do gênero discursivo, podem ser: a) os primários (comunicação cotidiana); b) os gêneros secundários (das situações mais complexas de uso da língua, geralmente padronizados). Os gêneros primários são formados a partir da situação de comunicação cotidiana e são fontes para os gêneros secundários, a exemplo do diálogo oral, conversa informal, entre outros. Ao passo que os gêneros secundários apresentam-se nas situações de comunicação complexa e de cultura elevada, trasmutando os gêneros primários, como é o caso do discurso jurídico, científico e acadêmico.

Referindo-se à transmutação, ela é conceituada como um fenômeno em que o gênero discursivo transforma e é transformado, ou seja, é a plasticidade e a dinamicidade ao longo da estrutura, estilo e do contexto sócio-histórico (BAKHTIN, 2000). Os aspectos sócio-histórico, intencional e contextual permitem que um gênero absorva um outro gênero e transmute-se em outro, passando a ter uma nova forma composicional "em circunstâncias de comunicação verbal espontânea" (BAKHTIN, 2000, p. 281).

Nessa perspectiva, a transformação que passa um gênero para outro são marcadas pela incorporação com traços estruturais que são importantes na intenção argumentativa. Bakhtin (2000) traz o exemplo da carta transmutando-se em um romance, assim, a carta não se torna um romance, mas sim um gênero da esfera do cotidiano presente em um outro gênero (complexo), a

⁹ Para Bakhtin (2000), o enunciado é formado na comunicação discursiva, mediante a alternância dos sujeitos do discurso (encadeamento das atitudes da atividade comunicativa), da expressividade ou relação do enunciado com o próprio falante (autor do enunciado - ocorre quando o autor valora o objeto do discurso e seus interlocutores) e também da conclusibilidade (a alternância de sujeitos no enunciado).

partir da inserção dos personagens. Na transmutação vemos como a língua é materializada nos enunciados concretos que a concretiza na atividade humana. Prontamente, só há comunicação por meio dos gêneros discursivos.

Uma das teses centrais a ser defendida e adotada aqui é a de que é impossível não se comunicar verbalmente por algum gênero, assim como é impossível não se comunicar verbalmente por algum tempo. Isso porque toda a manifestação verbal se dá sempre por meio de textos realizados em algum gênero. Em outros termos, a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual. Daí, a centralidade da noção de gênero textual no trato sociointerativo da produção linguística. (MARCUSCHI, 2008, p.154).

Para Bakhtin (2000), todas as atividades de interação humana fazem o uso da língua, materializado pelos enunciados. Assim, o gênero discursivo deve ser tratado no âmbito da sua realidade social, seguindo critérios dos padrões comunicativos, ações, propósitos e inserção sócio-histórica. Tratando dos gêneros e da tipologia, Marcuschi (2008) diferencia-se os tipos textuais dos gêneros textuais, ademais, o autor acrescenta o conceito de domínio discursivo, conforme o quadro abaixo:

Quadro 6 – Definição: tipologia, gênero discursivo e domínio discursivo

Tipologia textual	Designa uma espécie de construção teórica (em geral uma sequência subjacente aos textos), definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo). O tipo caracteriza-se muito mais como sequências linguísticas (sequências retóricas) do que como textos materializados; a rigor, são modos textuais.
Gênero textual	Refere-se aos textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilo concretamente realizados na integração de forças históricas, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas.
Domínio discursivo	Constitui muito mais uma “esfera da atividade humana” no sentido bakhtiniano do termo do que um princípio de classificação de textos e indica <i>instâncias discursivas</i> (por exemplo: discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso

	religioso, etc.). Não abrange um gênero em particular, mas dá origem a vários deles, já que os gêneros são institucionalmente marcados. Constituem práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que às vezes lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder.
--	---

Fonte: A autora, a partir de Marcuschi (2008, p.154-155)

Na acepção de Marcuschi (2008), os gêneros textuais são entidades comunicativas com determinadas funções, propósitos, ações e conteúdos e as distinções entre um gênero e outro não são predominantemente linguísticas, e sim funcionais. Dessa forma, a tipologia advém, principalmente, de sua funcionalidade e da organização retórica do gênero. Partindo dessa compreensão, os gêneros não são modelos estanques, mas sim estruturas culturais e cognitivas da atividade social, manifestando-se por meio da linguagem, logo, podemos afirmar que os gêneros são dinâmicos e heterogêneos. De acordo com o critério da heterogeneidade dos gêneros discursivos, Bakhtin (2000, p. 279-280) elucida que:

Cumpra salientar de um modo especial a heterogeneidade dos gêneros do discurso (orais e escritos), que incluem indiferentemente: a curta réplica do diálogo cotidiano (com a diversidade que este pode apresentar conforme os temas, as situações e a composição de seus protagonistas), o relato familiar, a carta (com suas variadas formas), a ordem militar padronizada, em sua forma lacônica e em sua forma de ordem circunstanciada, o repertório bastante diversificado dos documentos oficiais (em sua maioria padronizados), o universo das declarações públicas (num sentido amplo, as sociais, as políticas).

Os gêneros são heterogêneos e infinitos, podem ser orais ou escritos. Também são classificados como primários (carta pessoal, bilhete, conversa) e os secundários (um documento oficial, uma petição), conforme mencionado anteriormente por Bakhtin (2000). Todos são provenientes do processo de formação histórica, social e ideológica de uma sociedade. Entende Bakhtin (2000) que, desde um simples diálogo, até os gêneros mais complexos das esferas sociais, os sujeitos utilizam os gêneros discursivos, fazendo o uso da língua de forma eficaz.

Na dinâmica social os gêneros se evoluem, se alteram, se modificam e novos gêneros surgem de acordo com as demandas sociais, como os gêneros da cibercultura (MARCUSCHI, 2008). Sob a perspectiva sociointeracionista, os gêneros são compreendidos como fenômeno social que mostram a estrutura e a função do corpo social e a interação social, nos quais os sujeitos produzem sentidos.

Os gêneros discursivos, assim considerados, podem então ser pensados tanto em função de sua ontogênese quanto de sua filogênese. Do ponto de vista ontogenético, os gêneros discursivos são realizações das interações produzidas na esfera da comunicação verbal; do ponto de vista filogenético, é possível acompanhar a expansão para outras esferas da comunicação realizada graças à dinâmica de outros códigos culturais que se constituem, em relação à palavra, um ponto de vista extraposto. Nesse sentido, as esferas de uso da linguagem podem ser dialogicamente configuradas em função do sistema de signos que as realizam. (MACHADO, 2005, p. 165).

Considerando os gêneros discursivos como enunciados relativamente estáveis e de interação social, em que os sujeitos expõem os juízos de valor, sejam eles valorados negativamente ou positivamente, discorre Bakhtin (2000) que as situações de comunicação vão determinar os meios linguísticos que o sujeito irá utilizar.

Primeiramente, o enunciado será escolhido pelas características estilístico-composicionais e a expressividade, que demonstra os valores e a intenção do sujeito. Para Bakhtin (2000), o gênero discursivo apresenta um estilo verbal próprio, que está relacionado à esfera de atividade humana em que é produzido (científica, religiosa, oficial, discurso informal), e reflete a sua posição social, haja vista que a polifonia expressa os interesses de grupos sociais, transmitindo a palavra ao outro em uma situação de interação.

Em cada época de seu desenvolvimento, a língua escrita é marcada pelos gêneros do discurso e não só pelos gêneros secundários (literários, científicos, ideológicos), mas também pelos gêneros primários (os tipos do diálogo oral: linguagem das reuniões sociais, dos círculos, linguagem familiar, cotidiana, linguagem sociopolítica, filosófica, etc.). A ampliação da língua escrita que incorpora diversas camadas da língua popular acarreta em todos os gêneros (literários, científicos, ideológicos, familiares, etc.) a aplicação de um novo procedimento na organização e na conclusão do todo verbal e uma modificação do lugar que será reservado ao ouvinte ou ao parceiro, etc., o que leva a uma maior ou menor reestruturação e renovação dos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 2000, p. 285-286).

A concepção dialógica de Bakhtin (2000) percebe o texto como produto dialógico, que mantém relação entre o autor e o leitor e a interação social, pois os falantes e os sentidos consolidam-se discursivamente nas interações verbais com o outro.

O estudo dos gêneros discursivos ou textuais é de natureza interdisciplinar, englobando a linguagem em funcionamento, bem como as atividades culturais e sociais na forma padronizada da realização nos enunciados. Na visão de Bazerman (2009) podemos ver os gêneros de forma mais profunda “se os compreendermos como fenômenos de reconhecimento psicossocial que são parte dos processos de atividades socialmente organizadas” (BAZERMAN, 2009, p.31).

Desse modo, os gêneros discursivos estão interligados com a interação humana, perfazendo o que o sujeito faz e produz com uma determinada intencionalidade, a exemplo das normas

jurídicas, da carta, da notícia, entre outros. Os gêneros são instáveis, pois as modificações ao longo do tempo possibilitam alterações seja no seu conteúdo, estrutura e estilo, tudo isso levando em conta um determinado objetivo. Logo, quando novas necessidades surgem, os gêneros discursivos passam por adaptações e transformações, pois mudaram os propósitos comunicativos. “Desse modo, cada vez que interagimos por meio de gêneros socialmente convencionados, recorremos a um padrão ao qual devemos adequar nossa mensagem, ainda que não se trate de mera reprodução de um modelo.” (CAVALCANTE, 2011, p.51).

É mediante os gêneros discursivos que os sujeitos interagem socialmente, haja vista que cada situação comunicativa da atividade humana possui propósitos, por meio do enunciado que é o liame entre a comunicação e a intencionalidade do falante. No próximo item, iremos tratar do instituto jurídico do Tribunal do Júri no ordenamento jurídico brasileiro, sua conceituação, normatização e caracterização, situação comunicativa em que se produz o júri, gênero objeto de nossa investigação.

3.2 O TRIBUNAL DO JÚRI: HISTÓRICO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Pode-se aludir à origem do Tribunal do Júri nos tempos da civilização mosaica, já que, entre o povo de Israel quando estava no Egito, o sistema legal e religioso subordinava-se aos magistrados e aos sacerdotes, com isso, havia a observância da oralidade nos discursos, além do julgamento pelo Conselho dos Anciãos, sempre em nome de Deus (GONÇALVES, 2011).

Segundo o autor, havia um debate intenso com o uso da liberdade na oratória, exigindo um número mínimo de duas testemunhas para o julgamento condenatório. Ademais, o conselho era constituído por três membros, compondo o Conselho dos Anciãos e o Conselho de Israel.

Acerca do surgimento do Tribunal do Júri, esse é descrito desde a Grécia Antiga, composto pela Helieia, a qual julgava os fatos de menor repercussão, bem como o Areópago, responsável pelos homicídios premeditados (NUCCI, 2008). Afirmar Nucci (2008) que a origem do Tribunal do Júri deu-se na Inglaterra, onde ocorreu o Concílio de Latrão, em 1215, no qual os juízos divinos, nos julgamentos, conhecidos como ordálias, eram compostos por um conselho de jurados. A Carta Magna¹⁰ garantiu o Tribunal do Júri com prestígio no continente europeu, de modo que os demais países europeus adotaram tal instituição jurídica.

¹⁰ A Carta Magna de 1215, assinada pelo Rei João Sem Terra, na Inglaterra, foi o documento que tornou limitado o poder do monarca na Inglaterra, rompendo com a Monarquia Absolutista.

No Brasil, houve a incorporação do modelo inglês, em razão do pacto comercial estabelecido entre o nosso país e a Inglaterra. A Lei de 18 de junho de 1822 delimitou a competência ao julgamento dos crimes de imprensa e o corpo de jurados era formado por juízes de fato, sendo vinte e quatro cidadãos bons, honrados, patriotas e inteligentes.

Gonçalves (2011) ressalta que os jurados eram nomeados pelo Corregedor e Ouvidores do crime, mas com a Constituição Imperial de 1824, o Tribunal do Júri passou a integrar o Poder Judiciário como um de seus órgãos, tendo sua competência ampliada para julgar causas cíveis criminais. Ademais, o Código de processo Criminal de 1832 manteve tal competência, contudo, houve a delimitação com a Lei n. 261 de 1842.

Conforme Oliveira (2011), o Tribunal do Júri foi mantido na Constituição Federal da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891; já com a Constituição de 1934, colocou-o na parte integrante do Poder Judiciário e não no rol dos direitos fundamentais. Todavia, a Constituição de 1937 não fez menção ao Júri.

Com isso, o Decreto-lei n 167 de 1938, instituindo e regulando a instituição. Diante do silêncio da Constituição de 1937, a CF de 1946 restabeleceu a soberania do Júri, no rol de direitos e garantias constitucionais e mantido na Constituição de 1967, em seu art. 150, § 18. Ademais, a Lei nº 5.941 de 1973 alterou o Código de Processo Penal, com o direito de liberdade provisória e a duração dos debates. Posteriormente, com a Constituição Federal de 1988 trouxe o Tribunal do Júri para o rol dos direitos fundamentais (OLIVEIRA, 2011).

Pode-se afirmar que o Tribunal do júri é uma garantia e um direito constitucional concomitantemente, pois tutela a liberdade e o devido processo legal nos ritos especiais. Outrossim, o Júri integra o Poder Judiciário, sendo um órgão jurídico e não político (arts. 78, I e 593, III, d, CPP). (BRASIL, 1941). Ressalta Gonçalves (2011), a relevância democrática do tribunal popular, pois o povo pode julgar os seus pares, consoante o Parágrafo único, do art. 1º da Constituição “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Entende-se que o tribunal popular é soberano, sendo, portanto, imprescindível ao Estado de Democrático de Direito.

A Constituição Federal tutela os bens jurídicos primordiais à pessoa humana: a vida e a liberdade, contudo não se pode desvalorizar a vida humana, em razão da liberdade de quem dolosamente tirou a vida de outrem. Ademais, a mídia influencia nos casos de ampla repercussão e comoção social, desconsiderando o que consta nos autos no processo penal (NASSIF, 2008).

A principal fonte normativa do Tribunal do Júri é indubitavelmente a Constituição de 1988, a qual trouxe à baila os princípios constitucionais, a saber: a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para os crimes dolosos contra a vida, consoante o art. 5º, inciso XXXVIII da norma supramencionada.

Quanto à plenitude de defesa, tendo maior abrangência do que à ampla defesa (art. 5º, LV, da CF), com isso, o advogado de defesa poderá fazer usos de quaisquer argumentos com o fim de persuadir o corpo de jurados, haja vista que julgam de acordo com o seu convencimento e da íntima convicção.

Nesse diapasão, o magistrado que venha a presidir deverá quesitar todas as teses defensivas, com isso tem-se a possibilidade de fazer uso de argumentos jurídicos e não jurídicos, como teses da Sociologia, Filosofia, Religião dentre outros. Tratando do sigilo nas votações, vale salientar a liberdade de convicção dos jurados, por isso, a publicidade na votação implicaria em constrangimentos, eivando a independência no Tribunal do Júri. Contudo, a antítese a tal princípio é a exigência ao interesse social ou público (GONÇALVES, 2011).

Os jurados são pessoas leigas, magistrados de fato, por isso julgam com a íntima convicção, assim, o julgamento não se restringe ao julgamento formal, tendo em vista que os jurados compõem o corpo social e julgam os seus pares, sendo, portanto, uma instituição democrática.

Inegavelmente, a soberania dos veredictos, como cláusula pétrea constitucional, faz com que a decisão dos jurados seja por meio dos quesitos pertinentes, assim, dará o veredicto final nas decisões sobre os crimes dolosos contra a vida, sendo, portanto, uma garantia individual do réu.

Vale salientar que a competência para os crimes dolosos contra a vida, sejam eles consumados ou tentados, estando inseridos na Parte Especial do Código Penal no homicídio simples, privilegiado ou qualificado (art. 121 §§ 1º e 2º), como induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio no art. 122, infanticídio no art. 123; e aborto nos artigos 124, 125, 126 e 127, todos do Código Penal.

Destarte, a competência dos crimes dolosos contra a vida, seja tentados ou consumados, trata-se de um parâmetro mínimo, podendo a lei infraconstitucional dilatá-la, podendo haver a ampliação dos crimes a ser julgados pelo júri (CAPEZ, 2005). Dessa forma, os crimes dolosos contra a vida trazem como resultado a morte, sendo de 1º grau da Justiça Comum, seja estadual ou federal, sendo um tribunal dos cidadãos, os quais são alistados de forma prévia, escolhidos por meio de sorteio. Ademais, o júri possui gênese mítica, com aspectos religiosos, pois a reunião de

homens resultaria na consolidação da verdade. Assim, a competência poderá ser ampliada aos casos de conexão e continência, como o homicídio doloso e ocultação de cadáver (NUCCI, 2008).

Não obstante, o julgamento no tribunal popular deverá seguir os princípios da imparcialidade, haja vista que conforme o art. 464 do CPP, os jurados todos levantados proferem que assim prometem cumprir com a seguinte premissa: "Em nome da lei, concito-vos a examinar com imparcialidade esta causa e a proferir a vossa decisão; de acordo com a vossa consciência e os ditames da justiça". Com isso, o cidadão julga com o acusado, em consonância com os preceitos de justiça (BRASIL 1941).

O jurado, ao proferir o seu voto, não precisa fundamentá-lo, pois profere-o de acordo com a sua convicção, ademais, os quesitos serão assim formulados, consoante o art. 483 do CPP:

Art. 483. Os quesitos serão formulados na seguinte ordem, indagando sobre:

I – a materialidade do fato;

II – a autoria ou participação;

III – se o acusado deve ser absolvido;

IV – se existe causa de diminuição de pena alegada pela defesa;

V – se existe circunstância qualificadora ou causa de aumento de pena reconhecidas na pronúncia ou em decisões posteriores que julgaram admissível a acusação.

§ 1º A resposta negativa, de mais de 3 (três) jurados, a qualquer dos quesitos referidos nos incisos I e II do caput deste artigo encerra a votação e implica a absolvição do acusado.

§ 2º Respondidos afirmativamente por mais de 3 (três) jurados os quesitos relativos aos incisos I e II do caput deste artigo será formulado quesito com a seguinte redação: O jurado absolve o acusado? (BRASIL 1941).

Salienta-se que os veredictos dos jurados são soberanos, determinado a imputação penal do delito, portanto, o juiz togado não poderá interferir. Mas, esse princípio da soberania não é absoluto, podendo uma decisão injusta ser revista por meio da Revisão Criminal. Quando os defensores ou promotores fazem uso de termos técnicos, dificultam a compreensão do caso, pois cada jurado possui uma profissão diferente.

3.3 O JÚRI COMO GÊNERO DISCURSIVO

No cenário dos discursos proferidos nos debates orais no Tribunal do Júri, são produzidos e inseridos diferentes gêneros discursivos, em uma situação comunicativa que tem como público-alvo os jurados. Dessa feita, o discurso proferido nos debates orais é uma fase primordial para o veredicto. Ressalta Saraiva (2006) que os eixos oralidade e escrita encontram-se presentes no Tribunal do Júri, todavia, a linguagem que prevalece é a oral, por força do princípio da oralidade.

Os gêneros produzidos são constituídos por diversas técnicas de persuasão, que viabilizam a construção da argumentação jurídica, a qual é um instrumento de convencimento e persuasão nos debates orais no tribunal do júri, funcionando como mecanismo de formação do convencimento no julgamento.

Neste trabalho, entendemos o júri como um gênero discursivo estável devido ao formalismo exigido e à normatividade do rito processual, pois “diferentemente da instabilidade que caracteriza os gêneros dessa esfera, na instância jurídica, os gêneros tendem a ser mais estáveis, tanto do ponto de vista formal/estrutura quanto do funcional” (CAVALCANTE, 2011, p.46). Convém ressaltar, no entanto, que o júri é permeado por diversos outros gêneros, que o constituem e dele fazem parte.

De maneira similar, consideraremos o júri simulado como um gênero em particular, que se constitui em um simulacro do júri, no ambiente de sala de aula, e como tal também adquire características próprias, dado o seu fim meramente pedagógico. Outrossim, entendemos a divisão do júri da seguinte forma:

Quadro 7 - A teoria do gênero aplicada ao tribunal do júri e ao júri simulado

Situação Comunicativa¹¹	Domínio discursivo	Gênero	Funcionalidade
Tribunal do júri	Jurídico	Júri	Julgar causas previstas em lei
Ambiente de sala de aula (Acadêmico ou escolar)	Pedagógico	Júri Simulado	Instrumentalizar alunos para atuarem no universo jurídico (academia) ou para o desenvolvimento de competências linguístico-discursivas (escolas)

Fonte: A autora, a partir de Bakhtin (2000).

Convém ressaltar que diferentes gêneros discursivos são produzidos e circulam no Tribunal do Júri, enquanto situação comunicativa. Entre os gêneros, estão o próprio processo, as oitivas de testemunhas, o discurso da acusação e da defesa, entre outros. O júri, na esfera argumentativa, visa tutelar os direitos humanos não só no plano abstrato (por meio da positivação legal), mas também aplicá-los na prática social, que transformam os direitos do homem na própria retórica.

¹¹ Conforme Marcuschi (2008) a situação comunicativa é o contexto, qual seja o momento de interação e comunicação, pelo qual o gênero discursivo é concretizado na situação social em uso do gênero.

As relações discursivas são produzidas na incorporação de outros discursos, sejam eles implícitos ou explícitos, pois os discursos inseridos na sociedade possuem determinadas circunstâncias históricas, culturais, ideológicas e sociais, constituindo a arena discursiva e o jogo de interesses na enunciação do argumento jurídico. Nesse sentido, afirma Bakhtin (1999, p. 342) que:

a relação dialógica entre os enunciados, cujo percurso também passa por dentro do enunciado considerado isoladamente, compete à metalinguística. Essa relação difere, por natureza, das relações linguísticas existentes entre os elementos dentro do sistema da língua ou dentro do enunciado isolado. Caráter metalinguístico do enunciado (produto do discurso). As relações do sentido, dentro de um enunciado (ainda que fosse potencialmente infinito, como no sistema da ciência, por exemplo), são de ordem factual-lógica (no sentido lato do termo), ao passo que as relações do sentido entre enunciados distintos são de ordem dialógica (ou, pelo menos, têm um matiz dialógico).

Para tanto, é imprescindível diante de um discurso, seja falado ou escrito, que o intérprete possa compreender os seus aspectos metalinguísticos, os quais produzem o discurso no interior de uma infinita teia de sentidos, quais sejam as vozes individuais e sociais.

O júri como gênero discursivo é relativamente estável, pois os gêneros jurídicos exigem a forma estabelecida em lei, atendendo o que afirma Bakhtin (2000, p.284):

Considerando dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições, específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico.

Como há elementos processuais penais anteriores à fase da tribuna, eles não são uma parte do gênero júri *de per se*, por isso, são situações que antecedem, a saber:

- Etapa da investigação que acontece na fase policial (delegacia): oitiva de testemunhas, interrogatório do acusado, laudo da perícia, entre outras diligências necessárias ao caso concreto.
- Denúncia, que é uma peça processual do Ministério Público (o autor da ação penal);
- Sentença de pronúncia no processo criminal (no âmbito do Poder Judiciário), ou seja, é a decisão do juiz se o caso vai ou não ao Tribunal do Júri. Vale salientar que desta decisão cabe ainda recurso.

Essa primeira fase não será utilizada no júri simulado, apenas tratamos por uma questão didática e explicativa. Para caracterizar o júri como gênero discursivo precisa-se levar em consideração seus aspectos principais, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 8 - O júri como gênero discursivo

<p>1. Conteúdo temático</p>	<p>A Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso XXXVIII a competência para o Tribunal do Júri julgar crimes dolosos contra a vida e seus conexos. E o Código de Processo Penal, em seu artigo 74, § 1º, determina expressamente quais são os crimes dolosos contra a vida. Os crimes dolosos são: homicídio simples e qualificado (artigo 121, §§ 1º e 2º do CP), induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação (artigo 122 parágrafo único do CP), infanticídio (artigo 123 do CP), aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento (artigo 124 do CP), aborto provocado por terceiro (artigo 125 e 126 do CP) e as formas qualificadas dos crimes anteriores (artigo 127 do CP).</p> <p>Os casos no Tribunal do Júri possuem um rol exaustivo dos crimes que envolvem os crimes dolosos contra a vida.</p> <p>Por exemplo, um homicídio praticado é julgado pelo Tribunal do Júri, considerando as causas, o contexto e a motivação do delito.</p>
<p>2. Estilo verbal</p>	<p>Linguagem formal e jurídica por parte dos profissionais do direito (promotor, juiz, advogado e servidores da justiça). Vocabulário jurídico e processual, desde a fase da investigação até o julgamento, com a leitura do veredicto. Ao passo que as testemunhas e o réu interrogados utilizam a narrativa da ocorrência do fato ilícito, utilizam a linguagem informal.</p>
<p>3. Estrutura composicional</p>	<p>É o padrão do gênero discursivo das peças acusatórias e defesa, das peças de investigação, de movimentação processual e decisória:</p> <p>1 - Processamento no Tribunal do Júri:</p> <p>1.1 - Início da sessão pelo Juiz-Presidente;</p> <p>1.2 - Instalação da sessão;</p>

	<p>1.3 - Pregão: momento de chamamento dos jurados realizado pelo oficial de justiça;</p> <p>1.4 - Sorteio dos jurados (são 21 jurados convocados e sorteados 7. Nesse momento, as recusas motivadas (sem limitação) e imotivadas (até 3) são feitas primeiramente pela defesa e depois pelo Ministério Público;</p> <p>1.5 - Compromisso do conselho de jurados;</p> <p>1.6 - Interrogatório do réu;</p> <p>1.7 - Leitura das peças do processo pelo juiz;</p> <p>1.8 - Fase da instrução:</p> <p>a) Oitiva das testemunhas;</p> <p>b) Debates orais;</p> <p>c) Réplica e Tréplica;</p> <p>d) Encerramento dos debates. Neste momento, o juiz indaga aos jurados se eles estão aptos a julgar, se entenderam o caso;</p> <p>e) Sala secreta;</p> <p>f) Leitura da sentença em plenário;</p> <p>g) Encerramento da sessão pelo Juiz-Presidente.</p>
--	---

Fonte: quadro produzido pela autora, 2021.

É interessante destacar que a concepção da instituição jurídica, júri, enquanto gênero textual parte da necessidade de interação e do dialogismo da linguagem jurídica.

O procedimento do Tribunal do Júri é especial, dividido em duas fases, por isso recebeu a denominação de bipartido ou escalonado. O primeiro momento é denominado *judicium accusationis*, o qual é iniciado com o despacho de recebimento da petição inicial penal e será encerrada com o trânsito em julgado da decisão de pronúncia. O segundo momento ou fase é o *judicium causae*, com início após o trânsito em julgado da decisão de pronúncia e término com o trânsito em julgado da sentença prolatada pelo juiz presidente após a votação dos jurados. (FERREIRA, 2011, p.1).

A Lei nº 11.689/2008 modificou o rito do Tribunal do Júri com a ideia de dar maior celeridade ao rito processual, contudo, respeitando o princípio do devido processo legal. Vamos demonstrar a segunda fase do procedimento, a qual se inicia pela sentença de pronúncia e inicia-se a preparação para o julgamento em plenário, com o seguinte exemplo:

EXEMPLO 1

“DIA do julgamento

2ª fase - “judicium causae” ou juízo da causa Trata-se do julgamento, pelo Júri, da acusação admitida na fase anterior.

Começa com o trânsito em julgado da sentença de pronúncia e se encerra com a sentença do Juiz Presidente do Tribunal Popular.

1. Instalação

O toque na campainha marca a abertura do Tribunal do Júri pelo juiz-presidente, com a presença do promotor, escrivão e oficiais de justiça. n O juiz pede ao oficial de justiça que proceda à chamada dos jurados sorteados que estão presentes.

O juiz passa a analisar os pedidos de dispensa apresentados pelos jurados.

2. Escolha dos jurados

3. O juiz-presidente do Tribunal do Júri, com a presença do promotor de justiça, do escrivão e do porteiro, verifica se a urna mantém as cédulas de 25 jurados. * Se compareceram menos de 15 jurados, o juiz dirá: deixo de instalar a sessão do Tribunal do Júri por falta do número legal de jurados. Se compareceram 15 ou mais jurados, o juiz declara instalada a sessão do Tribunal do Júri. As cédulas com os nomes dos jurados serão colocadas na urna para posterior sorteio.

4. Anúncio do processo/pregão

O juiz dirá: “O senhor oficial de justiça deverá realizar o pregão, certificando a diligência nos autos”.

5. Chamada das testemunhas

As testemunhas presentes devem ser recolhidas em salas distintas, separadas as de acusação das de defesa, para que não ouçam o depoimento umas das outras e não se comuniquem.

5. Condução do réu ao plenário

O réu deverá ser conduzido ao plenário. A escolta deverá justificar o uso imprescindível das algemas, necessário à ordem dos trabalhos, à segurança das testemunhas, garantia e integridade física dos presentes.

6. Sorteio dos jurados

O Juiz procede ao sorteio dos jurados, dentre os presentes, para formar o conselho de sentença (sete jurados), mas antes adverte que não poderão servir no mesmo conselho: I - marido e mulher; II - ascendente e descendente; III - sogro e genro ou nora; IV - irmãos e cunhados, durante o cunhadio; V - tio e sobrinho; VI – padrastrô, madrasta ou enteado. n O mesmo impedimento ocorrerá em relação às pessoas que mantenham união estável reconhecida como entidade familiar. n Não poderá servir o jurado que: I - tiver funcionado em julgamento anterior do mesmo processo, independentemente da causa determinante do julgamento posterior; II - no caso do concurso de pessoas, houver integrado o Conselho de

Sentença que julgou o outro acusado; II – tiver manifestado prévia disposição para condenar ou absolver o acusado. n O juiz adverte ainda aos senhores jurados que, uma vez sorteados, não poderão se comunicar com outras pessoas nem manifestar sua opinião sobre o processo, sob pena de exclusão do conselho. Poderão sempre dirigir a palavra ao juiz.

Realizado o sorteio, o juiz pede aos jurados que desliguem os celulares, antes de serem recolhidos pelos oficiais de justiça.

Em seguida, o juiz dispensa os jurados que não foram sorteados, ressaltando que deverão comparecer no próximo julgamento para o qual foram sorteados.

Após, o juiz concita os jurados a examinarem com imparcialidade a causa, e que deem a decisão de acordo com suas consciências e com os ditames da Justiça. Pede a todos que ergam a mão direita à frente e respondam: “Assim o prometo”.

O oficial de justiça distribui aos jurados cópia da pronúncia e do relatório do processo.

7. Oitiva das testemunhas n Se as partes quiserem ouvir testemunhas, os jurados são avisados de que poderão fazer perguntas ao ofendido e às testemunhas por intermédio do juiz-presidente.

O juiz pergunta ao promotor, à defesa e aos jurados se desejam alguma acareação, reconhecimento de pessoas e coisas, e esclarecimento de peritos.

8. Eventual leitura de peças

O juiz indaga ao promotor, à defesa e aos jurados se querem que se proceda à leitura de alguma peça dos autos.

9. Interrogatório do réu

Antes de proceder ao interrogatório, o juiz esclarece ao réu seu direito constitucional de ficar em silêncio. Se o réu não se opuser a ser interrogado, o juiz indaga ao promotor, à defesa e aos jurados se querem fazer alguma pergunta ao réu.

10. Debates entre acusação e defesa

Com a palavra, o promotor terá uma hora e meia para a acusação.

Em seguida, é dada a palavra ao defensor que terá uma hora e meia para a defesa. No caso de réplica e de tréplica, o promotor e o defensor terão mais uma hora cada um para debates.

Havendo mais de um acusado, o tempo para a acusação e a defesa será acrescido de uma hora e elevado ao dobro o da réplica e da tréplica.

11. Leitura dos quesitos

O juiz passa a ler os quesitos que serão postos em votação. n O promotor, o defensor e os jurados recebem uma cópia dos quesitos. Após ler os quesitos, o juiz indagará à acusação e à defesa se há algum requerimento ou reclamação a fazer, e se os jurados querem alguma explicação sobre os quesitos.

Se não houver nenhum pedido de explicação, o juiz convida os jurados, o escrivão, o promotor de justiça e o defensor a se dirigirem com ele à sala secreta.

12. Votação na sala secreta

O juiz adverte as partes de que não será permitida qualquer intervenção que possa perturbar a livre manifestação do Conselho, sob pena de ser retirada da sala a pessoa que se comportar inconvenientemente. n Após a votação, o juiz diz aos jurados que está encerrada a incomunicabilidade e que vai proferir a sentença.

13. Sentença

Após o encerramento da votação na sala secreta, o juiz lavrará a sentença. n Os jurados tomarão seus lugares, e, com todos presentes, o juiz, após pedir a todos que fiquem de pé, lerá a sentença. n Terminada a leitura da sentença, o juiz encerra a sessão com as seguintes palavras: “Agradeço aos senhores jurados a presença e o cumprimento do dever. Os senhores jurados estão dispensados. Agradeço também ao Dr. Promotor de Justiça, ao Dr. Defensor e aos serventuários da Justiça aqui presentes”.

Finalmente o juiz dirá: “Declaro encerrada a sessão”.”

Fonte: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL. Disponível em:
https://www.tjdft.jus.br/informacoes/tribunal-do-juri/tribunaldojuri_dia.pdf. Acesso em: 06 ago. 2021.

Como o Tribunal do Júri é uma instituição democrática e como tal a participação popular é decisiva com a preparação do julgamento, momento que se inicia com a intimação das partes para apresentar o rol de testemunhas (no máximo 5), posteriormente, o juiz fará também um breve relatório do processo, colocando o processo em pauta de julgamento.

No exemplo 1, acima, percebemos como o Tribunal do júri se organiza, cujos sujeitos são: os jurados que formam o Conselho de Sentença; o juiz-presidente; o promotor de justiça; o advogado; o réu; o escrivão; policiais militares; servidores da justiça. Mas, também podem ter testemunhas, a vítima e os expectadores.

Quadro 9: Sujeitos do júri e suas funções

Conselho de sentença	É formado pelos jurados responsáveis pelo julgamento nas causas de competência do Tribunal do Júri
Juiz-Presidente	Conduz o julgamento e resolve eventuais questões levantadas pelas partes. Após a decisão dos jurados, o juiz-presidente lavra a sentença e aplica a pena, nos casos de condenação.
Promotor	É o representante do Ministério Público. É ele quem pode acusar, mas se durante a instrução do processo, o mesmo se convencer da inocência do réu, ele pode pedir a absolvição, pois o Ministério Público é um órgão que zela pela justiça e não é apenas um órgão acusador.

Advogado	Apresentar a defesa do réu. Pode ser contratado ou se o réu não tiver, o juiz nomeia um defensor público.
Escrivão	Lavra a ata da audiência.
Oficial de justiça	É responsável pelo pregão, sorteio dos jurados e condução da instrução, auxiliando o juiz.
Policiais militares	São responsáveis pela custódia do réu.
Testemunhas	Defesa e acusação convocam até cinco testemunhas cada. As testemunhas podem ou não ter visto o crime acontecer. Relatam a ocorrência do delito.
Vítima	Nos casos dos crimes tentados, a vítima é ouvida.
Expectadores	De regra, qualquer pessoa pode assistir ao júri, principalmente nos casos de repercussão e grande comoção social, como os familiares do réu e da vítima, os representantes da imprensa e da área jurídica.

Fonte: quadro produzido pela autora, 2021.

A argumentação jurídica nos debates orais do Tribunal do júri é compreendida a partir da validade das normas jurídicas, a partir da justificação interna das regras universais no contexto da moldura interpretativa do sistema jurídico. Nesse conteúdo, ressalta Bakhtin (2000, p.280) que “a especificidade dos gêneros retóricos (jurídicos, políticos) encobria, porém, a natureza linguística do enunciado.” Assim, o discurso jurídico visa acusar ou defender argumentos em face de um caso concreto. O discurso jurídico da acusação, no Tribunal do Júri, como instituição democrática, possui a função jurisdicional que é exercida por pessoas leigas, com o papel de espectadores em face dos crimes dolosos contra a vida. Em virtude disso, a tarefa de julgar é extremamente complexa, e, algumas vezes os debates orais no Tribunal Popular tornam-se verdadeiros espetáculos para convencer os jurados (pessoas leigas, isentas de conhecimento técnico-científico na esfera jurídica).

Considerando que os gêneros assumem prestígio e legitimidade, logo “quando queremos exercer qualquer tipo de poder ou de influência, recorremos ao discurso” (MARCUSCHI, 2008, p.168). No contexto do discurso no Tribunal do Júri, exige-se dos promotores e advogados não apenas os conhecimentos técnicos e jurídicos acerca do caso, mas também outros saberes relacionados à psicologia, à sociologia, religião, dentre outros, como também que em seus discursos haja uma conotação emocional, pois os juízes de fato que darão o veredicto final são o público-alvo da argumentação forense.

Os debates orais no Tribunal do Júri guiam-se por certos pressupostos, como observância dos requisitos legais e a lógica da argumentação. Dar-se ênfase ao conteúdo probatório ao discurso da acusação, pois o ônus da prova é do Ministério Público, por isso, caso haja a ausência de provas poderá pedir a absolvição.

O Júri Simulado, por sua vez, transmuta para a sala de aula, com fins pedagógicos, o gênero júri produzido nos tribunais. Ele costuma ocorrer tanto no ambiente acadêmico, especialmente nos cursos de Direito, como no ambiente escolar, na educação básica. No ambiente acadêmico sua funcionalidade é instrumentalizar os alunos (futuros advogados) para o exercício da profissão, especialmente em tribunais, o que inclui a utilização da argumentação jurídica. No ambiente de sala de aula da educação básica, ganha a funcionalidade de promover o desenvolvimento de competências linguístico-discursivas, entre as quais a oralidade e a argumentação.

No exemplo 2, demonstramos o recorte de um exemplo de júri simulado, especificamente do discurso de acusação:

EXEMPLO 2 - DISCURSO DE ACUSAÇÃO

Tese de acusação do livro “Os Exploradores de Caverna”

01	O corpo humano é sensível a vários fatores dentre eles a mudança de estado biológico.
02	Passam de irritados, hostis e exasperados para a forma que nas pessoas se inicia a processo
03	de raiva, (dá brecha a defesa dizer que por esse momento de raiva ocasionado pelas
04	mudanças de estado que o homem pode sofrer eles não estariam em suas faculdades mentais
05	e assim aplicar – se a imputabilidade) começam as agressões verbais (fato comprovado,
06	quando os quatro acusados alegam que houve uma discussão entre eles na quebra do acordo,
07	a saber, se seria necessário mesmo matar um deles para saciarem os outros), imprecções
08	de toda natureza, vontade de punir o responsável na caverna, um para todos e todos contra
09	um (fato atestado, quando os acusados alegaram que apenas Roger Whetmore não quis
10	seguir com o acordo mesmo tendo sugerido a ideia, pediu para que esperassem mais uma
11	semana.) assim configura a frase do psicanalista ERICH FROMM, quando cita: "O
12	HOMEM E O ÚNICO ANIMAL QUE PODE SE ENFASTIAR, QUE PODE SE
13	DESGOSTAR QUE PODEM SENTIR EXPULSO DO PARAÍSO" esses foi um dos
14	motivos do assassinato de ROGER WHETMORE.
15	Diante dos fatos expostos, ao fazemos uma análise psicológica dos réus que se
16	encontravam em estado de instabilidade emocional (afirmação contraditória com o que está
17	escrito abaixo, principalmente no penúltimo parágrafo) devido às circunstâncias
18	apresentadas de clausura, risco iminente de morte, podemos observar que os mesmos não
19	tiveram suas faculdades mentais, seus princípios morais e seus raciocínios afetados,

20	afastando de todas as formas a aplicabilidade do artigo 26 do código penal, pois não há o
21	que se falar neste caso em doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardo
22	no momento em que ocorreu o ato.
23	Durante o processo de “sorteio” para a escolha do indivíduo a ser sacrificado em prol
24	do outro, bem como o raciocínio articulado de alegação para cometer um crime que é
25	utilizar o indivíduo em óbito, a fim de manter-se vivo, mostra que a todo o momento os
26	réus expõem situações explícitas de discernimento, onde sujeitos com suas faculdades
27	mentais comprometidas não possuiriam tal capacidade, mostrando claramente a capacidade
28	de raciocínio, a distinção de certo e errado, moral e imoral, bom e mau.
29	Considerando que no direito, a avaliação do estado emocional/psicológico deve ser
30	levada em consideração nos autos, comprova-se que nos réus em questão os estados
31	emocionais e psicológicos abalados inexistem, indicando, portanto, que os mesmos estão
32	capazes de exercer suas faculdades mentais. Dessa forma, conclui-se que os réus possuíam
33	consciência de seus atos e das penalidades às quais seriam impostas.
34	Sendo assim, diante do direito à vida e a legislação que imputa penalidades a todos que
35	vão de encontro ao mesmo, os réus deverão ser considerados culpados por homicídio
36	doloso, considerando a plena consciência no ato de extirpar a vida de outrem.
37	Com efeito, não há dúvida que conforme os fatos constantes nos autos que os réus
38	praticaram de forma livre e consciente, sem pudor o delito de homicídio qualificado
39	tipificado segundo o artigo 12, parágrafo segundo, inciso IV do Código Penal, considerando a plena consciência no ato de extirpar a vida de outrem.

Fonte: JUS BRASIL. Disponível em: <https://ericknovais.jusbrasil.com.br/modelos-pecas/623265897/modelo-de-tese-se-acusacao-caso-dos-exploradores-de-caverna>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

Situando o caso do exemplo 2, quanto ao conteúdo, o discurso de defesa foi baseado no livro O Caso dos Exploradores de Caverna (FULLER, 1993), o qual apresenta um caso fictício, em que houve um colapso de terra em uma caverna e prende cinco exploradores de caverna. Após muitos dias, os exploradores, com contato apenas por rádio, descobrem que levarão dez dias para resgatá-los e eles corriam o risco de morrerem de inanição.

Segundo a narrativa, por meio da comunicação por rádio, um dos médicos colocou a hipótese que a sobrevivência deles seria possível, caso comessem um dos colegas. Assim, depois de perderem a comunicação pelo rádio, eles decidiram lançar a sorte para ver quem seria a vítima, por meio de um jogo de dados. O escolhido entre eles foi o personagem Roger Whetmore. Dias depois a equipe de socorro consegue resgatar os demais sobreviventes. Porquanto, o caso foi julgado no ano 4300 com as leis penais dos Estatutos da Comunidade de Newgarth (fictícia).

No exemplo 2, ainda é possível observar os elementos linguísticos e as estratégias de

argumentação utilizadas. A tese da acusação é da ocorrência de crime hediondo, extirpando a vida de Roger Whetmore, alegando que os réus cometeram o ato, sem pudor e de plena consciência.

Outra estratégia argumentativa é do direito à vida, como núcleo do sistema jurídico e o bem maior. Por isso, o discurso da acusação denota a negativa do argumento da defesa do abalo emocional e psicológico dos acusados.

Na linha 31 “[...] e psicológicos abalados inexistem, indicando, portanto, que os mesmos estão capazes de [...]”, o operador argumentativo “portanto” funciona como um elemento que introduz uma conclusão (os mesmos estão capazes de exercer suas faculdades mentais) a partir de um argumento anteriormente posto (nos réus em questão os estados emocionais e psicológicos abalados inexistem). Nesse sentido, estabelece também uma relação de causa/efeito (argumento retórico) entre o argumento e a conclusão. Também se observa, no discurso de acusação, o sorteio e o jogo como uma estratégia de raciocínio para levar a vítima, o Roger Whetmore, a óbito, encerra-se com o argumento legal e refuta-se o argumento da defesa de que os réus sofriam de alguma doença mental, conforme especificado a seguir:

Trecho 1

11 que esperassem mais uma semana.) assim configura a frase do psicanalista ERICH FROMM,
 12 quando cita: "O HOMEM E O ÚNICO ANIMAL QUE PODE SE ENFASTIAR, QUE PODE
 13 SE DESGOSTAR QUE PODEM SENTIR EXPULSO DO PARAÍSO" esses foi um dos

No trecho 1, o enunciado traz a citação entre aspas como discurso de autoridade (do ponto de vista retórico), uma vez que se trata de um relato atribuído a uma autoridade no assunto, o psicanalista Erich Fromm. Trata-se também de uma polifonia de locutores, do tipo arrazoado por autoridade, nos termos em que apresenta Ducrot (1987, 1988), uma vez que o locutor responsável pelo discurso como todo (L1) introduz o discurso de um segundo locutor (L2), Erich Fromm, para fundamentar seu discurso. Nesse sentido, L1 apresenta o comprometimento com o que diz, incorporando o ponto de vista de L2.

É importante observar que o discurso de L2 é introduzido pelo verbo *dicendi* citar, não modalizador, mas escrito em caixa alta (provavelmente para que seja lido com tom de destaque na oralização), o que sinaliza o engajamento de L1 com relação a L2, a autoridade trazida para o

discurso. Em outras palavras, L1 coloca em caixa alta a citação para dar ênfase a tal argumento, que seria a motivação psicológica para que os réus cometessem o homicídio.

Assim é possível perceber no trecho 01 a utilização de estratégias argumentativas retóricas e linguísticas, que contribuem para a orientação argumentativa do texto com um todo. Ainda é possível observar a utilização de argumento de autoridade, nos termos em que coloca Perelman (1999), quando L1 cita o Código Penal nas linhas 19 e 38, aduzindo a recorrência da lei como argumento central do discurso de acusação.

No trecho 02, a seguir, retirado do mesmo discurso, identificamos outras estratégias de argumentação linguística e retórica.

Trecho 2

36 Com efeito, não há dúvida que conforme os fatos constantes nos autos que os réus
37 praticaram de forma livre e consciente, sem pudor o delito de homicídio qualificado...

No trecho 02, ocorre a modalização epistêmica asseverativa (NASCIMENTO; SILVA, 2012), através expressões “com efeito” e “não há dúvida”, que modalizam o segmento “os réus praticaram de forma livre e consciente, sem pudor o delito de homicídio qualificado”, apresentando-o como certo ou verdadeiro. Através desses modalizadores, é possível identificar ainda a presença do argumento retórico exemplificativo no segmento “conforme os fatos constantes nos autos.”

Também se percebem os modalizadores avaliativos “livre” e “consciente”, utilizados para avaliar a forma como os réus que cometeram o homicídio. Tal avaliação deixa explícito o ponto de vista segundo o qual os réus cometeram o crime livre e conscientemente, logo, levanta a possibilidade volitiva de cometer o crime.

Nas linhas 34 e 35 “[...] vão de encontro ao mesmo, os réus deverão ser considerados culpados por homicídio doloso”, o verbo deverão denota a obrigatoriedade da culpabilidade dos réus. Trata-se, portanto, de um modalizador deôntico de obrigatoriedade (NASCIMENTO; SILVA, 2012), utilizado pelo locutor responsável pelo discurso para imprimir algo que deve ocorrer e, nesse sentido, orientar seu interlocutor (corpo de jurados) a como agir.

Nesse sentido, quanto aos discursos proferidos pelo Ministério Público, tanto pode perquirir a acusação como a defesa, ou seja, tem-se a possibilidade do Parquet pedir a absolvição. Entende

Nassif (2008, p. 95) que “o debatedor (acusador ou defensor) busca induzir o jurado a projetar-se mentalmente a uma situação análoga que possa, nesse deslocamento abstrato, testemunhar o acontecimento ou avaliar a conduta do agente com qual tomaria nas mesmas circunstâncias”.

O orador precisa fazer com que os jurados acatem a sua tese, por isso, aqueles profissionais que melhor saibam argumentar podem conseguir a adesão do público-alvo, como por exemplo, o uso das seguintes expressões: “o crime de morte está banalizado”; “a mídia defende chacinas”; “não nos surpreendemos mais com os casos de morte”? Depois na apresentação da defesa, é facultada a acusação o oferecimento da réplica, assim como por parte da defesa da tréplica, e caso não haja a réplica por parte do Parquet, a defesa não fará uso da réplica, com base da democratização do Tribunal Popular.

Ressalta-se que os debates são públicos, contudo, no instante da colheita dos votos dos jurados devem manter-se em sigilo, conferindo proteção aos mesmos para que não sofram nenhuma interferência externa, ademais, os jurados não possuem as mesmas garantias dos juízes togados.

Os jurados são os interlocutores, ou seja, o público-alvo do discurso, geralmente, não possuem conhecimentos técnicos da área jurídica, não obstante, são pessoas que consideram um discurso extremamente emocional. Com isso, não basta a abordagem legal e doutrinária, haja vista que o argumento e sua aplicação são direcionados ao convencimento das circunstâncias e da emoção.

Os recursos entregues à comunicação oral são bem superiores, porém, ao de que dispõe a comunicação escrita. Quem fala tem a seu talante as modulações da voz, a postura do corpo, os gestos dos braços e das mãos, a fisionomia da face, a vivacidade do olhar: comunica-se portanto pelo ouvido, mas é coadjuvado ainda e, sobretudo, pela cinestesia dos gestos e atitudes corporais. (SARAIVA, 2006, p.10)

O discurso no Tribunal do Júri, os promotores e defensores preocupam-se tão só com as teses adotadas, formando o convencimento com base no apelo emocional da mídia e da opinião pública. Os oradores, no Tribunal do Júri, não podem usar de intimidações e ameaças, pois o plenário se manifestará com total liberdade de convicção. Igualmente, a repercussão emocional no júri é bastante salutar, podendo levantar-se alguns questionamentos: Onde errou? O que deveria ter acontecido? O que os senhores fariam no lugar do réu? Com um mundo globalizado, o perfil do jurado modificou-se, os discursos nos moldes do ilustre mestre Rui Barbosa não mais são aceitáveis, pois nestes os oradores citavam obras de renomados juristas, filósofos, dentre outros. Assim, os crimes passionais e a legítima defesa da honra são argumentos inócuos.

Segundo Saraiva (2006), precisa-se enfatizar as provas nos debates orais, pois a oratória

espetacular nem sempre convence os jurados, por isso, muitas vezes tem-se um discurso impactante, mas o réu pode ser condenado. Além disso, os jurados brasileiros preferem uma oratória brilhante, mas embasado de provas convincentes. Parece que o destinatário do discurso tem um papel meramente passivo? No mundo jurídico, por muito tempo considerou-se que o receptor deveria ter o *alter* (outro) como atividade única e exclusiva da direção semasiológica, conforme o brocardo *in claris cessat interpretatio*.

De fato, podemos ir além ao dizer que a atividade do tribunal (e não somente suas ações subordinadas) é a de produzir um objeto discursivo- o veredicto ou julgamento. O objetivo de produzir um veredicto a ser enunciado pelo júri e registrado nos vários documentos é, então, realizado através de muitas e altamente estruturadas atividades discursivas, papéis e gêneros que dão uma forma familiar, reconhecível e regular a eventos típicos do tribunal e que restringem e direcionam o discurso que ocorre dentro e em torno do fórum judiciário. (BAZERMAN , 2009, p.132)

O júri não concebe o certo ou errado, o falso ou o verdadeiro. O que melhor argumenta terá ao seu lado o verdadeiro e o aceitável. Percebe-se que no Tribunal do Júri a principal preocupação dos oradores é de ensinar a doutrina e a legislação aos jurados a respeito do fato. É imprescindível que a ciência jurídica forneça argumentos para a valoração do direito, desde que esteja dentro da ideia de moldura e não da indeterminação dos juízos de valor.

O júri é um gênero que comporta outros em sua constituição, como a peça de denúncia, a sentença de pronúncia, a oitiva das testemunhas, o interrogatório do réu, os debates orais, dentre outros. “Há gêneros que só podem ser produzidos por pessoas especializadas, que têm autoridade para tal, pois, do contrário, o texto produzido não terá validade, fato comum na esfera jurídica” (CAVALCANTE, 2011, p.51).

Assim, no júri duas partes defendiam posicionamentos contrários, cada qual com sua tese, uma refutando o outra. Logo, uma argumentação considerada forte é aquela na qual se procura dar ênfase ao ouvinte: como a linguagem não se trata de uma equação matemática, pois depende da aceitação humana, então, a linguagem na esfera jurídica é meio para atingir a persuasão, tendo em vista que tenta fazer com que o ouvinte acredite em sua tese.

3.4 O GÊNERO JÚRI SIMULADO EM SALA DE AULA

Neste trabalho, evidencia-se o júri adaptado à sala de aula, aqui designado como júri simulado, inserido na prática de letramento defendida por Marcuschi (2008). Assim, a proposta do material didático irá estimular os alunos na leitura e produção textual, bem como na análise do

gênero textual, precipuamente na fase dos debates orais, reconhecendo as intenções argumentativas do discurso de defesa e de acusação.

A proposta sociodiscursiva (BAKHTIN, 2000) dos gêneros discursivos orais e escritos é primordial no trabalho com o júri simulado, partindo de situações do cotidiano do aluno, apresentando o julgamento de temas sobre a violação de direitos das crianças e dos adolescentes, como: trabalho infantil, exploração sexual, bullying, homofobia, violência contra a mulher, entre outros.

A atividade do júri simulado busca suscitar o conhecimento prévio dos alunos acerca do que conhecem e como analisam o gênero com as marcas de oralidade, encenação, entonação, intensidade da voz, dentre outros.

Podemos entender as condições de produção e de circulação de um gênero, de maneira geral reveladas com respostas a indagações do tipo: quem escreve (em geral) esse gênero discursivo? Com que propósito? Onde? Quando? Como? Com base em que informações? Como o redator obtém as informações? Quem escreveu esse texto que estou lendo? Quem lê esse gênero? Que influência pode sofrer devido a essa leitura? Em que condições esse gênero pode ser produzido e pode circular na nossa sociedade? (LOPES-ROSSI, 2002, p.71)

Defende Marcuschi (2006) que a atividade de letramento com os gêneros em sala de aula deve levar o aluno a entender como o texto foi produzido e de vê-lo como instrumento de comunicação e de interação. Além disso, o aluno deve questionar: Em qual contexto o gênero júri simulado é produzido? O júri simulado é uma metodologia de ensino e de prática argumentativa? Há a possibilidade do exercício democrático da palavra, seja na fase da acusação e defesa? O júri simulado parte de uma situação comunicativa que privilegia a formação de cidadãos críticos e socialmente participativos. No exemplo 4, trazemos uma transcrição de um júri simulado do caso acerca dos crimes de Lampião com a seguinte tese: herói ou vilão? Esse júri foi desenvolvido na turma do 9º ano do Ensino Fundamental e esse trecho traz o discurso da defesa.

EXEMPLO 4

01	Defesa: Se Lampião é uma pessoa tão ruim como vocês estão falando, por que quando o
02	Governo precisou da sua ajuda? Você sabe o que é a Coluna Prestes?
03	Acusação: Continue, por favor.
04	Defesa: A Coluna Prestes foi um movimento feita por militares. Em 1926, o Governo
05	requisitou a presença de Lampião para combater essas pessoas, fornecendo fardas e fuzis
06	automáticos, ou seja, quando eles precisavam Lampião era útil, mas quando não precisou
07	vamos usar Lampião, isso tudinho, porque Lampião era uma pessoa que poderia combater
08	a Coluna Prestes (entregando a prova que mostra a carta convocatória do Governo para
09	acusação. (SOUSA, 2020, p.123).

Como observado no exemplo 4, o júri em sala de aula mantém a estrutura do discurso do júri no âmbito jurídico, como também preserva os mesmos elementos retóricos e linguísticos.

Percebemos nesse trecho do júri simulado, após a fala da defesa, que depois prossegue a fala da acusação, com os argumentos finais proferidos. Pode-se observar a consolidação dos argumentos defendidos pelos participantes com o repertório histórico na argumentação, a exemplo da elucidação da defesa ao mencionar da Coluna Prestes, citando como argumento retórico de citação histórica (PERELMAN, 1999).

No trecho acima, verifica-se a presença de expressões avaliativas que marcam o posicionamento do locutor em relação à qualificação dada a Lampião, ora ruim, ora útil. Percebe-se que o locutor enfatiza a utilidade de Lampião para o Governo e, ao mesmo tempo, o próprio Governo coloca-o na marginalidade. Dessa forma, a expressão na linha 1 [...] é uma pessoa tão ruim, o adjetivo “ruim” é um modalizador avaliativo. Já na linha 6 [...] quando eles precisavam Lampião era útil [...], o adjetivo também é um modalizador avaliativo.

Ressalta-se que os modalizadores, segundo Koch (2001), são as marcas linguísticas, as quais sinaliza determinada atitude do sujeito falante em relação a seu próprio enunciado, assim, fica mais claro entender o modo como aquilo que se diz é dito. Assim, a estratégia da defesa em utilizar essa contradição do ente estatal, o locutor fez uso dos modalizadores avaliativos revelando que o locutor (advogado de defesa) constrói o seu argumento visando emitir um juízo de valor com o intuito de convencer os seus interlocutores (jurados) de que a postura do Estado é contraditória com relação à figura de Lampião.

Nas linhas 7 e 8, quando a defesa traz o seguinte argumento [...] “ porque Lampião era uma pessoa que *poderia* combater a coluna Prestes [...], o termo em destaque é um modalizador epistêmico quase-asseverativo¹², pois levanta uma hipótese com relação conteúdo do enunciado, apresentando-o como algo quase certo ou verdadeiro: qual seja Lampião combater a coluna Prestes.

Através da ironia, o defensor evidenciou que Lampião colaborava com o Governo, como fez na Coluna Prestes. Assim, o descaracterizou como um estereótipo de criminosos. Dessa forma, ao utilizar o verbo “precisar” na expressão “ quando eles precisavam Lampião era útil” demonstra que o Governo fez uso dos seus serviços, quando lhe foi conveniente. Na linha 7 [...] “vamos usar Lampião, isso tudinho, porque Lampião era uma pessoa que poderia combater [...], ao empregar o

¹² Os modalizadores quase-asseverativos o conteúdo da proposição é apresentado como uma hipótese a ser confirmada. Assim, o locutor não se responsabiliza pelo conteúdo da proposição, a exemplo: talvez, assim, possivelmente, provavelmente e eventualmente.

vocábulo “vamos usar”, a ironia remetia a uma percepção utilitarista dos cangaceiros, ora estavam contra a lei, ora estavam a seu favor. Diante disso, a ironia presente no enunciado do defensor incidiu que o Lampião não se encaixa no protótipo mocinho/bandido, mas sim um herói histórico. Também no momento do júri simulado, percebe-se que os alunos tiveram um planejamento na produção de texto para que a defesa pudesse confrontar os argumentos da acusação.

Nos argumentos de defesa, o afã é mostrar a figura do sujeito injustiçado e sensibilizar o corpo de jurados para aderir a essa ideia, ao passo que se espera da acusação protestar a veracidade e validade dos argumentos de defesa. No caso do júri simulado, podemos caracterizá-lo como gênero discursivo (BAKHTIN, 2000), pois apresenta os seguintes elementos:

- a) **Conteúdo temático:** o tema escolhido pelos alunos para ir ao julgamento, em que haja a violação de direitos humanos da criança e do adolescente. No caso em análise, os crimes cometidos por Lampião.
- b) **Estilo verbal:** Linguagem formal com utilização de vocabulário jurídico e estratégia linguísticas e retóricas de argumentação próprias do discurso jurídico.
- c) **Estrutura composicional:** a estrutura formal do gênero com as etapas do gênero júri, pedindo a absolvição ou a condenação do réu. Organização conforme o rito processual: primeiro fala a acusação e depois a fala da defesa, e no final se dá o veredicto pelo corpo de jurados.

Indiscutivelmente, a atividade de júri simulado permite aos alunos assumirem diferentes papéis argumentativos como: defensor, juiz, promotor, jurados, réus, dentre outros personagens. Para tanto, nas aulas de Língua Portuguesa o júri simulado permite uma participação efetiva dos alunos na produção deste gênero, por meio do levantamento das teses e argumentos de acordo com o tema.

Nas aulas de Língua Portuguesa na produção do júri simulado, a concepção de língua adotada é a interação ou dialógica que “apresenta a língua a partir do seu uso, por sujeitos que são ativos, se constroem e interagem socialmente pela linguagem (NASCIMENTO, 2012, p.17); o texto não é visto como produto pronto e acabado, mas sim é construído na interação verbal.

A categoria linguística que dialoga com o júri como gênero discursivo é o hibridismo, que conforme de Marcuschi (2008) desafia os padrões rígidos da linguagem, pois esse fenômeno se constrói quando um determinado gênero adere a outros aspectos particulares com os de outros gêneros. O júri simulado em sala de aula apresenta a “hibridização” de vários gêneros, com a intertextualidade própria desse gênero, que permite ao aluno os usos sociais da linguagem, em

situações específicas de comunicação. O júri simulado integra o hibridismo, pois o produtor do discurso irá construí-lo tendo como modelo o gênero júri, ativando as características desse gênero jurídico, que por natureza também é perpassado por vários outros gêneros.

O hibridismo se configura na mistura/interação dos dois gêneros discursivos dentro de um mesmo suporte midiático com a finalidade de atingir um propósito comunicativo. É interessante também que sejam contemplados os aspectos cognitivos de produção e os aspectos ideológicos inseridos no contexto discursivo do gênero, para a reflexão sobre o hibridismo enquanto aspecto constitutivo dos gêneros textuais da atualidade. (MORENO, 2006, p.36).

No gênero júri simulado, a exemplo do que ocorre no Tribunal do Júri, organiza-se o cenário em que o discurso, a fala de cada personagem, a exemplo do juiz, dos advogados, da oitiva do réu e das testemunhas irão direcionar o veredito final: a absolvição ou a acusação do réu.

É interessante frisar que a pergunta no momento do voto dos jurados é: o réu é inocente? Essa pergunta gira em torno do princípio da presunção de inocência do réu (CAPEZ, 2005), que o acusado é inocente até que se prove o contrário, proveniente do ordenamento jurídico penal brasileiro. A interação do gênero júri simulado ocorre por meio da representação das falas, de forma argumentativa e dialógica nos debates orais na fase da sustentação oral.

O júri simulado em sala de aula é multimodal (PEREIRA; TERRAZAN, 2011), pois não se pode interpretar e compreender os sentidos dos textos somente pela linguagem verbal das palavras, mas também é necessário analisar a linguagem não-verbal dos gestos, das imagens e sons, envolvendo vários elementos semióticos. Segundo Gonçalves (2011), a atividade com júri simulado é interdisciplinar e envolve elementos de figurino, cenografia, sonoplastia e representação teatral.

Outro passo importante na configuração do gênero júri simulado é na fase da produção dos discursos, pois há a necessidade da pesquisa sobre o tema, analisando informações na construção da argumentação, seja para a defesa ou a acusação. Assim, o gênero textual júri simulado exige do aluno o conhecimento aprofundado do conteúdo, para refutar ou alegar eventual informação e a recompensa do julgamento favorável aos argumentos do grupo representado, bem como a confirmação de acertos na configuração do caso concreto.

O júri simulado em sala de aula faz uso da produção oral, utilizando recursos semióticos, como os gestos, a entonação da fala, as expressões corporais, entre outros. Ademais, os alunos podem produzir e utilizar os processos linguísticos em situações sociocomunicativas em face do problema apresentado.

Um dos méritos do trabalho pedagógico com gêneros discursivos, de acordo com os pesquisadores do Grupo de Genebra, é o fato de proporcionar o desenvolvimento da autonomia do aluno no processo de leitura e produção textual como uma consequência do domínio do funcionamento da linguagem em situações de comunicação, uma vez que é por meio dos gêneros discursivos que as práticas de linguagem incorporam-se às atividades dos alunos. (LOPES-ROSSI, 2002, p.71)

No júri simulado os alunos são separados em papéis, funções e irão desenvolver a atividade de oralidade a partir desta função social, debatedores de argumentos e ideias. Suas posições como defensores, acusadores e juízes funcionam de acordo com os casos concretos em cada sessão de julgamento. Porquanto, o júri simulado utilizado no Ensino Fundamental proporciona uma aprendizagem significativa, desafiando o aluno a realizar inúmeras ações: a defesa de ideias, o poder de argumentação, o julgamento, a tomada de decisão, assim como de possibilitar um maior envolvimento e a participação dos alunos nas atividades propostas.

Com relação ao gênero textual júri simulado tratamos da sua caracterização, segundo Bakhtin (2000) e a sua transposição didática, cuja gênese provém do Júri do Direito Processual Penal. Trataremos, no capítulo a seguir, da oralidade, enquanto modalidade da língua, e do ensino de oralidade, tendo como ênfase os gêneros orais e a sua aplicação no contexto de sala de aula.

4 ORALIDADE E ENSINO

Este capítulo está organizado em três seções. A primeira aborda as categorias da oralidade, a partir de Marcuschi (2010) e Koch (2014), e sobre os gêneros discursivos e oralidade, na perspectiva de Marcuschi (1997; 2008); a segunda discute a oralidade na visão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018); a terceira e última discorre sobre o ensino de oralidade de acordo com Dolz et al. (2013a) e Schneuwly (2013). Também trataremos da proposta das sequências didáticas de Dolz et al. (2013c) para o ensino dos gêneros e oralidade, refletindo sobre o processo de ensino-aprendizagem na produção oral do gênero júri simulado.

4.1 ASPECTOS DA ORALIDADE: CONCEITOS E TEORIAS

Aponta Marcuschi (2010) que, ao longo do processo histórico, a escrita possui hegemonia e sempre esteve relacionada a uma questão de poder. E, na escola, apresenta-se a modalidade escrita como padrão. Com isso, a modalidade oral ocupa o plano secundário e é eivada a erros.

Em virtude disso, a escrita é tida como padrão e não há o espaço da variação, haja vista que, tradicionalmente, o ensino de português foi reduzido à gramática. Inegavelmente, na prática escolar, a visão hegemônica da escrita consolidou-se, então, a oralidade é vista na informalidade, natural, espontânea e não precisa ser trabalhada na escola. Em detrimento disso, analisaremos a perspectiva teórica sobre a oralidade apresentada por Marcuschi (2010). A primeira delas é sobre a fala, que é um texto produzido na modalidade oral da língua que usa o aparato humano com fins comunicativos. Assim, a fala é a forma pela qual o indivíduo se expressa com o uso da linguagem verbal oral nas práticas sociais (MARCUSCHI, 2010).

Para Castilho (2005), a oralidade é um meio de ação social no plano sonoro e é utilizada em situações formais e informais de forma interativa, fazendo uso de vários gêneros textuais, os quais se adequam à situação de linguagem e utilizam diferentes recursos extralinguísticos no momento da interação social. Os gêneros orais são aqueles que têm a voz humana, como suporte, que são produzidos oralmente e não dependem de uma versão escrita, a exemplo, de uma aula, palestra, reunião, entre outros (CASTILHO, 2005).

Nos posicionamentos a favor do trabalho sistematizado da oralidade no contexto escolar, pois não se pode reduzir o ensino de oralidade à capacidade de falar no geral, isso acontece como

ato da aquisição da linguagem. Diariamente, operamos com a língua em diversos contextos e situações e os indivíduos devidamente letrados passam do oral para o escrito e vice-versa de forma natural e intuitiva. Nessa discussão, Marcuschi (2010) enfatiza que o ensino de português não se pode basear apenas no código, com isso, é imprescindível mudar o próprio objeto de ensino. Essa mudança, que começou a partir da década de 80, entendeu que a língua e o texto devem ser vistos no conjunto das práticas sociais:

Esta mudança de visão operou-se a partir dos anos 80, em reação aos estudos das três décadas anteriores em que se examinavam a oralidade e a escrita como opostas, predominando a noção de supremacia cognitiva da escrita dentro do que Street (1984) chamou de ‘paradigma da autonomia’. Considerava-se a relação oralidade e letramento como dicotômica, não se vendo nelas duas práticas sociais. (MARCUSCHI, 2010, p.16).

Nesse entendimento, Marscusi (2010) interpreta que as formas se adequam ao uso e não o inverso, e traz a compreensão de letramento como sendo:

O letramento (*literacy*), enquanto prática social formalmente ligada ao uso da escrita, tem uma história rica e multifacetada (não linear e cheia de contradições), ainda por esclarecida, como lembra Graff (1995). Numa sociedade como a nossa, a escrita, enquanto manifestação formal dos diversos tipos de letramento, é mais do que uma tecnologia. Ela se tornou um bem social indispensável para enfrentar o dia a dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural. Neste sentido, pode ser vista como essencial à própria sobrevivência no mundo moderno. Não por virtudes que lhe são imanentes, mas pela forma como se impôs e a violência com que se penetrou nas sociedades modernas e impregnou as culturas de um modo geral. Por isso, friso que ela se tornou indispensável, ou seja, sua prática e avaliação social a elevaram a um *status* mais alto, chegando a simbolizar educação, desenvolvimento e poder. (MARCUSCHI, 2010, p.16-17)

As práticas de letramento não se restringem apenas à aquisição da escrita, mas também há “letramento sociais” que surgem e se desenvolvem à margem da escola, não precisando por isso serem depreciados” (MARCUSCHI, 2010, p. 19). É o caso das pessoas analfabetas inseridas no contexto da escrita e mesmo sem terem a habilidade da escrita, sofrem a sua influência.

Segundo Marcuschi (2010), o indivíduo adquire a fala, enquanto manifestação da prática oral, de forma natural e nas relações sociais e dialógicas, ao passo que a escrita é adquirida na sua manifestação mais formal, como é o caso da escola. Na perspectiva das dicotomias, afirma Marcuschi (2010):

No caso das dicotomias estritas, trata-se, no geral, de uma análise que se volta para o código e permanece na imanência do fato linguístico. Esta perspectiva, na sua forma mais rigorosa e restritiva, tal como vista pelos gramáticos, deu origem ao prescritivismo de uma única norma linguística tida como padrão e que está representada na denominada *norma culta*. (MARCUSCHI, 2010, p. 27)

Essas dicotomias estritas centram-se no código e no centro do fato linguístico, representada na norma culta, conforme o quadro abaixo:

Quadro 10: Dicotomias estritas

Fala	Escrita
Contextualizada	Descontextualizada
Dependente	Autônoma
Implícita	Explícita
Redundante	Condensada
não planejada	Planejada
Imprecisa	Precisa
não normatizada	Normatizada
Fragmentária	Completa

Fonte: (MARCUSCHI, 2010, p. 27)

Vale destacar que para Marcuschi (2010), a perspectiva da dicotomia estrita é visto nos manuais escolares, com a visão imanentista, a qual incentivou *as* gramáticas pedagógicas. Para o autor essas dicotomias são estanques com a nítida separação entre forma e conteúdo, língua e uso, assim, concebe a língua como sistema de regras. Por isso, entende a escrita como norma e deve consolidar o uso da língua.

Indubitavelmente, a escrita trouxe vantagens e avanços para as sociedades que a adotaram, todavia, há problemas decorrentes disso: a) etnocentrismo; b) supervalorização da escrita; c) tratamento globalizante. Biber (1988, *apud* Marcuschi, 2010, p.29) critica essa tendência, pois:

[...] a introdução da escrita no mundo foi um feito notável e correspondeu à transcrição do ‘mito’ para a ‘história’ se nos apoiamos na realidade dos documentos. Foi a escrita que permitiu tornar a língua um objeto de estudo sistemático. Com a escrita criaram-se novas formas de expressão e deu-se o surgimento das formas literárias. Com a escrita surgiu a institucionalização rigorosa do ensino formal da língua como objeto básico de toda formação individual para enfrentar as demandas das sociedades ditas letradas.

Adotamos, assim, a perspectiva variacionista, defendida por Marcuschi (2010, p.31) - “minha posição é a de que fala e escrita não são propriamente dois **dialetos**, mas sim duas modalidades de uso da língua, de maneira que o aluno, ao dominar a escrita, se torna **bimodal**.”

Na perspectiva variacionista não há distinção entre fala e escrita, mas sim a análise das variedades linguísticas distintas e que a escolha de uma norma padrão é de cunho ideológico e não linguístico. Por isso, os fenômenos de fala e escrita são vistos na relação entre fatos linguísticos (relação fala-escrita) e nas práticas sociais (oralidade *versus* letramento). Vale destacar que as relações entre fala e escrita não são óbvias nem lineares, mas sim dinâmicas (MARCUSCHI, 2010). “Oralidade e escrita são duas práticas sociais e não duas propriedades de sociedade diversas.” (MARCUSCHI, 2010, p. 35). Como visto na discussão sobre a visão dicotômica, a oralidade e a escrita não são tidas como objeto de ensino em sua essência, uma vez que ainda se privilegia o sistema normativo da língua e, por conseguinte, um modelo ideal de escrita.

Marcuschi (2010) apresenta a retextualização como as transformações da passagem do texto falado para o texto escrito. Esse momento não é um processo mecânico, mas sim de compreensão, em que transforma um texto oral em texto escrito ou vice-versa. Vejamos, no seguinte quadro, as possibilidades apontadas por Marcuschi (2010):

Quadro 11: Possibilidades de retextualização

1. Fala →	Escrita (entrevista oral → entrevista impressa)
2. Fala →	Fala (conferência → tradução simultânea)
3. Escrita →	Fala (texto escrito → exposição oral)
4. Escrita →	Escrita (texto escrito → resumo escrito)

Fonte: (MARCUSCHI, 2010, p. 48)

As atividades de retextualização fazem parte do nosso cotidiano, quando “repetimos ou relatamos o que alguém disse, até mesmo quando produzimos as supostas citações *ipsis verbis*, estamos transformando, reformulando, recriando e modificando uma fala em outra.” (MARCUSCHI, 2010, p. 48). Essas atividades de reformulação, reescrita, transformação, retextualização acontecem nos eventos linguísticos como o caso de um secretário em uma reunião, quando redige uma ata; quando redigimos uma carta ou até quando contamos uma notícia a outra pessoa, depois da leitura de um texto de jornal ou revista. Nesses casos, faz-se um encadeamento de reformulações e de jogos linguísticos realizados na interdiscursividade e intertextualidade.

Para Marcuschi (2010) “transcrever a fala é passar um texto de sua realização sonora para a forma gráfica com base numa série de procedimentos convencionalizados.” (MARCUSCHI,

2010, p. 49). Rey-Debove (1996, apud MARCUSCHI, 2010) traz os parâmetros de análise (forma e substância, conteúdo e expressão) sobre a transcrição, conforme demonstrado abaixo:

Quadro 12: Parâmetros de análise da transcrição

1) Nível da substância da expressão: trata-se da materialidade linguística na correspondência letra e som/ questões idioletais e dialetais.
2) Nível da forma da expressão: signos falados e signos escritos, com a diferença entre forma do grafema (a grafia usual) e do fonema na realização fonética (a pronúncia). Ex.: menino/ [mininu]
3) Nível da forma conteúdo: relações entre as unidades significativas (expressões, itens lexicais ou sintagmas) orais e as correspondentes unidades significativas escritas que operam como sinônimas no plano da linguagem, mas de realização diferente na fala e na escrita. Ex.: “O que queres comer?” (escrita)/ “ que que que comê?” (na fala)
4) Nível da substância do conteúdo: acontecem as realizações linguísticas do ponto de vista pragmático. O uso situacional e contextual. Ex.: carta escrita “com meus cumprimentos, subscrevo-me” e no telefone “ olha, um abraço e um cheiro pra você, tá” (variante pernambucana)

Fonte: A autora, a partir de Marcuschi (2010, p.50)

Ademais, os níveis da substância da expressão e o da forma de expressão são mais evidentes e simples de analisar. Essa materialidade linguística é conhecida como a transcodificação. A transcrição é a passagem de um código para outro como do som para a grafia, como ilustra Marcuschi (2010):

o que é que fazemos quando *transcrevemos* um texto falado. Basicamente, passamos as palavras pronunciadas para uma formatação escrita num sistema gráfico que segue, no normal dos casos, a grafia padrão, variando apenas em casos especiais quando queremos evidenciar certas questões específicas de um ou outro falante. Transcrever não é uma atividade de metalinguagem nem é uma atividade de simples interpretação gráfica do significante sonoro. A transcrição representa uma passagem, uma *transcodificação* (do sonoro para o grafemático) que já é uma primeira *transformação*, mas não é ainda uma retextualização. (MARCUSCHI, 2010, p. 51)

Assim, ao transcrever a fala para análise, por exemplo, utilizamos um sistema de transcrição tais como: as maiúsculas para tom mais alto; a silabação para fala pausada; os comentários para indicação de aspectos circunstanciais para demonstrar a fidelidade da produção oral.

Neste trabalho, adotaremos a transcrição, de acordo com as normas do Projeto NURC/SP (PRETI, 1999) para a análise da produção do texto oral dos alunos. Esta escolha se dá porque a oralidade é uma prática social de realidade sonora com a finalidade comunicativa e interativa, seja informal ou formal, além disso, na visão dicotômica, o ensino da oralidade está atrelado com a escrita, pois elas mantêm relações mútuas e intercambiáveis.

Defendemos que a oralidade deve ser ensinada no cotidiano da escola, no convívio com os gêneros textuais orais. Falar não significa que o indivíduo tenha o domínio da oralidade e das suas variações. Por isso, fala e escrita são imprescindíveis na sociedade, todavia, a escrita ganhou maior notoriedade e importância, sempre foi uma tecnologia de representação gráfica relacionada às situações formais do nosso cotidiano.

4.2 OS GÊNEROS ORAIS EM SALA DE AULA

O ensino de oralidade em sala de aula deve partir da intenção comunicativa que se centra no uso da língua e não na norma padrão, visando obter um discurso significativo frente ao uso adequado da língua nas práticas sociais, em que o sujeito está inserido. Historicamente, o homem falou, antes de escrever. Foi através da tecnologia da escrita que houve uma revolução na civilização. Segundo Marcuschi (2008), a fala é a nossa atividade mais comumente, ao contrário da escrita, todavia, a escola centra-se na escrita: olvida-se da importância da fala.

Como o texto falado surge no momento da interação, a escrita não é mera transcrição da fala, como denota Koch (2014, p.13) - “fala e escrita são duas modalidades da língua”. Inicialmente, não há uma visão estanque entre oralidade e escrita. Essa relação deve ser vista em um quadro mais amplo, além disso, em certos casos, ocorre a fusão entre fala e escrita e em outros essa relação é mais distante, mas não há uma relação estanque. “Não obstante isso, sob o ponto de vista mais central da realidade humana seria possível definir o homem como um ser que fala e não como um ser que escreve” (MARCUSCHI, 2010, p. 17).

Os gêneros como *continuum* da relação fala e escrita, logo, para a autora, nenhuma característica é exclusiva de uma modalidade ou de outra, todavia a fala possui características próprias com as marcas da oralidade também na escrita, pois “o texto falado não é absolutamente caótico, desestruturado, rudimentar. Ao contrário, ele tem uma estruturação que lhe é própria, ditadas pelas circunstâncias sociocognitivas de sua produção e é à luz desta que deve ser descrito e avaliado.” (KOCH, 2014, p.18).

Com relação aos documentos oficiais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) inauguram no ensino brasileiro a relevância de se trabalhar a oralidade na escola. A posição deste documento é que a escola deve abordar o ensino da oralidade formal, instrumentalizando o aluno para além da escola. O documento analisa as dificuldades de abordar os gêneros orais em sala de aula, destacando:

- 1) A valorização da cultura escrita;
- 2) Falta de políticas públicas educacionais;
- 3) Ensino conteudista.

A modalidade oral é socialmente construída nas práticas de linguagem, mas a escola supervaloriza a escrita e vê a oralidade como um lugar do erro e da espontaneidade. No entanto, não podemos criar um ambiente de competição entre a oralidade e a escrita. Inegavelmente, a prática social propõe a interação entre os sujeitos na fala e oralidade como atividades humanas interativas, logo, a fala seria uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos. Em sala de aula o professor deve incentivar a reflexão, a leitura, a interlocução, a escolha lexical, postura adequada, respeito à fala do outro. Nas atividades da modalidade oral, o aluno vai estudar o tema com antecedência, elaborar questões ao grupo contrário, organizar argumentos e contra-argumentos, elaboração de um roteiro, organização da fala, por exemplo. Apesar de o aluno já dominar a fala bem antes de iniciar a vida escolar.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), no segmento do Ensino Fundamental, traz 5 campos de atuação do componente de Língua Portuguesa, a saber: a escrita, a análise linguística/semiótica, a leitura e escuta, a produção de textos e a oralidade. No campo da oralidade, a BNCC orienta que se explore a criticidade, nas orientações destinadas ao 8º e 9º ano (anos finais do Ensino Fundamental), propondo que o aluno seja capaz de planejar coletivamente a realização das atividades, por meio das atividades acordadas e planejadas (BRASIL, 2018). A BNCC propõe também o eixo da escrita como objeto de ensino. Esse documento traz uma abordagem enunciativa e discursiva, concebendo o texto como objeto de trabalho e de ensino, tanto para a oralidade como para a escrita.

Recomenda a BNCC que o trabalho coletivo em sala seja pela construção das regras ou pela busca pelas informações a respeito do tema, sempre suscitando a participação do aluno em todas as instâncias da abordagem do gênero. Para tanto, precisa-se valorizar as práticas orais (a entrevista, o debate, a exposição oral), os quais exigem planejamento e prática.

A escola possui a responsabilidade de preparar os estudantes para as situações comunicativas orais, pois o ensino de língua materna deve abordar todas as modalidades linguísticas, mas há dificuldades por parte dos docentes em aplicar a modalidade oral.

Assim, precisa-se dar início a um ciclo político educacional: novos documentos que promovam o trabalho com a oralidade na escola, a reformulação nos cursos de Letras, e docentes mais preparados para a prática do ensino da oralidade em sala de aula. Ademais, são necessárias políticas públicas que contribuam com recursos na reformulação de livros didáticos, bem como para a aquisição de materiais que possibilitem o trabalho e o registro com os gêneros orais: vídeo, rádio, gravador, entre outros.

É papel da escola preparar o aluno na linguagem oral para diversas situações sociais: entrevistas, depoimentos, apresentações, seminários etc., todas trabalhadas por meio de situações didáticas, nas quais a modalidade oral pode trazer aprendizados múltiplos aos alunos, com isso, precisa-se reformular e repensar o ensino de Língua Portuguesa. Conforme Dolz et al. (2013a), o ensino da oralidade não se resume à escrita oralizada, mas também utilizar as diversas práticas orais de linguagem no contexto do aluno e os saberes práticos inerentes à oralidade, pois:

Na fase inicial de aquisição da escrita, a criança transpõe para o texto escrito os procedimentos que está habituada a usar em sua fala. Isto é, continua a empregar em suas produções os recursos próprios da língua falada. Somente com o tempo e com a intervenção contínua e paciente do professor é que vai construir seu modelo de texto escrito. (KOCH, 2014, p.18).

Justifica-se a abordagem interacionista no ensino de oralidade, pois a produção oral ocorre de forma interacionista nas práticas de letramento. Com isso, a abordagem interacionista de linguagem faz com que os alunos possam aprender instrumentos semióticos nas diversas situações sociais de linguagem. Dessa feita, os gêneros orais são tidos como as unidades concretas as quais desenvolvem capacidades que o sujeito precisa para poder interagir na sociedade e a formação cidadã.

Segundo Schneuwly (2013), os gêneros orais possuem uma variedade de atividades de linguagem de diferentes campos sociais, com a interação verbal e dos instrumentos semióticos. Além disso, os gêneros orais possuem elementos dos textos visualizados pelos alunos, quais sejam nas conversas, nas entrevistas, na discussão, no júri simulado, no debate, entre outros. Nestes gêneros orais podem-se identificar os elementos necessários dos gêneros discursivos, segundo Bakhtin (2000):

- a) Os conteúdos;
- b) A estrutura comunicativa;
- c) As configurações estilísticas.¹³

Os gêneros discursivos orais são instrumentos que possibilitam a comunicação e que podem ser aprendidos na escola. Para Dolz et al. (2013a), deve-se trabalhar os gêneros orais na escola a partir das práticas sociais de linguagem, partindo de situações concretas da realidade. Também deve-se dar ênfase aos recursos verbais e não verbais e das relações de sentido: o olhar, a entonação da voz, as marcas linguísticas, dentre outros. Destarte, o ensino de Língua Portuguesa deve dar condições sociais aos alunos em diversas atividades de linguagem e análise dos conteúdos, da organização do conjunto do texto e das sequências com características específicas da textualidade oral. Para tanto, a oralidade prepara os alunos para interagirem de forma mais competente, em diversas situações sociais.

4.3 OS ELEMENTOS DA ORALIDADE NO GÊNERO JÚRI SIMULADO

O gênero júri simulado é um gênero oral, o qual apresenta características linguísticas e elementos da oralidade e da escrita que serão aduzidos neste item. Dentre esses destacamos: entonação, discurso de autoridade, repetição, mudança de locutor, ironia, linguagem e expressão corporal dos oradores, explicação, linguagem jurídica, dentre outros.

O júri simulado é uma prática pedagógica mediada, essencialmente, pela linguagem oral – com a exposição da defesa e da acusação de modo oral com o objetivo de convencer os jurados sobre a inocência ou culpa do réu sobre um determinado crime. O embate entre acusação (o orador é o representante do Ministério Público e fiscal da lei) e defesa (o orador é o advogado do réu) é o ponto ápice do júri simulado. Ambos locutores utilizam de elementos da oralidade, de retórica e oratória para convencer os jurados sobre os seus argumentos. Entende-se que a entonação expressa o assunto sobre o qual falam com o propósito comunicativo de dar ênfase, de acordo com a subjetividade do locutor para convencer o interlocutor. Um recurso recorrente no discurso do júri simulado.

¹³ Esses elementos foram aprofundados no capítulo 1.

O recurso da repetição pode demonstrar muitas funções, como dar o efeito da ênfase ou até mesmo de trazer destaque na fala para melhor compreensão do ouvinte. Pode-se citar como exemplo o uso do advérbio de negação “não” na frase “ele não, não cometeu o crime.” É um recurso que possibilita ao falante a ênfase na tese da absolvição do réu. No debate em plenário, o júri simulado permite aos interlocutores uma relação de diálogo, com a alternância dos sujeitos do discurso, que segundo Bakhtin (2002) é uma marca de todos os enunciados, com princípio absoluto “antes do seu início, os enunciados de outros; depois do seu término, os enunciados responsivos de outros.”

Assim, um enunciado pode ser produzido em meios a outros enunciados, sendo produzido em diálogo com eles, ou seja, a alternância dos sujeitos do discurso se configura. No caso do júri simulado, essa alternância é bastante latente no uso da réplica e da tréplica. O uso da explicação ou de fazer ressalvas também é vista na exposição oral do júri simulado, composta por vocabulários, com termos técnicos da seara jurídica. Também encontramos no júri os marcadores conversacionais e as proposições, que são recursos de comunicação eficaz para atingir a “derrota” do seu opositor e mexer com as emoções dos interlocutores.

É importante no júri simulado mostrar a segurança sobre a veracidade do que está sendo explanado no discurso com a finalidade de convencer os jurados sobre o réu ser ou não inocente. Durante o discurso oral são criadas imagens da cena do crime, da vida social do réu, dentre outros aspectos, os quais aguçam a todo instante a narrativa contada pela acusação e pela defesa. Ademais, a estrutura da apresentação do júri, tanto para defesa quanto para a acusação segue o seguinte esquema:

- 1) Saudações aos jurados e autoridades presentes;
- 2) Explicação sobre o papel da defesa e da acusação;
- 3) Síntese dos fatos sob a ótica da defesa e da acusação;
- 4) Teses defensivas e acusatórias;
- 5) Materialidade do crime;
- 6) Autoria;
- 7) Qualificadoras ou atenuantes;
- 8) Combate às teses defensivas e acusatórias;
- 9) Esclarecer sobre os quesitos da defesa e da acusação para que os jurados possam responder aos quesitos.

Porquanto, para se estabelecer um discurso convincente e que tem o potencial de interferir nas decisões dos jurados, o orador precisa ter o poder de persuasão e escolher as técnicas do discurso com ênfase nas emoções do Conselho de Sentença.

4.4 A PROPOSTA DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA DOS GÊNEROS ORAIS

O procedimento que escolhemos para trabalhar o gênero júri simulado foi o da sequência didática (como já abordado no Capítulo III), uma vez que o júri simulado possui características da oralidade e da escrita. Dessa feita, iremos apresentar a perspectiva da sequência didática defendida por Dolz et al. (2013c), a qual é conceituada como “conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito” (DOLZ ET AL., 2013c, p.82).

A sequência didática ajuda o aluno a produzir o gênero discursivo, o qual não domina ou o faz de forma insuficiente, com isso, o aluno poderá falar ou escrever adequadamente em dada situação comunicativa e compete à escola promover as novas práticas de linguagens ou de difícil domínio do estudante.

Por meio de múltiplos exercícios, os quais o professor deve adequar para cada situação comunicativa, os alunos irão se apropriar de um gênero e depois produzi-lo. Compete ao docente realizar um trabalho no domínio da produção do gênero e observar as capacidades de linguagem e as dificuldades que os alunos apresentam. Depois de verificar essas especificidades, o professor deve elaborar atividades em módulos para que seja trabalhada cada dificuldade, uma a uma, separadamente.

Das habilidades exigidas na apropriação do gênero, destacam-se: a necessidade de adaptar-se às características do contexto e do referente (capacidade de ação); de mobilizar modelos discursivos (capacidades discursivas); de dominar as operações psicolinguísticas e as unidades linguísticas (capacidades linguístico-discursivas) (DOLZ ET AL., 2013c).

O professor deve estar atento às capacidades de linguagem (seja antes e durante a sequência didática), delimitando o trabalho a ser adotado nas intervenções didáticas. As intervenções proporcionam a utilização dos instrumentos necessários para progredir na aprendizagem do gênero de acordo com as situações de comunicação. Esse ciclo de aprendizagem baseia-se nas relações sociais, assim, o professor, exercendo o papel de mediador, pode organizar essas formas de aprendizagem, auxiliando na apropriação dos gêneros textuais (DOLZ ET AL., 2013c).

Nesse sentido, as sequências didáticas ajudam em demonstrar quais são as mediações necessárias que ele deve fazer e cada uma delas identifica quais são as capacidades e as dificuldades dos alunos. A sequência didática também promove mudanças e adaptações na aprendizagem de um determinado gênero textual e essa é organizada em fases ou etapas, assim denominadas: a) apresentação inicial; b) produção inicial; c) módulos; d) produção final.

Cada etapa da sequência didática visa apresentar ao aluno um projeto comunicativo, que começa com a apresentação da situação comunicativa. Nessa fase inicial, precisa-se descrever detalhadamente a atividade de linguagem a ser realizada pelos alunos na produção final do gênero trabalhado. Assim, nessa etapa, os alunos serão preparados para uma primeira tentativa da produção do gênero oral. Essa produção inicial é necessária para, depois de ser analisada pelo professor, prosseguir para o trabalho com os módulos em cada etapa, conforme o quadro abaixo:

QUADRO 13: Apresentação da situação

1) Apresentação do problema de comunicação	No caso do gênero oral, pode trazer a situação pela qual os alunos podem resolver um problema. Ao trabalhar o gênero júri simulado, analisando a quem deve se dirigir a produção, qual é a forma que deve assumir e quem irá produzir o gênero textual.
2) Preparação dos conteúdos a serem explorados no texto	O professor deve preparar os conteúdos dos textos que serão produzidos pelos alunos. Nesse momento, devem-se fornecer as informações necessárias para que os alunos conheçam a atividade de linguagem do gênero trabalhado.

Fonte: quadro produzido pela autora, a partir de Dolz et al., 2013c

A importância de analisar os esquemas de Dolz et al (2013c) reside na detecção dos problemas desde a produção inicial e ver quais os instrumentos necessários para superar as dificuldades iniciais e poderá dimensionar as dificuldades e, assim, nortear as intervenções a serem realizadas.

Na apresentação da situação podemos elucidar acerca dos gêneros orais: 1) a representação da situação de comunicação - no caso do júri o aluno irá entender o destinatário do texto, a sua finalidade, aprender a posicionar-se como autor ou locutor do gênero estudado. 2) Elaboração e

produção textual - nesse momento, escolhe-se os meios de linguagem mais eficazes para escrever seu texto, inclusive ao escolher o vocabulário de acordo com a situação comunicativa e os organizadores textuais para estruturar o texto e introduzir argumentos. 3) Também ocorre a fase da elaboração dos conteúdos, em que o aluno passa a conhecer as técnicas para elaborar os conteúdos, de acordo com as especificidades do gênero júri simulado. 4) Planejamento do texto - o aluno deve estruturar seu texto com um plano de acordo com a finalidade que se deseja atingir ou do destinatário visado.

A produção inicial é o início da aprendizagem; a partir da análise da produção inicial, o professor poderá intervir, com a elaboração e aplicação dos módulos. Nesse sentido, as dificuldades apresentadas na produção inicial serão trabalhadas: 1) Quais foram as dificuldades da expressão oral? 2) Como o professor pode construir um módulo para resolver um problema particular? 3) Como acumular o que é adquirido nos módulos?

Os módulos são os momentos em que o professor vai trabalhar os problemas que apareceram na primeira produção e dar aos alunos os instrumentos necessários para superá-los e é por meio deles que se pode trabalhar diversas atividades e exercícios. O trabalho com módulos possibilita diversificar as formas de trabalhar com o gênero textual, com diversos instrumentos, os quais possibilitam o seu domínio. Nos módulos, podemos elucidar três categorias de atividades e de exercícios:

- 1) Atividades de observação e de análise de textos - o aluno observa os aspectos de funcionamento do texto, possibilitando a comparação entre os diferentes gêneros.
- 2) Tarefas simplificadas de produção de textos - são exercícios que permitem identificar certos problemas de linguagem em cada nível da produção textual. O aluno pode centrar-se em alguns aspectos da elaboração de um texto, seja reorganizando o conteúdo, inserir uma parte que falta num dado texto, revisar um texto sob a definição de critérios e elaborar refutações, ou a partir de uma resposta dada.
- 3) Elaboração da linguagem comum - A atividade necessária para poder falar dos textos.

Todo esse procedimento é realizado ao longo de toda a sequência, precipuamente, na elaboração dos critérios para a produção de um gênero. Na realização dos módulos, os alunos aprendem a falar sobre o gênero, além de adquirir o vocabulário técnico próprio do gênero júri simulado. A produção final dá ao aluno a possibilidade de pôr em prática as ações e os instrumentos

elaborados separadamente nos módulos e ao professor permite realizar a reescrita, pois aponta para avanços na produção do gênero. Dolz et al. (2013c) também apresentam os princípios teóricos, a elaboração e as finalidades da sequência didática, resumidas a seguir:

- 1) As escolhas pedagógicas – em especial a avaliação formativa, que regula os processos de ensino e de aprendizagem e também motiva os alunos a escrever.
- 2) As escolhas psicológicas – a atividade de produção de textos, ultrapassando a colocação de palavras, frases e ideias prévias, com a representação da situação de comunicação e focado no gênero em sua constituição (estilo, conteúdo e estrutura do gênero), leva o aluno a tomar a palavra, ser sujeito do seu dizer.
- 3) Escolhas linguísticas - produção de textos e discursos, usando instrumentos linguísticos adequados à situação de comunicação.
- 4) As finalidades gerais - preparar os alunos para dominar a sua língua nas situações mais diversas da vida cotidiana.

A sequência didática com gêneros orais possibilita a revisão, a observação, articulando entre o trabalho na sequência e outros domínios de ensino da língua, explorando o vocabulário técnico e as regras elaboradas, com os módulos ou num momento de síntese, antecedente à produção final e valorizar os saberes experienciais dos alunos. Cada módulo é finalizado com um registro para depois realizar a produção final, que é a última etapa da sequência didática. Por isso, o trabalho com a sequência didática vai do complexo para o simples, da produção inicial aos módulos, trabalhando as capacidades necessárias e, na etapa final, o aluno investe o que aprendeu regulando e controlando seus próprios textos, seja na fase da revisão, seja na reescrita do texto.

Outra vantagem de trabalhar com a sequência didática em sala de aula é abordar diferentes níveis de elaboração de textos com atividades de observação, de manipulação e de análise de unidades linguísticas, em que o professor pode trabalhar com a análise linguística e facilitar o ensino sistemático dos gêneros discursivos, permitindo que os alunos reconstruam e se apropriem dos gêneros de forma interativa e significativa.

Depois de discorrer sobre os conceitos e concepções da oralidade e do ensino, bem como da aplicação dos gêneros orais no contexto de sala de aula, trataremos, no próximo capítulo, do eixo metodológico da pesquisa, os procedimentos de levantamento de dados e a análise de dados.

5 PROCESSOS METODOLÓGICOS E AS PRODUÇÕES INICIAL E FINAL

Neste capítulo, faz-se a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados na presente pesquisa. Para tanto, é apresentado o contexto no qual ocorreu a investigação; a delimitação dos sujeitos participantes, bem como a demarcação do *corpus* investigado.

Da mesma feita, faz-se a exposição da nossa proposta interventiva a partir das Sequências Didáticas (SD), qual seja do método científico aplicado no processo de aquisição e análise dos dados da pesquisa. Ademais, apresentamos a descrição das etapas das SD desenvolvidas nas produções inicial e final.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa apresentou o contexto do ensino de argumentação e da oralidade em sala de aula. Foi analisado o caráter discursivo, argumentativo e construtivo do gênero júri simulado a partir do procedimento metodológico das SD de Dolz et al. (2011), partindo da proposta de um projeto de argumentação na escola. A SD de Dolz et al (2011) sobre o gênero júri simulado, um gênero da argumentação na modalidade oral, partiu de uma situação de comunicação que levou os alunos à produção inicial, aos módulos e, finalmente, à produção final.

Como já relatamos na introdução desta dissertação, o interesse pelo objeto de pesquisa é proveniente das nossas atividades profissionais: advogada, professora, Secretária Geral da Comissão dos Direitos da Criança e Adolescente da OAB-PB e coordenadora do projeto de mediação escolar e práticas de justiça restaurativa na escola.

Estamos atuando como professora de Língua Portuguesa do Ensino fundamental e Médio, da rede pública estadual e municipal em João Pessoa-PB, desde 2011. Enquanto pesquisadora, conseguimos interligar a nossa experiência na área jurídica com as propostas didáticas de argumentação e ensino em sala de aula.

Após os esclarecimentos da nossa justificativa pessoal acerca do objeto da pesquisa, inicialmente, conceituamos a pesquisa científica como o procedimento racional e instrumental que responde aos objetivos pretendidos e ao problema elencado. Conforme Gil (2008, p.17):

A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Considerando que a presente pesquisa encontra-se no campo teórico e metodológico da Educação, com a especificidade na área do ensino de Língua Portuguesa, faz-se necessário adotar requisitos metodológicos específicos. Nesse sentido, optou-se pela pesquisa de natureza qualitativa, uma vez que esse tipo de investigação dá voz aos sujeitos envolvidos:

Dessa forma, os pressupostos da perspectiva teórica do *interpretativismo* nos levam a insistir no conceito de compreensão em profundidade, além da mera descrição e interpretação, destacando o protagonismo que adquirem as vozes dos principais protagonistas dos fenômenos socioeducativos abordados. (SANDÍN ESTEBAN, 2010, p.132)

Salienta-se, também, que os sujeitos da pesquisa foram os alunos da professora-pesquisadora, do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública estadual de ensino, matriculados no ano letivo de 2022, em uma escola pública na cidade de João Pessoa-PB. Assim, adota-se, nesta pesquisa, a abordagem qualitativa, haja vista que a produção de conhecimentos dos fenômenos educativos precisam ser sistematizados e organizados.

Estivemos insistindo na complexidade de perspectivas teóricas e epistemológicas que subentendem e fundamentam os diversos métodos qualitativos e, portanto, ao falar de *pesquisa qualitativa*, não só nos referimos a procedimentos metodológicos, mas também aos fundamentos teórico-epistemológicos que os sustentam e orientam. (SANDÍN ESTEBAN, 2010, p.127)

Com isso, foi necessária a intervenção desta pesquisa qualitativa, como forma de democratização dos mecanismos do júri simulado, pois:

A pesquisa qualitativa é uma atividade sistemática orientada à compreensão em profundidade de fenômenos educativos e sociais, à transformação de práticas e cenários socioeconômicos, à tomada de decisões e também ao descobrimento e desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimentos. (SANDÍN ESTEBAN, 2010, p.127)

Ademais, a pesquisa não fugiu dos preceitos éticos e morais da sociedade democrática de direito. Assim, ao abordar os temas sobre o exercício da cidadania e da garantia de direitos das crianças e adolescentes, logo, tratamos de temas que os alunos propuseram na escolha da produção inicial e que estavam inseridos na sua realidade social.

Na investigação qualitativa, no cenário da turma de 9º ano do Ensino Fundamental, consideramos o contexto do mundo real, as especificidades e curiosidades dos sujeitos da pesquisa. Essa relação entre objetividade e subjetividade foi além dos números e atribuiu ao longo do processo da pesquisa, conforme elucida Sandín Esteban (2010):

Uma característica fundamental dos estudos qualitativos é sua atenção ao *contexto*: a experiência humana se perfila e tem lugar em contextos particulares, de maneira que os acontecimentos e fenômenos não podem ser compreendidos adequadamente se são separados daqueles. (SANDÍN ESTEBAN, 2010, p.129)

Segundo essa afirmação de Sandín Esteban (2010), a pesquisa qualitativa possui caráter interpretativo, pois há fenômenos que precisam ser analisados sem o seu registro por meio de números, pois existem nuances no ambiente que precisam de uma análise qualitativa. Ressalta-se que os dados provenientes da abordagem qualitativa são interpretados pela linguagem verbal ou não-verbal, por isso, são eminentemente descritivos. Ao passo que na pesquisa quantitativa os dados do material são obtidos, por meio do resultado numérico, na pesquisa qualitativa todo processo de investigação está em primazia, por isso, o investigador analisa e compreende os significados do problema analisado, até mesmo o comportamento dos sujeitos envolvidos (SANDÍN ESTEBAN, 2010). Dessa feita, esta pesquisa foi de natureza qualitativa, aplicada, descritiva, de cunho intervencionista, cujos requisitos estão dentro da concepção da pesquisa-ação.

A pesquisa ora evidenciada é aplicada, pois as investigações basearam-se em projetos planejados, aplicados e com a análise de dados sobre o processo desenvolvido testado ou desenvolvido na própria intervenção. Conforme Teixeira e Neto Megid (2017, p.170), a pesquisa aplicada integra:

questões mais diretamente relacionadas aos processos de ensino e aprendizagem, como a testagem de princípios pedagógicos e curriculares (interdisciplinaridade, contextualização, transversalidade, avaliação, etc.) e recursos didáticos. Como parte dos trabalhos desenvolvidos nesta modalidade temos pesquisas buscando informações e dados empíricos relativos ao teste de sequências e estratégias didáticas, oficinas, unidades de ensino, materiais didáticos, propostas de programas curriculares, cursos e outros processos formativos, etc. (TEIXEIRA; NETO MEGID, 2017, p.170)

Da mesma feita, a pesquisa foi descritiva, pois a pesquisadora levantou as informações que pesquisou e descreveu os fenômenos da realidade escolar, de maneira especial: todo o procedimento de ensino aplicado durante a investigação, bem como descreve o *corpus* de análise, qual seja a produção oral dos alunos pesquisados, com foco nos seus aspectos linguístico-discursivos, especialmente os fenômenos de argumentação. Foi também de cunho intervencionista, porque interveio na realidade, tentando modificá-la ou criar a predisposição para tal, com base no aporte teórico-metodológico utilizado neste trabalho.

A intervenção que se busca aprofundar nesse trabalho é aquela que possibilita o desenvolvimento da capacidade dos praticantes de estarem conscientes do conceito de sua atividade e, por eles mesmos, contando apenas com a mediação de um pesquisador-intervencionista, encontrarem razões e soluções para a mudança planejada e adequada com a sua própria atividade. (CASSANDRE; QUEIROL, 2014, p.20)

Reiteramos que é interventiva, haja vista que intervém na realidade, com o condão de modificar o contexto pesquisado. Primeiramente, elaboramos e aplicamos as atividades de análise e de produção oral (apresentação da situação) do gênero objeto de estudo; da mesma feita analisamos e interpretamos a primeira produção dos alunos (a qual será gravada), com vista a identificar o que os alunos já conheciam sobre o gênero e, conseqüentemente, pudéssemos intervir nas dificuldades apresentadas. Depois da fase da produção inicial, fizemos o planejamento e a execução das ações pertinentes (módulos de intervenção pedagógica) e, em seguida, coletamos, analisamos e avaliamos os resultados obtidos com as ações interventivas executadas. Assim, a investigação constitui-se também como pesquisa-ação. Como a pesquisa-ação é empírica, relaciona-se com a resolução de um problema de cunho coletivo, de modo que o pesquisador e os sujeitos encontram-se envolvidos de forma cooperativa.

Em resumo, pode-se dizer que em todas as correntes, a pesquisa-ação envolve sempre um plano de ação, plano esse que se baseia em objetivos, em um processo de acompanhamento e controle da ação planejada e no relato concomitante desse processo. Muitas vezes esse tipo de pesquisa recebe o nome de intervenção (ANDRÉ, 1995, p.33)

A pesquisa foi de cunho interventivo ou intervencionista, já que permitiu um maior conhecimento sobre o problema de pesquisa e intervindo na realidade. Na fase da produção inicial, foi necessário o aprofundamento sobre a funcionalidade e estrutura do gênero júri simulado, pois foi importante recorrer aos conceitos e situações do Tribunal do Júri, com um maior detalhamento, permitindo aos alunos assistirem aos vídeos do plenário do Tribunal do Júri.

Como o gênero júri simulado exigiu um maior aprofundamento, o estudo sobre o gênero auxiliou no detalhamento das sequências didáticas e nos planos de aula, pois permitiu analisar as características, causas e efeitos do fenômeno em estudo. Nesta pesquisa, elucidamos como o gênero textual júri simulado permitiu o desenvolvimento do eixo da oralidade em sala de aula, bem como o ensino de argumentação retórica e linguística, visando a formação para o exercício da cidadania.

Após os apontamentos da abordagem epistemológica da pesquisa, fizemos o alinhamento com o procedimentos metodológico das SD de Dolz et al. (2011), visando efetivar o objetivo da nossa proposta de intervenção que foi o de investigar o processo de ensino-aprendizagem do gênero textual júri simulado, mediado pelas sequências didáticas e enquanto prática argumentativa em sala

de aula. Analisamos as produções orais dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, por meio da aplicação dos procedimentos das SD.

Por fim, o corpus constituinte da pesquisa foi de textos produzidos pelos discentes em sala de aula, pelo instrumento de análise, qual seja: o procedimento das SD, dos autores Dolz et al. (2011).

5.2 CONTEXTO DA PESQUISA: DEMARCAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO, DO *CORPUS* E DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Enquanto docente, estamos presentes no ensino público desde o ano de 2005, quando começamos a lecionar como professora na antiga 4ª série do Ensino Fundamental, atual 5º ano, em uma escola privada no bairro de Cruz das Armas - João Pessoa. Neste ano, concluíamos o Ensino Médio, na modalidade Magistério, na Escola Normal Maria do Carmo de Miranda, enquanto iniciávamos a graduação em Letras, depois em Direito. Em 2007, passamos no concurso do Magistério como professora Polivalente, na Prefeitura Municipal de João Pessoa. Já em 2012, obtivemos aprovação e classificação como professora de Língua Portuguesa do Estado da Paraíba.

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública, situada no bairro da Torre. A pesquisadora iniciou suas atividades nesta instituição desde o ano de 2020, assumindo a docência voltada para alunos do 8º e 9º anos. Ressalta-se que a escolha do público-alvo se deu, em virtude da trajetória da professora pesquisadora, como professora e advogada.

Assim, foi selecionada uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental II, tendo o número de 25 (vinte e cinco) participantes. Embora tenham participado da pesquisa 25 (vinte e cinco) estudantes, apenas 20 (vinte) estiveram presentes em todas as etapas. Desses, um total de 10 (dez) devolveram o TCLE e o TALE devidamente assinados. Por isso foram as produções orais desses 10 (dez) alunos que compuseram o *corpus* da análise inicial e final.

Nesse contexto, é relevante demonstrar o perfil dos sujeitos participantes. São alunos com faixa etária entre 13 e 14 anos, que sempre estudaram na escola pública, seja da rede estadual ou municipal. Não possuem acesso aos bens culturais que propiciam o desenvolvimento das habilidades do eixo de Oralidade da Língua Portuguesa. Ademais, não veremos os sujeitos da pesquisa como um instrumento, mas sim de forma integrativa e participativa.

A experiência das pessoas é abordada de maneira *global* ou *holisticamente*. Não se entende a pessoa como um conjunto separado de variáveis. O pesquisador qualitativo deve desenvolver uma sensibilidade para situações ou experiências consideradas em sua totalidade e para as qualidades que as regulam. A expressão o “eu como instrumento” tem

vido amplamente utilizada para destacar a importância que adquire a pessoa que a pesquisa na coleta de informação. (SANDÍN ESTEBAN, 2010, p.129)

O *corpus* da pesquisa foi constituído pelos textos orais produzidos pelos alunos em sala de aula, tendo como procedimento de aplicação e geração de dados o próprio procedimento das sequências didáticas dos autores Dolz, Noverraz e Scheuwly (2013a). Assim, investigamos de que forma uma proposta sequenciada de ensino de produção textual do gênero júri simulado pode capacitar os alunos no desenvolvimento de competências argumentativas.

Porquanto, participou desta pesquisa, haja vista que em sala de aula percebemos as dificuldades dos alunos quanto à produção textual oral nas atividades com os diversos gêneros textuais.

Sobre a escola, conforme seu Projeto Político Pedagógico (2022), doravante PPP, acolheu, no corrente ano, um público de 300 alunos, funcionando na modalidade integral (Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e o Ensino Médio Técnico em Panificação e Confeitaria. A referida escola possui 12 turmas, do 6º ano do Ensino Fundamental II a 3ª série do Ensino Médio, dentre as quais como professora de Língua Portuguesa leciono nas turmas do 9º ano A e B, bem como na 1ª série A e B do Ensino Médio Técnico.

No contexto da pesquisa, como professora de Língua Portuguesa de uma escola pública na cidade de João Pessoa-PB, no exercício de docência na turma do 9º ano, já nos era de conhecimento a realidade da escola campo. Ademais, participamos como coordenadora do projeto na escola campo e observamos o processo educativo sobre educação em direitos humanos e cidadania na escola.

Em face do novo cenário da pandemia, os profissionais da escola reinventaram-se. Desse modo, logo no início do distanciamento social houve a integração com os nossos estudantes, através dos grupos de Whastapp, lives pelo Instagram e outros aplicativos de mensagens. Posteriormente, com a formação docente sobre o ensino remoto, os profissionais passaram a utilizar novas estratégias como o Google Classroom e o Google Meet.

Em 2022, na retomada do ensino presencial, a escola de educação integral funcionava nos turnos matutino e vespertino, tendo o início às 7:00 h. e 30 min. e término às 17:00 h. Urge destacar que o modelo pedagógico e de gestão da Escola Cidadã Integral (ECI) foi inspirado no programa do Instituto de Corresponsabilidade da Educação (ICE), abrangeu representantes do Poder Público

e da iniciativa privadas. O modelo tem como referência a Escola da Escolha¹⁴, o qual incentivou o desenvolvimento de competências sociais e relacionais, permitindo a ampliação de conhecimentos e a formação humanista. O modelo da ECI, do Governo do Estado da Paraíba, vinculou-se ao modelo da escola da escolha, desenvolvido pelo ICE . A escola campo aderiu ao modelo no ano de 2016. Conforme dados da plataforma Saber, no ano de 2022, a escola formou 08 (oito) turmas no período integral, com os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da parte diversificada, somando um total de 235 (duzentos e trinta e cinco) alunos no ano letivo de 2022.

Ao implantar o modelo da Escola Cidadã Integral (ECI), a Secretaria de Estado da Educação do Estado da Paraíba (SEE/PB), para garantir uma educação pública universal e de qualidade, assim como para atender às metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), no ano de 2016, fez a parceria com o ICE para operar um currículo plenamente integrado entre as diretrizes e os parâmetros curriculares nacionais (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2019).

Ressalta-se que o Programa das Escolas Cidadãs Integrais e Escolas Cidadãs Integrais Técnicas, coerente com um modelo pedagógico e de gestão escolar de educação em tempo integral, centrou-se no Protagonismo Juvenil e no Projeto de Vida dos estudantes (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2019). O protagonismo estudantil diz respeito a uma das premissas do Programa Escola Cidadã Integral, tornando o aluno autônomo, solidário e competente. Sendo assim, esse deve ser engajado na sua comunidade e também desenvolver as competências e habilidades para o século XXI.

O projeto de vida do aluno refere-se a uma das metodologias da ECI Cidadã Integral como parte diversificada do currículo, traçando um caminho entre o estado atual (o que o aluno é) e o estado desejado (o que o aluno quer ser) (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2019).

O modelo da Escola Cidadã Integral (ECI) passou a ofertar disciplinas da parte diversificada (disciplinas eletivas, estudo orientado, projeto de vida, pós-médio, entre outros) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), exigindo uma formação continuada pluridimensional aos docentes. Essas disciplinas da parte diversificada são aquelas que visam aprimorar competências e habilidades imprescindíveis à consecução do projeto de vida do estudante, assim

¹⁴ Esse modelo pautou-se na superação e criação de novos paradigmas no âmbito educacional para responder as urgências e emergências da sociedade atual. Assim, o aluno no término da educação básica precisa ter constituído uma base consolidada de conhecimentos e valores.

como de reforçar os conteúdos da BNCC. Os componentes curriculares que integraram os conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com o currículo da parte diversificada tiveram o afã de formar cidadãos autônomos, solidários, competentes e socialmente ativos. O escopo foi articular as capacidades e habilidades imprescindíveis ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2019).

Segundo o Projeto Político Pedagógico, doravante PPP (2022), a estrutura física da escola é composta por: 01 laboratório de matemática e ciências, 01 auditório, 12 salas de aula, 01 biblioteca, 01 secretaria, 01 laboratório de informática, 01 cozinha, 01 quadra, 01 refeitório, 01 sala da direção, 01 sala da coordenação, 01 sala dos professores e 01 pátio.

Desse modo, para estabelecer uma conexão entre o tema do presente trabalho com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, analisa-se o diálogo com o eixo da educação em direitos humanos como práticas educativas voltadas para a formação cidadã, assim como pelos clubes de protagonismo e do Projeto “Neutralizando o Bullying”:

Anos fazendo refletir e compreender o nosso papel no mundo em que vivemos. Pode-se afirmar que as práticas educativas são expressões concretas do ato de educar, entendidos como locus privilegiado da difusão do conhecimento, não só científico, mas também do cotidiano dos sujeitos que os compõem, construindo aprendizagens. Numa visão ampla a significa a garantia de todos os direitos fundamentais para o indivíduo, tais como os direitos civis, políticos e sociais, o que representaria o cerne da democracia, mas também sinaliza a existência de deveres que deverão ser cumpridos. Desse modo, ela constitui uma relação de mão dupla entre o indivíduo e a sociedade à qual pertence. Por isso, é fundamental compreender qual tipo de cidadão a sociedade deseja formar (PPP, 2022, p. 34 e 35)

Segundo o PPP (2022) houve a participação dos alunos, professores, funcionários e da comunidade e possui como objetivo:

A Escola Cidadã Integral Técnica Estadual de Ensino Fundamental e Médio Padre Hildon Bandeira, ao adotar a proposta pedagógica Modelo Escola da Escolha, tem como objetivo preparar os alunos para uma vivência cidadã corroborando desde o início do currículo escolar e formar um aluno questionador com base sólida, rígida e normativa de informação. Nesta metodologia a importância é o conhecimento que continua tendo na vida atual como meio de transformação do homem e através do Protagonismo Juvenil, valorizando por intermédio dos Projetos de Vida - PV, disciplinas eletivas e Orientações educacionais. (PPP, 2022, p.13)

Compreende-se que o PPP (2022) contemplou a educação em direitos humanos, o projeto de vida do aluno, estabelecendo um diálogo acerca das necessidades e do direcionamento da comunidade no ano letivo de 2022, pois propôs como objetivo específico, entre outros, “ênfatar

a importância das relações sociais (prática dos direitos humanos, a questão ambiental como prática da cidadania)” (PPP, 2022, p. 18).

Diante desse diálogo, o PPP (2022) adota como metodologia que:

as atividades propostas pelos professores são elaboradas de acordo com o cronograma do Sistema ICE - Instituto Sonho Grande e Modelo Escola da Escolha. Temos como objetivo incentivar a interação da família no processo educativo considerando a importância do diálogo e da troca de experiências. (PPP, 2022, p.19).

É importante assinalar que esse documento normatiza sobre as atividades desenvolvidas no cotidiano escolar; assim, o PPP é um documento local, pois são elaborados e construídos por aqueles que compõem as escolas cidadãs, trazendo o protagonismo juvenil como:

É um dos eixos principais da base de sustentação do modelo da Escola Cidadã Integral e visa desenvolver jovens autônomos, solidários e competentes atores e sujeitos da própria ação e prontos a buscar a solução de problemas reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla. Refere-se à formação de um sujeito ativo, com espírito de liderança, capaz de tomar decisões e fazer escolhas embasadas no conhecimento, na reflexão, na consideração de si próprio e do coletivo. (PPP, 2022, p. 22)

Como o PPP (2022) visa articular, reproduzir e executar as atividades que serão desenvolvidas ao longo do ano letivo de 2022, também trouxe a questão das políticas curriculares, inseridas na prática pedagógica, como é o caso da disciplina Projeto de Vida:

Projeto de vida é o eixo principal da Escola Cidadã, buscando problematizar as múltiplas dimensões da identidade dos jovens ainda em formação. As aulas de projeto de vida não se referem apenas a um projeto de carreira, voltado apenas para o lado profissional. Ele vai além, é um processo de reflexão sobre o ‘ser e o querer ser’, essas aulas têm por objetivo ajudar o jovem a planejar o caminho que precisa construir e seguir para realizar esse encontro seja nas dimensões pessoal, social e produtiva da vida, num período de curto, médio e longo prazo. (PPP, 2022, p.23)

O corpo docente é composto por 16 especialistas e 2 mestres, não há professores apenas com a licenciatura. Destes, 6 professores possuem vínculo efetivo na rede estadual e os demais são temporários, selecionados pelo Programa de Educação Integral, o qual recrutou professores com carga horária de 40 horas semanais, de dedicação exclusiva, não podendo ter outro vínculo empregatício (PPP, 2022).

A maioria do corpo de estudantes é formada por moradores do bairro da Torre, Mandacaru e Centro, bem como de alunos que residem em outros bairros circunvizinhos. Do ponto de vista subjetivo, escolheu-se essa escola por ser uma das mais procuradas do bairro, pela credibilidade e a excelência acadêmica. Além disso, os professores desenvolveram projetos de intervenção pedagógica pertinentes aos problemas da comunidade escolar.

Salientamos que, a pesquisa finalizada foi disponibilizada para a comunidade escolar, para que o material possa ser agregado aos demais recursos pedagógicos, com o intuito de auxiliar no processo contínuo por melhorias na qualidade do ensino e aprendizagem do público atendido.

5.3 PLANO DE AÇÃO: ETAPAS DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS

Nossa proposta interventiva adotou o procedimento da SD apresentada por Dolz et al. (2011), de modo que as atividades pedagógicas orais se articularam com as práticas sociais e os instrumentos escolares. Nesse sentido, vamos situar o desenvolvimento da SD nas seguintes fases do plano de ação e da análise dos dados:

PLANO DE AÇÃO

a) Apresentação da situação

- Realizamos sondagem acerca dos conhecimentos prévios dos alunos sobre o gênero júri simulado, por meio de roda de conversa;
- Assistimos aos vídeos para leitura e reflexões coletivas em sala de aula, bem como o reconhecimento dos aspectos discursivos, semânticos, funcionais e estruturais do gênero júri simulado;
- Fizemos os esclarecimentos sobre o tema do Femicídio, escolhido na primeira produção do gênero júri simulado;
- Propomos exercícios escritos relacionados aos elementos característicos do gênero júri simulado: estrutura composicional, conteúdo temático e estilo linguístico.

b) Produção inicial

- Os alunos elaboraram a primeira produção oral do gênero versando sobre o tema – Femicídio - conforme as instruções do júri na apresentação da situação.

c) Desenvolvimento dos módulos

- Os módulos foram desenvolvidos com a aplicação de atividades como, entre outras: jogos de argumentação, leitura e análise de trechos da transcrição do júri simulado, dinâmicas, quadro investigativo, momento de construção coletiva do texto oral, com as análises empreendidas pela professora pesquisadora, constatando os avanços e a tomada de novas estratégias para superação dos problemas dos nossos alunos.

d) **Produção final**

- Nesse momento, os alunos apresentaram a produção oral final do gênero textual júri simulado, dessa feita, puseram em prática os conhecimentos obtidos nas atividades propostas nos módulos, concluindo a SD com a produção final. A transcrição do texto oral serviu de referência para a etapa seguinte.

5) Análise da produção

- Nessa etapa, analisamos se a caracterização do gênero júri simulado foi realizada pelos alunos na produção oral inicial e final;
- Inventariamos ambas as produções (inicial e final) e conferimos se o trabalho com os módulos permitiu a evolução no processo de aprendizagem dos alunos;
- Para a análise comparativa entre as produções inicial e final utilizamos como critérios correlacionar nas duas produções: a funcionalidade; o conteúdo temático; a estrutura composicional e o estilo linguísticos - conforme a fundamentação bakhtiniana e no tocante à produção textual propostos por Koch (2001).

Como a presente proposta de intervenção foi uma pesquisa-ação, assim, o procedimento de geração de dados desta pesquisa-ação foi por meio da sequência didática de Dolz et al (2013b). A investigação teve as fases listadas no quadro, a seguir:

Quadro 14 - Procedimento da pesquisa

1ª) Fase:
a) Elaboração e aplicação da situação de comunicação
b) Produção inicial do júri simulado
c) Análise da produção inicial
d) Elaboração e aplicação dos módulos
e) Produção final do júri simulado
2ª) Fase: Análise comparativa entre a primeira e a segunda produção do gênero
3ª) Fase: Produção do caderno pedagógico

Fonte: quadro produzido pela autora, 2023.

A primeira fase da pesquisa foi composta por dois momentos. No primeiro momento, houve a apresentação de uma situação comunicativa, com base na qual os alunos realizaram a primeira

versão do júri simulado. Assim, os discentes foram comunicados de que iriam produzir um júri simulado referente a um tema social proposto pela turma. Ressalta-se que o tema foi escolhido pelos alunos entre alguns temas sugeridos pela professora e pela turma, considerando o contexto social e o interesse dos alunos sobre o assunto.

No segundo momento, foi apresentado, em vídeo da Série da Netflix *Sintonia*¹⁵, um caso do gênero júri simulado para que os alunos tivessem um primeiro contato com o referido gênero e, com a mediação da professora, discutiram os aspectos de sua organização estrutural e função social. A segunda fase da investigação foi a produção inicial da sequência didática. Nela, foi realizada, pelos educandos, a primeira produção oral do gênero júri simulado, que foi gravada para descrição e análise *a posteriori*, por parte da professora-pesquisadora.

Essa primeira produção foi realizada tomando por base a temática escolhida pelos discentes, o Feminicídio. Para tal, foram determinados também os papéis que cada um deles assumiria durante a produção oral: acusação, defesa, juiz, corpo de jurados, testemunhas, etc. A descrição e a análise da primeira produção compuseram a terceira fase da pesquisa, que teve o intuito de identificar que características sociodiscursivas do gênero júri simulado os educandos dominaram, bem como detectar os problemas presentes na respectiva produção, com o objetivo de nortear o que deve ser trabalhado, através dos módulos, em sala de aula.

Logo, a análise da primeira produção serviu de base para o planejamento dos módulos da SD, cujos conteúdos foram relacionados às dificuldades apresentadas pelos alunos na primeira atividade. Para a realização desta etapa foi necessário realizar a transcrição da produção inicial (o júri simulado realizado pelos alunos). Esta transcrição foi feita de acordo com as normas do Projeto NURC/SP (PRETI, 1999), por ser uma transcrição que permite a identificação dos elementos que constituem o texto falado, tais como alongamento de vogais, entonação de ênfase, entre outros.

Na quarta fase, foi realizada a intervenção no processo de aprendizagem do gênero júri simulado por meio de módulos, com aplicação de exercícios e atividades específicas, objetivando instrumentalizar os alunos para que sejam solucionados os problemas detectados na primeira

¹⁵ A Série *Sintonia* da Netflix traz como protagonistas: Nando, Doni e Rita, ambos são amigos de infância e a série mostra a ascensão social de cada um deles. Nando começa a realizar os seus sonhos no mundo do tráfico de drogas, Doni como cantor de funk e Rita como membro de uma igreja evangélica. Na 3ª Temporada acontece a prisão de Cleyton, conhecido como Formiga e namorado de Rita, ele foi cúmplice de Nando na morte de uma pessoa, com isso, Cleyton foi julgado pelo júri popular no Episódio 5, de modo que fora condenado.

produção. Ademais, nessa fase, os alunos foram informados de que, ao final dos módulos, eles iriam realizar uma segunda produção do gênero júri simulado.

Na quinta fase da pesquisa, foi realizada, pelos alunos, a produção oral final do gênero júri simulado, no auditório da escola (segunda produção do júri simulado), a qual foi gravada para descrição e análise, da mesma forma como ocorreu na primeira produção. A descrição e a análise foram efetuadas com a finalidade de identificar características sociodiscursivas do gênero júri simulado, assim como as habilidades que os alunos desenvolveram após a aplicação dos módulos.

Na sexta fase da pesquisa, foi realizada a comparação da descrição da produção final com a descrição da produção inicial, com a finalidade de verificar se os objetivos de aprendizagem do gênero júri simulado, mediado pela proposta de intervenção, foram alcançados. Em outras palavras, comparamos as duas produções realizadas (produção inicial e produção final) a fim de verificar se a intervenção que realizamos nos módulos trouxe avanços para a produção do gênero júri simulado, em sala de aula.

Vale salientar que nesta fase ainda verificamos se o processo de ensino e aprendizagem de produção textual oral do gênero em questão instrumentalizou os alunos envolvidos na pesquisa para se tornarem produtores textuais competentes. Realizamos a descrição final do processo de produção oral do gênero em foco, com destaque para a aprendizagem das características sociocomunicativas do gênero júri simulado, refletindo sobre o ensino deste gênero como instrumento linguístico e social para uso nas práticas sociais de linguagem e o exercício pleno da cidadania.

Na sétima e última fase da pesquisa, fizemos a realização do produto - um caderno pedagógico - direcionado aos professores da educação básica com a proposta de sequência didática do gênero júri simulado. Como observado no detalhamento das fases da pesquisa, as ações e atividades realizadas dependiam da fase anterior para a execução da próxima fase. Portanto, a execução metodológica foi constituída no decorrer da investigação, como foi previsto no procedimento desenvolvido nas sequências didáticas de Dolz et al (2013b).

Por conseguinte, apresentamos o relato de como se deu a execução da proposta de intervenção desta pesquisa, a começar da apresentação da situação, posteriormente com a produção inicial, o desenvolvimento dos módulos, a produção final, a análise comparativa entre a produção inicial e a final do gênero júri simulado.

5.3.1 Apresentação da situação

A apresentação da situação comunicativa foi dividida em 3 encontros, com o total de 7 aulas. Com o afã de facilitar a compreensão do percurso realizado nesta etapa da sequência, apresentamos o quadro 03, a seguir:

Quadro 15 - Apresentação da situação

Etapa da Sequência didática	Quantidade de encontro	Total de aulas (45 min cada)	Ação realizada
1ª etapa: Apresentação da situação	1	3	Apresentação da proposta; Apresentação do gênero textual júri simulado.
	1	2	Escolha do caso com ênfase nos direitos humanos a ser julgado no júri simulado; Depois da escolha do tema, os alunos fizeram a pesquisa na internet dos casos de Femicídio recentes na Paraíba para fazer a adaptação do caso.
	1	2	Abordagem do tema do Femicídio por meio de debates e análise do conto de Machado de Assis, A Cartomante.
2ª etapa: elaboração da produção inicial	1	4	Produção inicial do gênero júri simulado sobre o tema do Femicídio.

Fonte: quadro produzido pela autora, 2023.

No primeiro encontro tivemos a apresentação do projeto, conforme plano de aula disposto no (APÊNDICE A). Neste os alunos foram dispostos em círculo, na proposta de um círculo de diálogo, e foram informados da pesquisa na escola e da intervenção, falamos sobre os seus objetivos, resultados esperados e como a proposta do júri simulado foi desenvolvida.

Nesse sentido, explicamos em detalhes que o projeto é uma pesquisa acadêmica voltada para o ensino de oralidade e argumentação, iniciamos a aula com a apresentação do projeto de pesquisa à turma do 9º ano, ressaltando que era uma atividade acadêmica, vinculada à Universidade da Paraíba (UFPB). Falamos do tema do projeto, o qual denota sobre um gênero tradicional jurídico

e perguntamos se eles possuíam conhecimento sobre o que se tratava, e eles indicaram os casos mais polêmicos e conhecidos pela mídia do Tribunal do Júri.

Perguntamos aos alunos se eles sabiam o lugar aqui na cidade onde acontecem os júris e eles indicaram o fórum criminal, que fica na Avenida João Machado, no Centro da cidade de João Pessoa-PB. Depois, foi perguntado se eles já tinham assistido à série Sintonia da Netflix e muitos deles relataram que já tinham assistido.

Lançamos as perguntas norteadoras em forma de fichas e convidamos os alunos para lerem e eles previamente entenderam dos questionamentos para ficarem atentos ao vídeo “O julgamento de Formiga” da Série da Netflix T3/E5, de acordo com a imagem 01, a seguir:

Imagem 1: Série Sintonia



Fonte: Série Sintonia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xs9gU7nGo00&t=727s>. Acesso em: 22/03/23

Os alunos assistiram ao vídeo com atenção e das atividades propostas na primeira etapa da SD foi por meio da roda de conversa, seguindo as seguintes perguntas norteadoras (APÊNDICE A) sobre o júri simulado que encenou o julgamento do personagem Formiga. Após a interação na roda de conversa, percebemos que os alunos entenderam o caso, no entanto, eles possuem dificuldades ao interpretar os argumentos da defesa e da acusação, pois eles não se atentavam aos detalhes e, por isso, não conseguiam criar e manter uma linha de raciocínio. Eles relataram que

compreenderam a estrutura do júri e gostaram muito do vídeo, com isso, o grupo de alunos prestou bastante atenção, pois responderam às perguntas norteadoras, haja vista que entenderam a função das testemunhas e das provas no caso do júri.

Os estudantes perceberam que a postura do promotor foi intimidadora, demonstrando uma imagem de intimidação e também que na sua argumentação ele levantou várias hipóteses e especulação, ou seja, as expressões avaliativas. Um dos aspectos interessantes foi que eles chamaram o promotor de “mestre da provocação”, assim, eles perceberam que o júri exige uma performance cênica, por isso, pediram para encenar algumas cenas do episódio da série Sintonia, conforme a imagem 2:

Imagem 2: 1º Encontro da apresentação da situação



Fonte: registro fotográfico do arquivo pessoal da autora, 2023.

Vale destacar que a imagem 2 encontra-se desfocada para não identificar os sujeitos da pesquisa, considerando que se tratam de alunos menores de 18 anos de idade. Apresentamos essa imagem no momento em que os alunos assistiram ao vídeo, bem como fizeram a encenação do caso exposto no vídeo (atuando como jurados, advogados, juíza e promotor de justiça).

Da análise do vídeo proposto, os alunos propuseram que as demais disciplinas como História deveriam realizar a atividade o júri simulado, com os plantões pedagógicos para correção dos discursos, por exemplo. Eles também sugeriram, para ajudá-los na elaboração dos argumentos, uma dinâmica da “venda maluca”, pois um dos alunos usou os argumentos por comparação e por conclusão, o qual relatou que aprendeu esta dinâmica na disciplina de Geografia.

O 2º encontro (APÊNDICE A) aplicamos em 2 aulas, tendo como objetivo conhecer características do gênero (estrutura composicional, conteúdo e linguagem) e argumentatividade.

Dessa feira, os alunos identificaram a estrutura composicional, o conteúdo e a linguagem do gênero textual oral júri simulado, no exercício de aprofundamento. Os alunos foram divididos em grupos para a resolução e discussão de um exercício de análise do episódio T3/E5, de modo que eles pudessem observar e demonstrar os elementos de argumentatividade presentes no júri simulado, conforme as questões do APÊNDICE A.

A partir do exercício, foram exploradas as características do gênero júri simulado (estrutura composicional, conteúdo e linguagem) e a argumentatividade, retomando o exemplar apresentado em sala de aula. Nesta segunda aula, apresentamos o exercício de aprofundamento, por meio da leitura compartilhada (cada um lia uma questão) e das questões divididas em grupo.

Os alunos pediram para rever o texto, ou seja, quiseram visualizar novamente o vídeo do episódio da Série Sintonia e assim o fizeram com os seus celulares e pelo notebook da professora. Depois eles discutiram nos grupos as suas respostas e fizemos o compartilhamento delas em sala de aula. A imagem 3 demonstra os estudantes fazendo a interpretação do texto oral na atividade em grupo:

Imagem 3: 2º Encontro da apresentação da situação



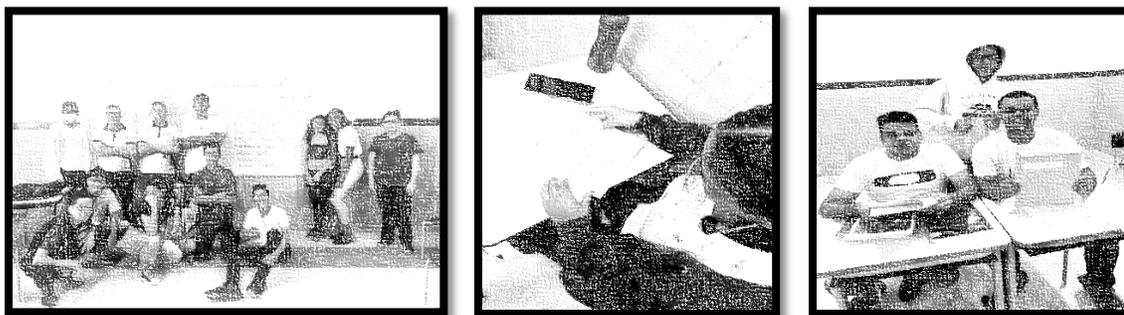
Fonte: registro fotográfico do arquivo pessoal da autora, 2023.

Conforme demonstra a imagem 03, acima, os alunos assistiram novamente ao vídeo para responder às questões e, em grupo, debateram e socializavam as respostas. A professora pesquisadora foi consultada, nos momentos de análise e discussão, mediando a atividade entre os alunos. Já o 3º e último encontro, com duração de 2 aulas, a apresentação da situação foi destinada à escolha de problema social que impactasse a realidade da comunidade, onde os alunos residem, a fim de que este fosse o objeto temático do júri simulado.

Na aula 3, pedimos aos alunos para dividirem-se em grupos de 5 componentes e eles deveriam expor os casos que tinham interesse em fazer o júri simulado. Os casos propostos foram: Caso Júlia dos Anjos; Caso Marielle; Caso do Massacre de Suzano e o Caso de Femicídio de Mariana Thomaz. O tema partiu do enredo do conto de Machado de Assis, a Cartomante (gênero literário abordado do 2º bimestre) - o triangulo amoroso entre Rita, Vilela e Camilo chamou atenção dos alunos para os casos de Femicídio na comunidade. Então, os alunos escolheram o caso de Mariana Thomaz, estudante de medicina assassinada pelo namorado e contextualizaram o caso com os personagens do conto: Rita, Vilela e Camilo. Depois fizemos uma dinâmica para a escolha dos componentes do grupo e da escolha do caso e, em detrimento, das atividades da escola sobre o Agosto Lilás, em combate à violência contra a mulher, os alunos elegeram o caso de Femicídio.

Desse modo, como atividade do Festival Arte em Cena (2022)¹⁶ os estudantes elaboraram um texto teatral com o enredo proposto pelo projeto (APÊNDICE B)¹⁷, tendo como tema os casos de Femicídio na Paraíba, destacando as vítimas Júlia dos Anjos, Mariana Tomaz e Elinete da Silva, atividade demonstrada na imagem 4, a seguir:

Imagem 4: Estudo, análise e produção textual sobre o problema social e a divisão das equipes



Fonte: registro fotográfico do arquivo pessoal da autora, 2023.

¹⁶ Participamos do Festival Arte em Cena, desde a sua 1ª edição em 2017, e, desde então, sempre motivamos os nossos alunos a participarem nas modalidades artísticas que eles mais se identificam. Uma das coisas que o Arte em Cena possibilita é a visibilidade do “eu-artístico” dos estudantes e podem dar asas a sua potencialidade artística. Outro marco do Arte em Cena na vida dos alunos é a socialização e a valorização deles no universo educacional e artístico.

¹⁷ Na modalidade teatro, a peça teve como título AS TRAGÉDIAS DOS “EUS”. Fizemos o diálogo entre Augusto dos Anjos e Machado de Assis. O poeta pré-modernista estava presente no conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, na figura de Camilo, amigo de infância de Vilela, e amante de Rita, esposa do seu amigo de infância. Na peça teatral, adaptada do referido conto, teremos inúmeras referências ao poeta pré-modernista com o feminicídio atual, por meio da inserção dos seus poemas e da previsão do seu futuro triste e solitário, marcando a sua escrita. Na peça As tragédias dos “EUS”, Augusto dos Anjos foi a reencarnação de Camilo, que, ao lado de Rita, viverão muitas vidas juntos.

Conforme ilustra a imagem 04, os alunos pesquisaram e analisaram casos de Femicídio na Paraíba e desta atividade escolheram o problema social a ser discutido no gênero júri simulado. Logo, das pesquisas empreendidas pelos alunos dos processos apresentados (os casos pesquisados na internet) para que a escolha ocorresse de modo consciente e fundamentada, para se fazer a divisão das equipes.

O objetivo principal da atividade foi escolher o tema da primeira produção do júri simulado, bem como realizamos discussões sobre temas de violação de direitos humanos relevantes para a comunidade escolar, a partir dos casos específicos.

Também escolhemos critérios e procedimentos para a fase do planejamento da produção inicial do júri simulado.

A dinâmica realizada em sala de aula começou com uma discussão do tema do Femicídio, então, cada aluno fez a sua defesa do caso. A escolha do tema foi realizada por meio de votação aberta e a organização para a primeira produção do júri, qual seja a escolha do juiz, escrivão, réu, testemunhas, defensor, promotor, dentre outros foi determinada pela escolha de cada aluno, logo, quem gostaria de ser o juiz, colocava o seu nome na lousa e assim sucessivamente.

I. Componentes:

01 Juiz: aluno X

02 Promotores de Justiça: alunos A, B, C, D.

02 Advogados de Defesa: alunos E, F, G, H.

01 Réu: aluno I

04 Testemunhas: alunos J, K, L.

01 Escrivão: aluno M

02 Membros da Força Policial: alunos N e O.

01 Oficial de Justiça: aluno P.

07 Jurados: alunos Q, R, S, W, Y, Z.

Os estudantes propuseram que a escola abordasse o tema dos direitos humanos das mulheres como eixo norteador do Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP) no ano de 2022. Essas propostas para além dos 3 encontros culminou tanto na premiação do Programa Escola de Valor da nossa escola, com o 14º salário e na premiação na etapa regional (2022) do Festival Arte em Cena.

5.3.2 Produção inicial do gênero júri simulado

No encontro da produção inicial do gênero júri simulado (APÊNDICE B) tivemos 1 encontro com 4 aulas. A atividade aconteceu no horário da tarde (13h30min às 16h10m), horário este disponibilizado pela coordenação pedagógica.

O local disponibilizado para a realização da atividade foi o auditório da escola, de modo que organizamos a banca dos jurados, o assento do réu e dos policiais, a tribuna do juiz, escrivão, oficial de justiça, da defesa e da acusação.

Explicamos aos discentes que a aula seria dedicada à produção da versão inicial do júri simulado. Para tanto, antes da apresentação oral, os alunos foram orientados acerca da atividade que o tema versaria sobre o problema social escolhido, qual seja a violação dos direitos humanos das mulheres: o Femicídio.

A escolha do tema trouxe à baila atividades extras ao nosso projeto de forma interdisciplinar (peças teatrais, oficinas de leitura e produção textual sobre o tema, etc.) todos como forma de denúncia e todos os assuntos abordados na apresentação da situação.

Ademais, ressaltamos que o produto oriundo da apresentação inicial seria analisado pela professora pesquisadora com a finalidade de indicar as problemáticas levantadas para serem reformuladas para a produção final.

Demos início com o pregão do oficial de justiça que solicitou a entrada da magistrada. Todos os alunos ficaram de pé para a entrada da referida magistrada na tribuna.

Depois disso, a juíza assumiu a presidência da audiência, seguindo o roteiro elaborado na 3ª etapa da apresentação da situação. No momento das produções, pudemos perceber que os estudantes participantes não estavam levando a atividade a sério, tendo várias interrupções com risos e brincadeiras.

No momento da fala da juíza, por diversas vezes solicitava a atenção e o silêncio dos participantes. Além do mais, a equipe de defesa não havia planejado um roteiro prévio e sempre que eram indagados pela juíza ou pela promotoria agiam com brincadeiras ou ficavam em risos.

Quanto à produção da promotoria e da defesa, pudemos observar diversos afastamentos entre os textos e os parâmetros exigidos pelo júri simulado, tanto no conteúdo temático, quanto na estrutura composicional, no estilo linguístico e na norma culta, adequada ao propósito comunicativo apresentado, conforme apresentado na imagem 05, a seguir:

Imagem 5: Apresentação da produção inicial do gênero textual júri simulado.



Fonte: registro fotográfico do arquivo pessoal da autora, 2023.

A imagem 05, apresentada acima, ilustra os alunos vivenciando as etapas do júri simulado, quais sejam: o juramento do corpo de sentença, o interrogatório do réu, do discurso da defesa e da acusação.

Depois da transcrição da produção inicial do gênero júri simulado, identificamos os avanços já obtidos bem como as principais dificuldades dos alunos, cujos parâmetros ajudaram a elaborar os 5 (cinco) módulos seguintes, com a finalidade de facilitar a superação das dificuldades apresentadas e propiciar avanços no momento da elaboração da produção final.

As principais dificuldades percebidas foram as seguintes: a) os alunos não sabiam elaborar ou apresentaram problemas na elaboração de perguntas; b) interrupção da plateia e dos componentes do júri durante a seção; c) falta do discurso final de acusação e de defesa, falta de réplica e de tréplica; d) os alunos não utilizaram vocabulário jurídico (defesa e acusação); e) apresentaram coloquialidade (nível de linguagem inadequado ao gênero); f) o pouco uso das expressões avaliativas e modalizadoras; g) com relação ao conteúdo do gênero, não dominavam o caso (a defesa); h) não utilização de tipos de argumentos legal e por autoridade, tanto por parte da defesa como da acusação; i) a defesa e a acusação apresentaram provas sem fundamentação e sem coerência; j) acusação e defesa não souberam elaborar os argumentos nos debates orais; k) o uso da réplica e da tréplica não lograram a função de esclarecer aos jurados e convencê-los a absolver ou condenar os réus.

Convém ressaltar que no capítulo seguinte, de análise dos dados, essas dificuldades serão melhor especificadas, a partir da comparação da produção inicial com a final. A seguir,

apresentamos os 5 (cinco) módulos de intervenção, elaborados com o fim de trabalhar essas dificuldades e preparar para os alunos para uma segunda produção do gênero (produção final).

5.3.3 Aplicação dos módulos

A fim de sanar as dificuldades apresentadas na produção inicial e instrumentalizar os alunos para a segunda produção do gênero (produção final), elaboramos 05 módulos de intervenção didática, conforme demonstrado no quadro, a seguir:

Quadro 16 - Módulos da SD

3ª Etapa: aplicação dos módulos	Sequência dos módulos	Número de encontros	Total de aulas (45 min. cada)	Aspectos e conteúdos	Objetivos
	1º	2	4	Aspectos referentes à informatividade (A informatividade no discurso de acusação e defesa no júri simulado)	Compreender a necessidade apresentar informações suficientes referentes ao caso em julgamento para melhor compreensão do leitor ou ouvinte no júri simulado.
	2º	2	4	Aspectos referentes à argumentatividade A argumentatividade no discurso de acusação e defesa no júri simulado.	Reconhecer a importância da apresentação de argumentos coerentes e adequados à sustentação de uma tese.
	3º	3	6	Oitivas das testemunhas: elaboração das perguntas Elaboração das perguntas: confronto e contradições	Perceber a importância de elaborar as perguntas direcionadas a um determinado objetivo para alcançar as evidências no depoimento das testemunhas.

	4º	4	8	Organização do texto falado na linguagem jurídica (formalidade, vocabulário técnico, pronomes de tratamento etc.) e argumentatividade (expressões modalizadoras ou avaliativas); Juridiquês; Pronomes de tratamento em uso para o júri simulado; O uso dos modalizadores no discurso do júri simulado; A construção do texto falado no júri simulado.	Conhecer as expressões jurídicas, linguísticas e modalizadoras do discurso no júri simulado, bem como refletir sobre os elementos caracterizadores da oralidade.
	5º	5	10	Discurso final de acusação e defesa, réplica e tréplica; Elaboração dos roteiros dos discursos orais de defesa e acusação; Como fazer a réplica e a tréplica.	Elaborar o roteiro dos discursos orais, seguindo as dicas do manual de argumentação e ensaiar os discursos com as equipes.

Fonte: quadro produzido pela autora, 2023.

Módulo 01- Aspectos referentes à informatividade

Esse módulo foi desenvolvido com o objetivo de fazer com que o aluno pudesse apresentar informações suficientes referentes ao caso em julgamento para melhor compreensão do leitor/ouvinte no júri simulado. Tomando a função social do gênero como aspecto que define suas características e, portanto, necessário à informatividade na compreensão do texto falado, também propomos uma dinâmica para os estudantes compreendessem a diferença entre fato, opinião e argumento no júri simulado.

Outro momento importante do módulo 01 foi a formação de um quadro investigativo (físico e pelo padlet¹⁸), de modo que os alunos puderam entender a função do quadro investigativo na resolução de situações-problemas. Logo, os estudantes conseguiram decifrar e detalhar as informações principais do caso.

No execução da aula (APÊNDICE B), organizamos o encontro com atividades que versaram sobre os aspectos os funcionais e característicos do gênero júri simulado, tendo em vista que os alunos confundiram o gênero com o debate regrado. Dessa feita, estabelecemos como objetivos para a aula: a) discutir a relevância da informatividade na compreensão do texto falado; b) diferenciar fato, opinião e argumento no júri simulado; c) entender o que é um quadro investigativo e como ele pode ser utilizado na resolução de situações-problemas e, d) demonstrar as principais informações do caso, em um quadro investigativo, utilizando o padlet,.

Para tratar da informatividade no discurso de acusação e defesa no júri simulado, visando atingir tais objetivos específicos, fizemos a apresentação de um trecho de júri simulado da série Sintonia (T3 E5), chamando atenção para aspectos da informatividade, logo após, fizemos a verificação da falta de informatividade na primeira produção, em grupo. Depois houve a discussão sobre como resolver os problemas apresentados e a releitura e discussão sobre o texto que apresenta o caso. Por fim, os alunos elaboraram o quadro investigativo individual no padlet, com a socialização dos resultados dos quadros investigativos e a apresentação do quadro investigativo coletivo, conforme ilustra a imagem 08, a seguir:

¹⁸ “Padlet (anteriormente Wallwisher) é uma startup de tecnologia educacional com sede em São Francisco, Califórnia e Cingapura. O Padlet fornece um software como serviço baseado em nuvem, hospedando uma plataforma web colaborativa em tempo real, na qual os usuários podem carregar, organizar e compartilhar conteúdo em quadros de avisos virtuais chamados ‘padlets’.” Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Padlet>. Acesso em: 18 abr. 2023.

Imagem 6: Atividades propostas no módulo I e a montagem do quadro investigativo.



Fonte: registro fotográfico dos arquivos pessoais da autora, 2023.

Como demonstrado na imagem 08, os alunos participaram do jogo da argumentação, conseguiram diferenciar o fato, da opinião e do argumento. Posteriormente, fizeram os quadros investigativos individuais pelo padlet e depois montaram o quadro investigativo coletivo da turma.

A compreensão das informações por meio do quadro investigativo facilitaram as dúvidas referentes ao caso: essa ação aconteceu no momento anterior ao exercício de aprofundamento do texto, o qual serviu de análise do texto. Dividimos os alunos em duplas e cada dupla recebeu duas questões dos textos.

No exercício de aprofundamento, apresentamos algumas questões (APÊNDICE B) a serem respondidas coletivamente e lidas em voz alta para toda a classe. Da mesma feita, os alunos analisaram a produção inicial por eles produzida. A partir da primeira pergunta do exercício, os alunos (em duplas) elaboraram uma lista de argumentos, e, em seguida, separaram os argumentos de defesa e de acusação.

Na atividade, as duplas puderam discordar dos argumentos apresentados por outras duplas e, em consequência disso, puderam perceber as fragilidades apresentadas na argumentação, ou seja, perceber que alguns argumentos eram frágeis (para “encher linguiça”, como alguns afirmaram). Observou-se, assim, a necessidade de provas de sustentação, com força argumentativa eficaz para a defesa da tese.

Ademais, a questão 3 serviu como uma autoavaliação da produção inicial. A partir da resolução da atividade, os alunos perceberam que, na primeira produção, não havia argumentos válidos e bem fundamentados, reafirmaram que o que tinham respondido foi de forma espontânea.

Esses relatos necessitaram de nossa intervenção, como professora pesquisadora, no sentido de esclarecer que o discurso judicial e do júri simulado possui características próprias, especialmente no que diz respeito à informatividade (natureza, quantidade e qualidade da informação) e à argumentatividade, e que o projeto iria auxiliá-los no aprimoramento do texto oral produzido por eles.

Módulo 02 - Aspectos referentes à argumentatividade

As atividades do módulo 2 tiveram como objetivo fazer com que o aluno pudesse reconhecer a importância de apresentar, no gênero textual júri simulado, os argumentos coerentes e adequados à sustentação de uma tese.

Para tanto, propomos como objetivos específicos (APÊNDICE B) “identificar uma tese em textos argumentativos; reconhecer os argumentos retóricos usados na sustentação de uma tese; identificar e aplicar de forma adequada os tipos de argumentos retóricos; estabelecer relações entre argumentos e contra-argumentos, bem como ler e interpretar textos argumentativos do júri simulado.”

Para operacionalizar os objetivos supramencionados executamos os seguintes procedimentos metodológicos: a exploração da tese e argumentos apresentados no júri simulado; a resolução de exercícios a partir da análise de trechos transcritos no júri da Série Sintonia e no júri realizado pelos alunos em sala de aula (1ª produção); a dinâmica da venda maluca a partir da produção inicial dos alunos e o jogo da argumentação sobre os tipos de argumentos.

No tocante ao jogo da venda maluca “No júri eu sou...” os alunos foram divididos em duplas (um era o jogador personagem, e o outro, o jogador conceito), cortamos a folha de papel em pedaços retangulares com os personagens que compõem o júri simulado e foram elencadas as

atribuições de cada um em uma ficha, que ficou com o jogador conceito.

Outro passo é o jogador “personagem” que seria a pessoa quem os outros participantes iriam colocar a fita adesiva para que cada um pudesse colar seu cartão na testa do jogador “personagem”, sem ver o que estava escrito teria que adivinhar, por meio de dicas, que foram dadas pelo jogador “conceito”. Este deu 3 pistas (3 palavras) para que o jogador personagem adivinhasse quem ele era, conforme o quadro, a seguir:

Quadro 17 - Dos componentes do júri

Conselho de sentença	É formado pelos jurados responsáveis pelo julgamento nas causas de competência do Tribunal do Júri
Juiz-Presidente	Conduz o julgamento e resolver eventuais questões levantadas pelas partes. Após a decisão dos jurados, o juiz-presidente lavra a sentença e aplica a pena, nos casos de condenação.
Promotor	É o representante do Ministério Público. É ele quem pode acusar, mas se durante a instrução do processo, o mesmo se convencer da inocência do réu, ele pode pedir a absolvição, pois o Ministério Público é um órgão que zela pela justiça e não é apenas um órgão acusador.
Advogado	Apresentar a defesa do réu. Pode ser contratado ou se o réu não tiver, o juiz nomeia um defensor público.
Escrivão	Lavra a ata da audiência.
Oficial de justiça	É responsável pelo pregão, sorteio dos jurados e condução da instrução, auxiliando o juiz.
Policiais militares	São responsáveis pela custódia do réu.
Testemunhas	Defesa e acusação convocam até cinco testemunhas cada. As testemunhas podem ou não ter visto o crime acontecer. Relatam a ocorrência do delito.
Vítima	Nos casos dos crimes tentados, a vítima é ouvida.
Expectadores	De regra, qualquer pessoa pode assistir ao júri, principalmente nos casos de repercussão e grande comoção social, como os familiares do réu e da vítima, os representantes da imprensa e da área jurídica.

Fonte: quadro produzido pela autora, 2023.

Para desenvolver a atividade do jogo da argumentação, seguimos a mesma metodologia do momento anterior, depois de organizarmos as duplas de alunos, cada agrupamento recebeu uma

cópia do jogo. Em seguida, sugerimos os tipos de argumento e pedimos para que cada dupla marcasse as opções nos exemplos de argumentos: Nesse tipo de argumento: a) Vilela seria absolvido; b) Vilela seria condenado, conforme ilustra a imagem 09.

Imagem 7: Jogo da venda maluca dos componentes do júri.



Fonte: registro fotográfico dos arquivos pessoais da autora, 2023.

A imagem 09 demonstra o jogo aplicado em sala de aula, de modo que as questões foram sendo respondidas oralmente, reformulando os trechos com os usos inadequados.

A professora pesquisadora esclareceu aos alunos que os tipos de argumentos são importantes na formulação do discurso no júri simulado. Os argumentos citados estavam de acordo com explanação e compunham os tipos de argumentos.

Na atividade seguinte, a turma foi dividida em 7 grupos com 3 pessoas em cada um. Fizemos o sorteio dos grupos de acordo com os tipos de argumentos da atividade anterior, de modo que cada grupo elaborou um argumento contrário e favorável, conforme o caso do feminicídio de Rita, seguindo cada tipo de argumento, a exemplo do argumento de autoridade, argumento por exemplificação, dentre outros. Os grupos montaram na cartolina um quadro para cada tipo de argumento, demonstrando um argumento para defesa e um argumento para acusação. No final das apresentações houve a discussão com os outros grupos de acordo com as seguintes questões: O argumento está convincente para defender ou para acusar? É suficiente? Se não, quais outros argumentos você acrescentaria? Citando a narrativa do caso escolhido (no caso o Feminicídio de Rita), os alunos perceberam que os argumentos fundamentados dão força à tese por eles defendida.

A maioria deles conseguiu modificar os trechos e acrescentar outros argumentos, inserindo peculiaridades típicas da defesa ou da acusação.

Módulo 03 – Estrutura composicional: vocativo, corpo do texto e despedida

As atividades do terceiro módulo (APÊNDICE B) foram realizadas com o objetivo de perceber a importância da elaboração de perguntas direcionadas a um determinado objetivo para alcançar as evidências no depoimento das testemunhas.

Como a temática parte da formulação de perguntas, propomos os seguintes objetivos específicos: a) elaborar perguntas das mais básicas às mais complexas, com vistas a obter informações específicas; discutir a relevância de determinar a estratégia de afirmação, de negação e de omissão na elaboração das perguntas.

Primeiramente, enfatizamos aos estudantes a necessidade deste módulo em face da análise da primeira produção, na qual eles não conseguiram elaborar as perguntas com o intuito de produzir a prova testemunhal no júri simulado.

Para operacionalizar os objetivos específicos acima descritos utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: a) análise comparativa das perguntas elaboradas pelos alunos na primeira produção e a verificação se elas atenderam ao propósito do gênero júri simulado; b) apresentação da dinâmica da árvore de perguntas; c) elaboração da árvore de cada aluno; d) aplicação da técnica de elaboração de perguntas, de acordo com o objetivo proposto.

No momento inicial da aula, explicamos que toda pergunta direcionada a uma testemunha possui uma estratégia de argumentação, ou seja, a intenção que a testemunha afirme, negue ou omita algo. Então, fizemos as transcrições da primeira produção dos alunos e pedimos para que eles analisassem se havia ou não alguma estratégia argumentativa e, em caso afirmativo, qual seria. O quadro seguinte apresenta as estratégias argumentativas na elaboração das perguntas:

Quadro 18 - As estratégias argumentativas nas perguntas

<p>Juiz Seu nome? Qual sua relação com o réu? ((risos)) ((vozes dizendo para parar de rir))</p>	<p>Possui alguma estratégia de argumentação? () Sim () Não Em caso positivo, qual foi o objetivo?</p>
<p>Testemunha 1</p>	<p>() Afirmação</p>

... Meu nome éhh Sebastiana((risos)) e como já disse... eu num tinha muita presença com ele()	() Negação () Omissão
---	----------------------------

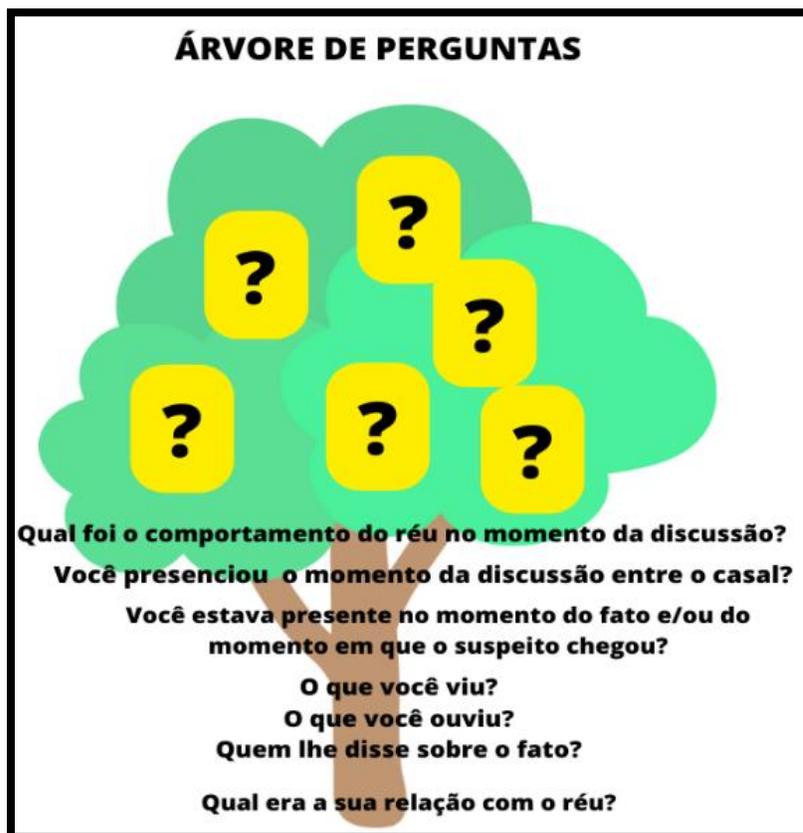
Fonte: quadro produzido pela autora, 2023.

Partindo do tema elaboração das perguntas, mostrando que do depoimento das testemunhas, como prova, podem-se aludir contradições, afirmações e omissões. Mas, não se pode chegar no momento do júri e fazer perguntas aleatórias, então, mostramos aos alunos que nessa fase de interrogatório se exige uma preparação: 1) ler e reler o depoimento das testemunhas na fase investigativa; 2) fazer o desenho lógico da argumentação para fazer com que as testemunhas falem sobre as evidências que você precisa para convencer os jurados.

Dessa feita, de uma forma lúdica e dinâmica¹⁹, mostramos a árvore das perguntas (figura 01), partindo da raiz ao topo da árvore o encadeamento lógico das perguntas. Também destacamos que a depender da resposta da testemunha, isso também implicaria as perguntas subsequentes, por isso, a necessidade de listar o que a testemunha disser, bem como qual a alegação ela deve confirmar ou negar.

¹⁹ Na análise da produção inicial, percebemos que os alunos não souberam elaborar as perguntas, com isso, a fase do interrogatório ficou precária. Assim, propomos a dinâmica da árvore das perguntas, de modo que os alunos passaram a entender que as perguntas devem ser elaboradas da raiz à poda, dessa forma, as perguntas devem ser elaboradas das mais simples as mais complexas, ou seja, partindo dos dados das pessoas, da relação passada com o réu ou com a vítima, dentre outras.

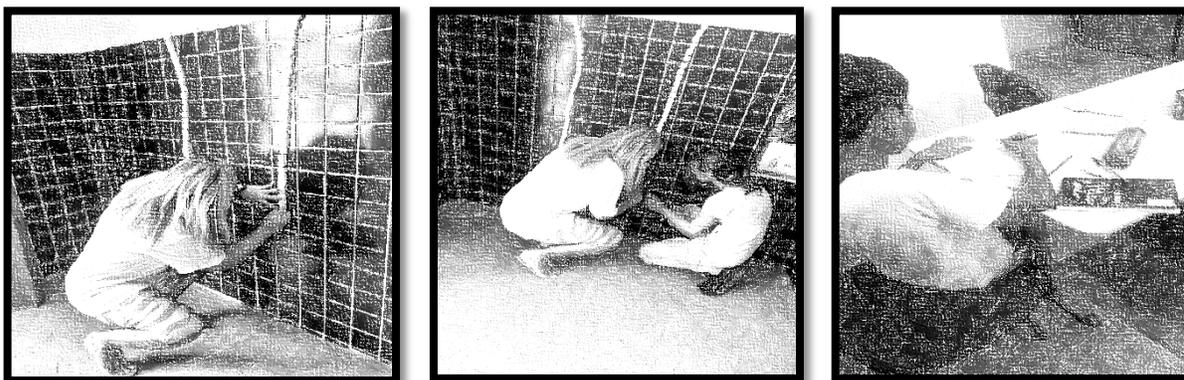
Figura 1: Árvore de perguntas



Fonte: Autora, 2022.

Dessa forma, cada aluno montou a sua árvore e formamos uma árvore coletiva na entrada da escola para usarmos para analisar as perguntas da turma, conforme ilustra a imagem 10, a seguir:

Imagem 8: Montagem da árvore das perguntas



Fonte: registro fotográfico dos arquivos pessoais da autora, 2023.

Na aula posterior, pedimos para que os alunos relessem os depoimentos das testemunhas e que apresentassem 3 perguntas a fim de obter informações que possam ser utilizadas para convencer os jurados, conforme o exemplo a seguir:

ESTRATÉGIA: depoimento da testemunha 1

Eu quero causar o efeito da testemunha produzir:

() Uma afirmação (x) Uma negativa () Uma omissão

Pergunta 1: Você estava presente no momento do crime?

Pergunta 2: Você já viu o réu e a vítima em alguma discussão?

Pergunta 3: O senhor conhecia a vítima?

Para tanto, listamos algumas perguntas e solicitamos que os discentes identificassem as estratégias argumentativas presentes em cada pergunta. A partir dali, passamos a dispor na lousa, um “desenho” argumentativo da árvore das perguntas abordadas na aula anterior. Fizemos uma seleção de perguntas mais utilizadas, dispusemos num quadro e sugerimos que os discentes escolhessem as perguntas que foram melhor elaboradas na produção do roteiro do júri simulado.

Módulo 04 – Organização do texto falado na linguagem jurídica (formalidade, vocabulário técnico, pronomes de tratamento etc.) e argumentatividade (expressões modalizadoras ou avaliativas)

Neste módulo partimos do objetivo de conhecer as expressões jurídicas, linguísticas e modalizadoras do discurso no júri simulado, bem como refletir sobre os elementos caracterizadores da oralidade. Visamos mostrar aos alunos o vocabulário jurídico, os pronomes de tratamento, as expressões modalizadoras e avaliativas específicas do estilo verbal do gênero júri simulado.

Levando em consideração o levantamento prévio das principais inadequações quanto ao estilo na produção inicial, abordamos os seguintes objetivos específicos: a) analisar o papel do juridiquês e o uso adequado dos pronomes de tratamento no texto oral do júri simulado; b) explicar os efeitos de sentido dos modalizadores; c) refletir sobre a construção do texto falado no júri simulado.

É importante mencionar que as principais dificuldades mapeadas na produção inicial foram: a ausência do vocabulário técnico adequado, o uso inadequado dos pronomes de tratamento em uso para o júri simulado e o uso inadequado dos modalizadores no discurso do júri simulado. Outro fator importante neste módulo foram as diretrizes na construção do texto falado no júri simulado.

Com o afã de alcançar os objetivos específicos, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: a) leitura e análise sobre a estrutura do texto falado no júri simulado; elaboração do glossário para o júri simulado e a verificação do efeito de sentido dos modalizadores no discurso do júri.

No início da aula, sugerimos a reflexão no sentido de que a linguagem jurídica é complexa, em razão do seu caráter técnico, por isso, pedimos para que eles ouvissem o áudio do trecho da primeira produção elaborada pelos alunos, assim perguntamos: 1) Quais palavras ou expressões do mundo jurídico estavam presentes na fala dos participantes do júri? 2) Na sua compreensão, a linguagem utilizada, de uma maneira geral, está adequada para um tribunal do júri? Por quê?

Os alunos demonstraram que o texto da produção inicial foi inadequado, no tocante ao uso das palavras e vocabulário apropriado, pois não utilizaram palavras e expressões técnicas próprias do universo jurídico. Então, demos a cada aluno um glossário jurídico e propomos que eles escolhessem as palavras que seriam utilizadas no discurso do júri simulado.

No tocante à utilização dos pronomes de tratamento mostramos que o uso do vocativo deve ser empregado em comunicações dirigidas a essas autoridades no Poder Judiciário. Assim, expomos os principais pronomes de tratamento utilizamos, quais sejam: Excelentíssimo Senhor, Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, dentre outros.

Posteriormente, pedimos que os alunos ouvissem o áudio da produção do júri simulado novamente e observassem se o uso dos pronomes de tratamento correspondeu à autoridade corretamente. A maioria deles afirmou os pronomes de tratamento foram usados de forma inadequada, a exemplo chamar o juiz de senhor. No exercício do uso das expressões avaliativas do júri simulado, as quais deixam em evidência a nossa intenção de explicar, de certeza, de dúvida, de obrigatoriedade, de julgamento e avaliação, entre outros, explicamos que tudo o que falamos possui um objetivo, o qual se materializa nos elementos linguísticos que usamos no texto.

Apresentamos frases com os exemplos de modalizadores que demonstravam o sentido de instrução negativa e afirmativa, ponto de vista, avaliação, crença, dentre outros. Também pedimos para que os alunos ouvissem os áudios da primeira produção e descrevessem o sentido que o locutor indicou em cada argumento. Nessa atividade, os alunos perceberam o sentido da imposição, da ordem no discurso do juiz, bem como as instruções afirmativas na fala do promotor e do defensor.

Por fim, acerca da construção do texto falado, fizemos uma aula expositiva (com o uso de slides) acerca das técnicas mais usadas para auxiliar na construção do texto falado, como o uso da

voz, do ritmo da fala, da ênfase, das pausas, das expressões faciais e corporais para leitura e aplicação nos ensaios individuais de cada grupo.

Módulo V- Discurso final de acusação e defesa, réplica e tréplica

O módulo final da SD teve como objetivo elaborar o roteiro dos discursos orais, seguindo as dicas do manual²⁰(APÊNDICE B) de argumentação, além de ensaiar os discursos com as equipes. Nesse sentido, auxiliamos os alunos na elaboração da réplica e da tréplica.

Os objetivos específicos propostos foram: elaborar os roteiros dos discursos de acusação e defesa; participar da dinâmica da réplica e da tréplica e ensaiar os discursos com as equipes. Porquanto, abordamos os procedimentos metodológicos, abaixo mencionados: a) leitura e análise do manual da argumentação; b) apresentação da dinâmica da réplica e da tréplica; c) elaboração dos discursos e aplicação das técnicas nos ensaios com as equipes.

Distribuimos os manuais para cada aluno intitulado “Manual para elaborar o seu discurso”, o texto instrutivo serviu para auxiliar na elaboração dos roteiros dos discursos do júri simulado. Fizemos a leitura compartilhada e a discussão das diretrizes no grupo, de modo que cada um pudesse tirar suas dúvidas e sugerir alguma ideia.

Na atividade I (APÊNDICE B), mostramos exemplos de roteiro do juiz, do promotor e do defensor e perguntamos se os roteiros seguiam as dicas do manual e também o que eles poderiam melhorar nos roteiros apresentados. Da mesma feita, fizemos a divisão na lousa do discurso em: saudação com solenidade; introdução; argumento por evidência; argumento por exemplificação; argumento por autoridade e conclusão. Os alunos relacionaram no exercício entre as colunas e a maioria conseguiu correlacionar corretamente cada parte do discurso.

Já na atividade II (APÊNDICE B), para auxiliar na formulação da réplica e da tréplica fizemos uma dinâmica nomeada “Tenha sempre um argumento...”, com um argumento de acusação ou defesa, de modo que oralmente cada um deveria apresentar a réplica e a tréplica no tempo de 1 minuto para cada aluno. Assim, os alunos disseram que o que mais chamou a atenção na atividade foi a velocidade e a agilidade nas respostas da réplica e tréplica.

²⁰ O Manual com o resumo das técnicas e da orientação da elaboração do discurso foi elaborado pela professora pesquisadora na condução do módulo V.

Por fim, pedimos para que os alunos elaborassem o roteiro do discurso de cada um, de acordo com as regras do manual. Também pedimos para que cada equipe escolhesse um mentor para aprimoramento do discurso, logo, cada equipe teve um mentor que orientou os alunos na apresentação do discurso. Esse mentor não poderia ser a professora pesquisadora, por isso, foi proposto que fosse um professor, um aluno do Ensino Médio, um funcionário da escola que faria essa mentoria.

5.3.4 Produção oral final do gênero júri simulado

Para a última etapa da sequência didática, a segunda produção oral ou produção final do gênero júri simulado (APÊNDICE B), a coordenação pedagógica concedeu todo o expediente do turno da tarde, logo após o almoço (entre 13h20min e 17h00min) para o desenvolvimento da atividade. Essa etapa encontra-se descrita no quadro abaixo:

Quadro 19 - Produção final: verificação e análise

Etapas	Aspectos
4ª etapa: produção final	Gravação e transcrição da produção final do júri simulado.
5ª etapa: verificação e análise da produção oral final em comparação com a inicial.	Análise comparativa e levantamento das principais dificuldades e da evolução do processo de aprendizagem.

Fonte: quadro produzido pela autora, 2023.

Fizemos a explanação sobre o gênero júri simulado, explicando ao público que os agentes envolvidos em um júri, como os advogados de defesa, advogados de acusação, entre outros para se atingir o sucesso persuasivo. Perante os jurados faz uso de argumentos consistentes, assim como deve saber apresentá-los e fundamentá-los, passando uma ideia de verdade e uma noção de justiça para os interlocutores. Falamos também acerca do ensino de argumentação no ensino fundamental, embasado nos temas da formação cidadã e da garantia de direitos e deveres das crianças e adolescentes. O propósito da ação interventiva na escola foi buscar a melhoria na aprendizagem de Língua Portuguesa dos nossos alunos, como também contribuir para sua formação cidadã.

Ressaltamos que as produções orais seriam gravadas em áudio e vídeo, as quais serviram de documentos para análise e observações da referida professora-pesquisadora, durante a coleta de dados e durante todo o desenvolvimento da pesquisa. Explicamos que para a realização do júri simulado os alunos foram selecionados a partir da inscrição para compor os respectivos grupos

(defesa, acusação, réus, corpo de jurados, juiz, oficial de justiça e policiais), após a realização da primeira etapa das sequências (apresentação da situação).

Antes do início da atividade, convidamos a conciliadora da Justiça Federal, para assistir à produção final dos alunos. Ela se fez presente na atividade e utilizou um momento de fala, no qual destacou o protagonismo dos estudantes e a importância da atividade nessa etapa escolar de cada um deles.

Também convidamos a Presidente da Comissão dos Direitos da Criança e dos Adolescentes da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraíba (OAB-PB), para assistir à apresentação dos nossos estudantes, a qual se fez presente no momento da atividade. A figura 12 traz abaixo o momento da produção final.

Imagem 9: Produção final do gênero júri simulado



Fonte: registro fotográfico dos arquivos pessoais da autora, 2023.

Conforme demonstrado na imagem 12, seguimos o roteiro do júri simulado, com isso, fizemos as devidas instruções da produção sobre o conteúdo temático, a estrutura composicional,

o estilo linguístico e a norma culta da língua. Depois, foi dada a palavra ao aluno que representava o oficial de justiça que iniciou o pregão e procedeu com a entrada de uma aluna no papel de juíza, em plenário. O processo ocorreu conforme planejado, com poucas solicitações de intervenção por parte dos discentes, tendo em vista que o trabalho realizado nos módulos foi suficiente para dar-lhes os apontamentos orientadores.

Findada a produção final, fizemos a transcrição das produções, a qual demonstrou avanços significativos em todas. Esta transcrição resultante da produção final foi o objeto de nossa análise, no qual buscamos confirmar o impacto positivo das SD na produção do gênero realizada pelos alunos. Dessa feita, com a descrição particularizada da SD e a apresentação das estratégias metodológicas desenvolvidas na intervenção, concluímos o presente capítulo.

No próximo capítulo, realizaremos a análise comparativa entre os textos da primeira e da última produção, a fim de observar o impacto dos módulos de intervenção na produção final.

6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS PRODUÇÕES INICIAL E FINAL

No presente capítulo, apresentamos análise interpretativa da produção final do júri simulado, em comparação com a primeira produção do júri. Segundo essa análise, pudemos perceber a problemática que orientava os módulos: já na primeira versão do júri, os problemas estavam relacionados ao conteúdo temático, à informatividade, à funcionalidade do gênero, à argumentação, ao uso dos operadores e dos modalizadores argumentativos.

No tocante à estrutura composicional, na primeira produção, ressalta-se que a maioria das produções orais, desde a introdução, no que se refere ao cumprimento às autoridades, ao emprego dos vocativos, do uso da réplica e da tréplica; os alunos apresentaram dificuldades na utilização desses itens, em cada etapa do texto oral voltado ao júri simulado.

Na maioria das produções orais, no que se refere ao estilo linguístico e ao uso da norma culta, os problemas estavam relacionados à elaboração das perguntas às testemunhas, à adequação dos verbos condizentes à pessoa discurso adquirida pelo remetente do discurso e no emprego dos termos jurídicos. Porquanto, a finalidade deste capítulo é observar se as atividades de intervenção das SD, voltados para cada um dos aspectos aludidos acima, contribuíram para uma produção oral mais eficaz, na segunda produção, em comparação com a primeira.

Ressalta-se que a análise foi realizada a partir do recorte de trechos tanto da produção primeira produção oral como da segunda, sistematizados em quadros, de acordo com os elementos caracterizadores dos gêneros e os aspectos que nortearam a aplicação das SD, em especial os módulos didáticos, os quais, por sua vez, foram construídos a partir dos avanços e dificuldades apresentados na primeira produção textual. Os trechos foram identificados com a numeração de 1 a 10 e nomeados de acordo com a sua função de cada aluno no júri simulado, a saber: Advogado (AD), promotor (PRO), juiz (JU), oficial de justiça (OF), testemunha de defesa (TD) e testemunha de acusação (TA) e identificadas as produções com as seguintes siglas PI (Produção inicial) e PF (Produção final), respectivamente.

Nesse sentido, nos quadros, expusemos fragmentos dos textos orais das primeiras e das últimas produções (com a transcrição da fala original dos alunos), com o objetivo de fazer a comparação entre a PI e PF. Por fim, após a análise, fizemos os apontamentos sobre os textos orais dos alunos.

6.1 ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DO GÊNERO – CONTEÚDO TEMÁTICO

Neste item, analisamos os aspectos do conteúdo temático que apresentaram dificuldades e serviram de base na construção e aplicação dos módulos das SD. Para tanto, fizemos o encadeamento entre PI e PF direcionados à apresentação do caso, à elaboração das perguntas, à argumentação, os modalizadores e operadores argumentativos, além da informatividade.

Quadro 20 – Conteúdo temático: funcionalidade do gênero: apresentação do caso - Comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO ²¹ DE TRECHOS DO GÊNERO JÚRI SIMULADO			
FALAS	PRODUÇÃO INICIAL	FALAS	PRODUÇÃO FINAL
PIJU1	“Será submetido a julgamento o processo penal que a Justiça Pública... ((chama a promotora para perto dele)) o representante do Ministério Público do Estado da Paraíba denunciou VILELA HONÓRIO SILVA... qualificado na denúncia COMO no art. cento e vinte e um, paragra/ segundo, do Código Penal e da diretrizes das leis () mediante a seguinte alegação QUE na madrugada entre os dias dezessete e dezoito de setembro de dois mil e vinte... por volta das 00h00min () nas margens da rodovia () nas proximidades do Colégio PHB, na cidade de João Pessoa, o acusado acima qualificado matou sua namorada, por motivo tor/”	PFJU1	...resumo... vou ler aqui, o resumo da denúncia... será subme/tido/ a () julgamento o processo penal que a Justiça Pública, “o representante do Ministério Público do Estado da Paraíba, denuncia a Vilela Honório Silva, qualificado na denúncia na sessão prevista no artigo cento e vinte do Código Penal.” (A duta) (estou lendo a denúncia) “a denúncia que na madrugada entre os dias 17 e 18 de setembro de 2020, em volta das meia-noite, nas margens da rodovia das proximidades do Colégio Padre (Dão) Bandeira, na cidade de João Pessoa Paraíba, o acusado acima qualificado matou sua namorada por motivo (tóxico), consistente em sentimento de posse que o réu (não cria) em relação à vítima, bem como pelo inconformismo com a traição com seu melhor amigo, Camilo.” ... então... “o fim do relacionamento amoroso e o fato desta haver-lhe falado que (havesse) relacionado com outra pessoa, utilizando-se de meio cruel, o acusado atraiu para o local (héroe) e proferiu diversos golpes de arma branca, de forma (desciclada), que dificultou a defesa da vítima.” ... () “narra também a tese (atuatória) que o crime fora cometido em relação de poder e (subdução) no âmbito da violência doméstica () uma vez que, com o término do relacionamento de mais de dois anos, o acusado tentou por diversas vezes reatar o namoro, não obtendo (resíduo).”... mais, há RE-la-tos de que o acusado proferia ameaças () acusando temor em toda a família da jovem, chamada dos (virados).

²¹ Adotamos as normas de transcrição do Projeto NURC/SP.

PIAD1	Sem ocorrências	PFAD1	<p>... Excelentíssimas promotoras de justiça... é uma honra também trabalhar tendo Vossas Excelências na parte adversa... vocês são mulheres e será grande o embate obviamente pelo preparo e envergadura de Vossas Excelências... permeado por algo que é inerente ao júri e Eu amo... qual seja ... a paixão[</p> <p>[nós pela defesa e Vossa Excelência pela acusação... Receba as homenagens da Ordem dos Advogados do BRASIL</p> <p>... já Eu vou agradecer a confiança depositada por meu constituinte VILELA... MEU AMIGO E ADVOGADO... pois acredito em sua inocência (advogado 2 olha para o réu) e tudo aqui farei para que hoje seja feita justiça no seu caso...</p>
PIAD2	Nessa (faixa) (etária) dele... sempre aconteceu alguma HISTória de agressão? ((risos))	PFAD2	<p>((advogados conversado entre si)) Tá... agora a gente vai voltar para a reputação...perfeito?</p> <p>... você sabia que ele estava a sair do hospital por causa das agressões?</p>
PIPRO1	Sem ocorrências	PFPRO1	<p>o Ministério pug::na e por (sauda) a todos e nós queremos (voltar) por/que a nossa meta () como mulheres é vencer essa causa – todos aplaudem-</p> <p>... (levantem) TODOS por favor... a/qui/ temos mais um enredo de AMOR? ... que termina em tragédia... Rita-Vilela-Camilo [] esse () triângulo amoroso que nos filmes e séries encantam ao público... mas na vida real essas histórias de agressões () as mulheres e de...</p> <p>... /fe/ minicídios são notícia todos os dias ()</p> <p>... tá... na série brasileira “não foi minha culpa” narra histórias de mulheres vítimas de violência e que entrelaçam um mesmo elo.. A-MOR TÔ-xi-co</p>

PIJU2	((juíza grita)) EU PEÇO que tenha ordem no tribunal... eu convoco o réu para o seu interrogatório... o senhor pode ficar em silêncio, se quiser. O senhor cometeu o feminicídio contra Rita ou é inocente como todos que chegam aqui?	PFJU2	Como ele era um homem, marido ele não tinha nenhum (contorno) você escolheu uma relação abusiva? ... outra coisa COMO O TIO DA VÍTIMA FICOU SABENDO? pera... já imagino a cena... esse senhor, VILELA, achava que poderia contar com o abrigo dos familiares... coitados moradores de sítios que levam uma vida calma e pacata... esse homem queria até comprometer até mesmo a sua FAMÍLIA... nossa Lendo agora os autos... na página trinta... “ a POLÍCIA SE deparou com o tio do suspeito que havia acionado a polícia que o suspeito, posteriormente identificado como ADVOGADO... estava dentro do mato e foi chamado pelo tio::: ocasião em que se entregou... sem oferecer reação e que VILELA apresentava escoriações por todo o corpo e foi levado ao HOSPITAL DA UNIMED onde foi feito o atendimento médico”
--------------	--	--------------	---

Fonte: Elaboração feita pela pesquisadora, João Pessoa, 2023.

No gênero júri simulado, na modalidade formal, observamos a sua função social descrita no substantivo “julgamento” presente na fala da juíza PIJU1 e PIJU2. Esse substantivo é evidenciado neste tipo de produção oral - o julgamento do réu é desencadeado ao longo da produção oral. Assim, há outras frases destaques como “narra também a tese (atuatória) que o crime fora cometido em relação de poder e (subdução) no âmbito da violência doméstica [...]” - já aduz que o réu está sendo processado e é expresso na introdução do julgamento (momento em que o juiz faz a síntese da denúncia do Ministério Público).

Na apresentação do júri simulado, faz-se a contextualização do crime, o resumo do caso e a percepção da polícia ao chegar ao local do crime; o uso do substantivo “qualificado”, ao dizer que o réu cometeu um ato considerado crime pelas legislação penal brasileira Nas alegações da denúncia feita pelo Ministério Público, encontram-se os motivos que levam o réu ao júri, no caso apresentado nas produções iniciais e finais temos: a) o réu era o namorado da vítima; b) possível motivação do crime: o réu foi traído pela vítima com seu melhor amigo, Camilo; c) após o término do relacionamento com Rita, o réu praticou por diversas vezes o crime de ameaça.

A introdução do caso pelo magistrado é um dos 5 elementos básicos presentes na apresentação oral do júri, a saber: 1) a leitura da denúncia; 2) os depoimentos das testemunhas; 3)

o interrogatório do réu; 4) o discurso de defesa e 5) o discurso de acusação. Em torno desses elementos o gênero júri simulado é desenvolvido, expondo a base argumentativa para convencer os jurados, que irão determinar se o réu é culpado ou não. Dessa feita, na última fala da defesa e da acusação, os discentes retomaram a sua tese principal: o réu é culpado ou o réu é inocente.

No quadro 20, analisamos como os alunos abordam os aspectos característicos do gênero júri simulado, ao confrontarmos os trechos das versões inicial e final de seus textos.

Na primeira versão do júri, apenas a fala do produtor de PIJU1 contemplou o resumo do caso, expondo o crime causador do júri, que é o Femicídio de Rita. Na segunda versão do júri, a falante no papel da juíza altera a fala e passa a mencionar o detalhamento do caso, como as circunstâncias do local, do tempo do crime e também a relação entre a vítima e o réu.

Já no discurso produtor do trecho PIADI2, não houve ocorrência da fala introdutória nem da saudação, causando prejuízos na funcionalidade do gênero textual júri simulado, ao passo que no PFAD1 o falante faz a sua fala, e como o caso escolhido pelos alunos tratava-se de um feminicídio, enaltece a figura das mulheres que estavam participando do júri e prestas-lhes homenagem. Da mesma feita, prestigia o réu como amigo e cliente. Percebe-se que apesar do réu ser o provável autor do crime, o aluno de PFAD1, advogado de defesa, deixa claro em sua tese que acredita na inocência do réu, apesar de ser o causador do problema, e o crime trouxe as consequências, qual seja, o tema acordado no júri simulado.

Percebemos também que o aluno na função de advogado (PIAD2) poderia inicialmente ter mencionado a vida pregressa do réu e o histórico de agressões que constavam nos autos, mas ele perguntou de forma aleatória (além do que a pergunta foi má formulada) se já havia acontecido alguma agressão entre a vítima e o réu. Já na versão final, o aluno corrige o erro e traz o fato do réu ter saído do hospital, após cometer agressões com a vítima, assim, esse trecho burlado prejudicou a informatividade do trecho. Além disso, no júri simulado, há o tempo adequado para fazer citações constantes nos autos, na fase da introdução ou peroração. Caso semelhante aconteceu na fala do aluno - PIJU2, ao invés de trazer a suposição que o réu seja inocente (por ser uma prática comum no júri a negativa da autoria), ele deixou de expor tecnicamente a inocência do réu, assim, deixou a cargo do réu usar ou não o seu direito de ficar em silêncio. Na versão final, o autor de PFJU2 corrige esse problema falando da relação abusiva que havia entre o réu e a vítima e as consequências nas relações familiares.

É nítido que o aluno de PFJU2 mostra o papel manipulador e abusivo do réu, e, para confirmar tal postura, o discente de PFJU2 faz a leitura da página 30 dos autos para corroborar sua tese. Ademais, não há ocorrência do aluno no papel de promotor PIPRO1 da saudação e da introdução, com isso, o aluno deixa de fazer sua introdução ao caso, correndo o risco de perder o tom argumentativo dos próximos argumentos. O aluno - PFPRO2 - substitui a sua fala, fazendo a introdução e deixando claro a tese acusatória.

Pelo teor das falas da produção inicial, podemos concluir que seus autores não fizeram a introdução do caso, já nas versões finais passam a apresentá-la. Em PIJU no trecho “será submetido a julgamento...” demonstra a intenção do autor de ver o problema solucionado, porém a fala sendo produzida no júri simulado deve ser contextualizada e pormenorizada. Assim, fica evidente que os discentes participantes da atividade não entenderam que a produção inicial seria um júri simulado e não um debate, por exemplo. Esse equívoco foi sanado na versão final, o que parece demonstrar a eficácia dos módulos de intervenção, nos quais trabalhamos a funcionalidade e as características do gênero.

Com as atividades dos módulos, os alunos participantes do júri passaram a entender que o gênero a ser produzido não é só um relato do caso, além de fazer as sequências narrativas, é preciso também argumentar.

Quadro 21 – Conteúdo temático: argumentação - comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DO GÊNERO JÚRI SIMULADO			
FALAS	PRODUÇÃO INICIAL	FALAS	PRODUÇÃO FINAL
PIPPO1	Podemos ver que o réu tá mentindo DESCARADAMENTO e não esboça remorso alguma(foi o que combina a defesa) vou mostrar alguma fotos do réu... olha ele aqui inclusive na honda onde ele fugiu ((promotora mostra as fotos ao réu, juiz, jurados e advogado de defesa))	PFPRO1	confessou a autoria do delito sob investigação...merecendo destaque os seguintes pontos da oitiva:: primeiro ponto ELE NEGOU A AUTORIA que desferiu cinco ou seis facadas... pelas costas...contra a vítima... até que ela caiu morta... dois....NEGOU QUE a motivação para o ato que seria a ocorrência de supostas traições por parte da vítima com seu melhor amigo CAMILO durante o relacionamento do casal (em que pese entrar em contradição no que tange às datas) e terceiro e último ponto a afirmação de que se auto lesionou...
PIPPO2	((levanta uma prova das impressões digitais do réu)) que prova é essa jurados? bom... podemos ver que aqui ele meio que confessou, né? ele disse que tava na balada mas não tava porque eu apresentei provas e testemunhas e ELE não prova ... bom... eu em nome da família da vítima	PFPRO2	... venho aqui também para dizer que... foram apreendidos o veículo utilizado na fuga:: e : a arma do crime uma sandália com vestígio de sangue pertencente ao suspeito e o aparelho de telefonia celular por ele utilizado (vide autos de apreensão nas)

	<p>peço justiça ela tinha 15 anos tinha muita vida pela frente e foi morta por ele... TEMOS PROVA TAMBÉM... ele matou ela com o canivete uma arma branca... temos a digital dele ehh e?</p>	<p>... em seguida o atuado se submeteu a exame de ofensa física (ele estava bem) ... analisou o celular do atuado -com sua expressa autorização- termo nos autos- e constatou que ele confessou o delito em mensagem enviada para sua GENITORA A SENHORA MARIA DE LOURDES através do aplicativo WhatsApp ainda assim foi requisitado exame pericial no objeto bem como no aparelho da vítima-relação ao qual não tivemos acesso ao conteúdo porque está protegido por senha- cujos laudos serão remetidos à Vara processante, tão logo nos sejam disponibilizados, independente de retorno dos autos. Requisitou-se, outrossim, exame de DNA, para comparar o material biológico colhido da vítima com o material biológico presente no canivete apreendido nos autos, cujo laudo será enviado ao juízo do feito, tão logo nos seja disponibilizado, independente de retorno dos autos. Por fim, juntou-se aos autos a certidão de óbito, como prova da materialidade delitiva, que apontou como a causa da morte como sendo “choque hipotérmico por múltiplos ferimentos perfuro cortantes na região do pescoço”.</p> <p>Então... né? foram apreendidos o veículo utilizado na fuga... a arma do crime e uma sandália com vestígio de SANGUE () era SUA?</p> <p>TUDO ISSO pertencente ao suspeito:: digo mais... e o aparelho de telefonia celular por ele utilizado ((promotora mostra o auto de apreensão)). Vou ler aqui folhas...~ç</p> <p>“Em seguida o atuado se submeteu a exame de ofensa física... aparelho da vítima (em relação ao qual não tivemos acesso ao conteúdo porque está protegido por senha), cujos laudos serão remetidos à Vara processante, tão logo nos sejam disponibilizados, independente de retorno dos autos. Requisitou-se, outrossim, exame de DNA, para comparar o material biológico colhido da vítima com o material biológico presente no canivete apreendido nos autos, cujo laudo será enviado ao juízo do feito, tão logo nos seja disponibilizado, independente de retorno dos autos. Por fim, juntou-se aos autos a certidão de óbito, como prova da materialidade delitiva, que apontou como a causa da morte como sendo “choque hipotérmico por múltiplos ferimentos perfuro cortantes na região do pescoço”.</p>
--	---	---

PIPRO3	... primeiro... eu queria dizer que... a acusação traz uma testemunha a mãe dele que mal sabia da vida do acusado, né? nem sabia do namoro que não serviu para nada... também vou falar das fotos e dos vídeos... aquelas fotos e imagens podem ser qualquer... pode ter passado perto do local do crime ou é qualquer foto? só isso...	PFPRO3	<p>MAS, DO o lado de cá, os dados alarmantes, do outro lado, TEMOS um governo reacionário que vem promovendo uma ampla política de ataques aos direitos das mulheres: RITA, MARIA, PENHA, JÚLIA, MARIA TOMÁS, SÃO TANTAS MULHERES MORTAS PELA PRAGA DO MACHISMO. Além de não se importarem com AS VIDAS DAS MULHERES, também não hesitam em retirar OS SEUS DIREITOS! O ódio às mulheres e o machismo destilados por Bolsonaro ficam claros quando ele e Damares cortam mais verbas do orçamento da Secretaria da...</p> <p>... como os senhores podem ver es ser É O NOSSO cenário violento é ainda mais marcante p QUE DIREITO É ESSE DE NASCER PARA MORRER? A JUSTIÇA ESTÁ NAS MÃOS DE VOCÊS... CONDENEM ESSE HOMEM::: ESSE RÉU... A PRISÃO DELE FARÁ COM QUE AMANHÃ NÃO SEJA EU... (promotora 1 toca em si mesma) VOCÊ OU QUALQUER OUTRA MULHER SEJA NOVAMENTE A VÍTIMA DELE (promotora 1 aponta para o réu)</p> <p>.... Vamos? JUSTIÇA POR RITA... por Taliane... por Rafaela por Camila...por Rayanne... QUE A MORTE DE RITA SEJA APENAS UM CONTO DE MACHADO DE ASSIS (VIVA A CARTOMANTE)</p> <p>ara mulheres (aqui)</p>
PIAD1	Sem ocorrências	PFAD1	<p>... Excelentíssimas promotoras de justiça... é uma honra também trabalhar tendo Vossas Excelências na parte adversa... vocês são mulheres e será grande o embate obviamente pelo preparo e envergadura de Vossas Excelências... permeado por algo que é inerente ao júri e Eu amo... qual seja ... a paixão[</p> <p>[nós pela defesa e Vossa Excelência pela acusação... Receba as homenagens da Ordem dos Advogados do BRASIL</p> <p>... já Eu vou agradecer a confiança depositada por meu constituinte VILELA... MEU AMIGO E ADVOGADO... pois acredito em sua</p>

		<p>inocência (advogado 2 olha para o réu) e tudo aqui farei para que hoje seja feito justiça no seu caso...</p> <p>... eh... senhores jurados... deixo para homenageá-los por último::: mas não que em último lugar aqui estejam... muito pelo contrário:: vossas Excelências são pessoas aqui mais importantes... verdadeiros heróis: cuja importância lhe foi outorgada pela Constituição Federal (advogado 1 levanta o lucro da Constituição Federal) ela que outorgou a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida...</p> <p>... ((respira fundo)) fato de estarem aqui hoje é prova de sua idoneidade... Rogo A DEUS que lhes deem sabedoria neste julgamento e que não sejam (açodados) no cair dar noite pelo balado da consciência...</p>
PIAD2	Sem ocorrências	<p>PFAD2</p> <p>Vou ler aqui o meu roteiro da defesa “Nos termos do art. 25 do Código Penal: Entende-se em legítima defesa quem...(usando) moderadamente dos meios necessários repele injusta agressão:: atual ou iminente... a direito seu ou de outrem... A VÍTIMA TAMBÉM AGIU COM FORTE VIOLÊNCIA E PARA TENTAR SALVAR A SUA VIDA... PRECISOU DEFENDER-SE::: Os senhores irão autorizar que o doutor juiz possa reduzir e dar justiça ao meu constituínte[</p> <p>[que não é criminoso... nunca teve qualquer passagem pela polícia... pelo contrário É UM ADVOGADO... tem um filho e é um cidadão exemplar da sociedade... repito: ELE NÃO É UM ASSASSINO DE MULHERES</p> <p>... façam justiça e autorizem a ABSOLVIÇÃO DO MEU CLIENTE... DESSE POBRE MENINO...Tenho a sensação, eh... nestes casos... que as soluções produzidas não são para sempre... [</p> <p>[os processos não são livros e sim... são a realidade... eh... a gente não resolve esse</p>

		<p>tipo de problema – é uma carga emocional muito grande-</p> <p>... eu digo... não tem como acreditar que tudo vai ficar maravilhoso... precisa de experiência de vida para julgar esses casos:: por isso que existe o Júri ... vocês... e não o juiz para fazer isso?</p> <p>... bom... eu teria os discursos dos “crimes da paixão” destacam um enfoque na família:: nos papéis desempenhados por cada um (homem e mulher/pai e mãe) dentro da relação conjugal/familiar... esses aspectos da intimidade dos envolvidos... suas condutas... personalidades e de como era o relacionamento entre os envolvidos...</p> <p>ESSE FOI UM CRIME DE PAIXÃO? O QUE VOCÊ FARIA NO ÍMPETO DA EMOÇÃO? ((aponta para cada jurado))</p> <p>... então ((respira fundo)) ... os antecedentes não condenam? mas hoje vai ser decisivo para ESSE HOMEM QUE não TEM antecedentes... A prova que precisa para condenar um homem de bem é diferente da prova para condenar um facínora e O meu discurso é imparcial... essa jus-TI-ÇA não se aprende na faculdade por isso não precisa ser técnico... A vítima (neste caso) é uma fina</p> <p>... agora me pergunto Por-que no dia anterior o réu e a vítima saíram juntos... eles AINDA ESTAVAM JUNTOS?</p>
--	--	---

Fonte: Elaboração feita pela pesquisadora, João Pessoa, 2023.

Na produção inicial, observamos que na introdução da fala de cada participante do júri simulado, a maioria dos discentes apresentou a sua tese (de acusação ou de defesa) de modo bastante elementar, sem ocorrências de argumentos ou foram apresentados de modo inadequado. Eles entenderam o caso no sentido de que o réu havia cometido o crime (acusação) ou que o réu é inocente (defesa), contudo não apresentavam provas, pois cada argumento precisa de comprovação.

A argumentação retórica (PERELMAN, 2005) no júri simulado é localizada nas falas de introdução, desenvolvimento e conclusão. Nesse sentido, a “argumentação é uma ação que tende

sempre a modificar um estado de coisas pré-existente” (PERELMAN, 2005, p. 61) e por meio da qual o sujeito pode transformar a sua realidade, pois o orador (emissor do discurso) ao discursar para um auditório (destinatário do discurso) irá persuadi-lo a agir em torno do problema da sua tese. Assim, do ponto de vista retórico, o gênero júri simulado permite que os alunos (autores de suas falas) assumam o papel de oradores que convencem o seu auditório (jurados) sobre a inocência ou a culpa do réu. Como as atividades do módulo 2 tiveram como objetivo fazer com que o aluno pudesse reconhecer a importância de apresentar no gênero textual júri simulado, percebemos que os alunos fizeram o uso dos argumentos coerentes e adequados à sustentação de uma tese.

Na aplicação do módulo de argumentatividade, os alunos conseguiram identificar uma tese, reconhecer os argumentos retóricos e relacionar argumentos e contra-argumentos, por meio de jogos e dinâmicas, o que motivou o processo de aprendizagem. Observamos que os participantes do júri simulado elaboraram seus argumentos, na produção inicial, sem detalhamento e evidências, ao passo que na versão da produção final eles apresentaram argumentos com mais detalhes e fundamentação.

Salienta-se que na versão inicial, a maioria das falas trazia argumentos por exemplificação e por provas concretas nas falas dos alunos no papel de promotores - PFPRO2 e PFPRO3. Percebe-se que, nos trechos PIAD1, PPRO1 e PIPRO2, os sujeitos falantes não conseguiram usar adequadamente as exigências formais do gênero júri simulado, assim não souberam usar o argumento por competência linguística Koche, Boff & Marinello (2010), que é produzido de acordo com a situação comunicativa. Assim, no gênero júri simulado deve-se fazer uso de argumentos para introduzir o caso a ser julgado. Já na versão final, percebemos que as falas introdutórias já apresentavam os argumentos na introdução.

Os alunos no papel de advogados - PIAD1 e PIAD2 - não expuseram as expressões de introdução do caso. Com isso, perde-se o percurso argumentativo entre a introdução e conclusão (espaço em que o orador pede a absolvição ou a condenação do réu), entre essas fases os argumentos por exemplificação, argumento por autoridade, por evidências, por provas concretas são embasados de acordo com os acontecimentos do casos. Vale destacar que o argumento de provas concretas baseia-se em acontecimento, informes, percentuais, dados e exemplos com o fito de legitimar o que fora dito (KOCHE, BOFF & MARINELLO, 2010). Logo, nas falas de PFAD1 e PFAD2, os participantes traçam essa linha de argumentação e apresentam vários pormenores do caso, como o papel da vítima no relacionamento, o histórico da relação entre a vítima e o réu. Além

disso, o aluno no papel de advogado (PFAD2) apresenta a vítima como culpada, isso prejudica a tese de defesa e mostra que a defesa não possui provas suficientes da inocência do réu.

Também percebe-se que na produção final (PFAD2), o aluno foge da formalidade do gênero júri simulado e, ao invés de apresentar argumentos de prova concreta e pela conclusão para convencer os jurados, traz a controvérsia do argumento que julgar exige maturidade da parte dos jurados. Na versão PIPRO2, o aluno no papel de promotor, traz a conclusão antes, o que é inadequado, mas este ponto foi revisto em PFPRO2.

Outra questão que foi revista na versão final diz respeito ao argumento de autoridade, compreendido como aqueles argumentos prestigiado por autores e autoridades com o fim de legitimar um ponto de vista (KOCHE, BOFF & MARINELLO, 2010). Nas falas das produções inicial e final, os alunos citaram os artigos do Código Penal, que foram violados pelo réu.

Porquanto, a argumentação presente nessas falas na produção inicial é bastante superficial. Porém, essa superficialidade, assim é superada na versão final, precipuamente no detalhamento dos argumentos. Além disso, na versão final as partes do discurso apresentam introdução, desenvolvimento e conclusão, além do uso da réplica e da tréplica.

Quadro 22 – Conteúdo temático: informatividade - comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DO GÊNERO JÚRI SIMULADO			
FALAS	PRODUÇÃO INICIAL	FALAS	PRODUÇÃO FINAL
PIJU	Será submetido a julgamento o processo penal que a Justiça Pública... ((chama a promotora para perto dele)) o representante do Ministério Público do Estado da Paraíba denunciou VILELA HONÓRIO SILVA... qualificado na denúncia COMO no art. cento e vinte e um, paragra/ segundo, do Código Penal e da diretrizes das leis () mediante a seguinte alegação QUE na madrugada entre os dias dezessete e dezoito de setembro de dois mil e vinte... por volta das 00h00min () nas margens da rodovia () nas proximidades do Colégio PHB, na cidade de João Pessoa, o acusado acima qualificado matou sua namorada, por motivo tor/ Ele tinha sentimento de posse que o réu nutria em relação à vítima e ELE inconformado pela a traição com o seu melhor amigo... CAMILO... o fim do relacionamento amoroso e utilizando de meio cruel, o acusado a atraiu para local ERMO e proferiu diversos golpes de	PFJU	Resumo... vou ler aqui, o Resumo da denúncia... será subme/tido/ a () julgamento o processo penal que a Justiça Pública, “o representante do Ministério Público do Estado da Paraíba, denuncia a Vilela Honório Silva, qualificado na denúncia na sessão prevista no artigo 121 do Código Penal.” (A duta) (estou lendo a denúncia) “a denúncia que na madrugada entre os dias 17 e 18 de setembro de 2020, em volta das meia-noite, nas margens da rodovia das proximidades do Colégio Padre (Dão) Bandeira, na cidade de João Pessoa Paraíba, o acusado acima qualificado matou sua namorada por motivo (tóxico), consistente em sentimento de posse que o réu (não cria) em relação à vítima, bem como pelo inconformismo com a traição com seu melhor amigo, Camilo.” ... então... “o fim do relacionamento amoroso e o fato desta haver-lhe falado que (havesse) relacionado com outra pessoa, utilizando-se de meio cruel, o acusado atraiu para o local (héroe) e proferiu diversos golpes de arma branca, de forma

	arma branca... de forma dissimulada.. que dificultou a DEfesa da VÍTIMA Diz a promotora aqui também que “o crime fora cometido () em relação de poder e submissão no âmbito da violência doméstica uma vez que com o término do relacionamento de mais de dois anos o acusado tentou por diversas vezes reatar o namoro não obtendo êxito. No mais há relatos de que o acusado proferia ameaças causando temor em toda família da jovem.”		(desciclada), que dificultou a defesa da vítima.” ... () “narra também a tese (atuatória) que o crime fora cometido em relação de poder e (subdução) no âmbito da violência doméstica () uma vez que, com o término do relacionamento de mais de dois anos, o acusado tentou por diversas vezes reatar o namoro, não obtendo (resíduo).” ...no mais, há RE-la-tos de que o acusado proferia ameaças () acusando temor em toda a família da jovem, chamada dos (virados).
PIPRO	Protesto... podemos ver, né? que o réu possui uma longa ficha e de um relacionamento passado... ela ((aponta para a testemunha 3)) seria mais uma vítima de feminicídio, pelo AMOR DE DEUS, né? ((promotora e a plateia rindo e a defesa pede postura da promotora))Ele/ falou que.../	PFPRO	Ta... essa VIOLÊNCIA está distante de nós ? ... mas basta olhar/ as / estatísticas para perceber que toda mulher é uma vítima em potencial...sim... eu e você [] senhoras (podemos ser vítimas de FEMINICÍDIO) e senhores (levantem) o / vamos examinar essa causa com imparcialidade e a proferir a nossa decisão de acordo com a vossa consciência e o ditamo da justiça... (agora) ... por favor, me respondam... pq todo caso de amor termina as/sim?
PIAD	... primeiro... eu queria dizer que... a acusação traz uma testemunha a mãe dele que mal sabia da vida do acusado, né? nem sabia do namoro que não serviu para nada... também vou falar das fotos e dos vídeos... aquelas fotos e imagens podem ser qualquer... pode ter passado perto do local do crime ou é qualquer foto? só isso...	PFAD	... oh... senhores jurados? o fato hoje em julgamento:: sem dúvida nenhuma... é um fato grave... quem o cometeu? ... meu cliente NÃO confessou o crime diante de Vossas Excelências:: veio aqui diante de Vossas Excelências e não se omitiu... DISSE APENAS A VERDADE... Explicou os motivos que os levaram a este infortúnio... SUA EX-NAMORADA QUE DISSE QUE TERIA O TRAÍDO COM O SEU MELHOR AMIGO... CAMILO

Fonte: Elaboração feita pela pesquisadora, João Pessoa, 2023.

Na análise do quadro acima, percebemos que foram mencionados o caso em julgamento, partindo do Feminicídio de Rita e da suspeita do crime ter sido cometido pelo réu. Como resultado das situações expostas no caso, os alunos nas funções de juíza, promotora e advogado concluem que, com as provas apresentadas pela defesa e pela acusação, tanto há provas da condenação do réu, como também há evidências da sua inocência.

É perceptível, portanto, o avanço da produção final em relação à inicial, que outras informações do caso, como o contexto do crime, as provas encontradas e o relato da prova

testemunhal foram adequadamente reajustadas e outras foram acrescentadas, que não aparecem na primeira.

Na produção de número PIAD, o aluno inicia o corpo do texto sem se apresentar, informação que deve aparecer como expressão introdutória do gênero júri simulado. Como informe inicial o autor, ao invés de explicar o caso e relatar o ponto principal da pergunta, afirma ser um absurdo a morte de Rita. Percebemos que na sequência das narrativas ocorre a descrição dos pormenores do crime, na fala de PIPRO, o Ministério Público denuncia o crime ao sistema de justiça criminal, de modo que o crime será julgado em plenário.

O aluno no papel de promotor expõe ainda, na introdução, que as circunstâncias do crime estão destacadas no discurso - PFPRO, pois, fez a introdução, o desenvolvimento e a conclusão da sua tese. Na conclusão em PFAD são apontadas as consequências do crime e dos reflexos sociais deste, reformulou o seu discurso da produção inicial. Na produção final, o aluno no papel de promotor – PFPRO - traz um argumento de autoridade oriundo do artigo 121 do Código Penal, expondo a violação da lei penal neste caso. O aluno percebeu a necessidade de produzir um parágrafo introdutório, inclusive empregando termos típicos da formalidade do gênero júri simulado.

É interessante destacar que no módulo sobre informatividade trouxemos atividades para o aluno perceber as informações suficientes referentes ao caso em julgamento para melhor compreensão do leitor/ouvinte no júri simulado. Outro fator de avanço na aplicação do módulo foi ver que os alunos conseguiram diferenciar o que é fato, opinião e argumento no júri simulado, além de vermos as informações mais detalhadas, com o auxílio do quadro investigativo no módulo I, com a discussão sobre o caso.

Já em PFJU e PFPRO, houve acréscimo de argumentos que não apareceram na produção inicial. Com isso, percebemos que, como resultado do processo dos módulos da SD, tivemos a evolução com os ajustes dos problemas e dificuldades que se apresentaram na versão inicial, no que se refere à informatividade, especificamente no que se refere à natureza, quantidade e qualidade da informação, bem como da argumentatividade.

6.2 ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DO GÊNERO – ESTRUTURA COMPOSICIONAL

Na presente seção trataremos dos problemas e modificações observados em três elementos que compõem a estrutura composicional: no vocativo, na elaboração das perguntas e o uso da réplica e da tréplica.

Em relação ao vocativo identificamos o uso inadequado ou não uso do vocativo na versão inicial. No aspecto estrutural se fazem presentes, em ambas as produções: o juramento dos jurados e a leitura da denúncia que é essencial à elaboração do júri simulado.

Quadro 23 – Estrutura composicional: Pronome de tratamento- comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DO GÊNERO JÚRI SIMULADO			
FALAS	PRODUÇÃO INICIAL	FALAS	PRODUÇÃO FINAL
PIAD	Sem ocorrências	PFAD	... bom... excelentíssimos juízes/ a justiça está na mão de vocês
PIJU	O advogado quer fazer alguma pergunta?	PFJU	O Excelentíssimo senhor Doutor advogado tem alguma pergunta?
PIOF	Todos em PÉ para a entrada do juíza a SENHORA	PFOF	/To/dos em pé para a (que) da Excelentíssima Senhora Juíza de Direito DR Júlia Márcia Torres...

Fonte: Elaboração feita pela pesquisadora, João Pessoa, 2023.

Na produção inicial, percebe-se que o discente no papel de advogado – PIAD - não houve ocorrência, já PFAD o uso do pronome de tratamento “excelentíssimos juízes” já denota um sentido de formalidade do gênero júri simulado. Da mesma feita, percebemos em PIJU e PFJU, em que houve o acréscimo dos pronomes de tratamento. Na produção inicial, o aluno no papel do oficial de justiça - PIOF, por sua vez, o discente omitiu a palavra “excelentíssima”, da expressão do pronome de tratamento, que foi acrescida na produção final.

Assim, percebemos que durante o processo de desenvolvimento dos módulos que esse tipo de ocorrência se deu devido ao desconhecimento dos sujeitos em relação ao elemento do vocativo no gênero júri simulado.

Quadro 24 – Estrutura composicional: uso da réplica e da tréplica- comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DO GÊNERO JÚRI SIMULADO			
FALAS	PRODUÇÃO INICIAL	FALAS	PRODUÇÃO FINAL
PI23	Sem ocorrências	PF23	<p>A gente não resolve esse tipo de problema... tá? é uma carga emocional muito grande... não tem como acreditar que TUDO VAI FICAR MARAVILHOSO.</p> <p>Os discursos dos crimes de paixão destacam a intimidade desenvolvidas e suas / personalidades e de como era o relacionamento entre os envolvidos... Esse foi o crime de paixão....O que você faria no lugar dele, hein? Sua honra e seu casamento em jogo</p> <p>Como já disse a vítima não era uma criança e de quem vai à igreja ELA ERA A GARÇONETE DA MORTE... Se eu tenho dúvida... então... não posso condenar... que eu PEÇO A ABSOLVIÇÃO... porque eu não tenho certeza... PEÇO QUE OS SENHORES ABSOLVAM ESSE POBRE RAPAZ ((aponta para o réu))</p>
PI24	Sem ocorrências	PF24	<p>... e bom... esse é o nosso cenário... cenário violento e que/ ainda é mais marcante para as mulheres... né?</p> <p>Porque/ AFINAL/ que direito é esse?</p> <p>... de e morrer/ por quem dizia que amava?</p> <p>Como a Rita... que morreu</p> <p>... também como a Fernanda que foi agredido durante o relacionamento?</p> <p>... bom... excelentíssimos juízes/ a justiça está na mão de vocês treze anos... condenem o dele/ esse homem violento e bruto</p> <p>...porque a prisão dele será com que amanhã eu/ nós e outras mulheres não sejam mais uma vítima dele</p> <p>... então... eu quero que vocês SEJAM FELIZES com a história dela não ser só mais uma MANCHETE no público e mercado de assuntos</p> <p>Obrigada a todos</p>

Fonte: Elaboração feita pela pesquisadora, João Pessoa, 2023.

Vale destacar que na análise da produção inicial os alunos participantes não fizeram o uso da réplica e da tréplica, com isso, propomos no módulo de intervenção a aplicação da réplica e da tréplica no júri simulado. Pela ordem da formalidade no júri simulado, o momento final dos debates orais acontece, quando:

Terminada a acusação, segue-se a defesa, a qual poderá ser, por sua vez, seguida pela réplica e a tréplica. Ao promotor é facultado replicar: é ele o juiz dessa necessidade. Também ao defensor compete decidir se deve ou não usar a tréplica, conquanto a regra seja fazê-lo. Pode ser, entretanto, que a vantagem da defesa esteja em silenciar, ou para deixar nítida a impressão de uma réplica infeliz ou porque o promotor, após os esclarecimentos de uma testemunha, confessou a acusação. Como quer que seja, assim como à promotoria compete decidir acerca da réplica, incumbe à defesa resolver a respeito da tréplica. (MAGALHÃES NORONHA, 1994, p. 275)

Esse artifício deve ser utilizado de acordo com a estratégia da defesa e da acusação no último momento, podendo enfatizar a tese ou não conseguir sustentá-la. Como é um momento que gera acaloradas discussões, enfatizamos no módulo de aplicação que os oradores deveriam fazer um roteiro prévio também dos discursos de réplica e da tréplica. Com o uso do manual²² (APÊNDICE B) de argumentação, além de ensaiar os discursos com as equipes, os alunos simularam apresentação da dinâmica da réplica e da tréplica com as equipes de advogados e promotores. Como os alunos já haviam elaborado o roteiro do discurso de cada um, de acordo com as regras do manual, esse fator foi primordial na condução do discurso de réplica e da tréplica. Ressaltamos no módulo de aplicação que depois de realizada a tréplica, não restará mais oportunidade de manifestação do acusador em plenário no júri simulado, então, a oportunidade de dar o último golpe no discurso seria neste momento.

Por fim, o problema de uso da réplica e da tréplica, como mostra o quadro 05, foi superado na produção final, pois a defesa e a acusação as utilizaram no momento do discurso no júri simulado. Vale salientar que esse é o momento em que os oradores farão a última apelação aos jurados que irão julgar o caso. Nos trechos analisados, os alunos trouxeram os argumentos jurídicos, apresentando grau suficiente de formalização, constatamos, assim, o impacto dos módulos na produção final desse item por parte dos discentes.

6.3 ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DO GÊNERO – ESTILO LINGUÍSTICO E NORMA CULTA

Neste item, iremos analisar os aspectos relativos ao estilo linguístico e à norma culta, apresentados na primeira versão e comparemos com a produção final, com os devidos ajustes.

Quadro 25 – Estilo linguístico: operadores argumentativos - comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DO GÊNERO JÚRI SIMULADO			
FALAS	PRODUÇÃO INICIAL	FALAS	PRODUÇÃO FINAL
PITD	Então... eu sabia quem era ela... <u>mas</u> a gente não se falava... <u>e</u> com ele eu num tinha mais contato como eu já falei	PFTD	Era normal né- eu bem acho- PORÉM [[ele era afastado da família... <u>e</u> trabalhava muito <u>nem</u> ia na casa da mãe

²² O Manual com o resumo das técnicas e da orientação da elaboração do discurso foi produzido pela professora pesquisadora na condução do módulo V.

PIPRO1	Protesto... podemos ver, né? que o réu possui uma longa ficha e de um relacionamento passado... ela ((aponta para a testemunha 3)) seria mais uma vítima de feminicídio, por isso pelo AMOR DE DEUS, né? ((promotora e a plateia rindo por isso a defesa pede postura da promotora))Ele/ falou que.../	PFPRO1	... familiares e amigos de (irmãs) próximos falaram que o senhor é EXTREMAMENTE EXCESSIVO e silêncio com a garo-TA... senti assim... confiando em senhor... mas não ao ponto de chegar a fazer algo pelo meu/você não tinha o direito de sentir ciúmes mesmo estando <u>outra</u> pessoa? e não estando e você/ ele sabia que você se (alucinava), pois nos dois momentos e ele via (bichos) nos dois momentos?
PIPRO2	((levanta uma prova das impressões digitais do réu)) que prova é essa jurados? bom... podemos ver que aqui ele meio que confessou, né? ele disse que tava na balada mas não tava porque eu apresentei provas e testemunhas e ELE não prova ... bem... eu em nome da família da vítima para termos então... peço justiça ela tinha 15 anos tinha muita vida pela frente e foi morta por ele... TEMOS PROVA TAMBÉM ... ele matou ela eo canivete uma arma branca... temos a digital dele ehh e?	PFPRO2	Tal ponto é ... venho aqui também para dizer que... foram apreendidos o veículo utilizado na fuga:: e : a arma do crime uma sandália com vestígio de sangue pertencente ao suspeito e o aparelho de telefonia celular ele utilizado (vide autos de apreensão nas ... em seguida o autuado se submeteu a exame de ofensa física (ele estava bem) ... analisou o celular do autuado -com sua expressa autorização- termo nos autos- e constatou que ele confessou o delito na mensagem enviada para sua GENITORA A SENHORA MARIA DE LOURDES através do aplicativo WhatsApp ainda assim foi requisitado exame pericial no objeto com no aparelho da vítima-relação ao qual não tivemos acesso ao conteúdo porque está protegido por senha- cujos laudos serão remetidos à Vara processante, tão logo nos sejam disponibilizados, independente de retorno dos autos.

Fonte: Elaboração feita pela pesquisadora, João Pessoa, 2023.

Observamos que os argumentos presentes nas produções presentes no quadro 06, acima, possuem o uso dos operadores argumentativos, que, conforme Koch (2018, p. 30), servem para “indicar (mostrar) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam”. Assim, os instrumentos linguísticos presentes na primeira produção foram “e”, “mas” e “porém”. Ao passo que o operador ‘para’, operador lógico, é utilizado no texto PIPRO1 para introduzir argumento de finalidade.

Os operadores argumentativos presentes nas versões iniciais e finais expressam: finalidade, conclusão, adição, comparação, justificativa, contraposição, exemplificação e especificação (cf. classificação apresentada em BELISÁRIO NETO, 2020). O operador “tal ponto” é usado pelo produtor de PFPRO1 para enfatizar o argumento posterior, chamando a atenção dos jurados. O operador que introduz a justificativa na fala em PFPRO2 “pois” pretende justificar o problema de saúde mental do réu, como fator de motivação do crime.

Percebemos que na produção inicial o uso dos operadores argumentativos limitou-se ao operador que soma argumentos “e” e ao operador lógico que introduz “para”- introdutor de finalidade. Entretanto, na versão final dos textos passam a ser utilizados, além desses dois mencionados, operadores conclusivos, comparativos, explicativos, de contraposição, exemplificativos e especificativos. Com isso, é evidente que houve a ampliação do repertório dos discentes quanto ao uso dos operadores argumentativos nas produções textuais após a aplicação das atividades dos módulos das SD.

Quadro 26 – Elemento linguístico: modalizadores discursivos - comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DO GÊNERO JÚRI SIMULADO			
FALAS	PRODUÇÃO INICIAL	FALAS	PRODUÇÃO FINAL
PIPPO1	prezados jurados... eh.. a senhora disse que não tem mais contato com o seu filho... você ... pode dizer como soube que ele foi denunciado aparentemente ... que eles não tinham um bom relacionamento com a vítima? Peço que ouçam bem...	PFPRO1	(O homem estava podendo gastar)? AGORA PENSEM COMIGO... Excelentíssimos , por volta das 06h do dia 18/09/2020 a briosa Polícia Militar foi acionada pelo tio do réu () eu acho QUE informou ele que o suspeito estaria no Sítio SANTA JÚLIA e que desejava se entregar ocasião em que ele foi capturado por policiais...
PIPPO2	((levanta uma prova das impressões digitais do réu)) prezados senhores jurados que prova é essa jurados? bom... podemos ver que aqui ele meio que confessou, né? ele disse que tava na balada mas não tava porque eu apresentei provas e testemunhas e ELE não prova ... bom... eu em nome da família da vítima peço justiça ela tinha 15 anos tinha muita vida pela frente e foi morta por ele... TEMOS PROVA TAMBÉM ... ele matou ela com o canivete uma arma branca... temos a digital dele ehh e?	PFPRO2	... peço como aos Excelentíssimos que possam ver es ser É O NOSSO cenário violento é ainda mais marcante para mulheres (aqui). QUE DIREITO É ESSE DE NASCER PARA MORRER? A JUSTIÇA ESTÁ NAS MÃOS DE VOCÊS... PEÇO QUE CONDENEM ESSE HOMEM::: ESSE RÉU... A PRISÃO DELE FARÁ COM QUE AMANHÃ NÃO SEJA EU... (promotora 1 toca em si mesma) VOCÊ OU QUALQUER OUTRA MULHER JOVEM SEJA NOVAMENTE A VÍTIMA DELE (promotora 1 aponta para o réu)
PIPPO3	Caros jurados , juízes do povo... peço bem..só isso... temos aqui as digitais dele colhidas no canivete da arma branca que ele usou para matar a vítima... da perícia... peço silêncio... eu gostaria de perguntar aos meus colegas de trabalho... ahh... as provas que eles tem... você não responderam a minha pergunta e neme ELE que vocês não responderam, né?	PFPRO3	Essa é a fala (parou e ficou pensando) ... Excelentíssima senhora doutora juiz presente da Vara do Tribunal do Júri DA COMARCA DO PHB... é uma honra::: doutor... trabalhar sob a presidência de Vossa Excelência... a qual tenho grande admiração pessoal e profissional e sempre respeitadora ele não pode das garantias constitucionais das partes. Peço que CONDENEM ESSE HOMEM . Onde estão as provas? TODAS AQUI

Fonte: Elaboração feita pela pesquisadora, João Pessoa, 2023.

Nesta análise observamos a presença dos modalizadores a partir de das seguintes falas do júri simulado: saudação, introdução, argumentos de defesa e de acusação, conclusão, réplica e tréplica.

Nas atividades dos módulos, apresentamos enunciados com os exemplos de modalizadores que demonstravam o sentido usado nos discursos do júri simulado. Percebemos na evolução dos módulos que os alunos perceberam os modalizadores nos discursos dos agentes do júri, a exemplo: o aluno de PFPRO fez o uso de “PODENDO”- verbo poder é modalizador, aqui assumindo a função de epistêmico quase-asseverativo²³, pois apresenta uma hipótese, e de “PENSEM”- que está no imperativo, funcionando como modalizador deôntico de obrigatoriedade, que expressa orientação, instrução.

Já em PIPRO, é possível identificar o uso do “PODE”, modalizador epistêmico habilitativo (o promotor expõe as provas contra o réu), e também o aluno no papel de promotor fez o uso de “APARENTEMENTE”, que é modalizador epistêmico quase-asseverativo, utilizado para apresentar uma hipótese.

Ao passo que vemos também em PFPRO2 o uso do verbo “POSSAM” denotando a noção de capacidade dos jurados em decidir sobre a acusação do réu, pois é um modalizador habilitativo, o qual, segundo Nascimento e Silva (2012), ocorre quando o falante apresenta a habilidade de algo ou alguém realizar alguma coisa e o faz porque tem conhecimento a respeito.

Na fala de PIPRO3 temos o uso do “GOSTARIA”, como modalizador deôntico volitivo, que expressa desejo, vontade do promotor em ter a acusação do réu. Por fim, em o uso do “SEMPRE” em PFPRO3 (que a tese de defesa tende a fazer os jurados se comoverem com o réu), que é um modalizador epistêmico asseverativo com a noção de certeza. Em relação à saudação ao destinatário, antes do pronome referente aos jurados, juiz, promotor e advogados, os autores das produções PIJU e PIPRO fizeram uso do modalizador avaliativo “prezados” e o de PIAD fez uso do modalizador “caros”.

Entendemos o conceito de modalizador avaliativo, conforme apresentado por Nascimento e Silva (2012, p. 93), como aquele que “expressa uma avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo, excetuando-se qualquer caráter deôntico ou epistêmico”. Logo, na saudação dos jurados as mencionadas expressões modalizadoras avaliam o destinatário como alguém com um poder

²³ Utilizamos neste trabalho a classificação de modalizadores discursivos apresentada por Nascimento e Silva (2012), que os divide em quatro grandes grupos: epistêmicos, deônticos, avaliativos e delimitadores.

estimado, de acordo com a importância do seu cargo numa relação de proximidade e de intimidade. Todavia, como gênero júri simulado é formulado em uma estrutura forma, o uso dos modalizadores foi inadequado, o que foi corrigido na versão final com os ajustes necessários.

Na parte introdutória, nas produções iniciais, observa-se que PIPRO1 fez o uso do verbo “denunciar”- modalizador avaliativo - mostrando que o réu foi denunciado pela prática do crime e assim expressou uma avaliação subjetiva sobre o réu ser o principal suspeito da prática delituosa. Já o aluno de PFPRO2 traz o modalizador “peço” que é um modalizador deontico volitivo, que segundo conforme Nascimento e Silva (2012), exprimem desejo de que algum acontecimento se realize. Esse modalizador dá uma suavização da informação exposta posteriormente - “condenem” - indicando o desejo dos promotores na condenação do réu.

Na versão inicial, os autores usaram o modalizador deontico volitivo “pedir” - é um desejo para que os jurados possam analisar as circunstâncias do fato, e se encaixa na categoria de modalização deontica de pedir (PFPRO - “ele não pode”), a qual, segundo Nascimento e Silva (2012, p. 93) “expressa o conteúdo como algo proibido, que não pode acontecer”. Outro modalizador presente em PFPRO é o termo “podendo”, que, por ser epistêmico quase-asseverativo, demonstrando era quase certo que réu estava gastando o dinheiro da sua mãe. Ademais, Nascimento e Silva (2012, p. 93) conceitua este modalizador como aquele que “apresenta o conteúdo como algo quase certo ou verdadeiro”.

Encontramos outros modalizadores avaliativos como “briosa”, “jovem”, “profissional”, com os autores de PFPRO e PFPRO. Esses avaliativos trazem a qualificação dos agentes: a polícia militar, a vítima e do réu, expressando juízo de valor sobre as características de cada um no caso em julgamento.

Conclui-se, portanto, que os alunos apresentaram progresso na versão final, com modalizadores avaliativos, nas suas saudações, que foram adequadas a essa parte do gênero júri simulado. Nesse sentido, as produções inicial e final apresentam adequadamente o manejo com esses recursos discursivos com os ajustes necessários, propostos nos módulos de intervenção.

Quadro 27 – Estilo linguístico e norma culta: vocabulário jurídico - comparação entre as produções inicial e final

TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS DO GÊNERO JÚRI SIMULADO			
FALAS	PRODUÇÃO INICIAL	FALAS	PRODUÇÃO FINAL
PIPRO	Sem ocorrências	PFPRO	como prova da materialidade delitiva, que apontou como a causa da morte como sendo “choque hipotérmico por múltiplos ferimentos perfuro cortantes na região do pescoço”.
PIAD	Sem ocorrências	PFAD	Vou ler aqui o meu roteiro da defesa “Nos termos do art. 25 do Código Penal: Entende-se em legítima defesa

			quem...(usando) moderadamente dos meios necessários repele injusta agressão:: atual ou iminente... a direito seu ou de outrem... A VÍTIMA TAMBÉM AGIU COM FORTE VIOLÊNCIA E PARA TENTAR SALVAR A SUA VIDA... PRECISOU DEFENDER-SE:: Os senhores irão autorizar que o doutor juiz possa reduzir e dar justiça ao meu constituínte[in dubio pro réu... em caso de dúvida, absolvam o RÉU.
--	--	--	--

Fonte: Elaboração feita pela pesquisadora, João Pessoa, 2023.

Na seção introdutória do gênero júri simulado, é necessário o uso do vocábulo jurídico, com a leitura da denúncia pelo juiz, logo, o verbo “denunciar” aduz a peça jurídica do Ministério Público que denuncia o acusado de um crime. Conforme observa-se no quadro 27, os discentes não empregaram os termos jurídicos para estruturar o gênero em estudo. Já nas produções de números PFPRO e PFAD, os alunos optaram pelo uso adequado dos termos “materialidade delitiva” (que trata das provas que mostram que o réu cometeu o crime) e “*in dubio pro reu*” (se há dúvidas, deve-se absolver o réu). Após as atividades dos módulos, todas as produções passaram a apresentar as expressões linguísticas satisfatórias ao gênero.

Observa-se, portanto, que os autores conseguiram progresso considerável quanto ao emprego do vocabulário jurídico. Na aplicação dos módulos fizemos a explanação sobre o gênero júri simulado, desde os agentes envolvidos em um júri, como os advogados de defesa, advogados de acusação, oficial de justiça e testemunhas. Todo esse corpo de pessoas serve para garantir a lisura e o aspecto democrático do júri simulado. O módulo da argumentatividade também trouxe o papel do argumento no exercício da cidadania e do protagonismo dos alunos participantes, ficando nítido o impacto positivo dos módulos de intervenção na produção final.

Ressalta-se que o aspecto social desta proposta motivou os alunos para problematizar um problema social tão presente e fatalmente noticiado: o Femicídio. Os alunos foram orientados a conhecer os casos mais recentes na sua cidade e na suas comunidades. Desde a produção inicial tiveram a questão social como principal motivação ao andamento do trabalho e durante o desenvolvimento dos módulos, cujas orientações foram concretizadas na produção final com resultados satisfatórios que trarão contribuições ao PROFLETRAS e para as práticas pedagógicas dos docentes da educação básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo conclusivo, iremos trazer as reflexões a respeito dos resultados obtidos no trabalho de intervenção no processo de ensino e aprendizagem do gênero júri simulado, na perspectiva da transformação social do júri simulado e do protagonismo estudantil, por meio do procedimento das Sequências Didáticas.

Ressalta-se que o objetivo geral foi de investigar o processo de ensino-aprendizagem do gênero textual júri simulado, mediado pelas sequências didáticas e enquanto prática argumentativa em sala de aula. Este objetivo que norteou o trabalho foi alcançado, considerando a descrição, a elaboração de atividades e da análise da primeira e da última produção do gênero júri simulado, por meio do procedimento da SD.

Ademais, o problema social escolhido pelos discentes partiu de uma inquietação deles: dar a vez e a voz às mulheres e a sua comunidade. No que se refere aos cinco objetivos específicos também foram alcançados. No que tange ao primeiro, pudemos revisitar os estudos teóricos sobre a oralidade, argumentação e os gêneros textuais expostos nos três primeiros capítulos deste trabalho.

Ao passo que o segundo objetivo foi alcançado, por meio da produção primeira do gênero júri simulado, em que pudemos perceber a atuação do desempenho linguístico-discursivo dos alunos na argumentação oral durante a execução da primeira produção do gênero júri simulado, mapeando suas capacidades e dificuldades. Além disso, o conhecimento do gênero permitiu intervir no problema social do Femicídio, que foi relevante para comunidade.

Já com relação ao terceiro objetivo, tratou-se da elaboração e da aplicação dos módulos, quais sejam as atividades interventivas para a produção do gênero júri simulado com base no uso real do gênero, com o objetivo de solucionar as dificuldades apresentadas na primeira produção oral dos alunos. Com isso, percebemos nas atividades de intervenção o progresso obtido pelos alunos em cada módulo, por isso, o terceiro objetivo foi plenamente alcançado.

O quarto objetivo foi atingido ao percebermos o desempenho linguístico-discursivo dos alunos na argumentação oral durante a execução de uma segunda produção do gênero júri simulado. Dessa feita, os discentes refizeram os argumentos, acrescentaram outros, além de reformularem as perguntas direcionadas às testemunhas e ao réu. Assim, a proposta didática de intervenção contribuiu significativamente no processo de aprendizagem. Outrossim, no momento

da segunda produção, os alunos relatam a motivação e o dinamismo da atividade na formação acadêmica deles. Em outro aspecto, o terceiro e quarto objetivos também foram atingidos, quando, na análise, relacionamos os resultados iniciais e finais apresentados pelos discentes participantes da pesquisa, observando se os problemas em suas produções foram devidamente superados como o uso da réplica e da tréplica, o aprimoramento na elaboração das perguntas, a exposição do discurso de defesa e de acusação.

O quinto e último objetivo específico foi plenamente atingido no momento do planejamento e da elaboração dos módulos de intervenção, tendo como produto o caderno pedagógico para o processo de ensino-aprendizagem do gênero júri simulado, direcionado aos professores da educação básica.

Acerca do problema da pesquisa: “Como ocorre o processo de construção do gênero textual júri simulado, enquanto prática argumentativa em sala de aula?”, esta pergunta foi respondida com os resultados demonstrados na produção final do gênero júri simulado, ficando demonstrado que por meio das Sequências Didáticas houve o desenvolvimento da prática argumentativa oral, do protagonismo estudantil e do exercício da cidadania.

Da análise da produção inicial percebemos as seguintes dificuldades dos estudantes: a) os alunos não sabiam elaborar ou apresentaram problemas na elaboração de perguntas; b) interrupção da plateia e dos componentes do júri durante a seção; c) falta do discurso final de acusação e de defesa, falta de réplica e de tréplica; d) os alunos não utilizaram vocabulário jurídico (defesa e acusação); e) apresentaram coloquialidade (nível de linguagem inadequado ao gênero); f) o pouco uso das expressões avaliativas e modalizadoras; g) com relação ao conteúdo do gênero, não dominavam o caso (a defesa); h) não utilização de tipos de argumentos legal e por autoridade, tanto por parte da defesa como da acusação; i) a defesa e a acusação apresentaram provas sem fundamentação e sem coerência; j) acusação e defesa não souberam elaborar os argumentos nos debates orais; k) o uso da réplica e da tréplica não lograram a função de esclarecer aos jurados e convencê-los a absolver ou condenar os réus.

Destaca-se que as produções finais apresentaram os elementos característicos necessários ao gênero júri simulado. Nas produções identificamos os elementos estruturais: abertura, chamamento dos jurados, chamamento do réu, introdução, interrogatório, discurso de defesa e de acusação, réplica e tréplica, votação e sentença.

Na abertura, o aluno que figurou como oficial de justiça pediu que o público fique em pé para a entrada da juíza. Já na introdução foram expostos pela juíza: a leitura da denúncia feita pelo Ministério Público, o sorteio dos jurados, o juramento dos jurados, a apresentação do réu em plenário com sua banca de defesa.

Na seção dos argumentos mostram-se as provas: as evidências foram apontadas por meio de sequências argumentativas e narrativas, bem como no momento do interrogatório das testemunhas e do réu. Na conclusão do discurso foram realizadas as considerações finais da defesa e da acusação, sendo facultado o uso da réplica e da tréplica na tribuna. Depois houve o momento da votação pelos jurados e, por fim, a sentença lida e lavrada pela juíza.

No tocante ao estilo linguístico, conseguimos perceber melhorias na linguagem utilizada no gênero júri simulado, pois além de se pautar na exposição do caso do Femicídio, os alunos também fizeram a introdução, a exposição do caso, a conclusão, a réplica e tréplica, procurando utilizar a linguagem jurídica e formal, na medida do possível, inclusive com elementos de argumentação retórica e linguística adequados ao gênero e ao contexto.

Outro fator importante foi a identificação da pesquisadora docente, como advogada e representante da Secretaria da Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da OAB-PB, mediadora judicial e facilitadora dos Círculos de Construção de Paz, com práticas voltadas para a educação em direitos humanos na escola, isso também colaborou em facilitar a elaboração do júri simulado com seus elementos característicos na formação em direitos humanos.

Ademais, o que trouxe enriquecimento a este trabalho foi a fundamentação teórica e a pesquisa aplicada em sala de aula que nortearam a elaboração e execução do projeto de pesquisa, do produto educacional e dos planos de aula. O gênero júri simulado tornou-se bastante atrativo aos discentes por ser um instrumento de cidadania e de proteção aos direitos humanos, o qual é encaminhado ao Estado, que processa e julga os casos que violam o direitos à vida, um direito inalienável do ser humano.

Além disso, quando acontece um Femicídio não há só o sofrimento da família da vítima, mas de toda comunidade onde o crime afeta: vidas são marcadas e outros traumas são gerados na comunidade. A possível solução buscada pelos alunos em face do problema social escolhido pela turma foi o julgamento do Femicídio no plenário do júri simulado. Com essa experiência, os discentes viram a possibilidade real de um dia serem profissionais do direito, da polícia criminal, entre outros.

Os discentes entenderam o papel da defesa e da confiança no Ministério Público, com a sua função de falar pela vítima e pela sua família, e, também, como representante da sociedade. No caso de Rita, na literatura machadiana, não houve julgamento, mas nos dias de hoje, nossos alunos compreenderam que devemos ir aos préstimos do Poder Judiciário. Tal empolgação pôde ser observada na elaboração dos discursos, nos ensaios e nos momentos das rodas de conversas. Eles fizeram uso de estratégias, como pesquisas e até entrevistas com agentes jurídicos, em prol das atividades inicial e final.

No momento inicial da pesquisa foi notório o desconhecimento de grande parte dos discentes acerca do gênero júri simulado e os resultados na sala de aula. Eles estavam motivados para a resolução de um problema, momento da apresentação do projeto, em que falamos de julgamento, de defesa e acusação, de ganhar e perder. Em face disso, a adesão pela produção foi aumentando gradativamente e se refletindo nas atividades aplicadas em cada um dos módulos.

Os alunos apresentaram avanços na estrutura composicional, no conteúdo temático e no estilo linguístico da produção final, vinculando o gênero júri simulado ao seu contexto social, através das SD. Esse viés contextual pôde ser constatado na produção final, em que houve a apresentação ao público do julgamento, logo, os alunos expressaram que já que dominavam o caso, os discursos e as perguntas, assim, eles viram que as realidades podem ser alteradas pelas intervenções comunicativas do gênero textual júri simulado.

Foi fundamental ver que os alunos reconheceram a função social e a finalidade comunicativa, assim, eles foram inseridos em práticas discursivas necessárias à transformação social, da comunidade da vida social. Nesta pesquisa, como pesquisadora e docente, percebemos que um ensino contextualizado de Língua Portuguesa, que parta da experiência social e pessoal dos discentes, faz com que eles possam ir além, muito além.

No tocante ao Mestrado Profissional em Letras, PROFLETRAS, este contribuiu significativamente sobre o ensino de argumentação e de oralidade. Os debates em aula, os materiais estudados ajudaram-nos a perceber que a nossa prática docente poderia superar essa situação.

Indiscutivelmente, o PROFLETRAS proporciona aos mestrados docentes o arcabouço teórico e as estratégias metodológicas necessárias a práticas do letramento oral e da prática de argumentação em sala de aula: isso torna os seus discentes capazes de revolucionar o ensino de oralidade na educação básica do nosso país. Por esse motivo, sempre almejamos participar do

mencionado mestrado, o qual elevou qualitativamente nossos conhecimentos acerca da argumentação retórica, da argumentação linguística, além de ressignificar a nossa prática docente.

Além disso, contribuiu na nossa causa social no âmbito jurídico, em que defendemos a prática da educação em direitos humanos na escola, presente no tema selecionado pelos discentes, incentivando-os no protagonismo estudantil e no exercício da cidadania, mostrando a necessidade real de solução do problema social.

O presente trabalho também contribuiu na intervenção social do problema. Como descrito na introdução desta dissertação, alguns trabalhos acadêmicos publicados sobre o júri simulado demonstravam o gênero como estratégia de ensino e, nesse sentido, a nossa pesquisa contribui com os estudos acerca dos gêneros discursivos e no fato de ter utilizado o procedimento de sequências didáticas, que dá conta do ensino do gênero em sua totalidade, no que se refere aos seus elementos constitutivos.

Também tivemos a vivência didática de promover a interação entre as produções e a experiência da vida prática dos alunos, em consonância com o uso concreto da linguagem e cumpre, portanto, a função da escola que é formar os sujeitos protagonistas para o exercício da cidadania.

Outro ponto em destaque foi o trabalho de oralidade com a Sequência Didática, trazendo como pano de fundo um problema social, desenvolvido a partir gênero júri simulado, o qual trouxe resultados satisfatórios, provenientes de uma série de atividades realizadas com os alunos nos módulos de intervenção.

Destacamos a importância da nossa participação no Grupo de pesquisa “Texto: produção e recepção sob vários olhares”, com a colaboração dos pesquisadores sobre o tema do nosso trabalho, especificamente a contribuição das dissertações de Belisário Neto (2020) e de Silva (2015).

A produção do júri simulado na escola teve a importância de suscitar o trabalho coletivo na escola, foi um trabalho de várias mãos: estudantes, professores, a pesquisadora, convidados e da comunidade escolar. Com isso, de acordo com o enredo do júri, os alunos organizaram um teatro sobre o feminicídio para apresentar no Festival Arte em Cena 2022-2023 e foram premiados na etapa regional em 1º lugar e, na etapa estadual da rede de ensino da Paraíba, que aconteceu no dia 1 de abril de 2023, venceram na linguagem artística do Teatro.

Concluimos que a pesquisa resultou em vivências educativas assertivas para discentes e para a docente pesquisadora. Fomos incentivados a dispor de um instrumento com o qual o mundo

jurídico faz uso, mas pudemos usá-lo em sala de aula, seja pelo poder da linguagem, dos direitos humanos e da educação, para mudar a nossa realidade.

Por fim, consideramos que o trabalho desenvolvido marcou a nossa trajetória profissional e pessoal. Conseguimos dar vez e voz aos nossos alunos, vimos os avanços nas atividades por eles conduzidas, promovemos e testemunhamos o protagonismo estudantil e vimos a ressignificação da nossa prática docente: sem a experiência dos nossos alunos, não há uma prática de ensino significativa. Esperamos que assim, como foi significativo na nossa experiência, que ela sirva de norte também para as futuras pesquisas no PROFLETRAS.

REFERÊNCIAS

- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua**. Versión española de Julia Sevilha e Marta Tordesillas. Madrid: Editora Gredos, 1994.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papiros, 1995.
- ARAÚJO, A.D. Uma análise da polifonia discursiva em resenhas críticas acadêmicas. *In*: MEURER, J.L; MOTTA-ROTH, D. (Org.) **Gêneros textuais**. Bauru, 2002.
- ARISTÓTELES. **A arte retórica e arte poética**. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.
- ATIENZA, Manuel. **As razões do direito**: teorias da argumentação jurídica. Trad. Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Landy Editora, 2006.
- ATIENZA, Manuel. **Marx y los derechos humanos**. Madrid: Mezquita, 1982.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Os gêneros do discurso**. *In*: BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch . Estética da criação verbal. 6.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. 6.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, V.N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Do francês por Michel Lahud e Yara Franteschi Vieira. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BARBEIRO, L.F. Ensino da escrita e comunidade de aprendizagem. *In*: CARVALHO, J.A.B. *et al* (Orgs.). A escrita na escola, hoje: problemas e desafios. **Actas do II Encontro de Reflexão sobre o Ensino da Escrita**. Universidade do Minho: Braga, 2005, p: 27-48.
- BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Trad e adap. De Judith Chambliss Hoffnagel; revisão técnica Ana Regina Vieira [et al]. 3.ed.São Paulo: Cortez, 2009.
- BELIZÁRIO NETO, Manuel Messias. **Carta denúncia**: o ensino de escrita como transformação social. 2020. 309 fl. Orientador: Erivaldo Pereira do Nascimento. Dissertação de Mestrado- UFPB/CCAE. Mamanguape, 2020.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos Direitos**. 18. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BONIFÁCIO, Carla Alecsandra de Melo. **Práticas de Leitura e Produção textual em Língua Inglesa. Práticas de Leitura e Produção textual em Língua Inglesa**. 1. ed. JOÃO PESSOA: EDITORA DA UFPB, 2015, v. 2, p. 211-266.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEF, 2018.

BRASIL, **Código de Processo Penal**. decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/De13689.htm>. Acesso em: 04 de maio de 2022.

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem textos e discursos por um interacionismo sociodiscursivo**. 2. ed. Tradução de Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: Educ, 2007.

BUZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia. **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2006, p. 162-179.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 12, ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CARNEIRO JUNIOR, Silvio Vieira. **Sequência Didática Para o Estudo Sobre Vacinação: O Júri Simulado Com Enfoque Na Aprendizagem Baseada Em Problemas**. Monografia Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2019.

CAREL, Marion; Ducrot, Oswald. **La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semânticos**. Traducción y Edición: María Marta García Negroni, Alfredo M. Lescano. Ediciones Colihue., 2002.

CASSANDRE, Marcio Pascoal; QUEROL, Marco Antonio Pereira. **Metodologias intervencionistas: contribuição teórico-metodológica vigotskyanas para aprendizagem organizacional**. RPCA. Rio de Janeiro. v. 8 n. 1 jan./mar. 2014, páginas 17-34.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Estudos de língua falada: uma entrevista com Ataliba Teixeira de Castilho**. Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL. v. 3, n. 4, p. 1-11, mar. 2005.

CAVALCANTE, Mônica M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2011.

CEREJA, William. **Significação e tema**. IN: BRAIT, Beth (org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. p. 201-220.

COLABORADORES DA WIKIPÉDIA. (2023, 24 de julho). **Padlet**. Na *Wikipedia, a enciclopédia livre*. Recuperado às 12h05, 3 de agosto de 2023, em <https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Padlet&oldid=1166976534>. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Padlet>. Acesso em: 18 abr. 2023

CORRÊA, Leda. **Direito e argumentação**. Baueri: SP: Manole, 2008.

DEMO, Pedro. **Educação pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard; HALLER, Sylvie. O Oral Como Texto: Como Construir um Objeto de Ensino. In: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard; HALLER, Sylvie. **Gêneros Oraís e Escritos na Escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013a – (Coleção as Faces da Linguística Aplicada).

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard; PIETRO, Jean-François de. Relato da Elaboração de Uma Sequência: O Debate Público. *In*: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard; PIETRO, Jean-François de. **Gêneros Oraís e Escritos na Escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013b – (Coleção as Faces da Linguística Aplicada).

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle & SCHNEUWLY, Bernard. Sequências Didáticas para o Oral e a Escrita: Apresentação de um Procedimento. *In*: DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle & SCHNEUWLY, Bernard. **Gêneros Oraís e Escritos na Escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013c – (Coleção as Faces da Linguística Aplicada).

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e Progressão em Expressão Oral e Escrita- Elementos para Reflexões Sobre uma Experiência Suíça (Francófona). *In*: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. **Gêneros Oraís e Escritos na Escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013 – (Coleção as Faces da Linguística Aplicada).

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, O. **Polifonía y argumentación**: conferencias del Seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1988.

DUCROT, O. L'interprétation en sémantique linguistique: un point de départ imaginaire. *In*: DUCROT, O. **Dire et ne pas dire**: principes de sémantique linguistique. Paris: Hermann, 1998. p. 307-323.

DUCROT, O. Argumentação e “topoi” argumentativos. *In*: GUIMARÃES, E. **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989, p.13-38.

DUCROT, O. **Criteres argumentatifs et analyse lexicale**, *Languages*, n. 142. Paris: Larousse, p. 22-40, 2001.

DUCROT, O. La elección de las descripciones en semántica argumentativa léxica. **Revista Iberoamericana de discurso y Sociedad**, Barcelona: Editorial Gedisa, v. 2, n. 4, p. 23-44, 2000. (Tradução de Beatriz Diez)

DUCROT, O. Os internalizadores. **Letras de Hoje** (A Teoria da Argumentação na Língua: estudos e aplicações), Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 7-26, set. 2002.

FERREIRA, Vera Lúcia Lopes. As alterações introduzidas pela Lei nº 11.689/2008 no procedimento do Tribunal do Júri. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 2900, 10 jun. 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/19313>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FULLER, Lon. **O Caso dos Exploradores de Cavernas**. Tradução de Plauto Faraco de Azevedo. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1993.

GARCEZ, Lucília. **Técnicas de redação**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Wanderson de Melo. **Discurso formal no tribunal do júri: estratégias argumentativas-interacionais**. 2011. 206 fl. Orientadora: Cibele Brandão de Oliveira. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Festiva arte em cena**. Disponível em: <https://pbeduca.see.pb.gov.br/forma%C3%A7%C3%A3o-remota/fest-arte-em-cena>. Acesso em: 18 abr. 2023

GRANDI, Luziene Aparecida. **Indicadores de alfabetização científica: abordando a biodiversidade em uma sequência didática investigativa**. 2016. 330fl. Orientador: Marcelo Tadeu Motokane. Tese (Doutorado em Biologia Comparada) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016. doi:10.11606/T.59.2017.tde-07122016-124620. Acesso em: 02 ago. 2023.

GRANDO, Katlen Böhm. O letramento a partir de uma perspectiva teórica: origem do termo, conceituação e relações com a escolarização. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL*, 9., 2016, Caxias do Sul (RS), **Anais [...]**. Caxias do Sul, 2012. 1 CR-ROM.

JUS BRASIL. Disponível em: <https://erickanovais.jusbrasil.com.br/modelos-pecas/623265897/modelo-de-tese-se-acusacao-caso-dos-exploradores-de-caverna>. Acesso em: 20 ago. 2021.

KELSEN, Hans. **O problema da justiça**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Trad. João Baptista Machado. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998b.

KLEIMAN, A. B. **Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna**. Santa Cruz do Sul: Signo, 2007, v.32, p. 1-25.

KLEIMAN, Ângela B. **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?** CEFIEL/IEL/Unicamp, 2005. Disponível em:http://www.iel.unicamp.br/cefiel/alfaletas/biblioteca_professor/arquivos/5710.pdf. Acesso: 03 out. 2014.

KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. **Escrever e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2011.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção de sentidos**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; MARINELLO, Adriane Fogali.
Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, E.G.; PEREIRA, R.C.M. Implicações da correção do professor na reescrita do aluno: desenvolvendo as capacidades de linguagem. *In*: GONÇALVES, A. V.; BAZARIM, M. (Orgs.).
Interação, gêneros e letramento: a (re)escrita em foco. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2013. p. 37-64.

LOPES-ROSSI, Maria Aparecida Garcia. Procedimentos para estudo de gêneros discursivos na escrita. **Revista Intercâmbio**, volume XV. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2006.

LOPES-ROSSI, M.A.G. (org.). **Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2002.

MACHADO, A. R.; LOSADA, E. G.; ABREU-TARDELLI, L. S. **Resenha**. São Paulo: parábola Editorial, 2004.

MACHADO, Anna Rachel. A perspectiva sociodiscursiva de Bronckart. *In*. MEURER, J.L. **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005.

MACHADO, Anna Rachel. Os textos de alunos como índices para avaliação das capacidades da linguagem. *In*: MARI, Hugo. **Análise do Discurso em perspectiva**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003.

MACHADO, Irene. **Gêneros discursivos**. *In*: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: Dionísio, A. P.; Machado, A. R.; Bezerra, M. A. (orgs). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCUSCHI, L. A. Oralidade e escrita. **Signótica**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 119–146, 2009. DOI: 10.5216/sig.v9i1.7396. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/7396>. Acesso em: 26 jan. 2023.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MEDEIROS, Alessandra Martino Ramos de. **Júri simulado como estratégia lúdica para o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia por alunos do ensino médio do Distrito Federal**. 2019. 150 fl. Orientadora: Lenise Aparecida Martins Garcia. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências). Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MEURER, José Luiz, MOTTA-ROTH, Désirée. **Gênero e ensino**. Bauru: EDUC, 2002.

MORENO, Denise. **O hibridismo dos gêneros discursivos - uma tendência que tem afetado o discurso atual**. Monografia. 105 p. Brasília: 2006. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/10371/1/50502003.pdf>. Acesso em: 14 de julho de 2021.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. Gêneros textuais, argumentação e ensino. *In*: PEREIRA, Regina Celi Mendes (org.). **A didatização de gêneros no contexto da formação continuada**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012a.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. Apresentação. *In*: NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **A argumentação na redação comercial e oficial: Estratégias Semântico-Discursivas em Gêneros Formulaicos**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB 2012b.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. O ensino da argumentação na leitura, na produção textual e na análise linguística: reflexões teórico-propositivas. **Revista do GELNE**, v. 17, n. 1/2, p. 159-183, 13 set. 2016.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. Gêneros jornalísticos na sala de aula: desenvolvendo habilidades leitoras. *In*: PEREIRA, Regina Celi Mendes (org.). **Ações de linguagem: da formação continuada à sala de aula**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Jogando com as vozes do outro: argumentação na notícia jornalística**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. A modalização como estratégia argumentativa: da proposição ao texto. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 4, 2009, João Pessoa. **Anais**. João Pessoa: Editora Ideia, 2009. p. 1369-1376.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. A modalização deôntica e suas peculiaridades semântico-pragmáticas. *In*: **Revista Fórum Linguístico**. Florianópolis, v.7, n.1 (30-45), jan-jun, 2010.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Jogando com as vozes do outro: a polifonia – recurso modalizador – na notícia jornalística**. João Pessoa: UFPB, 2005 (Tese de doutorado).

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; SILVA, Joseli Maria da. O fenômeno da modalização: estratégia semântico-argumentativa e pragmática. *In*: NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do (org.). **A argumentação na redação comercial e oficial: estratégias semânticos-discursivas em gêneros formulaicos**. João Pessoa: Ed. Universitária da Universidade Federal da Paraíba, 2012.

NASSIF, Aramis. **Júri: instrumento da soberania popular**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

NORONHA, E. Magalhães; ARANHA, Adalberto José Q. T. De Camargo (atual.). **Curso de direito processual penal**. 22. ed. Atual., São Paulo: Editora Saraiva, 1994, p. 275.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 5. ed. 3. tir. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2008.

- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 15. ed. Rio de Janeiro : Lumem Juris, 2011.
- PASSARELLI, Lílian Ghiuro. **Ensinando a escrita, o processo e o lúdico**. 4. ed. São Paulo: Cortez: 2004.
- PEREIRA, Regina Celi Mendes. Práticas de escrita e reescrita na sala de aula. Desafios para alunos e professores. In: Regina Celi Mendes Pereira. (Org.). **Ações de linguagem**: da formação continuada à sala de aula. João Pessoa: Editora Universitária, 2010.
- PEREIRA, Andrea Garcez e TERRAZAN, Eduardo Adolfo. **A multimodalidade em textos de popularização científica**: contribuições para o ensino de ciências para crianças. *Ciência & Educação* (Bauru) [online]. 2011, v. 17, n. 2 [Acessado 14 Julho 2021] , pp. 489-503. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132011000200015>. Epub 04 Jul 2011. ISSN 1980-850X. <https://doi.org/10.1590/S1516-73132011000200015>.
- PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Lógica jurídica**. Trad. Vergínia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **O império retórico**: Retórica e argumentação. Trad. Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio. Porto: Asa, 1993.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a Nova Retórica. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- POSSENTI, Sírio. **Aprendendo a escrever (re)escrevendo**. Campinas: Cefiel – Unicamp, MEC, 2005.
- PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. 08 nº 01, p.72-87, Jan- Jul, 2015. Revista Eletrônica “**Diálogos Acadêmicos**”. Disponível em: <http://www.uniesp.edu.br//fnsa/revista>.
- PRETI, Dino. **Análise de textos orais**. 4.ed. São Paulo: Humanitas Publicação FFLCH USP, 1999.
- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP). ECIT Padre Hildon Bandeira, 2022.
- RODRIGUES, Rosângela Hammes. **Linguística aplicada**: ensino de língua materna. Florianópolis: UFSC, 2011.
- ROHDEN, Luiz. **O poder da linguagem**: a arte retórica de Aristóteles. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997.
- RUIZ, Eliana. **Como se corrige redação na escola**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2015, p. 33-57.
- SANDÍN ESTEBAN, Maria Paz. **Pesquisa qualitativa em educação**: fundamentos e tradições. Tradução Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.
- SCHNEUWLY, Bernard. Palavra e Ficcionalização: um caminho para o ensino da Linguagem Oral. In: SCHNEUWLY, Bernard. **Gêneros Orais e Escritos na Escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013 – (Coleção as Faces da Linguística Aplicada).
- SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Os Gêneros Escolares - das Práticas de Linguagem aos Objetos de Ensino. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros Orais e Escritos na**

Escola. Tradução e organização Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013 – (Coleção as Faces da Linguística Aplicada).

SARAIVA, Vicente de Paulo. **A Técnica da redação jurídica ou a arte de convencer.** 4. ed. Brasília: Consulex, 2006.

SERAFINI, Maria T. **Como Escrever Textos.** Tradução de Maria Augusta Bastos de Mattos, São Paulo: Globo, 1998.

SILVA, Gracilene Barros da. **O gênero debate no ensino fundamental:** uma vivência de ensino-aprendizagem mediada pelas sequências didáticas. 2015. 274 fl. Orientador: Erivaldo Pereira do Nascimento. Dissertação de Mestrado - UFPB, João Pessoa, 2016.

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: autêntica, 1998.

SOARES, Carlos Henrique. **O advogado e o processo constitucional.** Belo Horizonte: Decálogo, 2004.

SOUZA, Nathalia Pinto. **A construção das práticas argumentativas orais** [manuscrito]: o júri simulado como estratégia de ensino nas aulas de língua portuguesa. 2020. 191 fl. Orientadora: Simone Dália de Gusmão Aranha. Dissertação (Mestrado em Profissional em Formação de Professores) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020.

TEIXEIRA, Paulo Marcelo Marini Teixeira; NETO MEGID, Jorge. **Uma proposta de tipologia para pesquisas de natureza interventiva.** *Ciência & Educação (Bauru)* [online]. 2017, v. 23, n. 4 [Acessado 3 Junho 2021] , pp. 1055-1076. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320170040013>. ISSN 1980-850X. <https://doi.org/10.1590/1516-731320170040013>.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL. **Tribunal do júri.** Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/informacoes/tribunal-do-juri/tribunaldojuri_dia.pdf. Acesso em: 06 de agosto de 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A – PLANOS DE AULA PARA A PRIMEIRA ETAPA DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

APRESENTAR O PROJETO DE PESQUISA

1ª ETAPA - Apresentação da situação

Aula 1 (3 aulas): Primeiro contato com o gênero (funcionalidade e conteúdo).

Objetivos gerais:

- Apresentar o projeto ao seu público-alvo;
- Conhecer o gênero textual júri simulado, através da Série da Netflix “Sintonia” T3/E5.

Objetivos específicos:

- Identificar as principais características do júri simulado a partir do trecho do episódio;
- Ouvir e interpretar sobre o gênero textual oral, júri simulado, na roda de conversa.

Conteúdo:

- O gênero júri simulado: funcionalidade e conteúdo.

Procedimentos metodológicos:

- Assistir ao exemplar do gênero textual oral júri simulado: Série da Netflix Sintonia T3 E5 sobre o crime cometido por Formiga;
- Responder aos questionamentos na roda de conversa (que serão apresentados aos alunos antes deles assistirem ao vídeo);
- Após a discussão e análise do vídeo, na roda de conversa iremos explorar as características do gênero textual oral júri simulado (conteúdo, composição estrutural e estilo linguístico), retomando o exemplar apresentado em sala de aula, ou seja, o júri de referência;
- Discussão sobre a importância social do gênero textual oral, júri simulado, visando à organização de ideias e defesa de um ponto de vista sobre o caso;
- Pedir para que os alunos trouxessem entrevistas, inquéritos, depoimentos ou quaisquer outros textos com casos de crime que vão ao júri popular, que é a situação de comunicação do júri simulado.

Recursos materiais:

- Notebook;
- Televisão;
- Cartolina com as fichas.
- Link do vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=O38NUIREDhY>. Netflix: T3 E5

Avaliação:

- Participação oral e participação nos exercícios propostos.

AULA 2 (2 AULAS): Características do gênero (estrutura composicional, conteúdo e linguagem) e argumentatividade.

Objetivo geral:

- Conhecer as características do gênero textual júri simulado (estrutura composicional, conteúdo e linguagem) e argumentatividade.

Objetivos específicos:

- Identificar a estrutura composicional, o conteúdo e a linguagem do gênero textual oral;
- Observar e demonstra os elementos de argumentatividade presentes no júri simulado.

Conteúdo:

- Características do gênero (estrutura composicional, conteúdo e linguagem) e argumentatividade.

Procedimentos metodológicos:

- Resolução e discussão de um exercício de análise do episódio T3/E5.
- A partir do exercício, exploração das características do gênero júri simulado as características do gênero textual júri simulado (estrutura composicional, conteúdo e linguagem) e argumentatividade, retomando o exemplar apresentado em sala de aula.

Recursos materiais:

- Fotocópias do exercício.

Avaliação:

- Realização do exercício proposto.

AULA 3 (2 AULAS)

Objetivo geral:

- Escolher o tema da primeira produção do júri simulado

Objetivos específicos:

- Realizar discussões sobre temas de violação de direitos humanos relevantes para a comunidade escolar, a partir dos casos específicos;
- Escolher o caso que será abordado na produção do júri simulado;
- Estabelecer critérios e procedimentos (fase do planejamento) para a realização do júri simulado.

Conteúdo:

- O gênero textual oral júri simulado;
- Escolha do caso/crime;

- Preparação do júri simulado: tema; preparação para realização do júri simulado.

Procedimentos metodológicos:

- Apresentação dos casos pelos alunos para a realização do júri simulado;
- Participação oral dos alunos na defesa do tema sugerido;
- Escolha do tema, por meio de votação, para a realização da primeira produção do júri simulado;
- Proposta de organização para a primeira produção do júri (a escolha do juiz, escrivão, réu, testemunhas, defensor, promotor, dentre outros).

Recursos Materiais:

- Lousa;
- Lápis de quadro branco;
- Fotocópias;
- Cartazes.

Avaliação:

- Participações orais e realizações das atividades propostas.

Joseane Batista de Azevedo Ramalho

CADERNO PEDAGÓGICO

**O júri simulado e o ensino de argumentação:
suscitando o poder da fala**



MANUAL DO PROFESSOR

Orientações para a elaboração do gênero oral

1ª Edição

Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS

O júri simulado e o ensino de argumentação: suscitando o poder da fala

CADERNO PEDAGÓGICO

Orientações para a elaboração do gênero oral

**Material Didático - desenvolvido no Programa do Programa de Mestrado
Profissional em Letras/ PROFLETRAS**

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Joseane Batista de Azevedo Ramalho

Idealizado pelo Professor Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento

Revisão de diagramação - A autora

Capa, design gráfico e ilustrações pela autora

Joseane Batista de Azevedo Ramalho

CADERNO PEDAGÓGICO

**O júri simulado e o ensino de argumentação:
suscitando o poder da fala**

MANUAL DO PROFESSOR



APRESENTAÇÃO

Prezado(a) professor(a),

O presente Caderno Pedagógico oferece estratégias didáticas direcionados aos estudantes do Ensino Fundamental, compondo o trabalho de dissertação para a conclusão do curso de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS. É resultante de uma pesquisa realizada com alunos do 9º ano de uma escola da rede estadual sobre o desenvolvimento do ensino de oralidade em sala de aula, mediada pelas sequências didáticas. Vale destacar que todas as atividades aqui propostas foram realizadas em sala de aula, no processo de intervenção pedagógica.

Este material didático visa subsidiar a prática docente dos professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental Anos Finais na produção do gênero oral, precipuamente do júri simulado. Com este caderno, pretendemos aperfeiçoar as competências discursivas dos educandos, por meio das atividades sequenciadas, as quais proporcionam o uso da oralidade de forma eficiente e que suscitem o exercício pleno da cidadania.

O caderno pedagógico é composto pela apresentação da situação inicial com o passo a passo para efetivação desta etapa. Em seguida, apresentamos as orientações para a produção inicial dos alunos e quais aspectos podem ser abordados nos 5 (cinco) módulos de intervenção pedagógica, a saber: I - Aspectos referentes à informatividade no discurso de acusação e defesa no júri simulado); II - Aspectos referentes à argumentatividade; III - Oitivas das testemunhas: elaboração das perguntas (Elaboração das perguntas: confronto e contradições); IV- Organização do texto falado na linguagem jurídica (formalidade, vocabulário técnico, pronomes de tratamento, etc.) e argumentatividade (expressões modalizadoras ou avaliativas), Juridiquês; V- Discurso final de acusação e defesa, réplica e tréplica; Elaboração dos roteiros dos discursos orais de defesa e acusação e é concluído com a Produção final.

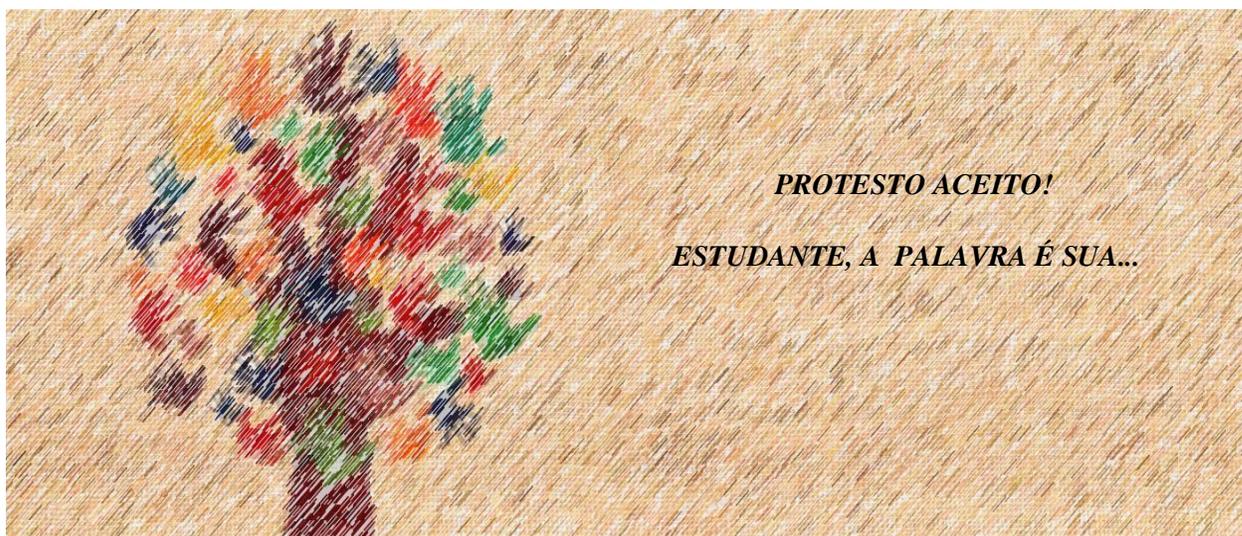
Considerando a concepção da argumentação retórica e da argumentação na língua, organizamos as atividades de oralidade a partir do gênero textual oral júri simulado. Destacamos que, ao selecionarmos este gênero para a construção desta proposta de ensino, tivemos o objetivo

de desenvolver a competência argumentativa na compreensão, na elaboração de juízo de valor e do posicionamento crítico em face do gênero textual júri simulado, mediado pelas sequências didáticas e enquanto prática argumentativa em sala de aula. Decerto que cada escola possui as suas especificidades, assim, ao aplicar as atividades desta proposta didática em sua sala de aula, sugerimos que seja direcionado ao nível de aprendizagem da turma, com isso, os objetivos serão atingidos com eficácia.

Esperamos que este material seja empregado como um guia de ensino para dinamizar a sua prática pedagógica, as habilidades e as competências dos seus estudantes, sobretudo como instrumento para dar voz e vez aos nossos protagonistas. É com entusiasmo e satisfação que montamos essa estratégia para o ensino de argumentação em sala de aula, por meio do gênero júri simulado, que vai fazer os seus alunos alçarem voos bem mais altos, em busca da concretização do projeto de vida deles. *Que a nossa jornada docente seja democrática, suscitando o protagonismo estudantil para além da sala de aula...*

Cordialmente,

A autora.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	168
O ENSINO DE ARGUMENTAÇÃO NA ESCOLA: AGORA É A VEZ DA ORALIDADE!	169
JÚRI SIMULADO.....	171
SEQUÊNCIA DIDÁTICA.....	172
APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO INICIAL.....	177
PRODUÇÃO INICIAL.....	191
ANÁLISE DA PRODUÇÃO INICIAL.....	192
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	194
MÓDULO I- ASPECTOS REFERENTES À INFORMATIVIDADE.....	194
MÓDULO II- ASPECTOS REFERENTES À ARGUMENTATIVIDADE.....	210
MÓDULO III- OITIVAS DAS TESTEMUNHAS.....	217
MÓDULO IV - ORGANIZAÇÃO DO TEXTO FALADO NA LINGUAGEM JURÍDICA.....	224
MÓDULO V - DISCURSO FINAL DE ACUSAÇÃO E DEFESA, RÉPLICA E TRÉPLICA.....	234
PRODUÇÃO FINAL.....	247
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	248
REFERÊNCIAS.....	250

INTRODUÇÃO

Este Caderno Pedagógico foi elaborado a partir dos estudos sobre os gêneros textuais, o ensino de argumentação e oralidade, mediado pela procedimento da sequência didática de Dolz et al. (2013c). As atividades foram propostas visando efetivar os melhores resultados no desenvolvimento das competências argumentativas, por meio do gênero textual oral júri simulado. Ademais, enfatizamos que todas as atividades pedagógicas aqui demonstradas foram aplicadas em sala de aula.

Salienta-se que este instrumento não está pronto e acabado, pelo contrário, deve ser contextualizado com a realidade de cada espaço escolar e adaptado ao público alvo. Assim, as atividades sequenciadas aqui propostas precisam ser coerentes com a sua realidade, professor. Não existe receita pronta! Essa é a força motriz da nossa profissão: a cada aula, a cada aluno, a cada escola... O júri simulado é apenas o cenário, quem dará o brilho e a encenação serão os sujeitos envolvidos.

A base teórica do nosso trabalho foi pautada na Teoria da Argumentação Linguística de Anscombre, Ducrot e colaboradores (1987/1989), Perelman (1999); acerca dos Gêneros textuais, Bakhtin (2000) e de Marcuschi (2008). Sobre as categorias da oralidade discute-se a partir de Marcuschi (2010) e Koch (2014); e sobre os gêneros discursivos e oralidade, na perspectiva de Marcuschi (2008, 2010), além dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), que foram a base legal da fundamentação da nossa proposta.



Ducrot

Perelman

Bakhtin

Marcuschi

Koch

**O ENSINO DE ARGUMENTAÇÃO NA ESCOLA:
AGORA É A VEZ DA ORALIDADE!**

**GÊNERO TEXTUAL
JÚRI SIMULADO**

O ensino de oralidade em sala de aula deve partir da intenção comunicativa, que se centra no uso da língua e não na norma padrão, visando obter um discurso significativo frente ao uso adequado da língua nas práticas sociais, em que o sujeito está inserido.

Com relação aos documentos oficiais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) inauguram no ensino brasileiro a relevância de se trabalhar a oralidade na escola. A posição deste documento é que a escola deve abordar o ensino da oralidade formal, instrumentalizando o aluno para além da escola. O documento analisa as dificuldades de abordar os gêneros orais em sala de aula. **Quais são os empecilhos?**

A valorização da cultura escrita

Falta de políticas públicas educacionais

Ensino conteudista

No âmbito escolar, a modalidade oral é socialmente construída nas práticas de linguagem, mas a escola supervaloriza a escrita e vê a oralidade como um lugar do erro e da espontaneidade. No entanto, não podemos criar um ambiente de competição entre a oralidade e a escrita.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), no segmento do Ensino Fundamental, traz 5 campos de atuação do componente de Língua Portuguesa, a saber: a escrita, a análise linguística/semiótica, a leitura e escuta, a produção de textos e a oralidade.

No campo da oralidade, a BNCC orienta que se explore a criticidade, nas orientações destinadas ao 8º e 9º ano (anos finais do Ensino Fundamental), propondo que o aluno seja capaz de planejar coletivamente a realização das atividades, por meio das atividades acordadas e planejadas (BRASIL, 2018). A BNCC propõe também o eixo da escrita como objeto de ensino. Esse documento traz uma abordagem enunciativa e discursiva, concebendo o texto como objeto de trabalho e de ensino, tanto para a oralidade como para a escrita. Conforme Dolz et al. (2013a), o ensino da oralidade não se resume à escrita oralizada, mas também na utilização das diversas práticas orais de linguagem no contexto do aluno e os saberes práticos inerentes à oralidade. Além disso, os gêneros orais possuem elementos dos textos visualizados pelos alunos, quais sejam nas conversas, nas entrevistas, na discussão, no júri simulado, no debate, entre outros. Nestes gêneros orais podem-se identificar os elementos necessários dos gêneros discursivos, segundo Bakhtin (2000): o conteúdo temático, a estrutura composicional e o estilo linguístico, além da própria funcionalidade do gênero (seu propósito comunicativo).

Os gêneros discursivos orais são instrumentos que possibilitam a comunicação e que podem ser aprendidos na escola. Para Dolz et al. (2013a), deve-se trabalhar os gêneros orais na escola a partir das práticas sociais de linguagem, partindo de situações concretas da realidade. Também deve-se dar ênfase aos recursos verbais e não verbais e às relações de sentido: o olhar, a entonação da voz, as marcas linguísticas, dentre outros.

Destarte, o ensino de Língua Portuguesa deve dar condições sociais aos alunos em diversas atividades de linguagem e análise dos conteúdos, da organização do conjunto do texto e das sequências com características específicas da textualidade oral. Para tanto, a oralidade prepara os alunos para interagirem de forma mais competente, em diversas situações sociais.

JÚRI SUMULADO



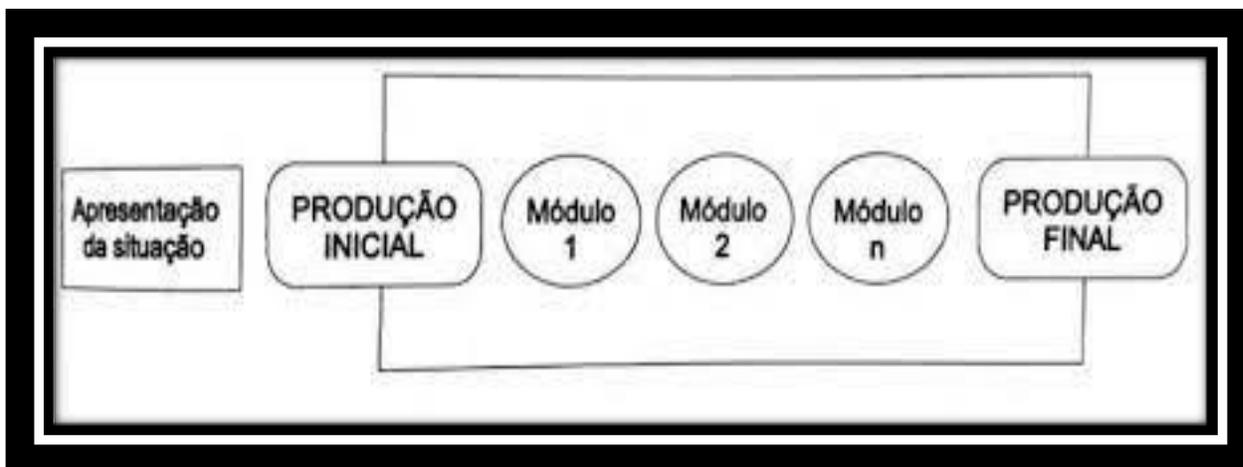
É uma prática pedagógica mediada, essencialmente, pela linguagem oral – com a exposição da defesa e da acusação de modo oral.



O objetivo é convencer os jurados sobre a inocência ou culpa do réu sobre um determinado crime.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

ESQUEMA DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA



Fonte: Dolz et al (2004, p.98).

Adotamos o conceito da sequência didática como o “conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito” (DOLZ ET AL., 2004, p.82). Essa sistematização permite que o professor possa adequar a atividade para cada situação comunicativa, com a finalidade de os alunos poderem se apropriar de um gênero e depois produzi-lo. Nesse sentido, as sequências didáticas ajudam em demonstrar quais são as mediações necessárias que ele deve fazer e cada uma delas identifica quais são as capacidades e as dificuldades dos alunos. A sequência didática também promove mudanças e adaptações na aprendizagem de um determinado gênero textual e essa é organizada em fases ou etapas, assim denominadas: a) apresentação inicial; b) produção inicial; c) módulos; d) produção final.

Neste Caderno Pedagógico, o procedimento realizado, ao longo de toda a sequência, faz com que os alunos possam aprender a falar sobre o gênero, além de adquirir o vocabulário técnico próprio do gênero júri simulado.

**Objetivos das etapas da
sequência didática sobre o
gênero oral júri simulado**

ETAPAS DA SD	OBJETIVOS DA ETAPA	NÚMERO DE AULAS
Apresentação do projeto de oralidade	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar aos alunos as etapas do projeto de ensino; • Motivar a turma na participação do projeto sobre o gênero textual júri simulado. 	02
Apresentação da situação inicial	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar sondagem sobre os conhecimentos prévios dos alunos; • Reconhecer os aspectos funcionais do gênero júri simulado; • Identificar as principais características do gênero textual júri simulado; • Apresentar aos alunos o júri simulado estudado e analisado; • Apresentar aos alunos a série que será estudado; • Explorar atividade de leitura; • Apresentar o roteiro do júri simulado. 	04
Produção inicial	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir a primeira produção do gênero júri simulado. 	02
Módulo I - ASPECTOS REFERENTES À INFORMATIVIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a necessidade apresentar informações suficientes referentes ao caso em julgamento para melhor compreensão do leitor ou ouvinte no júri simulado. 	03
Módulo II- ASPECTOS REFERENTES À ARGUMENTATIVIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a importância da apresentação de argumentos coerentes e adequados à sustentação de uma tese. 	02

<p>Módulo III- OITIVAS DAS TESTEMUNHAS: ELABORAÇÃO DAS PERGUNTAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Perceber a importância de elaborar as perguntas direcionadas a um determinado objetivo para alcançar as evidências no depoimento das testemunhas. 	03
<p>Módulo IV- ORGANIZAÇÃO DO TEXTO FALADO NA LINGUAGEM JURÍDICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as expressões jurídicas, linguísticas e modalizadoras do discurso no júri simulado, bem como refletir sobre os elementos caracterizadores da oralidade. 	02
<p>Módulo V- DISCURSO FINAL DE ACUSAÇÃO E DEFESA, RÉPLICA E TRÉPLICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar o roteiro dos discursos orais, seguindo as dicas do manual de argumentação e ensaiar os discursos com as equipes. 	02
<p>Produção final</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar a primeira produção do gênero júri simulado. 	02

Ações didáticas desenvolvidas nas etapas da SD

AÇÕES DIDÁTICAS	ATIVIDADES	NÚMERO DE AULAS
Apresentação da situação inicial	<ul style="list-style-type: none"> • Os alunos assistem ao exemplar do gênero textual oral júri simulado: Série da Netflix Sintonia T3 E5²⁴ sobre o crime cometido por Formiga; • Responder aos questionamentos na roda de conversa (que serão apresentados aos alunos antes deles assistirem ao vídeo); • Após a discussão e análise do vídeo, na roda de conversa podem se explorar as características do gênero textual oral júri simulado (conteúdo, composição estrutural e estilo linguístico), retomando o exemplar apresentado em sala de aula, ou seja, o júri de referência; • Discussão sobre a importância social do gênero textual oral, júri simulado, visando à organização de ideias e defesa de um ponto de vista sobre o caso; • Pedir para que os alunos tragam entrevistas, inquéritos, depoimentos ou quais outros textos com casos de crime que vão ao júri popular, que é a situação de comunicação do júri simulado. 	04
Produção inicial	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da produção inicial. 	02
Módulo I- Aspectos referentes à informatividade	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de trecho de júri simulado da série Sintonia (T3 E5), com aspectos da informatividade; • Verificação da falta de informatividade na primeira produção; • Discussão sobre como resolver os problemas apresentados; 	04

²⁴ A Série Sintonia da Netflix traz como protagonistas: Nando, Doni e Rita, ambos são amigos de infância e a série mostra a ascensão social de cada um deles. Nando começa a realizar os seus sonhos no mundo do tráfico de drogas, Doni como cantor de funk e Rita como membro de uma igreja evangélica. Na 3 Temporada acontece a prisão de Cleyton, conhecido como Formiga e namorado de Rita. Ele foi cúmplice de Nando na morte de uma pessoa, com isso, Cleyton foi julgado pelo júri popular no Episódio 5, de modo que fora condenado.

	<ul style="list-style-type: none"> • Releitura e discussão sobre o texto que apresenta o caso; • Elaboração do quadro investigativo individual de cada aluno no padlet; • Socialização dos resultados dos quadros investigativos; • Apresentação do quadro investigativo coletivo. 	
Módulo II – Aspectos referentes à argumentatividade	<ul style="list-style-type: none"> • Exploração da tese e argumentos apresentados no júri simulado. • Resolução de exercícios a partir da análise de trechos transcritos no júri da Série Sintonia e no júri realizado pelos alunos em sala de aula (1ª produção); • Dinâmica da venda maluca a partir da produção inicial dos alunos; • Jogo da argumentação sobre os tipos de argumentos. 	02
Módulo III – Oitivas das testemunhas: elaboração das perguntas	<ul style="list-style-type: none"> • Análise comparativa das perguntas elaboradas pelos alunos na primeira produção e a verificação se elas atenderam ao propósito do gênero júri simulado; • Apresentação da dinâmica da árvore de perguntas; • Elaboração da árvore de cada aluno; • Aplicação da técnica de elaboração de perguntas, de acordo com o objetivo proposto. 	03
Módulo IV- Organização do texto falado na linguagem jurídica	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura e análise sobre a estrutura do texto falado no júri simulado; • Elaboração do glossário para o júri simulado; • Verificação do efeito de sentido dos modalizadores no discurso do júri. 	02
Módulo V- Discurso final de acusação e defesa, réplica e tréplica	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura e análise do manual da argumentação; • Apresentação da dinâmica da réplica e da tréplica; • Elaboração dos discursos; • Aplicação das técnicas nos ensaios com as equipes. 	02
Produção final	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da produção oral. 	02

1º MOMENTO – Apresentação do projeto comunicativo

Professor(a), na apresentação da situação inicial, você deve sistematizar o seu trabalho com a finalidade que o estudante entenda a importância de participar do projeto de intervenção e com impacto deste na formação cidadã e na construção do projeto de vida do aluno. É importante que o docente conduza as leituras dos textos que motivam a sua proposta e a realização das atividades ao longo do projeto de intervenção.

Objetivo Geral:

- Entender acerca da proposta do projeto comunicativo que será desenvolvido na turma.

Objetivos Específicos:

- Conceituar e despontar exemplos de gêneros textuais/discursivos;
- Fazer uma sondagem sobre os conhecimentos prévios dos estudantes sobre o gênero júri simulado, partindo da pergunta-chave: o que vocês sabem sobre o gênero júri simulado?
- Identificar os aspectos funcionais do gênero.

Material necessário:

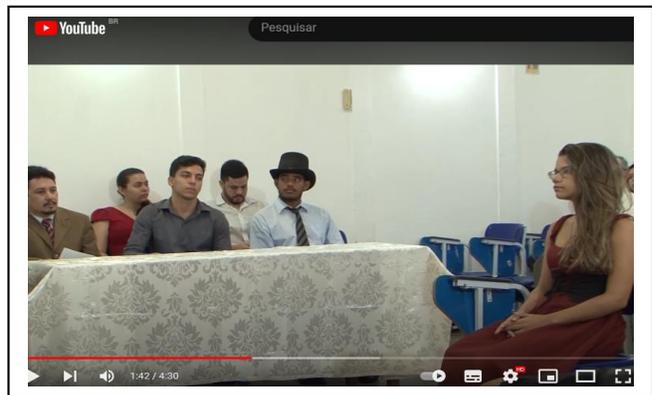
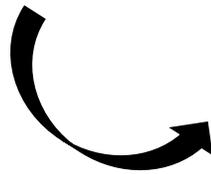
- Projetor multimídia (datashow);
- Slides;
- Texto impresso.

Orientações:

1. Comece a aula realizando uma roda de conversa, para mostrar ao estudante a importância de participar do projeto comunicativo, cuja proposta é a apresentação do gênero júri simulado, tendo como um caso um problema social que viole dos direitos humanos;
2. Em seguida, faça uma breve explanação sobre a definição dos gêneros textuais/discursivos e apresente exemplos.

3. Realize uma sondagem sobre os conhecimentos prévios dos alunos a respeito do gênero júri. Questione o lugar onde fica o fórum criminal da cidade e pergunte se eles sabem a função cidadã de um jurados.

4. Depois apresente o vídeo sobre um júri simulado apresentado com o viés pedagógico, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CL-HJc64pRE>



2º MOMENTO – Apresentação da situação
(O gênero júri simulado: funcionalidade e conteúdo)



Fonte: Série Sintonia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xs9gU7nGoO0&t=727s>. Acesso em: 22/03/23

Objetivos gerais:

- Apresentar o projeto ao público-alvo do projeto;
- Conhecer o gênero textual júri simulado, através da Série da Netflix “Sintonia” T3/E5.

Objetivos específicos:

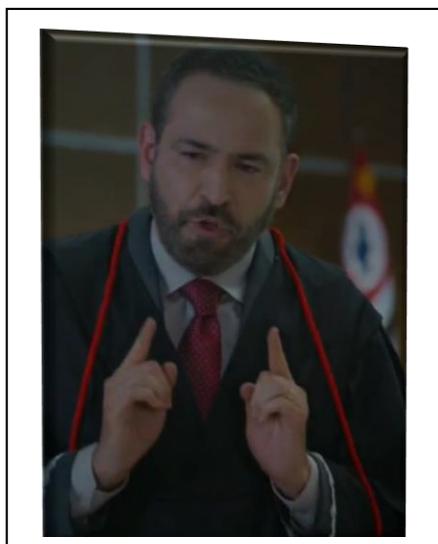
- Identificar as principais características do júri simulado a partir do trecho do episódio;
- Ouvir e interpretar sobre o gênero textual oral, júri simulado, na roda de conversa.

Recursos materiais:

- Notebook;
- Televisão/ Data show;
- Cartolina com as fichas.

Orientações:

- Assistir ao exemplar do gênero textual oral júri simulado: Série da Netflix Sintonia T3 E5 sobre o crime cometido por Formiga Link do vídeo:
<https://www.youtube.com/watch?v=O38NUIREDhY>;
- Responder aos questionamentos na roda de conversa (que serão apresentados aos alunos antes deles assistirem ao vídeo);
- Após a discussão e análise do vídeo, na roda de conversa explore as características do gênero textual oral júri simulado (conteúdo, composição estrutural e estilo linguístico), retomando o exemplar apresentado em sala de aula, ou seja, o júri de referência;
- Discussão sobre a importância social do gênero textual oral, júri simulado, visando à organização de ideias e defesa de um ponto de vista sobre o caso;
- Pedir para que os alunos tragam entrevistas, inquéritos, depoimentos ou quais outros textos com casos de crime que vão ao júri popular, que é a situação de comunicação do júri simulado.



Fonte: Série Sintonia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xs9gU7nGoO0&t=727s>. Acesso em: 22/03/23

2º MOMENTO – Atividade proposta

Responder às questões na roda de conversa sobre o júri simulado apresentado em sala de aula
“O julgamento de Formiga” da Série da Netflix T3/E5:

- a) Onde acontece o júri simulado de Formiga?
- b) Qual situação originou a escolha do gênero júri simulado?
- c) Qual é o crime em julgamento?
- d) Considerando a questão anterior, você acha importante os crimes contra a vida serem julgados pelos jurados? Por quê?
- e) Identifique pelo menos dois participantes do júri simulado, apresentando características pessoais (faixa etária, função social, o vínculo entre as partes, etc.).
- f) Nesse júri simulado há divergências de opiniões? Explique.
- g) No júri simulado apresentado, há pessoas que apelam para emoção e pessoas que apelam para a razão? Justifique.
- h) Você acredita que o defensor de Formiga acreditava na inocência dele? Por quê?
- i) Apresente dois argumentos usados pelos participantes da defesa e da acusação.
- j) Os participantes souberam defender suas ideias? Explique.
- k) O defensor e o promotor souberam tomar a palavra de modo respeitoso?
- l) Que ponto de vista prevaleceu no júri simulado? Por quê?
- m) Descreva a forma como foi organizado o júri simulado.



3º MOMENTO – Apresentação da situação – Características do gênero (estrutura composicional, conteúdo e linguagem) e argumentatividade

Objetivo geral:

- Conhecer as características do gênero textual júri simulado (estrutura composicional, conteúdo e linguagem) e argumentatividade.

Objetivos específicos:

- Identificar a estrutura composicional, o conteúdo e a linguagem do gênero textual oral;
- Observar e demonstra os elementos de argumentatividade presentes no júri simulado.

Recursos materiais:

- Fotocópias do exercício.

Orientações:

- Inicie a aula com a resolução e discussão do exercício de análise do episódio T3/E5.
- A partir do exercício realizado, faça a exploração das características do gênero textual júri simulado (estrutura composicional, conteúdo e linguagem) e argumentatividade, retomando o exemplar apresentado em sala de aula.

3º MOMENTO – Atividade proposta**Exercício de aprofundamento sobre o gênero júri simulado****1) De acordo com o vídeo do trecho da Série Sintonia, responda:**

- a) Qual foi o crime cometido?
- b) Como aconteceu o crime?
- c) Qual foi a versão da defesa sobre a participação de Formiga?
- d) Qual foi a versão da acusação sobre a culpa de Formiga?

2) No tocante à argumentação presente no júri simulado, assinale a alternativa correta sobre o argumento da acusação e sua classificação:

- a) Tese da autoria de Nando e usou argumento de autoridade;
- b) Tese da autoria de Nando e de Formiga e fez uso da argumentação por comprovação e comparação;
- c) Tese da autoria de Formiga e fez uso do argumento de comprovação.

3) No tocante à argumentação presente no júri simulado, assinale a alternativa correta sobre o argumento da defesa e sua classificação:

- a) Tese da negativa da autoria de Formiga e o uso do argumento de causa e consequência;
- b) Tese da autoria de Formiga e o uso de argumento por exemplificação;
- c) Tese da negativa de autoria de Formiga e o uso do argumento por comprovação.

4) Sobre a estrutura do júri simulado, responda:

- a) Como foi aberta a sessão?
- b) Quem abriu a sessão do júri? Com que palavras?
- c) Como a juíza passou a fala?
- d) Quem falou depois de quem, ou seja, qual a ordem da fala neste júri?
- d) Como se finalizou o júri? Como o juiz orientou a votação?
- e) Como a votação ocorreu?
- f) Como o corpo de jurados trouxe o resultado?
- g) Como foi dado o veredicto?

5) Acerca da linguagem no júri simulado, associe adequadamente a coluna da esquerda à da direita:

1. PREGÃO
2. EXPRESSÃO AVALIATIVA
3. PASSAGEM DE FALA
4. DECLARAÇÃO DE ABERTURA

() **JUÍZA:**

___ O Ministério Público do Estado de São Paulo oferece denúncia contra Cleyton Reis dos Santos pelas práticas das seguintes infrações penais: duplo homicídio qualificado e associação criminosa.

() **JUÍZA:**

___ Pode chamar a primeira testemunha.

() **OFICIAL DE JUSTIÇA:**

___ Rita de Freitas.

() **DEFENSOR:**

___ Qual é a natureza da relação de vocês? Já que estavam na igreja juntos.

6) O vídeo sobre o caso do duplo homicídio supostamente cometido por Formiga é um júri simulado. Explique porque se trata de um júri.

7) **Observe a fala do promotor do júri simulado:**

(...) Senhor Cleyton, dizem por aí que o senhor é muito mais do que um simples entregador de aplicativo, não é? Que você é, inclusive, homem de confiança do chefe do tráfico de drogas da Vila Áurea, vulgo ND. É verdade?

A fala acima descrita é:

- a) Uma citação usada pelo promotor com intenção de inocentar o réu.
- b) Uma pergunta para retomar a fala do réu com a intenção de que ele concordasse com a sua afirmação.
- c) Uma citação para, em seguida, o réu manifestar-se de forma favorável ao argumento do promotor.

8) Qual das expressões abaixo indica a retomada da fala de uma pessoa que já discursou no júri simulado?

- a) Vocês conseguem imaginar essa cena?
- b) Eu quero chamar a atenção dos senhores e das senhoras para uma expressão utilizada pela Defesa “ Pegar de bode expiatório”...
- c) Está encerrada a sessão.

9) Escreva (F) para falso ou (V) para verdadeiro, de acordo com seu aprendizado adquirido nas aulas sobre o gênero textual oral júri simulado.

- () No júri simulado cada participante poderá falar a qualquer momento, sem considerar as o rito de fala entre os participantes, pois o importante é defender a opinião.
- () É preciso utilizar fontes dispostas no processo, ou seja, que podem ser conferidas nos autos e na apresentação das provas para sustentar a tese acusatória ou defensoria.
- () As testemunhas podem mentir sobre os fatos.
- () A linguagem utilizada no júri simulado é a que do cotidiano dos jurados, pois são pessoas do povo.

10) Quais desses crimes podem gerar um júri simulado?

- a) Duplo homicídio;
- b) Lesão corporal;
- c) Violência doméstica.

11) Considerando nossa comunidade escolar, quais são os direitos humanos mais violados. Justifique.

12) Em consonância com a questão anterior, sugira um caso para a produção do júri simulado em sala de aula considerando a importância do caso para a comunidade escolar.

4º MOMENTO – Apresentação inicial (Preparação do júri simulado: escolha do caso, tema e preparação para realização do júri simulado)

Objetivo geral:

- Escolher o tema da primeira produção do júri simulado.

Objetivos específicos:

- Realizar discussões sobre temas de violação de direitos humanos relevantes para a comunidade escolar, a partir dos casos específicos;
- Escolher o caso que será abordado na produção do júri simulado;
- Estabelecer critérios e procedimentos (fase do planejamento) para a realização do júri simulado.

Recursos Materiais:

- Lousa;
- Lápis de quadro branco;
- Fotocópias;
- Cartazes.

Orientações

- Apresentação dos casos pelos alunos para a realização do júri simulado;
- Participação oral dos alunos na defesa do tema sugerido;
- Escolha do tema, por meio de votação, para a realização da primeira produção do júri simulado;
- Proposta de organização para a primeira produção do júri (a escolha do juiz, escrivão, réu, testemunhas, defensor, promotor, dentre outros).

4º MOMENTO – Atividade proposta**ATIVIDADE DE LEITURA**

- As equipes irão ler os casos trazidos (entrevistas e notícias dos sites) para a escolha do caso a ser apresentado;
- Apresentação do roteiro do júri simulado;
- Depois da escolha do caso, preencher os campos da ficha com o nome de cada aluno que foi escolhido para o júri simulado.

ROTEIRO PARA O JUIZ**Roteiro da Sessão de julgamento**

01. Entrada do Juiz, Membros do MP e Advogados.

- O Juiz deve explicar que se trata de atividade simulada e que alguns procedimentos serão simplificados e/ou não realizados.

O Juiz apresenta e lê a seguinte denúncia:

Processo nº: 2022.20221.2020

Indiciado: VILELA HONÓRIO SILVA

Nome social: DOUTOR

Vítima: RITA MARIA DOS SANTOS Tipificação: art. 121, §2º, inciso VI, do Código Penal.

O representante do Ministério Público do Estado da Paraíba denunciou VILELA HONÓRIO SILVA, qualificado na denúncia, como incurso na sanção prevista no art. 121, § 2º, I, III, IV e VI, c/c § 2º-A, I, do Código Penal c/c os arts. 5º, III, e 7º, I, ambos da Lei 11.340/2006, sob as diretrizes da Lei 8.072/90, mediante a seguinte alegação, Id 33789827. Aduz a denúncia que, na madrugada entre os dias 17 e 18 de setembro de 2020, por volta das 00h00min, nas margens da rodovia, nas proximidades do Colégio PHB, na cidade de

João Pessoa/PB, o acusado acima qualificado matou sua namorada, por motivo torpe, consistente em sentimento de posse que o réu nutria em relação à vítima, bem como pelo inconformismo com a traição com o seu melhor amigo, CAMILO, o fim do relacionamento amoroso e o fato desta haver lhe falado que havia se relacionado com outra pessoa. Utilizando-se de meio cruel, o acusado a atraiu para local ermo e proferiu diversos golpes de arma branca, de forma dissimulada, que dificultou a defesa da vítima. Narra também a peça acusatória que o crime fora cometido em relação de poder e submissão no âmbito da violência doméstica, uma vez que com o término do relacionamento de mais de 02 (dois) anos, o acusado tentou por diversas vezes reatar o namoro, não obtendo êxito. No mais, há relatos de que o acusado proferia ameaças, causando temor em toda família da jovem, Id 33789827. Representação da autoridade policial pela decretação da prisão preventiva do investigado, pg. 17/19, Id 33487897. Decisão deste juízo decretando a prisão preventiva do investigado nos autos, em razão da necessidade de garantir a ordem pública e assegurar a instrução criminal, juntada, com a conseqüente expedição do mandado de prisão. Recebida a denúncia em 01.10.2020, foi determinada a citação do réu para apresentar resposta à acusação, Id 33855612. Foram juntados aos autos Laudo de Exame de Pesquisa de Sangue Humano, Id 35170674 e Laudo Tanatoscópico, Id 35196023.

ROTEIRO PARA OS ADVOGADOS E PROMOTORES

CASO FEMINICÍDIO DE RITA			
Quadro dos elementos do caso			
Partes			
Lugar do crime			
Hora do crime			
Arma do crime			
Caso	Relação da vítima e agressor		
	Conflito		
	Quais foram as agressões?		
	Quem viu?		

Análise contextual			
A vítima teve direito a se defender?			
Comportamento do autor do crime			
Vestuário do autor do crime			
Vocabulário do autor do crime			
Perfil das testemunhas			

FICHA DOS INTEGRANTES DO JÚRI SIMULADO

I. Componentes

01 Juiz

02 Promotores de Justiça

02 Advogados de Defesa

01 Réu

04 Testemunhas

01 Escrivão

02 Membros da Força Policial

01 Oficial de Justiça

07 Jurados

PRODUÇÃO INICIAL

Nesta etapa, após a exibição do episódio da série Sintonia T3 E5, juntamente depois de ter realizado as atividades de leitura e estudado o roteiro do júri, o professor deve conduzir em sala de aula a produção inicial dos seus alunos. Nesse momento, o aluno já possui o suporte para a realização da produção oral.

Essa produção inicial deverá ter como base o caso escolhido pelos alunos, seguindo a estrutura do episódio da série exibida e deve ser realizada com todos os alunos que estiverem presentes na aula. Vale destacar que o tempo de fala de cada aluno deve ser definido anteriormente, por exemplo a acusação falará por 30 minutos e a defesa deverá ter o mesmo tempo. Sugerimos que se reserve duas horas-aula, todavia cada professor poderá seguir o melhor critério de tempo para a sua turma.

Esta primeira produção oral permitirá ao docente constatar o conhecimento prévio dos estudantes sobre o gênero textual júri simulado, obtidos da sua experiência de mundo e das explicações obtidas nos encontros. Além disso, com base nesta primeira produção, o professor terá subsídios para identificar as dificuldades enfrentadas pelos discentes. Assim, a análise do texto oral será o suporte para elaborar uma proposta de intervenção para superar os problemas apresentados inicialmente.

ANÁLISE DA PRODUÇÃO INICIAL

Nesta etapa, após a realização da análise da produção inicial, o professor irá elencar os problemas apresentados para elaborar os módulos de intervenção. Depois de realizada a análise, caso o professor perceba que há algum problema que não será contemplado nas atividades dos módulos, pode buscar outras atividades de acordo com a necessidades dos seus estudantes.

Ressalto que as atividades de intervenção que estamos apresentando neste Caderno Pedagógico foram elaboradas a partir da análise da nossa realidade, da prática docente, do contexto dos nossos alunos. Logo, o que irá nortear o processo de intervenção será o aluno, ao desenvolver a sua produção inicial.

Portanto, o professor pode analisar as produções orais dos seus alunos, observando as seguintes recomendações.

Orientações:

1. Observe o texto oral do seu aluno e verifique se em termos de conteúdo ele atendeu os seguintes pontos:

- Resumo do caso (relatos, trecho da denúncia, depoimento das testemunhas, características das pessoas e elementos da narrativa);
- Tese de defesa e de acusação;
- Elementos descritivos;
- Elaboração das perguntas de acordo com o caso;
- Pontos de vista e argumentos favoráveis ou contrários;
- Informações coerentes;
- Problemas de coerência;

2. Elementos Estruturais:

- Entrada dos componentes do júri em plenário;
- Saudação
- Pregão;

- Introdução, interrogatório do réu e oitiva das testemunhas;
- Debates orais;
- Uso da réplica e da tréplica;
- Votação;
- Sentença.

3. Elementos Linguísticos:

- Modalizadores e termos avaliativos – expressões que exprimem ponto de vista sobre o conteúdo do dito, sobre o texto;
- Operadores argumentativos e demais elementos de coesão textual;
- Uso do padrão culto da língua e de vocabulário específico (termos jurídicos necessários ao gênero).

4. Termos de Funcionalidade:

- Verifique se os textos orais atendem aos propósitos comunicativos do gênero júri simulado;
- Observe se apresenta as características e se é de fato um exemplar do gênero solicitado.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A proposta de intervenção apresentada neste Caderno Pedagógico foi elaborada a partir da análise da produção inicial do gênero júri simulado em nossa sala de aula. Todavia, professores fiquem à vontade para adaptar as atividades dos módulos de acordo com a sua realidade e com produção textual oral dos seus educandos.

MÓDULO I - Aspectos referentes à informatividade

Objetivo geral:

- Compreender a necessidade apresentar informações suficientes referentes ao caso em julgamento para melhor compreensão do leitor ou ouvinte no júri simulado.

Objetivos específicos:

- Discutir a relevância da informatividade na compreensão do texto falado;
- Diferenciar fato, opinião e argumento no júri simulado;
- Entender o que é um quadro investigativo e como ele pode ser utilizado na resolução de situações-problemas;
- Demonstrar, em um quadro investigativo, as principais informações do caso, utilizando o padlet.

Recursos:

- Textos e exercícios impressos;
- Transcrição da primeira produção;
- Padlet;
- Quadro de avisos no material de cortiça;
- Post-it;
- Cartolinas;
- Fotos impressas;
- Folhas de papel ofício;
- Grampos de quadro;
- Vídeos.

Orientações:

- Apresentação de trecho de júri simulado da série Sintonia (T3 E5), com aspectos da informatividade;
- Verificação da falta de informatividade na primeira produção;
- Discussão sobre como resolver os problemas apresentados;
- Releitura e discussão sobre o texto que apresenta o caso;
- Elaboração do quadro investigativo individual de cada aluno no padlet;
- Socialização dos resultados dos quadros investigativos;
- Apresentação do quadro investigativo coletivo.

Atividades propostas para o módulo 1***Atividades de leitura para o Módulo 1***

O jogo “O que é, o que é: fato, opinião ou argumento?”

1ª fase:**Instrução:**

- Divida a turma em 3 grupos. O grupo do Fato, o grupo da Opinião e o grupo do Argumento.
- No quadro branco, serão fixadas as fichas com os nomes dos grupos com sua respectiva chuva de palavras.
- Escolha um líder de cada grupo que será o guardião do conceito. Os demais componentes deverão montar o conceito com a chuva de palavras.
- Depois de formados os conceitos, o líder do grupo irá pontuar o grupo que acertou o conceito.

É quando podemos verificar algo de modo indiscutível.



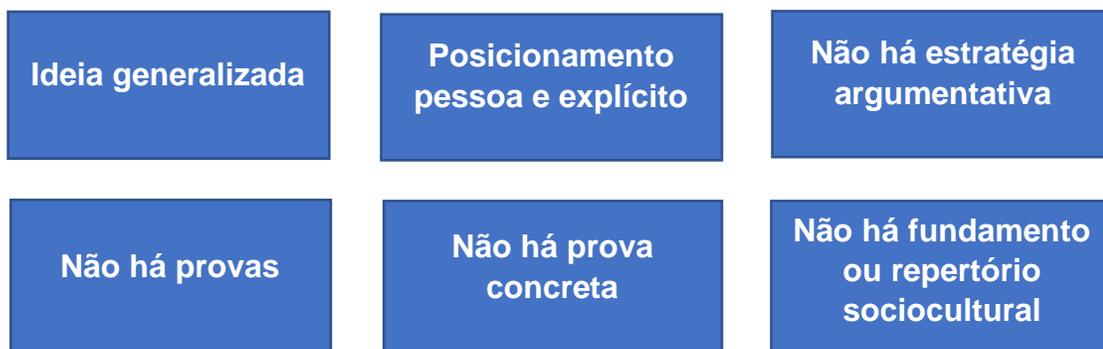
CHUVA DE PALAVRAS



É como vemos, pensamos e julgamos. Na opinião, podemos levantar hipótese, explanar uma ideia sem fontes, sem provas, sem fundamentos e repertório sociocultural.



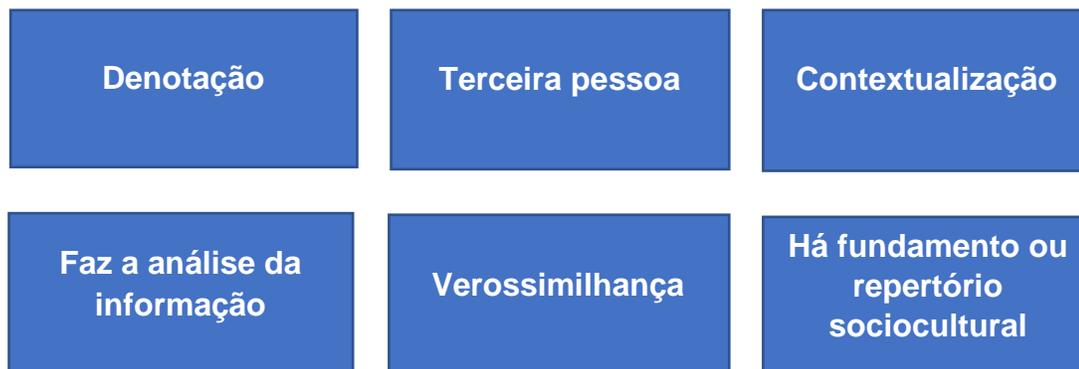
CHUVA DE PALAVRAS



É uma opinião que está fundamentada, com provas, repertório sociocultural e usa as estratégias argumentativas



CHUVA DE PALAVRAS



2º fase:

- Observe a transcrição das falas descritas no júri simulado da série Sintonia e classifique cada fala em FATO, OPINIÃO e ARGUMENTO:

Promotor: (...) Senhor Cleyton, dizem por aí que o senhor é muito mais do que um simples entregador de aplicativo, não é? Que você é, inclusive, homem de confiança do chefe do tráfico de drogas da Vila Áurea, vulgo ND. É verdade?



Defensor: (...) Vocês podem olhar para essa cena?



Promotor: Eu quero chamar a atenção dos senhores e das senhoras para uma expressão utilizada pela Defesa “ Pegar de bode expiatório”...



Juíza: O Ministério Público do Estado de São Paulo oferece denúncia contra Cleyton Reis dos Santos pelas práticas das seguintes infrações penais: duplo homicídio qualificado e associação criminosa, conforme o art. 121 do Código Penal.



- Observe a transcrição das falas descritas no júri simulado da PRIMEIRA PRODUÇÃO DOS ALUNOS e classifique cada fala em FATO, OPINIÃO e ARGUMENTO:

Juiz ((faz a leitura do resumo da denúncia do MP))

Será submetido a julgamento o processo penal que a Justiça Pública... ((chama a promotora para perto dele)) o representante do Ministério Público do Estado da Paraíba denunciou VILELA HONÓRIO SILVA... qualificado na denúncia COMO no art. cento e vinte e um, paragra/ segundo, do Código Penal e da diretrizes das leis () mediante a seguinte alegação QUE na madrugada entre os dias dezessete e dezoito de setembro de dois mil e vinte... por volta das 00h00min () nas margens da rodovia () nas proximidades do Colégio PHB, na cidade de João Pessoa, o acusado acima qualificado matou sua namorada, por motivo tor/ Ele tinha sentimento de posse que o réu nutria em relação à vítima e ELE inconformado pela a traição com o seu melhor amigo... CAMILO... o fim do relacionamento amoroso e utilizando de meio cruel, o acusado a atraiu para local ERMO e proferiu diversos golpes de arma branca... de forma dissimulada.. que dificultou a DEFesa da VÍTIMA Diz a promotora aqui também que “o crime fora cometido () em relação de poder e submissão no âmbito da violência doméstica uma vez que com o término do relacionamento de mais de dois anos o acusado tentou por diversas vezes reatar o namoro não obtendo êxito. No mais há relatos de que o acusado proferia ameaças causando temor em toda família da jovem.”



FATO

OPINIÃO

ARGUMENTO

Promotora

((falando para os jurados)).. mas na fala dela ela disse que ele era carinhoso e ela negou que ele era agressivo... bem... ela foi contraditória... tem alguma coisa errada, né? qual a verdade? (você fica em silêncio)



FATO

OPINIÃO

ARGUMENTO

Promotora

Podemos ver que o réu tá mentindo DESCARADAMENTO e não esboça remorso alguma (foi o que combina a defesa) vou mostrar alguma fotos do réu... olha ele aqui inclusive na honda onde ele fugiu ((promotora mostra as fotos ao réu, juiz, jurados e advogado de defesa))

**Advogado**

... primeiro... eu queria dizer que... a acusação traz uma testemunha a mãe dele que mal sabia da vida do acusado, né? nem sabia do namoro que não serviu para nada... também vou falar das fotos e dos vídeos... aquelas fotos e imagens podem ser qualquer... pode ter passado perto do local do crime ou é qualquer foto? só isso...



ATIVIDADE 2

DEFENSOR:

Não há provas nos autos que reconheça a participação do Cleyton nesses homicídios e tampouco que ele participe de uma facção criminosa. Os senhores não podem condenar um ser humano...por conta de uma fotografia de péssima qualidade e nem por ele ter nascido na mesma área que um criminoso, criminoso esse que deveria estar sentado ali no lugar dele.

Se o Cleyton for condenado, ele será apenas um bode expiatório e se o Ministério Público estiver em guerra com o crime organizado de São Paulo, ele (aponta para o promotor) deve procurar seus líderes.

O Cleyton é um garoto de entregas, igual a esses que a gente vÊ pela cidade dia e noite, ele é oriundo de uma favela, onde se tem poucas oportunidades. No entanto, ele escolheu trabalhar... e trabalhar dignamente, ele frequenta a igreja, ele tem namorada, ele tem um futuro pela frente. Futuro esse que, neste momento, está nas mãos dos senhores e das senhoras.

Obrigada, senhora Juíza.

JUÍZA:

Obrigada, Doutor!

PROMOTOR:

Eu quero chamar a atenção dos senhores e das senhoras para uma expressão utilizada pela Defesa “PEGAR DE BODE EXPIATÓRIO”. Foram mais de cem tiros de fuzil, CEM TIROS! E eu sei que vocês também não querem passar por isso. Vocês não querem perder um pai, uma mãe, um ente querido. E ainda ver o seu caixão lacrado, para vocês não conseguirem nem se despedir.

Mas pra gente resolver isso... a gente precisa ter coragem e cortar o mal pela raiz! E isso acontece aqui! HOJE. HOJE!

JUÍZA:

Por maioria de votos, o tribunal do júri reconhece a participação do réu no homicídio de Lindomar Freitas e do Capitão Ricardo Paiva, e, portanto, considera Cleyton Reis dos Santos culpado. Sendo assim, fixo a pena base de 12 anos de reclusão em regime fechado, conforme o Código Penal.
ESTÁ ENCERRADA A SESSÃO.

- **O trecho acima é da transcrição do júri simulado da Série Sintonia. Releia o texto e responda:**
 - 1) Qual é a tese (a ideia defendida) apresentada?
 - 2) Quais os fatos apresentados?
 - 3) Qual os argumentos apresentados?
 - 4) As informações apresentadas pela defesa e acusação foram bem apresentadas?

**TRANSCRIÇÃO DA PRIMEIRA PRODUÇÃO DO JÚRI SIMULADO REALIZADO
PELOS ALUNOS DO 9º ANO**

Oficial de Justiça

Todos em PÉ para a entrada do juiz o SENHOR DAVID LUCAS.

Juiz

BOA TARde, SENHORAS E SENHORES, Damos início a sessão do Tribunal Do Júri da Comarca do PHB.

Juiz ((faz a leitura do resumo da denúncia do MP))

Será submetido a julgamento o processo penal que a Justiça Pública... ((chama a promotora para perto dele)) o representante do Ministério Público do Estado da Paraíba denunciou VILELA HONÓRIO SILVA... qualificado na denúncia COMO no art. cento e vinte e um, paragra/ segundo, do Código Penal e da diretrizes das leis () mediante a seguinte alegação QUE na madrugada entre os dias dezessete e dezoito de setembro de dois mil e vinte... por volta das 00h00min () nas margens da rodovia () nas proximidades do Colégio PHB, na cidade de João Pessoa, o acusado acima qualificado matou sua namorada, por motivo tor/ Ele tinha sentimento de posse que o réu nutria em relação à vítima e ELE inconformado pela a traição com o seu melhor amigo... CAMILO... o fim do relacionamento amoroso e utilizando de meio cruel, o acusado a atraiu para local ERMO e proferiu diversos golpes de arma branca... de forma dissimulada.. que dificultou a DEFesa da VÍTIMA Diz a promotora aqui também que “o crime fora cometido () em relação de poder e submissão no âmbito da violência doméstica uma vez que com o término do relacionamento de mais de dois anos o acusado tentou por diversas vezes reatar o namoro não obtendo êxito. No mais há relatos de que o acusado proferia ameaças causando temor em toda família da jovem.”

Juiz

Apresentando os jurados que já foram sorteados e () peço AGORA a entrada dos 5 jurados

Juiz

Peço que traga o réu a presença desse tribunal... Seu nome? Sua idade? Tem advogado?

Réu

Meu nome é Paulo... Tenho 16 anos... Tenho advogado sim, tá aí...

Juiz

Peço aos jurados... que fiquem todos em pé () para o juramento do conselho de sentença... Repitam comigo "Em nome da lei, concito-vos a examinar esta causa com imparcialidade e a proferir a vossa decisão, de acordo com a vossa consciência e os ditames da Justiça"

Jurados ((cada jurado repetiu))

Assim prometo

...

- **O trecho acima é da transcrição da primeira produção dos alunos, releia o texto e responda:**

- 1) O trecho da transcrição possui argumentos da defesa e da acusação? Se houver, faça uma lista dos argumentos utilizados tanto pela defesa como pela acusação.
- 2) A quantidade de informações apresentadas pela defesa e pela acusação são suficientes para a sustentação de suas teses? Por quê?
- 3) Quais argumentos favoráveis e contrários ao réu, que possam ser utilizados para melhorar o texto?

ATIVIDADE 3

QUADRO INVESTIGATIVO - JÚRI SIMULADO

INSTRUÇÕES

Para ajudar vocês a analisar os fatos e argumentos do caso, propomos a técnica do Quadro Investigativo.

O que é? É uma estratégia muito comum no meio jurídico e policial; trata-se de uma coleção de imagens, palavras, objetos e referências visuais que ajudam a entender e contextualizar um crime.

Como fazer? Não existe uma receita para se construir um bom painel. Dá para fazer o quadro com recortes de revista, desenhos, fotos; com uma cartolina, post-its e massinha de modelar; dá até para fazer a representação apenas digitalmente.

IMPORTANTE!

Conseguir visualizar a ideia central, enxergar as conexões entre as pistas, compreender as relações entre causa e efeito, vislumbrar possíveis desdobramentos.

O painel investigativo ajuda a organizar seu pensamento de maneira mais visual, clara e estruturada.

O QUE FAZER?

No caso de um crime, como o que temos de **FEMINICÍDIO**, esse painel será fundamental para ajudar a organizar as pistas ao longo do texto. Por isso, use e abuse da criatividade. Faça desenhos, utilize recortes, post its, manchetes de jornal... Há muito o que usar para montar e organizar um painel investigativo. Agora é com você!

A turma deverá montar um painel investigativo do crime narrado. Vocês devem investigar quais crimes foram cometidos, as motivações, qualificadoras (circunstâncias que revelam determinados motivos, interesses, meios ou modos de execução) e atenuantes, por exemplo. O quadro será montado a partir dessas informações e de outras tantas que estão no conto. Lembrem-se de que é importante fazer conexões, relacionar os fatos e manter a cronologia dos acontecimentos.

TEXTO-CASO**RELATÓRIO DE INDICIAMENTO**

Inquérito Policial nº: 2022.20221.2020

Indiciado: **VILELA HONÓRIO SILVA**

Nome social: **DOUTOR**

Vítima: **RITA MARIA DOS SANTOS**

Tipificação: art. 121, §2º, inciso VI, do Código Penal.

MM. Julgador,

Trata-se de Inquérito Policial a partir de prisão em flagrante lavrada em desfavor de **VILELA HONÓRIO SILVA**, nome social **VILELA HONÓRIO SILVA**, pela prática, em tese, do crime tipificado no art. 121, §2º, inciso VI, do Código Penal, tendo como vítima, a adolescente **RITA MARIA DOS SANTOS**, no dia 18/09/2020, por volta das 00h, na cidade de João Pessoa/PB.

1) Dos Fatos:

No dia 18 de setembro de 2020, por volta das 2h da manhã, a Polícia Militar foi acionada haja vista ter sido encontrada, sem vida, com sinais de agressão provavelmente perpetrada com o uso de arma branca, a adolescente **RITA MARIA DOS SANTOS**, de 15 anos de idade, nas margens da PB.

Das provas e elementos de convicção colhidos:

Após a chegada dos militares, a Polícia Civil foi acionada e, imediatamente, foram requisitados os exames periciais de local de crime e tanatoscópico.

Ainda no local do fato iniciaram-se os primeiros levantamentos que apontaram:

- (I) que o aparelho celular da vítima teria desaparecido (provavelmente levado pelo seu algoz);
- (II) que o suspeito de ser autor do delito seria o namorado da vítima, até então apenas conhecido como **DOUTOR**, que teria histórico de ameaças, e tentativa de agressão física;
- (III) que ele teria fugido em uma motocicleta, de cor azul.

Ato instante diligenciou-se na residência da tia do suspeito, que mora a menos de 400m do local do fato, mas ela informou que **DOUTOR** não frequentava sua residência há algum tempo. Passou-se a diligenciar na zona rural de João Pessoa, quando então se tomou conhecimento de que ele teria sofrido um acidente e se ferido, no Sítio SANTA JÚLIA, durante a fuga, e que no local teriam sido deixadas a suposta arma do crime (um canivete) e uma motocicleta HONDA, COR AZUL.

A polícia civil se dirigiu ao local do acidente e ao chegar lá soube que a polícia militar já havia recolhido os objetos (auto de apreensão fl._), nada obstante, além de constatar a existência de muito

sangue no chão, observou que lá havia uma sandália havaiana, número 39/40, cor branca, com resquício de sangue, que poderia pertencer ao suspeito, motivo porque o objeto foi apreendido (fl.).

As diligências continuaram ininterruptamente até que, por volta das 06h, do dia 18/09/2020, a Polícia Militar foi acionada pelo tio da vítima, que informou que o suspeito estaria no Sítio SANTA JÚLIA, e que desejava se entregar, ocasião em que ele foi capturado, por policiais.

Iniciou-se a lavratura do auto de prisão em flagrante com a oitiva do CONDUTOR/PRIMEIRA TESTEMUNHA, 3º SGT da Polícia Militar, que disse: “Que é Policial Militar e entrou de serviço ontem, às 19h, quando tomou conhecimento do homicídio ocorrido na cidade de João Pessoa, supostamente praticado por um indivíduo chamado DOUTOR.

Que desde de que entrou de serviço o depoente e seus companheiros passaram a encetar diligências à procura do suspeito, que até então apenas se conhecia como DOUTOR; Que foram realizadas incursões em vários sítio que interligam as cidades da grande João Pessoa, sem sucesso; Que hoje, por volta das 06h, o depoente recebeu uma ligação da colega de farda, tendo ela informado que o tio de DOUTOR teria a acionado e informado que o suspeito estaria com ele no Sítio SANTA JÚLIA, próximo ao bairro da TORRE, e que desejava se entregar a polícia, pois estava temeroso por sua vida;

Que a equipe comandada pelo depoente se deslocou até o endereço informado e lá chegando se deparou com o tio do suspeito que havia acionado a polícia; Que o suspeito, posteriormente identificado como ADVOGADO, estava dentro do mato e foi chamado pelo tio, ocasião em que se entregou, sem oferecer reação;

Que VILELA apresentava escoriações por todo o corpo e foi levado ao HOSPITAL DA UNIMED, onde foi feito o atendimento médico e realizado o exame de ofensa física; Que VILENA possuía lesões no pescoço provavelmente provocadas por ele mesmo, com uma arma branca; Que sobre tais lesões foram provocadas por ele mesmo, na tentativa de se suicidar; Que apenas afirmou que tentou se matar; Que foi apresentado na Delegacia de Polícia de, onde já estavam familiares dele, a exemplo da mãe; Que como DOUTOR foi apreendido um aparelho de telefonia celular IPHONE 13 e 2 milhões de reais em dinheiro;

Que após contato entre o Delegado e ele, a guarnição aguardou na Delegacia municipal pela chegada da Autoridade Policial do estado vizinho a quem o CONDUZIDO foi apresentado”.

Na sequência foi ouvida a segunda testemunha, o Policial Civil do Estado da Paraíba, JADER CLEMENTINO PEREIRA, tendo ele dito: “Que é policial civil e estava de serviço pelo período de 24h, foi acionado pela Polícia Militar, que solicitou o comparecimento do Delegado de Polícia plantonista em um local de crime de homicídio ocorrido, tendo como vítima a adolescente **RITA MARIA DOS SANTOS**, de 15 anos de idade;

Que imediatamente a equipe da polícia civil compareceu ao local do fato, onde familiares e testemunhas passaram a apontar como acusado o namorado da vítima;

Que no local do fato não foi localizado o aparelho de telefonia celular da vítima, objeto que ela tinha levado consigo, segundo os familiares informaram no local;

Em seguida foi ouvida a terceira testemunha, o igualmente Policial Civil da Paraíba, que ratificou os termos do depoimento da segunda testemunha, mesmo porque as diligências foram encetadas em conjunto.

Por derradeiro foi qualificado e interrogado **VILELA HONÓRIO SILVA**, que confessou a autoria do delito sob investigação, merecendo destaque os seguintes pontos da oitiva:

- (I) a NEGOU A AUTORIA que desferiu cinco ou seis facadas, pelas costas, contra a vítima, até que ela caiu morta;
- (II) NEGOU QUE a motivação para o ato que seria a ocorrência de supostas traições por parte da vítima, com seu melhor amigo **CAMILO** durante o relacionamento do casal (em que pese entrar em contradição no que tange às datas);
- (III) a afirmação de que se auto lesionou.

Foram apreendidos o veículo utilizado na fuga, a arma do crime, uma sandália com vestígio de sangue, pertencente ao suspeito, e o aparelho de telefonia celular por ele utilizado (vide autos de apreensão nas fls. __). Em seguida o autuado se submeteu a exame de ofensa física (fls. _).

Na sequência foram emitidas notas de culpa e de ciência das garantias constitucionais para, em seguida, serem efetivadas as comunicações legais.

O autuado teve sua prisão flagrancial convertida em preventiva, por decisão judicial, na forma dos artigos 311 e seguintes do Código de Processo Penal. Logo após, foi feita diligência, com o flagranteado, que indicou o local onde havia jogado o aparelho de telefonia celular da vítima, que se quedou apreendido.

Analisou-se, perfunctoriamente, o celular do autuado, com sua expressa autorização (termo nos autos), e constatou-se que ele confessou o delito em mensagem enviada para sua genitora, através do aplicativo whatsapp, ainda assim foi requisitado exame pericial no objeto, bem como no aparelho da vítima (em relação ao qual não tivemos acesso ao conteúdo porque está protegido por senha), cujos laudos serão remetidos à Vara processante, tão logo nos sejam disponibilizados, independente de retorno dos autos. Requisitou-se, outrossim, exame de DNA, para comparar o material biológico colhido da vítima com o material biológico presente no canivete apreendido nos autos, cujo laudo será enviado ao juízo do feito, tão logo nos seja disponibilizado, independente de retorno dos autos.

Por fim, juntou-se aos autos a certidão de óbito, como prova da materialidade delitiva, que apontou como a causa da morte como sendo “choque hipotérmico por múltiplos ferimentos perfuro cortantes na região do pescoço”.

Da conclusão e do indiciamento:

Assim, a materialidade do delito quedou-se comprovada pela prova testemunhal, pela certidão de óbito e pelos exames periciais (cujos laudos serão remetidos à vara processante assim que nos forem disponibilizados, independente de retorno dos autos), ao passo que a autoria, a motivação e as circunstâncias foram atestadas pelos objetos apreendidos, pela prova testemunhal e pela confissão do investigado.

Diante do exposto, tenho como provadas autoria, circunstância e materialidade do delito ora investigado, motivo porque INDICIO o nacional, **VILELA HONÓRIO SILVA**, como incurso nas sanções cominadas pelo artigo 121, §2º, inciso VI, do Código Penal, ante a prática do fato ora investigados.

É o Relatório.

PRODUÇÃO DO QUADRO INVESTIGATIVO NO FORMATO FÍSICO E DIGITAL

INSTRUÇÕES - De acordo com o texto, responda às seguintes questões para a montagem do Quadro investigativo:

Quadro dos elementos do caso	
Crime:	
Partes:	
Lugar do crime:	
Hora do crime:	
Arma do crime:	
CASO	Relação da vítima e agressor:
	Vida pregressa do autor:
	Quais foram as agressões?
	Provas:
ANÁLISE CONTEXTUAL	
A vítima teve direito a se defender?	
Comportamento do autor do crime:	
Vestuário do autor do crime:	
Vocabulário do autor do crime:	
TESTEMUNHAS	

A partir das referências do quadro físico é possível construir o quadro no formato digital.

The image shows a digital Padlet board with a dark green background. At the top, the URL is padlet.com/josyadv2014/tfb0r3db0e0lkmok. The board is titled "QUADRO INVESTIGATIVO" and was created by Joseane Batista de Azevedo Ramalho. It contains eight cards arranged in two rows of four:

- TESTEMUNHA 2**: Empty card.
- TESTEMUNHA 1**: Empty card.
- PROVA 2**: Empty card.
- PROVA 1**: Empty card.
- COMO OCORREU A DENÚNCIA?**:

No dia 18 de setembro de 2020, por volta das 2h da manhã, a Polícia Militar foi acionada haja vista ter sido encontrada, sem vida, com sinais de agressão provavelmente perpetrada com o uso de arma branca, a adolescente **RITA MARIA DOS SANTOS**, de 15 anos de idade, nas margens da PB.
- CRIME**:

VILELA HONÓRIO SILVA, nome social **VILELA HONÓRIO SILVA**, pela prática, em tese, do crime tipificado no art. 121, §2º, inciso VI, do Código Penal, tendo como vítima, a adolescente **RITA MARIA DOS SANTOS**, no dia 18/09/2020, por volta das 00h, na cidade de João Pessoa/PB.
- VÍTIMA**:

RITA MARIA DOS SANTOS
- ACUSADO**:

MÓDULO II- Aspectos referentes à argumentatividade

Objetivo geral:

- Reconhecer a importância da apresentação de argumentos coerentes e adequados à sustentação de uma tese.

Objetivos específicos:

- Identificar uma tese em textos argumentativos;
- Reconhecer os argumentos retóricos usados na sustentação de uma tese;
- Identificar e aplicar de forma adequada os tipos de argumentos retóricos;
- Estabelecer relações entre argumentos e contra-argumentos;
- Ler e interpretar textos argumentativos do júri simulado.

Recursos:

- Textos e exercícios impressos;
- Quadro de avisos no material de cortiça;
- Post-it;
- Cartolinas;
- Fotos impressas;
- Folhas de papel ofício;
- Grampos de quadro;
- Vídeos.

Orientações:

- Exploração da tese e argumentos apresentados no júri simulado;
- Resolução de exercícios a partir da análise de trechos transcritos no júri da Série Sintonia e no júri realizado pelos alunos em sala de aula (1ª produção);
- Dinâmica da venda maluca a partir da produção inicial dos alunos;
- Jogo da argumentação sobre os tipos de argumentos.

EXERCÍCIOS DO MÓDULO 2

ATIVIDADE 1

JOGO: NO JÚRI EU SOU...

INSTRUÇÕES:

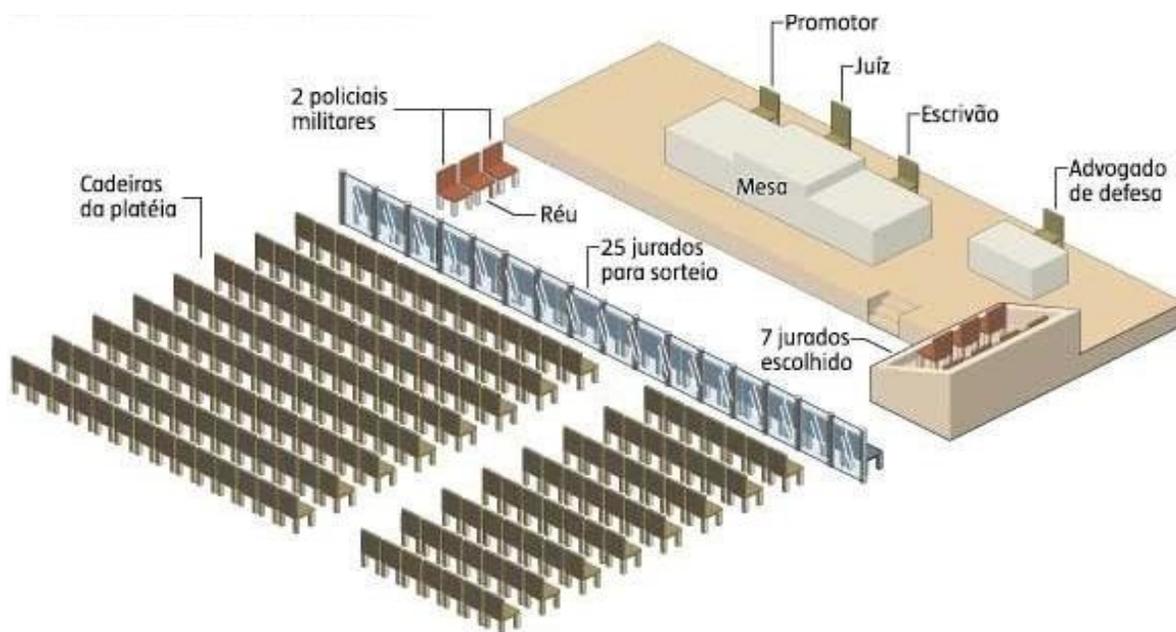
Divida a sala em duplas, de modo que cada uma escolha quem será o jogador personagem e o jogador conceito;

Corte a folha de papel em pedaços retangulares com os personagens que compõem o júri simulado;

Escreva as atribuições de cada um em uma ficha, que ficará com o jogador conceito;

Dê ao jogador “personagem” uma tira de fita adesiva para que cada um possa colar seu cartão na testa, sem ver o que está escrito. Isso é muito importante!

O jogador conceito dará 3 pistas (3 palavras) para que o jogador personagem adivinhe quem ele é.



FUNCIONAMENTO DA SESSÃO DE JÚRI

- 1º) INÍCIO DA SESSÃO PELO JUIZ-PRESIDENTE;
- 2º) INSTALAÇÃO DA SESSÃO;
- 3º) PREGÃO: MOMENTO DE CHAMAMENTO DOS JURADOS, REALIZADO PELO OFICIAL DE JUSTIÇA;
- 4º) SORTEIO DOS JURADOS;
- 5º) COMPROMISSO DO CONSELHO DE JURADOS;
- 6º) INTERROGATÓRIO DO RÉU;
- 7º) LEITURA DAS PEÇAS DO PROCESSO PELO JUIZ;
- 8º) OITIVA DAS TESTEMUNHAS;
- 9º) DEBATES ORAIS;
- 10º) RÉPLICA E TRÉPLICA;
- 11º) ENCERRAMENTO DOS DEBATES. NESTE MOMENTO, O JUIZ INDAGA AOS JURADOS SE ELES ESTÃO APTOS A JULGAR, SE ENTENDERAM O CASO;
- 12º) SALA SECRETA;
- 13º) LEITURA DA SENTENÇA EM PLENÁRIO;
- 14º) ENCERRAMENTO DA SESSÃO PELO JUIZ-PRESIDENTE.

FICHAS

Conselho de sentença	É formado pelos jurados responsáveis pelo julgamento nas causas de competência do Tribunal do Júri.
Juiz-Presidente	Conduz o julgamento e resolver eventuais questões levantadas pelas partes. Após a decisão dos jurados, o juiz-presidente lavra a sentença e aplica a pena, nos casos de condenação.
Promotor	É o representante do Ministério Público. É ele quem pode acusar, mas se durante a instrução do processo, o mesmo se convencer da inocência do réu, ele pode pedir a absolvição, pois o Ministério Público é um órgão que zela pela justiça e não é apenas um órgão acusador.
Advogado	Apresentar a defesa do réu. Pode ser contratado ou se o réu não tiver, o juiz nomeia um defensor público.
Escrivão	Lavra a ata da audiência.
Oficial de justiça	É responsável pelo pregão, sorteio dos jurados e condução da instrução, auxiliando o juiz.
Policiais militares	São responsáveis pela custódia do réu.
Testemunhas	Defesa e acusação convocam até cinco testemunhas cada. As testemunhas podem ou não ter visto o crime acontecer. Relatam a ocorrência do delito.
Vítima	Nos casos dos crimes tentados, a vítima é ouvida.
Expectadores	De regra, qualquer pessoa pode assistir ao júri, principalmente nos casos de repercussão e grande comoção social, como os familiares do réu e da vítima, os representantes da imprensa e da área jurídica.

EXERCÍCIO 2

Analise os tipos de argumentos e marque um x de acordo com as colunas VILELA CONDENADO e VILELA ABSOLVIDO:

ARGUMENTO	TIPO	VILENA CONDENADO	VILENA ABSOLVIDO
<p>“Em virtude do princípio da inocência, nos termos do art. 5º, LVII, da CRFB/1988, deixo de determinar o lançamento do nome do réu no rol dos culpados.”</p>	<p>ARGUMENTO DE AUTORIDADE (é quando se utiliza uma personalidade importante para o tema que se está abordando ou até mesmo uma fala dela para enfatizar ainda mais seu ponto de vista sobre o assunto.)</p>		
<p>“...há informações de populares que o acusado teria tentado suicídio após o crime; que não foi possível verificar se a sandália apreendida era do acusado, pois não sabe se chegou o resultado do exame de DNA; “</p>	<p>ARGUMENTO POR EVIDÊNCIA (está relacionado ao uso de informações e dados estatísticos, principalmente números. Se realizadas por meios conhecidos e legitimados na mídia pela sociedade, são informações confiáveis e incontestáveis.)</p>		
<p>“A testemunha, MARIA DO CARMO, afirmou em juízo, conforme mídia eletrônica gravada: “[...] se a gente for comparar com o que ele era antes, com o que é hoje, eu sou mãe do acusado e em casa era um menino muito tranquilo, amável, obediente, na escola os professores diziam que ele era muito educado; já hoje ele é violento.”</p>	<p>ARGUMENTO POR COMPARAÇÃO (uma relação entre duas ideias com o objetivo de compará-las. Assim, é possível apontar as semelhanças ou as diferenças que elas possuem.)</p>		

<p>Examinemos o caso de Eloá, uma jovem assassinada pelo seu ex-namorado, esse crime se repete sempre... E aconteceu novamente com a jovem Rita...</p>	<p>ARGUMENTAÇÃO DE EXEMPLIFICAÇÃO (está ligado ao uso de dados estatísticos, também acontece quando se cita fatos que aconteceram e enfatizam o posicionamento do candidato frente ao problema.)</p>		
<p>Ao ser interrogado o réu, afirmou em juízo, conforme mídia eletrônica gravada: “[...] Alguns fatos constantes na denúncia NÃO são verdadeiros; QUE NÃO MATA MULHER, por não ser machista e NÃO cometeu o crime.</p>	<p>PRINCÍPIO (é uma crença pessoal é defendida com base em princípios de ordem ética, científica, religiosos, etc, aceitos como verdadeiros e de validade universal)</p>		
<p>A testemunha, JOSÉ PAULO, policial civil, afirmou em juízo, conforme mídia eletrônica gravada: “[...] Que recorda da ocorrência; teve início por volta da meia-noite quando, estava de plantão e souberam do homicídio na cidade, na verdade um feminicídio; entraram em diligência, foram até o local onde constataram a veracidade dos fatos, solicitaram perícia, isolamento do local do crime;</p>	<p>POR ENUMERAÇÃO (é o ato de listar uma série de fatos que serão desenvolvidos como argumentos)</p>		
<p>A materialidade é incontestável, pois como houve o chamamento por parte do réu para que se encontrasse com a vítima para o local onde ocorreu o crime;</p>	<p>CAUSA E CONSEQUÊNCIA (é a apresentação de razões de determinado problema acontecer ou persistir seguido das consequências e o impacto que exerce na sociedade.)</p>		

ATIVIDADE 3

ATIVIDADE EM GRUPO

INSTRUÇÕES:

- Divida a turma em 7 grupos com 3 pessoas, faça o sorteio dos grupos de acordo com os tipos de argumentos da atividade anterior.
- Cada grupo elaborará um argumento contrário e favorável conforme o CASO DO FEMINICÍDIO DE RITA, seguindo cada tipo de argumento;
- Em uma cartolina peça que os grupos montem o seguinte quadro para cada tipo de argumento;

Exemplo:

Argumento por autoridade	
Argumento contrário	Argumento favorável

- Os grupos irão apresentar os argumentos, de acordo com a tipologia, para toda a turma;
- No final das apresentações terá a discussão com os outros grupos de acordo com as seguintes questões:
 - a) O argumento está convincente para defender ou para acusar? É suficiente?
 - b) Se não, quais outros argumentos você acrescentaria?

MÓDULO III- Oitivas das testemunhas: elaboração das perguntas

Objetivo geral:

- Perceber a importância de elaborar as perguntas direcionadas a um determinado objetivo para alcançar as evidências no depoimento das testemunhas.

Objetivos específicos:

- Elaborar perguntas das mais básicas às mais complexas, com vistas a obter informações específicas;
- Discutir a relevância de determinar a estratégia de afirmação, de negação e de omissão na elaboração das perguntas.

Recursos:

- Textos e exercícios impressos;
- Transcrição da primeira produção;
- Padlet;
- Quadro de avisos no material de cortiça;
- Post-it;
- Cartolinas;
- Fotos impressas;
- Folhas de papel ofício;
- Grampos de quadro;
- Vídeos.

Orientações:

- Análise comparativa das perguntas elaboradas pelos alunos na primeira produção e a verificação se elas atenderam ao propósito do gênero júri simulado;
- Apresentação da dinâmica da árvore de perguntas;
- Elaboração da árvore de cada aluno;
- Aplicação da técnica de elaboração de perguntas, de acordo com o objetivo proposto.

ATIVIDADES PROPOSTAS PARA O MÓDULO 3

Toda pergunta direcionada a uma testemunha possui uma estratégia de argumentação, a exemplo do objetivo de obter uma afirmação, uma negação ou uma omissão. Tudo depende do objetivo proposto na pergunta. Essas falas são as transcrições da primeira produção dos alunos, selecione em cada caixa se há estratégia argumentativa e, em caso positivo, qual é o objetivo da pergunta.

<p>Juiz ((pergunta a promotora)) A acusação tem alguma testemunha?</p> <p>Promotora Sim... te/ ahhh mãe ahh tia dele</p>	<p>Possui alguma estratégia de argumentação?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Em caso positivo, qual foi o objetivo?</p> <p>() Afirmação</p> <p>() Negação</p> <p>() Omissão</p>
<p>Juiz Seu nome? Qual sua relação com o réu? ((risos)) ((vozes dizendo para parar de rir))</p> <p>Testemunha 1 ... Meu nome éhh Sebastiana ((risos)) e como já disse... eu num tinha muita presença com ele ()</p>	<p>Possui alguma estratégia de argumentação?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Em caso positivo, qual foi o objetivo?</p> <p>() Afirmação</p> <p>() Negação</p> <p>() Omissão</p>
<p>Promotora Você lembra... se em algum relacionamento dele teve algum assim como este?</p> <p>Testemunha 1 Mas... a nossa relação era distante...</p>	<p>Possui alguma estratégia de argumentação?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Em caso positivo, qual foi o objetivo?</p> <p>() Afirmação</p> <p>() Negação</p> <p>() Omissão</p>

<p>Advogado Nessa faixa etária dele... sempre aconteceu alguma HISTÓRIA de agressão? ((risos))</p> <p>Testemunha 1 Então... o povo con/ uma história que o povo da/ fa/ casa do pai dele dava muito nele, né? Vá ser, quando você crescer, um BANDido dessas coisas...(os dois) mas... eu num tenho contato com ele()</p>	<p>Possui alguma estratégia de argumentação? () Sim () Não</p> <p>Em caso positivo, qual foi o objetivo? () Afirmação () Negação () Omissão</p>
---	---

ATIVIDADE II

A fase de interrogatório das testemunhas exige uma preparação. Inicialmente, você precisa ler e reler o depoimento das testemunhas na fase investigativa e fazer o desenho lógico da argumentação.

Em seguida, você vai elaborar perguntas para fazer com que as testemunham falem sobre as evidências que você precisa para convencer os jurados.



ÁRVORE DE PERGUNTAS



DINÂMICA DA ÁRVORE DE PERGUNTAS

Passos:

1º) Defina a pergunta

Ao fazer a pergunta à testemunha, tenha sempre um objetivo claro:

- Eu quero a confissão?
- Eu quero a contradição do seu depoimento?
- Eu quero saber da vida pregressa do réu?

2º) Tenha sempre um caminho tático, depois da resposta da testemunha. Qual foi a contradição da testemunha? Liste o que ela disse? Qual alegação dela pode confirmar o que você quer?

3º) Monte sua árvore de perguntas, fazendo um encadeamento lógico, ou seja, comece pelo nome, relação com a vítima ou réu, se estava no momento do fato, o que viu, o que ouviu.

EXERCÍCIOS

RELATÓRIO DE INDICIAMENTO

Inquérito Policial nº: 2022.20221.2020

Indiciado: **VILELA HONÓRIO SILVA**

Nome social: **DOUTOR**

Vítima: **RITA MARIA DOS SANTOS**

Tipificação: art. 121, §2º, inciso VI, do Código Penal.

MM. Julgador,

Trata-se de Inquérito Policial a partir de prisão em flagrante lavrada em desfavor de **VILELA HONÓRIO SILVA**, nome social **VILELA HONÓRIO SILVA**, pela prática, em tese, do crime tipificado no art. 121, §2º, inciso VI, do Código Penal, tendo como vítima, a adolescente **RITA MARIA DOS SANTOS**, no dia 18/09/2020, por volta das 00h, na cidade de João Pessoa/PB.

2) Dos Fatos:

No dia 18 de setembro de 2020, por volta das 2h da manhã, a Polícia Militar foi acionada haja vista ter sido encontrada, sem vida, com sinais de agressão provavelmente perpetrada com o uso de arma branca, a adolescente **RITA MARIA DOS SANTOS**, de 15 anos de idade, nas margens da PB.

DEPOIMENTO TESTEMUNHA 1

Iniciou-se a lavratura do auto de prisão em flagrante com a oitiva do CONDUCTOR/PRIMEIRA TESTEMUNHA, 3º SGT da Polícia Militar, que disse: “Que é Policial Militar e entrou de serviço ontem, às 19h, quando tomou conhecimento do homicídio ocorrido na cidade de João Pessoa, supostamente praticado por um indivíduo chamado DOUTOR. Que desde de que entrou de serviço o depoente e seus companheiros passaram a encetar diligências à procura do suspeito, que até então apenas se conhecia como DOUTOR. Que foram realizadas incursões em vários sítio que interligam as cidades da grande João Pessoa, sem sucesso; Que hoje, por volta das 06h, o depoente recebeu uma ligação da colega de farda, tendo ela informado que o tio de DOUTOR teria a acionado e informado que o suspeito estaria com ele no Sítio SANTA JÚLIA, próximo ao bairro da TORRE, e que desejava se entregar a polícia, pois estava temeroso por sua vida; Que a equipe comandada pelo depoente se deslocou até o endereço informado e lá chegando se deparou com o tio do suspeito que havia acionado a polícia; Que o suspeito, posteriormente identificado como ADVOGADO, estava dentro do mato e foi chamado pelo tio, ocasião em que se entregou, sem oferecer reação; Que VILELA apresentava escoriações por todo o corpo e foi levado ao HOSPITAL DA UNIMED, onde foi feito o atendimento médico e realizado o exame de ofensa física; Que VILENA possuía lesões no pescoço provavelmente provocadas por ele mesmo, com uma arma branca; Que sobre tais lesões foram provocadas por ele mesmo, na tentativa de se suicidar; Que apenas afirmou que tentou se matar; Que

foi apresentado na Delegacia de Polícia de, onde já estavam familiares dele, a exemplo da mãe; Que como DOUTOR foi apreendido um aparelho de telefonia celular IPHONE 13 e 2 milhões de reais em dinheiro; Que após contato entre o Delegado e ele, a guarnição aguardou na Delegacia municipal pela chegada da Autoridade Policial do estado vizinho a quem o CONDUZIDO foi apresentado”.

TESTEMUNHA 2

Na sequência foi ouvida a segunda testemunha, o Policial Civil do Estado da Paraíba, JADER CLEMENTINO PEREIRA, tendo ele dito: “Que é policial civil e estava de serviço pelo período de 24h, foi acionado pela Polícia Militar, que solicitou o comparecimento do Delegado de Polícia plantonista em um local de crime de homicídio ocorrido, tendo como vítima a adolescente **RITA MARIA DOS SANTOS**, de 15 anos de idade; Que imediatamente a equipe da polícia civil compareceu ao local do fato, onde familiares e testemunhas passaram a apontar como acusado o namorado da vítima; Que no local do fato não foi localizado o aparelho de telefonia celular da vítima, objeto que ela tinha levado consigo, segundo os familiares informaram no local.

TESTEMUNHA 3

Em seguida foi ouvida a terceira testemunha, o igualmente Policial Civil da Paraíba, que ratificou os termos do depoimento da segunda testemunha, mesmo porque as diligências foram encetadas em conjunto.

TESTEMUNHA 4

A testemunha, **MARIA DO CARMO**, afirmou em juízo, conforme mídia eletrônica gravada: “[...] Que é mãe do acusado em casa era um menino muito tranquilo, amável, obediente, na escola os professores diziam que ele era muito educado; conheceu a vítima no Carnaval de 2020, mas fazia tempo que eles namoravam e conviviam pois tinham fotos dos dois; lhe relatou sobre o término do namoro com, mas que continuavam se encontrando; o pai e a mãe da vítima tinham conhecimento do relacionamento dos dois; depois do fim do relacionamento, que ligava muito chorando, dizendo que amava, que estava com muita saudade, ele emagreceu muito, mas achava que era um sofrimento normal; não entrou em contato após o crime, que quando soube do acontecido ligou várias vezes, mas ele não atendeu; que _se mostra arrependido, lhe pede perdão; nesse período que está preso não está tendo tratamento médico das lesões provocadas por ele mesmo, apenas tomando medicações [...]”.

DEPOIMENTO DO RÉU

Ao ser interrogado o réu, afirmou em juízo, conforme mídia eletrônica gravada: “[...] Alguns fatos constantes na denúncia são verdadeiros; NÃO cometeu o crime, mas foi por causa do fim do relacionamento e sim pela provocação e pelo que ela lhe ocasionou com a traição **COM SEU AMIGO CAMILO**; também não a chamou para o local, ela que o chamou **PARA QUERER REATAR O RELACIONAMENTO**; a causa do cometimento do crime foi traição **E FOI ELA QUE CAUSOU TUDO**, ela lhe traiu com o seu melhor;

nunca foi agressivo, nunca discutiu, nunca brigou, se procurar seu histórico em João Pessoa, todo mundo gostava dele; nunca ameaçou a vítima, nunca a agrediu e nem a mãe dela; a mãe dela sempre planejava as coisas com ele e pedia conselhos; não tem lembrança de onde desferiu o primeiro golpe na vítima; estava bêbado na hora do crime; não lembra como ocorreu, só lembra que estavam sentados em um banco; afirma que a amava como nunca amou ninguém e que ela era a mulher de construir seu futuro [...]”.

Por derradeiro foi qualificado e interrogado **VILELA HONÓRIO SILVA**, que confessou a autoria do delito sob investigação, merecendo destaque os seguintes pontos da oitiva: a **NEGOU A AUTORIA** que desferiu cinco ou seis facadas, pelas costas, contra a vítima, até que ela caiu morta; **NEGOU QUE** a motivação para o ato que seria a ocorrência de supostas traições por parte da vítima, com seu melhor amigo **CAMILO** durante o relacionamento do casal (em que pese entrar em contradição no que tange às datas); a afirmação de que se auto lesionou.

Escolha um dos depoimentos das testemunhas acima e depois apresente 3 perguntas a fim de obter informações que possam ser utilizadas por você para convencer os jurados, conforme o exemplo abaixo:

Exemplo:

1) ESTRATÉGIA: depoimento da testemunha 1

Eu quero causar o efeito da testemunha produzir:

() Uma afirmação (x) Uma negativa () Uma omissão

Pergunta 1: Você estava presente no momento do crime?

Pergunta 2: Você já viu o réu e a vítima em alguma discussão?

Pergunta 3: O senhor conhecia a vítima?

MÓDULO IV

Organização do texto falado na linguagem jurídica (formalidade, vocabulário técnico, pronomes de tratamento, etc.) e argumentatividade (expressões modalizadoras ou avaliativas)

Objetivo geral:

- Conhecer as expressões jurídicas, linguísticas e modalizadoras do discurso no júri simulado, bem como refletir sobre os elementos caracterizadores da oralidade.

Objetivos específicos:

- Analisar o papel do juridiquês e o uso adequado dos pronomes de tratamento no texto oral do júri simulado;
- Explicar os efeitos de sentido dos modalizadores;
- Refletir sobre a construção do texto falado no júri simulado.

Recursos:

- Textos e exercícios impressos;
- Transcrição da primeira produção;
- Padlet;
- Quadro de avisos no material de cortiça;
- Post-it;
- Cartolinas;
- Fotos impressas;
- Folhas de papel ofício;
- Grampos de quadro;
- Vídeos.

Orientações:

- Leitura e análise sobre a estrutura do texto falado no júri simulado;
- Elaboração do glossário para o júri simulado;
- Verificação do efeito de sentido dos modalizadores no discurso do júri.



- Antes da aplicação da sequência didática, você precisava ter um contato mais próximo com o mundo jurídico?
- O problema que sempre aparece é a dificuldade de entender a linguagem jurídica. Esse tipo de linguagem possui o uso de palavras e expressões técnicas.

ATIVIDADE I

Você vai ouvir o áudio de um júri simulado realizado em um contexto de sala de aula e, em seguida, responda às questões que seguem.

- 1) Quais palavras ou expressões do mundo jurídico estavam presentes na fala dos participantes do júri?
- 2) Na sua compreensão, a linguagem utilizada, de uma maneira geral, está adequada para um tribunal do júri? Por quê?

O QUE É O JURIDIQUÊS?

- São os jargões jurídicos, de difícil compreensão por falantes da língua que não são da área, fazendo parecer mais um novo dialeto.
- É uma conotação pejorativa, ou seja, uma crítica, já que o profissional de Direito, se distancia do público do que está sendo comunicado.
- Para o cidadão comum, dificulta o acesso à Justiça. É um problema de comunicação entre o emissor e o receptor da mensagem.

TERMOS TÉCNICOS EM LATIM

<i>in dubio pro reo</i>	Significa que, na dúvida, deve-se ser a favor do réu.
<i>periculum in mora</i>	A expressão significa "perigo da demora", utilizada para demonstrar que a situação discutida no processo deve ser resolvida quanto antes.
<i>erga omnes</i>	significa que é válido para todos, é uma expressão do efeito de uma lei, por exemplo.
<i>Lato sensu</i>	No sentido geral.
<i>non bis in idem</i>	Não duas vezes pela mesma coisa. Axioma jurídico, em virtude do qual ninguém pode responder, pela segunda vez, sobre o mesmo fato já julgado, ou ser duplamente punido pelo mesmo delito.
<i>sine qua non</i>	Sem a qual não. Diz da condição essencial à realização de um ato.
<i>mens legis</i>	O espírito da lei.

ATIVIDADE II

Vamos elaborar um glossário para conceituar os termos empregados para dar uma maior acessibilidade da justiça.

Exemplos:

AÇÃO

instrumento para o cidadão reivindicar ou defender um direito na Justiça; exercício do direito de acesso ao Tribunal.

AÇÃO PENAL

ação em que se apura e julga a ocorrência de um crime ou de uma contravenção.

AÇÃO PENAL PÚBLICA

ação Penal de iniciativa do Ministério Público.

APENSADO

quando um processo é anexado a outro.

ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO

processo para afastar do caso um juiz, membro do Ministério Público ou servidor da Justiça que se desconfie de ser parcial em um caso, por ter motivo para estar interessado nele.

BAIXA

quando um processo é remetido à Vara de origem ou a outro Órgão de Primeira Instância.

CARTA PRECATÓRIA

documento judicial solicitando diligência (providência) a juiz de outra comarca.

CARTA ROGATÓRIA

pedido feito por autoridade judicial estrangeira para que seja cumprida uma diligência no Brasil, como citação, interrogatório de testemunhas, prestação de informações, entre outras.

UTILIZAÇÃO DOS PRONOMES DE TRATAMENTO

O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas a essas autoridades no Poder Judiciário:

Excelentíssimo Senhor,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça.

Presidente e membros do Supremo Tribunal Federal

Presidente e membros dos Tribunais Superiores

Juízes

Desembargadores

Audidores da Justiça Militar

Procurador-Geral do Estado

Procurador de Estado

Membros do Ministério Público

Membros das Defensorias Públicas

ATIVIDADE III

Ouçã o áudio da produção do júri simulado novamente, observe o uso dos pronomes de tratamento e responda ao seguinte questionamento:

a) Os pronomes de tratamento foram usados adequadamente para cada autoridade?

O USO DAS EXPRESSÕES AVALIATIVAS NO JÚRI

As expressões avaliativas ou modalizadoras deixam claro a nossa opinião, ou seja, deixam em evidência a nossa intenção de explicar, de certeza, de dúvida, de obrigatoriedade, de julgamento e avaliação, entre outros.

Os nossos objetivos estão presentes em nosso dia a dia e se materializam na estrutura de nossa língua.

A argumentação é característica intrínseca às relações humanas, por isso, a todo tempo falamos ou escrevemos com as marcações argumentativas.

Elas evidenciam o ponto de vista assumido pelo falante e assegura o modo como ele elabora o discurso, como é o caso dos modos verbais, dos verbos auxiliares, dos adjetivos, dos advérbios, entre outros.

Exemplo:

Não pensem que esse homem é inocente... Esperem para ver mais da sua vida pregressa.

O réu acredita demais nas próprias verdades.

Não pensem – instrução na forma negativa

Inocente – avaliação axiológica (ponto de vista)

Esperem – instrução na forma afirmativa

Pregressa – delimitação + avaliação axiológica (ponto de vista)

Acredita – crença (possibilidade – quase-certeza)

Demais – avaliação (intensifica o sentido de acredita)

Próprias – delimitação + avaliação axiológica (ponto de vista)

ATIVIDADE IV

Vocês perceberam as diferenças das marcas de avaliação ou modalização, as quais imprimem ao enunciado determinado sentido, revelando qual é orientação argumentativa que o enunciador pretendia indicar a partir da organização de seu texto. Logo, são as marcas de modalização que orientam a nossa interpretação.

De acordo com os áudios da primeira produção, descreva o sentido que o locutor indicou em cada argumento:

Exemplos:

- Eu **ordeno** que você saia da sala.

Sentido: uma ordem dada pelo juiz.

- Ela **sempre** causou brigas entre os familiares do seu namorado.

Sentido: uma afirmação da testemunha, demonstrando a certeza da sua fala.

A CONSTRUÇÃO DO TEXTO FALADO NO JÚRI

- ✓ Vocês perceberam que o falar em público é uma conquista bastante desejada.
- ✓ É difícil perder o medo, eliminar bloqueios, ganhar desenvoltura, transmitir o conteúdo, adquirir o poder de persuasão e convencimento e passar a credibilidade aos jurados.
- ✓ Vamos ver algumas técnicas para ajudar vocês na sua oratória.

VOZ – VOLUME, IMPOSTAÇÃO E ENTONAÇÃO

Lembre-se sempre que o volume da voz deve ser adequado ao tamanho do local. Locais grandes ou para um grande número de pessoas requerem um volume extra; locais pequenos e com poucos ouvintes requerem um volume mais natural, para não criar um clima tenso.

Você pode também variar o volume da sua voz, conforme o conteúdo e enfatizar as palavras que deseja ter o maior interesse dos jurados.

RITMO DA FALA – ÊNFASES E PAUSAS

Outra dica interessante é a sequência e a maneira de transmitir sua fala, pois a ênfase que você dar a uma palavra ou uma determinada pausa pode influenciar no entendimento do discurso.

- ✓ Lembre-se que ritmo do seu discurso deve ser agradável, com a velocidade certa para cada palavra dita.
- ✓ Quando se deseja um ritmo mais vibrante, acelera-se a fala; quando se quer acalmar, deve-se levar a uma reflexão mais intimista, então, fala-se mais lentamente.
- ✓ As pausas junto com as ênfases, vão ajudando os jurados a criarem um raciocínio junto com o orador.

Qual a importância das pausas?

- ✓ Você vai pronunciar bem as palavras;
- ✓ Ao final de cada raciocínio, você pode dar uma pequena pausa para que o jurado possa processar as informações recebidas;
- ✓ Você também pode silenciar, por alguns instantes, induzindo a uma reflexão

EXPRESSÕES FACIAIS

É importante você lembrar que a sua expressão facial deve estar de acordo com o **conteúdo**, ou seja, não se pode falar sorrindo sobre fatos tristes ou desagradáveis.

NÃO FUJA o olhar dos jurados ou encare fixamente um determinado interlocutor. Olhe com alternância para o lado esquerdo e direito, focando em diversos pontos da sua plateia.

EXPRESSÕES CORPORAIS

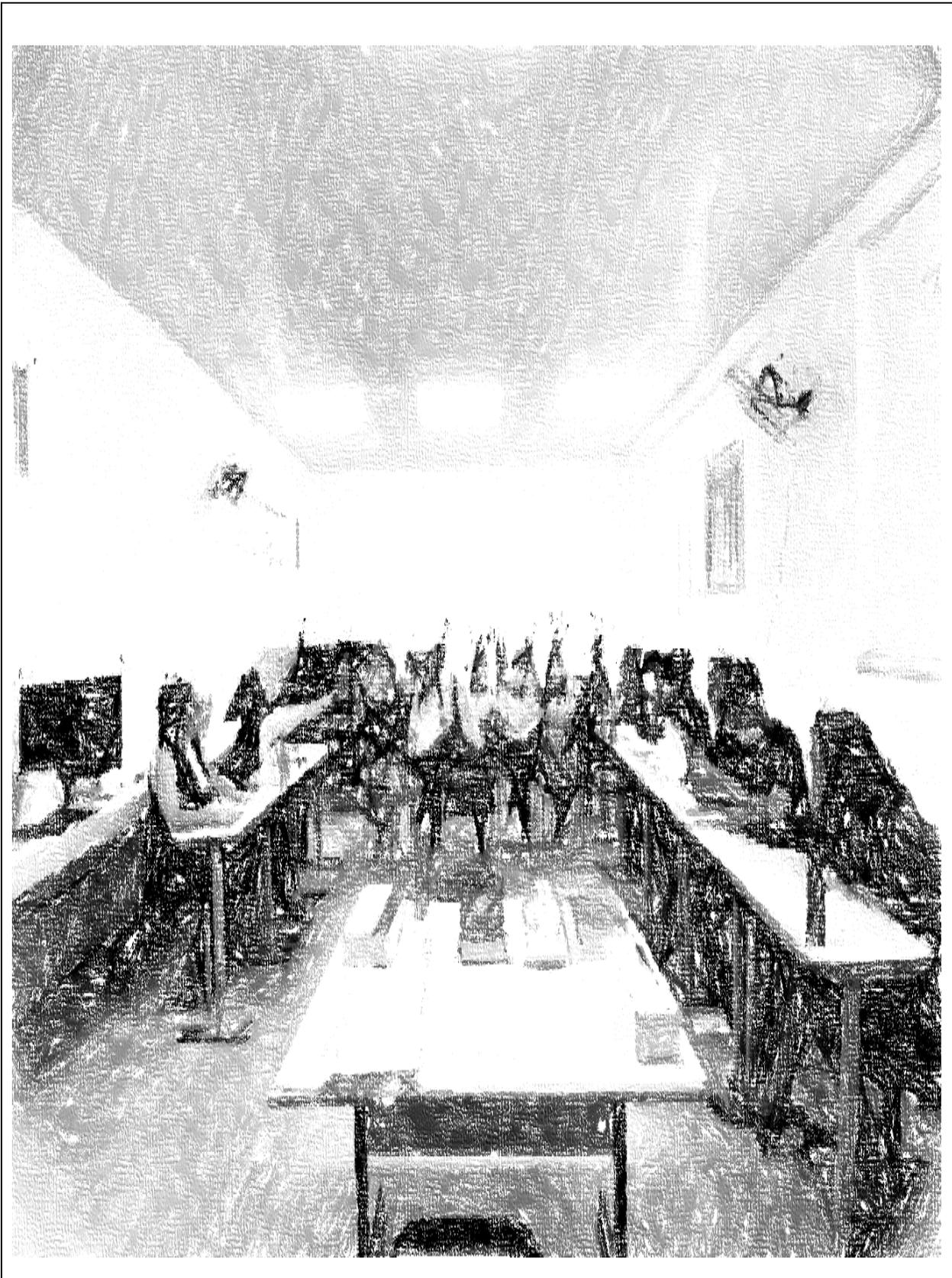
Ao se movimentar na frente dos jurados, os seus movimentos devem estar adequados ao espaço disponível.

Os seus gestos devem compor o entendimento da mensagem, seja com as mãos para indicar as explicações ou enfatizar uma reprovação, aprovação ou até mesmo enumerar itens da sua fala.

Após analisar a fala dos membros do júri, no áudio que você escutou, responda às seguintes questões:

- 1) Os falantes utilizaram a fala de maneira adequada, no que diz respeito ao nível de formalidade?
- 2) Os falantes conseguiram impor um ritmo de fala adequado, com entonações de ênfase, boa postura de voz, ritmo e impostação adequados?
- 3) Os falantes respeitaram o turno de fala dos demais participantes e mantiveram o respeito à fala do outro, sem interrupções inadequadas ou violação do direito de fala?
- 4) Os falantes demonstraram segurança na sua fala, confiança e foram assertivos, ou seja, demonstraram certeza e confiança no que falavam?
- 5) Os turnos de fala tiveram início, meio e fim, demonstrando planejamento e controle do conteúdo?

Após responder às questões anteriores, elabore seu esboço de fala, de acordo com o seu papel no júri simulado e coloque em prática o que foi aprendido nessa aula.



MÓDULO V- Discurso final de acusação e defesa, réplica e tréplica

Objetivo geral:

Elaborar o roteiro dos discursos orais, seguindo as dicas do manual de argumentação e ensaiar os discursos com as equipes.

Objetivos específicos:

Elaborar os roteiros dos discursos de acusação e defesa;

Participar da dinâmica da réplica e da tréplica;

Ensaiai os discursos com as equipes.

Recursos:

Textos e exercícios impressos;

Transcrição da primeira produção;

Padlet;

Quadro de avisos no material de cortiça;

Post-it;

Cartolinas;

Fotos impressas;

Folhas de papel ofício;

Grampos de quadro;

Vídeos.

Orientações:

Leitura e análise do manual da argumentação;

Apresentação da dinâmica da réplica e da tréplica;

Elaboração dos discursos;

Aplicação das técnicas nos ensaios com as equipes.

ATIVIDADES DO MÓDULO IV: Discurso final de acusação e defesa, réplica e tréplica**MANUAL PARA ELABORAR O SEU DISCURSO**

Estudante, a pergunta que fica na cabeça para montar o seu discurso é: como vou apresentar essa ideia? Imagine que você seja o espectador, então, sua apresentação deve ser cativante, objetiva e clara.

Segundo dados da neurociência, o público tende a prestar atenção apenas nos primeiros minutos. **SE SUA FALA NÃO AGRADAR, NÃO TERÁ AUDIÊNCIA.**

Como montar um discurso?

Essa etapa de construção do texto escrito vai direcionar a sua fala, por isso, antes de escrever, responda às seguintes perguntas:

1) Quem?

(o destinatário da minha informação)

2) O quê?

(o que será informado para o público - o tema central)

3) Para que?

(qual é o meu objetivo)

4) Como?

(você vai **demonstrar com provas e argumentos a sua tese**)

5) Onde?

(o espaço onde vai atuar)

6) Quanto tempo de fala?

(o orador vai falar no limite do tempo estipulado anteriormente)

5 CINCO PASSOS NA ELABORAÇÃO DO DISCURSO PARA O JÚRI SIMULADO

1) Faça um roteiro para o seu discurso

- Você só vai conseguir elaborar um discurso atrativo, se dedicar tempo para escrever um roteiro.
- Detalhe tudo o que você gostaria de falar, busque informações e referências sobre o caso para fundamentar a sua fala.
- Após coletar todas as informações, estruture o texto em INTRODUÇÃO, DESENVOLVIMENTO e CONCLUSÃO.
- INTRODUÇÃO: é o momento em que você ganhará (ou não) a atenção do público. Pense nas formas criativas para iniciar a sua fala. Neste momento você deve apresentar sua tese, ou seja, o ponto de vista principal relativo à inocência ou culpabilidade do réu que você irá defender.
- DESENVOLVIMENTO: você vai detalhar o caso, mostrando provas, evidências e argumentos que sustentem a sua tese.
- CONCLUSÃO: nesse momento, você pode aumentar a carga de emoção, a fim de despertar nas pessoas sentimentos sobre a absolvição ou a condenação do réu.

2) Pratique o seu discurso com antecedência

- Assim como um bom ator, você precisa praticar. Com o roteiro em mãos, leia a sua fala em voz alta até se familiarizar com o texto.
- Você vai perceber erros, cacofonias, palavras repetidas em excesso, não tem nenhum problema. É hora de melhorar!
- Durante seus ensaios em voz alta, aproveite para calcular a duração do seu discurso.
- Depois da prática, tente falar o seu discurso, sem ler.
- Você também pode praticar o seu discurso para outras pessoas: mãe, pai, irmão, irmã... Uma ajudinha vai aprimorar a sua fala, garantindo que fique perfeita no dia do evento.

3) Use a técnica do passado, presente e futuro

- Você pode falar no presente (seu discurso), voltar à infância do acusado ou até mesmo da vítima e comover os jurados de como seria a vida da vítima ou do acusado, e seus familiares se o fato delituoso não tivesse acontecido.
- Essa técnica deixa o discurso mais atrativo, serve para aumentar a carga de emoção.

4) Dê atenção à sua voz e à sua linguagem corporal

- Você precisa falar como um líder. Não nos comunicamos apenas através da nossa fala, mas também com o nosso corpo.
- Tente projetar a sua voz, encontrando o tom, a velocidade e o volume ideais. Mantenha uma boa postura, gesticule moderadamente e faça contato visual com as pessoas da plateia.
- Considere, desde o início, o ritmo da fala. Com um roteiro bem pausado, escolha as palavras certas e impactantes.
- Aponte as palavras de peso maior, chame a atenção para elas e demarque as pausas para a eficaz compreensão do seu discurso.

5) Incorpore a sua personagem

Você precisa se sentir um advogado, promotor, réu, jurados... E pela ordem legal falam nessa ordem:

- 1) Testemunhas de acusação;
- 2) Testemunhas de defesa;
- 3) Interrogatório do réu.
- 4) Debates orais: momento em que a palavra é concedida, por uma hora e trinta minutos, primeiro para a Acusação e, posteriormente, para a Defesa, pelo mesmo tempo.

É nesse momento que você irá fazer a sua *peroração*, sustentando as teses durante o julgamento. Uma dica: assistir a vários julgamentos e conhecer bem as provas dos autos.

Na defesa oral recomendamos:

a) Apresente certa solenidade, com um protocolo comumente utilizado pelos procuradores (homenagens, na forma de cumprimentos iniciais):

“Excelentíssimo senhor Juiz presidente, ilustre promotor, diletos colegas de defesa, primorosos servidores da Justiça, gloriosa polícia militar, familiares da vítima, familiares do réu, cumprimento ao réu e por último os jurados sorteados”.

b) *Cumprimente os jurados* na forma nominal, pois demonstra proximidade e valorização da pessoa.

c) Após os cumprimentos iniciais, apresente a versão dos fatos à luz da verdade da defesa ou da acusação. Conte a sua versão do caso: o dia, hora, local, as circunstâncias em que os fatos ocorreram. Depois, faça as argumentações defensivas ou acusatórias para provar, por intermédio das provas dos autos ou pela precariedade da acusação, a tese defensiva.

d) Fique atento aos jurados! Verifique se o tom da voz está incomodando, se deve se aproximar ou não, se estão sonolentos, desatentos. Olhe diretamente nos olhos dos jurados, mostre a convicção da tese defendida. Utilize sempre todo o espaço físico do plenário, para andar, simular a dinâmica do crime, utilizar a cadeira do réu. Use todos os recursos de teatro, encenação, como rasgar os antecedentes, conversar com alguém que ali não está presente.

e) A linguagem deve ser polida, mas com o emprego de palavras simples, considerando as várias faixas etárias e nível cultural dos jurados;

f) Traga mais emoção e veracidade no seu relato, fale de coisas que você presenciou: assassinato, injustiças, entre outros. Como no Júri vigora o princípio constitucional da plenitude de defesa, ou seja, o advogado pode utilizar de todos os argumentos jurídicos e extrajurídicos na defesa de sua tese, pois o julgamento é formado pela íntima convicção dos jurados.

g) Durante a defesa oral, o advogado pode utilizar de depoimentos produzidos na primeira fase ou durante a própria instrução em plenário, tendo em vista que atualmente a maioria dos julgamentos são gravados em mídia eletrônica, podendo reproduzir o depoimento ou parte dele, caso entenda necessário. A defesa deve refutar os principais argumentos ventilados pela acusação e, por tal razão, é importante realizar anotações durante a fala do promotor para rebatê-las ou provar a sua inconsistência.

h) Finalize seu discurso com algum pensamento ou histórias para reflexão. Segue o exemplo:

Um jovem, tentando enganar um sábio velho que morava na montanha, monta uma armadilha. Com um passarinho na mão, vai pronto para perguntar ao sábio se o passarinho está vivo ou morto. Se o sábio disser vivo, ele apertaria e mataria o passarinho; se responder morto, ele abriria a mão e o deixaria voar. Em ambos os casos, o sábio erraria. E assim fez, foi a montanha e formulou sua pergunta. O sábio abaixou a cabeça, levantou devagar, olhou para o jovem e, com um tom sereno, disse: 'a resposta para esta pergunta está em suas mãos'. A vida do réu hoje está na mão de cada um dos senhores, a resposta está nos seus corações. Façam justiça, absolvam!

ATIVIDADE I

Roteiro - Acusação

EXCELENTÍSSIMOS, SENHORES JURADOS!

Mais um enredo de AMOR que termina em tragédia... Rita, Vilela e Camilo, um triângulo amoroso que nos filmes e séries encantam ao público, mas na vida real essas histórias de agressões às mulheres e de feminicídios são notícia todos os dias.

A série brasileira “Não foi minha culpa” narra histórias de mulheres vítimas de violência e que entrelaçam um mesmo elo: o amor tóxico.

Parece que virou rotina, parece que virou normal, nem sequer choca mais o coração da gente...

Ainda assim, por vezes, pode parecer que essa violência está distante de nós, mas basta olhar as estatísticas para perceber que toda mulher é uma vítima em potencial.

Os dados mostram que o Brasil é hoje o **5º maior país em número de feminicídios do mundo**, e com um governo conservador que odeia mulheres esse número só tem aumentado. Um levantamento feito pelo G1 mostra que **em 2019, o número de feminicídios aumentou cerca de 7,3% em relação a 2018. Isso representa mais de 1.314 mulheres assassinadas só pelo fato de serem mulheres.** Em São Paulo, foram mais de 154 casos durante o ano, além do aumento de 4% no número de estupros. Vale ressaltar que **oito em cada dez casos de feminicídio de 2019 ocorreram dentro da casa das próprias vítimas.**

As provas acostadas aos autos demonstram que segundo o Inquérito Policial nº: 2022.20221.2020, o SR VILELA HONÓRIO SILVA, mais conhecido como DOUTOR cometeu o crime disposto no art. 121, §2º, inciso VI, do Código Penal contra a RITA MARIA DOS SANTOS.

Nobres julgados, juízes do povo!

- 1) Responda, de acordo com as dicas do manual, o que você pode melhorar no roteiro do discurso acima?**

2) Faça a combinação correspondente às partes do roteiro:

<p>... As provas acostadas aos autos demonstram que segundo o Inquérito Policial nº: 2022.20221.2020, o SR. VILELA HONÓRIO SILVA, mais conhecido como DOUTOR cometeu o crime disposto no art. 121, §2º, inciso VI, do Código Penal contra a RITA MARIA DOS SANTOS.</p>	<p>() Saudação com solenidade</p>
<p>2) ... Mais um enredo de AMOR que termina em tragédia... Rita, Vilela e Camilo, um triângulo amoroso que nos filmes e séries encantam ao público, mas na vida real essas histórias de agressões às mulheres e de feminicídios são notícia todos os dias.</p>	<p>() Desenvolvimento - argumento por evidência</p>
<p>3) Os dados mostram que o Brasil é hoje o 5º maior país em número de feminicídios do mundo, e com um governo conservador que odeia mulheres esse número só tem aumentado. Um levantamento feito pelo G1 mostra que em 2019, o número de feminicídios aumentou cerca de 7,3% em relação a 2018. Isso representa mais de 1.314 mulheres assassinadas só pelo fato de serem mulheres. Em São Paulo, foram mais de 154 casos durante o ano, além do aumento de 4% no número de estupros. Vale ressaltar que oito em cada dez casos de feminicídio de 2019 ocorreram dentro da casa das próprias vítimas.</p>	<p>() Desenvolvimento – argumento por exemplificação</p>
<p>4) Na série brasileira “Não foi minha culpa” narra histórias de mulheres vítimas de violência e que entrelaçam um mesmo elo: o amor tóxico.</p>	<p>() Introdução</p>
<p>5) EXCELENTÍSSIMOS, SENHORES JURADOS!</p>	<p>() Desenvolvimento - argumento de autoridade</p>

ATIVIDADE II

DINÂMICA

TENHA SEMPRE UM ARGUMENTO...

Desde que nascemos, convivemos com os argumentos. Eles chegam até nós através de nossos pais, querendo sempre nos convencer de algo, da televisão e do cinema, dos livros... Mesmo no dia a dia, várias pessoas que encontramos gostam de tentar nos convencer de algo: o Flamengo é melhor que o Vasco; é melhor usar tênis, porque é mais confortável... A argumentação faz parte da nossa vida, pois nos ajudam a refletir sobre a vida em sociedade, a lançar um olhar crítico sobre o mundo.

Nesta dinâmica, você vai ler um trecho do roteiro do discurso da defesa do caso apresentado na primeira produção dos alunos e você irá rebater (réplica e tréplica) com os seus colegas. Mãos à obra!

No momento do crime, ao contrário do alega a acusação, meu constituinte estava sob o domínio da violenta emoção, logo, após injusta provocação da vítima, SUA EX-NAMORADA QUE DISSE QUE TERIA O TRAÍDO COM O SEU MELHOR AMIGO, CAMILO.

1. RÉPLICA:

2. TRÉPLICA:

O QUE VOCÊ FARIA SE O AMOR DA SUA VIDA LHE TRAÍSSE COM O SEU MELHOR AMIGO?

Meu constituinte estava com sua AMANTE na boate quando a vítima veio e injuriou meu constituinte.

E não satisfeita ainda desferiu um soco CONTRA A AMANTE DO MEU CLIENTE.

1. RÉPLICA:

2. TRÉPLICA:

Meu cliente estava sob o domínio da violenta emoção, causalidade, senhores jurados. Se a vítima não tivesse injuriado e agredido o meu constituinte, nada disso teria acontecido.

A defesa hoje veio apresentar a tese DA LEGÍTIMA DEFESA. ELE COMETEU TAL CRIME, POR LEGÍTIMA DEFESA.

"Nos termos do art. 25 do Código Penal: 'Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem'.

A VÍTIMA TAMBÉM AGIU COM FORTE VIOLÊNCIA E PARA TENTAR SALVAR A SUA VIDA, PRECISOU DEFENDER-SE.

1. RÉPLICA:

2. TRÉPLICA:

Os senhores irão autorizar que o doutor juiz possa reduzir e dar justiça ao meu constituinte, que não é criminoso, nunca teve qualquer passagem pela polícia, pelo contrário: É UM ADVOGADO, tem um filho e é um cidadão exemplar da sociedade. ELE NÃO É UM ASSASSINO DE MULHERES.

Façam justiça e autorizem a ABSOLVIÇÃO DO MEU CLIENTE, DESSE POBRE MENINO.

1. RÉPLICA:

2. TRÉPLICA:

Tenho a sensação, nestes casos, que as soluções produzidas não são para sempre. Os processos não são livros, são a realidade. A gente não resolve esse tipo de problema – é uma carga emocional muito grande. Não tem como acreditar que tudo vai ficar maravilhoso.

Precisamos de experiência de vida para julgar esses casos. Por isso que existe o Júri e não o juiz para fazer isso.

Os discursos dos “crimes da paixão” destacam um enfoque na família, nos papéis desempenhados por cada um (homem e mulher/pai e mãe) dentro da relação conjugal/familiar, aspectos da intimidade dos envolvidos, suas condutas, personalidades e de como era o relacionamento entre os envolvidos.

ESSE FOI UM CRIME DE PAIXÃO?

O QUE VOCÊ FARIA NO ÍMPETO DA EMOÇÃO?

1. RÉPLICA:

2. TRÉPLICA:

Os antecedentes não condenam, mas hoje vai ser decisivo para ESSE HOMEM QUE não TEM antecedentes. A prova que precisa para condenar um homem de bem é diferente da prova para condenar um facínora. O meu discurso é imparcial. Justiça não se aprende na faculdade, por isso não precisa ser técnico.

A vítima, neste caso, é uma ‘fina flor’.

Porque no dia anterior o réu e a vítima saíram juntos. Pra que eles AINDA ESTAVAM JUNTOS?

RITA AMAVA VILELA E CAMILO. RITA QUERIA OS DOIS.

ELA ERA UMA GARÇONETE DA MORTE.

1. RÉPLICA:

2. TRÉPLICA:

A cara dela é de quem cuida de criança e de quem vai à Igreja, o que é muito nobre. Mas olhem bem PARA A FOTO DELAa, se ela me convidasse para fazer alguma coisa eu iria.

Se eu tenho dúvida, então não posso condenar e por isso que eu peço absolvição, porque eu não tenho certeza.

Nós temos a dúvida e a dúvida absolve.

O réu, por ser homem, tem que ser condenado? Por sua força física, não poderia estar submetido a uma mulher? Esse homem tinha um sentimento de submissão à mulher. Não é a força física que determina, ele sofria da força da mulher, nem tanto física. Ele era um apaixonado – ele diz “amém” a tudo. Ele era coagido por ela. E ela? Ela era segurança numa fábrica, ou seja, não era tão frágil assim. A vítima, ERA UMA “moça tão puritana”?

1. RÉPLICA:**2. TRÉPLICA:**

Esse réu foi massacrado durante 3 anos por ela e ele sustentava ela, ele dava tudo o que ela pedia. Ela não parou de trabalhar porque ele quis, mas porque a fábrica quebrou. E ele nunca a agrediu.

Ele não agiu por torpeza, ele agiu sob o manto da violenta emoção- como resposta aos 3 anos de sofrimento que ele viveu – e de agressão que não era só física, mas uma coação. Neste caso nunca existiu motivo torpe. Quando se ama, SE AMA DE VERDADE. FAZEMOS LOUCURAS, PERDEMOS A SANIDADE. PEÇO QUE OS SENHORES ABSOLVAM ESSE POBRE RAPAIZ!

1. RÉPLICA:**2. TRÉPLICA:****ATIVIDADE III**

- 1) Elabore o roteiro do seu discurso, de acordo com as regras do manual.
- 2) Após a escrita do roteiro, converse com o seu mentor para o aprimoramento do discurso.
(Cada equipe terá um mentor que irá orientar os alunos na apresentação do discurso. Esse mentor não pode ser da turma, pode ser um professor, um aluno do Ensino Médio, um funcionário da escola que irá fazer a mentoria)
- 3) Agora é a vez de ensaiar!

ROTEIRO DO DISCURSO NO JÚRI

Quando perguntado sobre algo, Heráclito costumava dizer: espera um pouco, vou perguntar a mim mesmo e depois lhe respondo.

É uma boa frase que nos remete à reflexão, e nos orienta para observação dos discursos no Júri, onde os debatedores expõem argumentos, fazem valorações de fatos e circunstâncias, discorrem sobre aspectos pessoais dos protagonistas, suas relações, antecedentes, e falam - até - algo sobre direito.

Dois discursos se desenvolvem concomitantemente: aquele que o orador verbaliza, dirigido aos jurados, e o que ele emite, representado pela forma - o tom da voz, gestos, expressão facial e outros sinais -, enfim, pelo modo como se comunica. Os jurados julgam, com frequência, não apenas o réu, mas também os oradores.

O objetivo de levar os argumentos certos, na hora certa e pelo modo adequado aos jurados, depende de vários fatores e das teses do adversário. A maior necessidade do jurado é a confiança nos oradores; mas estes, em geral, não confiam na honestidade do discurso do adversário e não se concentram no que é essencial, levando os julgadores a mais dúvidas e equívocos do que clareza.

A confiança depende da fidelidade do orador aos fatos.

PRODUÇÃO FINAL

Objetivo:

- Retextualização da primeira produção, com base no mesmo caso do Femicídio de Rita, baseado no conto de Machado de Assis “A Cartomante”, levando em consideração os aspectos que foram abordados nos módulos - a qual constituirá a produção final.

Material necessário:

- Fotocópias;
- Microfones;
- Televisão;
- Livros jurídicos;
- Cédulas;
- Urna de votação.

Orientações:

- Propor a retextualização do gênero júri simulado desenvolvida na produção inicial, sobre o caso do Femicídio de Rita;
- Concluído o tempo, dar-se por encerrada a atividade.

ANÁLISE E PRODUÇÃO FINAL

Professor(a), você deve observar se o estudante contemplou as características do gênero júri simulado, de acordo com os seguintes procedimentos:

1. Saudação;
2. Introdução do caso;
3. Descrição do caso;
4. Análise do caso;
5. Elaboração das perguntas.

Neste caderno, propomos a perspectiva da avaliação formativa, de modo que a evolução conseguida pelo aluno desde a produção inicial até a produção final seja considerada. Por isso, deve-se considerar a produção final em sua totalidade, desde a postura, a entonação da voz, os gestos, etc., além dos aspectos linguísticos constitutivos do gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração deste Caderno Pedagógico, buscamos relacionar duas áreas pelas quais temos uma paixão, um amor: Letras e Direito. Sempre pedimos a Deus que nos mostrasse o caminho para propor alguma proposta pedagógica com o enlace entre essas duas disciplinas. Eis o produto! Também quis valorizar e mostrar a importância do protagonismo dos atores em sala de aula: você (professor/a) e eles (nossos alunos).

É desafiador sermos dinâmicos, motivacionais e ao mesmo tempo esperançosos... Em um contexto da sala de aula, no qual a violação dos direitos humanos é tão latente, seja em casa, na própria escola, na rua, na praça...

O nosso alvitre a você, caro(a) colega, é que você seja um mediador, um coach, um amigo... Muitas vezes você vai ser a única pessoa que vai acreditar nos seus alunos, e estes, muitas vezes, só vão confiar em você. Tenha um papel ativo para edificação do conhecimento, sobretudo, na concretização do direito à educação e à dignidade humana.

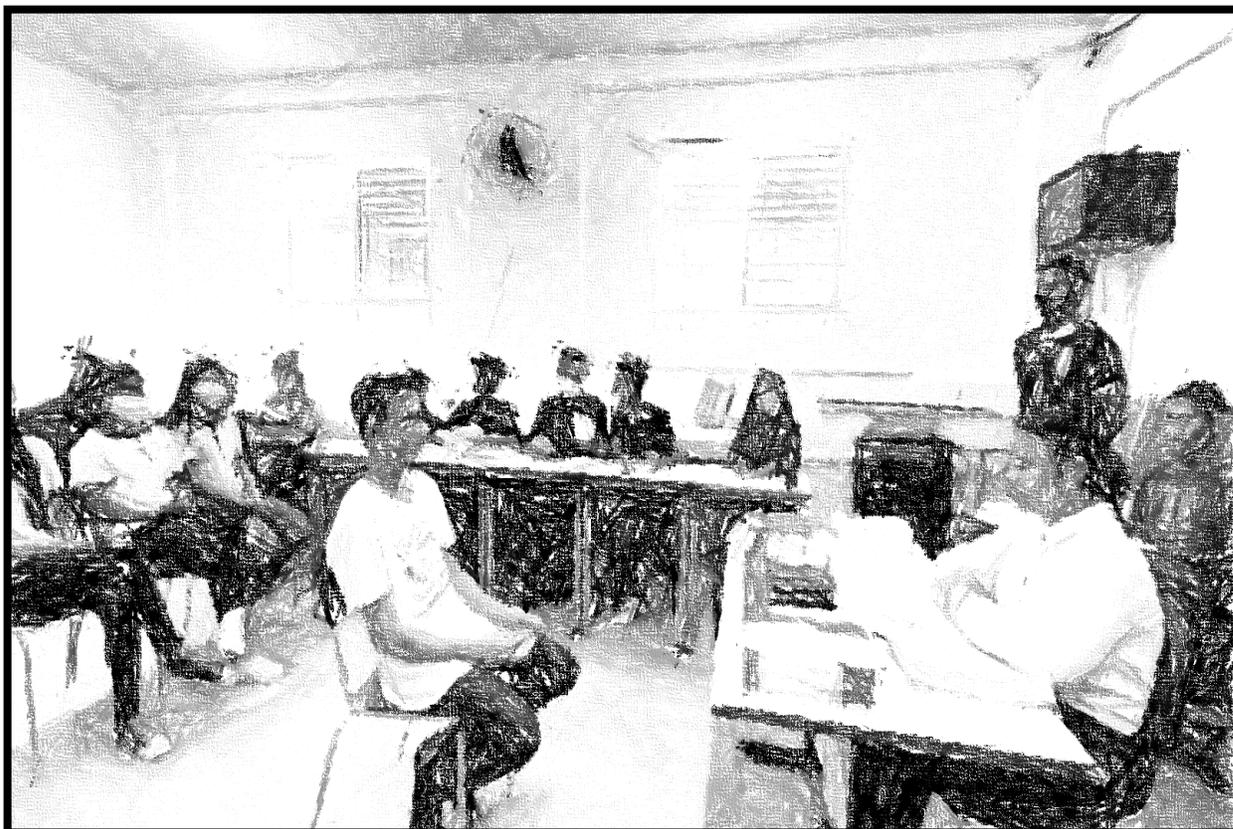
Aplicamos esta proposta, com todas as suas fases, em uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental Anos Finais, de uma escola pública do município de João Pessoa-PB, no entanto, acredito que também podemos desenvolvê-la em outros anos do Ensino Fundamental, visto que a aprendizagem das competências argumentativas e da oralidade são essenciais na formação cidadã em todas as fases da vida escolar, não só do ensino fundamental, como também no ensino médio.

Destacamos que para o desenvolvimento de uma prática pedagógica eficaz e humanizada, é imprescindível que você, amigo (a) professor (a), ao utilizar nossas proposições, faça as adequações necessárias à sua realidade, aos seus alunos. Esses ajustamentos podem acontecer na escolha dos textos sugeridos e das atividades propostas.

É evidente que a nossa proposta não irá resolver todas as dificuldades e problemas apresentados nas produções textuais dos nossos estudantes, e nem foi esse o nosso objetivo. Contudo, acreditamos que propostas como esta, e outras que são desenvolvidas no Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, colaboram na nossa prática docente de forma eficaz. Este Caderno também trará novos mares nunca dantes navegados...

Nosso convite é: vamos dar vez e voz aos nossos estudantes?

O poder da fala é dos nossos protagonistas...



REFERÊNCIAS

- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua**. Versión española de Julia Sevilha e Marta Tordesillas. Madrid: Editora Gredos, 1994.
- ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BAKHTIN, Mikhail. Problemática e definição. *In: BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal*. 6.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, V.N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. De Michel Lahud e Yara Franteschi Vieira. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEF, 2018.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C. M. M de. Advérbios modalizadores. *In: ILARI, Rodolfo (Org.). Gramática do português falado*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. v. II.
- DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências Didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. *In: ROJO, Roxane; SALES, Glais (Orgs.). Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. p. 95-128.
- DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard; HALLER, Sylvie. O Oral Como Texto: Como Construir um Objeto de Ensino. *In: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard; HALLER, Sylvie. Gêneros Orais e Escritos na Escola*. Tradução e organização Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013a – (Coleção as Faces da Linguística Aplicada).
- DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard; PIETRO, Jean-François de. Relato da Elaboração de Uma Sequência: O Debate Público. *In: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard; PIETRO, Jean-François de. Gêneros Orais e Escritos na Escola*. Tradução e organização Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013b – (Coleção as Faces da Linguística Aplicada).
- DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle & SCHNEUWLY, Bernard. Sequências Didáticas para o Oral e a Escrita: Apresentação de um Procedimento. *In: DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle & SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros Orais e Escritos na Escola*. Tradução e organização Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013c – (Coleção as Faces da Linguística Aplicada).

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e Progressão em Expressão Oral e Escrita- Elementos para Reflexões Sobre uma Experiência Suíça (Francófona). *In*: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. **Gêneros Oraís e Escritos na Escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Glais Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013 – (Coleção as Faces da Linguística Aplicada).

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, O. Argumentação e “topoi” argumentativos. *In*: GUIMARÃES, E. **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989, p.13-38.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: Dionísio, A. P.; Machado, A, R.; Bezerra, M. A. (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

NASCIMENTO, E. P. do; SILVA, J. M. da. O fenômeno da Modalização: estratégias semântico-argumentativa e pragmática. *In*: NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do (Org.). **A argumentação na redação comercial e oficial**: estratégias semântico-discursivas em gêneros formulários. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012, p. 63-10

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Lógica jurídica**. Trad. Vergínia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **O império retórico**: Retórica e argumentação. Trad. Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio. Porto: Asa, 1993.

ANEXOS

ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a **pesquisadora JOSEANE BATISTA DE AZEVEDO RAMALHO** para desenvolver o seu projeto de pesquisa **O JÚRI SIMULADO E O ENSINO DE ARGUMENTAÇÃO: SUSCITANDO O PODER DA FALA**, que está sob a coordenação/orientação **Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento**, cujo objetivo é trabalhar o gênero júri simulado na turma do 9º ano, do Ensino Fundamental II. A pesquisa irá analisar as estratégias argumentativas empregadas pelos alunos durante o júri simulado e investigar as marcas interativas presentes na interação, ampliando a competência comunicativa no decorrer das aulas.

João Pessoa, ____/____/_____.

Nome/assinatura e **carimbo** do responsável onde a pesquisa será realizada

ANEXO B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ESTUDANTES**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Orientação para Alunos)**

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre **O JÚRI SIMULADO E O ENSINO DE ARGUMENTAÇÃO: SUSCITANDO O PODER DA FALA** e está sendo desenvolvida pela pesquisadora **Joseane Batista de Azevedo Ramalho**, aluna do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do **Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento**.

O objetivo geral deste estudo é investigar o processo de ensino-aprendizagem do gênero textual júri simulado, mediado pelas sequências didáticas e enquanto prática argumentativa em sala de aula. Logo, versa sobre a produção oral do gênero júri simulado, como instrumento linguístico e social para uso nas práticas sociais de linguagem.

A finalidade deste trabalho é contribuir para a aprendizagem do gênero júri simulado em sala de aula proporcionando aos alunos um ambiente coletivo de construção do saber.

Solicitamos a sua colaboração no sentido de **permitir e participar da gravação do júri simulado que será realizado em sala de aula** como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área educativa ou publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua moral ou integridade física.

Esclarecemos que a participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição Escolar.

Os pesquisadores envolvidos na pesquisa estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal



Espaço para impressão
dactiloscópica

Assinatura da Testemunha

Contato do Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a)

Joseane Batista de Azevedo Ramalho

Endereço (Setor de Trabalho): ECIT PHB

Telefone: (83) 988137712.

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus

I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

OBS: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

ANEXO C – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E DE SIGILO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS - PROFLETRAS
Responsável pelo projeto: Eliana César Rodrigues Guedes
Mestranda do PROFLETRAS pela UFPB – Campus IV

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Orientação para Pais, Mães ou Responsáveis)
(Elaborado de acordo com a Resolução CNS/CONEP nº 466/2012)

Caro (a) pai, mãe, responsável ou representante legal,

O (a) seu (sua) filho (a)-dependente está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada **O JÚRI SIMULADO E O ENSINO DE ARGUMENTAÇÃO: SUSCITANDO O PODER DA FALA**, da mestranda **JOSEANE BATISTA DE AZEVEDO RAMALHO**, sob a orientação do **Prof. Dr. Erivaldo Pereira Nascimento**, do Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS.

O objetivo geral deste estudo é investigar o processo de ensino-aprendizagem do gênero textual júri simulado, mediado pelas sequências didáticas e enquanto prática argumentativa em sala de aula. Por esse motivo, solicitamos sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área educativa ou publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua moral ou integridade física.

Solicitamos a colaboração do seu (sua) filho (a)-dependente para participar das aulas que ministraremos, das rodas de conversa e das oficinas temáticas de leitura a fim de que os/as alunos/alunas possam aprimorar a leitura crítica.

Pleiteamos, ainda, sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área da Linguística Aplicada e publicá-los em revista científica (se for o caso). Enfatizamos que, por ocasião da publicação dos resultados, o nome do (da) seu (sua) filho (a) dependente será

mantido em sigilo, assim como de todos os dados que lhe identifiquem antes, durante e após o término do estudo.

Esclarecemos que a participação do (a) seu (sua) filho (a) dependente no estudo é voluntária e, portanto, ele/ela não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolva a qualquer momento desistir, não haverá nenhum dano ou prejuízo de qualquer natureza para ele/ela.

Destacamos que a pesquisa visa ao aperfeiçoamento de um procedimento metodológico e não oferece riscos, não havendo gastos financeiros para o (a) seu (sua) filho (a)-dependente nem para você, nem a previsão de ressarcimentos ou indenizações.

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para que o/a menor _____ participe desta pesquisa, assim como para a publicação dos seus resultados. Estou ciente de que receberei uma cópia deste Termo de Consentimento, assinado pela professora responsável e por mim, com a primeira página rubricada por ambos, visto que o documento contém duas páginas.

Assinatura do (a) Participante

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Contato da Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o estudo, entrar em contato com a pesquisadora: **JOSEANE BATISTA DE AZEVEDO RAMALHO**. Telefone: (83) 988137712.

Endereço (Setor de Trabalho): **Rua Caetano Filgueiras, Utb 1060. Torre. João Pessoa - PBCEP: 58040-390.**

OU

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB.

3216-7791 – E-mail: eticacsufpb@hotmail.com

Obs.: O sujeito da pesquisa e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

ANEXO D - PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO NO CEP JUNTO AO CONSELHO DE ÉTICA DO CCS – UFPB: PÁGINAS INICIAL E FINAL COM NÚMERO DO PARECER E SITUAÇÃO DE APROVAÇÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O JÚRI SIMULADO E O ENSINO DE ARGUMENTAÇÃO: SUSCITANDO O PODER DA FALA

Pesquisador: JOSEANE BATISTA DE AZEVEDO RAMALHO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 59476622.0.0000.5188

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.496.629

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa da mestranda Joseane Batista de Azevedo Ramalho apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS, da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, Campus IV- Mamanguape, na área de concentração Linguagens e práticas sociais, sob orientação do Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento, por meio de metodologia qualitativa e o trabalho de campo a pesquisa-ação de caráter intervencionista.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar o processo de ensino-aprendizagem do gênero textual júri simulado, mediado pelas sequências didáticas e enquanto prática argumentativa em sala de aula.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS.

Dos riscos pertinentes a esta pesquisa nos processos de ensino-aprendizagem de produções orais, por exemplo, se o professor fizer uma leitura ou correção de uma produção textual do discente, poderá suscitar uma timidez no aluno e, com isso, ocasionará uma dificuldade para evoluir nas atividades.

BENEFÍCIOS.

Os benefícios da pesquisa para os alunos, participantes do projeto, serão: A possibilidade de aperfeiçoar os textos orais produzidos em sala de aula, através de atividade sequenciadas e

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB - 1º Andar
Cidade: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 5.495.629

centradas na evolução da competência oral e melhoria dessa habilidade;•A oportunidade de refletir sobre temas que são pertinentes e de interesse comum entre os jovens discentes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa esta estruturada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

os termos foram apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não houve pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1957950.pdf	06/06/2022 21:29:35		Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	07/06/2022 20:21:57	JOSEANE BATISTA DE AZEVEDO RAMALHO	Aceito
Outros	1.pdf	07/06/2022 20:16:43	JOSEANE BATISTA DE AZEVEDO RAMALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	07/06/2022 20:11:00	JOSEANE BATISTA DE AZEVEDO RAMALHO	Aceito
Declaração de concordância	carta_de_anuencia.pdf	07/06/2022 19:59:55	JOSEANE BATISTA DE AZEVEDO RAMALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_Joseane.pdf	07/06/2022 19:59:40	JOSEANE BATISTA DE AZEVEDO RAMALHO	Aceito

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB, 1º Andar
Cidade: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 5.495.629

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 29 de Junho de 2022

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB - 1º Andar
Cidade: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

ANEXO E - PRODUÇÃO INICIAL DOS ALUNOS

TRANSCRIÇÃO²⁵ DA PRODUÇÃO INICIAL DOS ALUNOS DO JÚRI SIMULADO SOBRE O FEMINICÍDIO

Transcrição 1

Oficial de Justiça

Todos em PÉ para a entrada do juiz o SENHOR DAVID LUCAS.

Juíza

BOA TARde, SENHORAS E SENHORES, Damos início a sessão do Tribunal Do Júri da Comarca do PHB.

Juíza

((faz a leitura do resumo da denúncia do MP))

Será submetido a julgamento o processo penal que a Justiça Pública... ((chama a promotora para perto dele)) o representante do Ministério Público do Estado da Paraíba denunciou VILELA HONÓRIO SILVA... qualificado na denúncia COMO no art. cento e vinte e um, paragra/ segundo, do Código Penal e da diretrizes das leis () mediante a seguinte alegação QUE na madrugada entre os dias dezessete e dezoito de setembro de dois mil e vinte... por volta das 00h00min () nas margens da rodovia () nas proximidades do Colégio PHB, na cidade de João Pessoa, o acusado acima qualificado matou sua namorada, por motivo tor/ Ele tinha sentimento de posse que o réu nutria em relação à vítima e ELE inconformado pela a traição com o seu melhor amigo... CAMILO... o fim do relacionamento amoroso e utilizando de meio cruel, o acusado a atraiu para local ERMO e proferiu diversos golpes de arma branca... de forma dissimulada.. que dificultou a Defesa da VÍTIMA Diz a promotora aqui também que “o crime fora cometido () em relação de poder e submissão no âmbito da violência doméstica uma vez que com o término do relacionamento de mais de dois anos o acusado tentou por diversas vezes reatar o namoro não obtendo êxito. No mais há relatos de que o acusado proferia ameaças causando temor em toda família da jovem.”

Juíza

Apresentando os jurados que já foram sorteados e () peço AGORA a entrada dos 5 jurados

Juíza

Peço que traga o réu a presença desse tribunal... Seu nome? Sua idade? Tem advogado?

²⁵ Adotamos as normas de transcrição do Projeto NURC/SP.

Réu

Meu nome é Paulo... Tenho 16 anos...

Tenho advogado sim, tá aí...

Juíza

Peço aos jurados... que fiquem todos em pé () para o juramento do conselho de sentença... Repitam comigo "Em nome da lei, concito-vos a examinar esta causa com imparcialidade e a proferir a vossa decisão, de acordo com a vossa consciência e os ditames da Justiça"

Jurados ((cada jurado repetiu))

Assim prometo

Juíza ((pergunta a promotora))

A acusação tem alguma testemunha?

Promotora

Sim... te/ ahhh mãe ahh tia dele

Juíza

Seu nome? Qual sua relação com o réu?((risos)) ((vozes dizendo para parar de rir))

Testemunha 1

... Meu nome éhh Sebastiana((risos)) e como já disse... eu num tinha muita presença com ele()

Promotora

Você lembra... se em algum relacionamento dele teve algum assim como este...

Testemunha 1

Mas... a nossa relação era distante...

Advogado

Protesto, protesto

Juiz

Protesto NEgado

Promotora

Você tem que você mantém a postura, né...?

Advogado

Nessa (faixa) (etária) dele... sempre aconteceu alguma HISTória de agressão? ((risos))

Juíza

ORdem do tribunal

Testemunha 1

Então... o povo con/ uma história que o povo da/ fa/ casa do pai dele dava muito nele, né? Vá ser, quando você crescer, um BAndido dessas coisas...(os dois) mas... eu num tenho contato com ele

Promotora

Ele e a vítima costumava lhe visitar?

Testemunha 1

Então... eu sabia quem era ela... mas a gente não se falava... e com ele eu num tinha mais contato como eu já falei.

Promotora

Eu não tenho mais pergunta...

Juíza

...A defesa quer fazer mais alguma pergun/

Advogado

... eh.. a senhora disse que não tem mais contato com o seu filho... você ... pode dizer aparentemente... que eles não tinham um bom relacionamento com a vítima?

Promotora

Protesto

Juíza

Protesto NEdado (eu que coloco para interrogatório)

Testemunha AC

(realizada) ... como eu disse eu não tinha contato com eles ((risos))

Juíza

A ordem do Tribunal.

Juíza

Chamo a testemunha 2 da acusação, que é tia do réu... Mantenha se mantenha (incidente) com seu nome fala Qual é a sua idade? Fala aqui com vários tempos como eke cometeu esse crime (não a chamava)...

Testemunha DF

podemos... Eu... Maria das Neves, sou tia dele, cinquenta anos, tava em casa no sítio e ele chegou no dia 18, antes Rita ligou para mim desesperada e depois uns 40 minutos, o DR, pediu uma certa quantia em dinheiro ((fala ofegante))

Promotora

.. como ele era quando criança?

Testemunha DF

...bem... quando ele era bem pequeno era normal... só que depois quando o pai dele começava a dar nele aí né? ... ele ficou fazendo igual ao pai dele ((testemunha 2 chora))

Promotora

Quer dizer que é UMA FAMÍLIA com histórico de agressão?

Juíza

O advogado quer fazer alguma pergunta?

Advogado

... (não uso a palavra)

Juíza

A testemunha está DISPENSADA... Promotora, a SR tem mais alguma testemunha

Promotora

... tenho sim.. nesse dia (a sua tia fala generalizada) e ainda temos a ex-namorada do réu. Qual o seu nome? Fale da sua relação

Testemunha AC

... Estefáni... como a promotora falou... eu sou uma ex namorada... o que eu vivi e sofri... no começo eu pensei que ele era uma pessoa tratava bem demais com carinho depois disse que ia me matar e eu vivia cheia de hematomas... vivia me aperrando me ameaçando... eu não aguentava mais.

Promotora

Na verdade... não vou fazer uma pergunta... ((fala ofegante))... eu consegui o contato dela antes como testemunha.. eu perguntei se ela queria falar e se tinha provas... aqui as provas... fotos das agressões DELE ((promotora aponta para o réu e mostra as fotos aos jurados)

Juíza

Dr. promotora mostre as fotos a defesa ((o réu começa a rir))

Juíza

Silêncio

Promotora

Protesto... podemos ver, né? que o réu possui uma longa ficha e de um relacionamento passado... ela ((aponta para a testemunha 3)) seria mais uma vítima de feminicídio, pelo AMOR DE DEUS, né? ((promotora e a plateia rindo e a defesa pede postura da promotora))Ele/ falou que.../

Juíza

PROMOTORA... EU PEÇO que MANTENHA a POSTURA

Promotora

... eu me excedi... peço desculpas... eu como MULHER EU SINTO A DOR DELA também né?a gente tem que apurar o caso... eu passo a minha fala.

Advogado

agora a defesa para (fazê lo) queria saber como a promotora se comporta assim... num caso de feminicídio?

Promotora

... EU PROTESTO...

Juíza

Promotora... seu protesto foi negado...

Promotora

Tá bom, né?

Juíza

A testemunha tem mais alguma coisa para falar?

Testemunha AC

Não...

Juíza

TEstemunha dispensada...Promotora a senhora ainda tem mais alguma testemunha apresentada?

Promotora

Não mais...

Juíza

O advogado de defesa vai apresentar a (alegada) testemunha?

Advogado

... gostaria de chamar mais uma das ex namoradas do acusado... ((plateia rir))

Juíza

silêncio no tribunal... Qual o seu nome? diga sua idade e qual é a sua relação com o réu?

Juíza

... ((testemunha 4 rir))... Isabelle, eu sou uma ex namorada do réu tenho 35 anos ((plateia rir)) foi (aula) com a pessoa, gente era muito de boa eu confesso que a gente se dava muito bem.

Advogado

Isabelle... então... você afirma que ele era carinhoso, cuidado de você, certo?

Juíza

Isabelle... por quanto tempo você ficou com ELE?

Testemunha DF

... por dois anos...

Juíza

... ehh... durante esses dois anos ele nunca agrediu você?

Testemunha DF

não...

Juíza

...Isabelle DISPENSADA

Promotora

((falando para os jurados)).. mas na fala dela ela disse que ele era carinhoso e ela negou que ele era agressivo... bem... ela foi contraditória... tem alguma coisa errada, né? qual a verdade? (você fica em silêncio)

Juíza

((grita)) eu peço que tenha ordem no tribunal... eu convoco o réu para o seu interrogatório... o senhor pode ficar em silêncio, se quiser. O senhor cometeu o feminicídio contra Rita.

Réu

Não...

Juíza

Eu... convoco a SR promotora para fazer suas perguntas ao réu.

Réu

... eu posso ficar calado, né?

Juíza

ÓBVIO... você tem todo direito

Promotora

... bom, aonde você tava no dia 18 de setembro... as uma da madrugada...

Réu

... BA-LA-DA ((plateia rir))

Promotora

Podemos ver que o réu tá mentindo DESCARADAMENTO e não esboça remorso alguma(foi o que combina a defesa) vou mostrar alguma fotos do réu... olha ele aqui inclusive na honda onde ele fugiu ((promotora mostra as fotos ao réu, juiz, jurados e advogado de defesa))

Réu

... posso falar? ((plateia rir))

Juíza

qual era a sua relação com a vítima?

Réu

namorado

Juíza

ehh... aqui fala que você a matou desferiu diversos golpes de arma branca contra a vítima você realmente cometeu esse crime?

Réu

((respira fundo)) ... não...

Juíza

((o juiz pede aos jurados para ficarem em silêncio e pede a promotora que agilize com as provas))

Juíza

A senhora promotora tem alguma pergunta ao réu?

Promotora

... COMO você pode me explicar essas imagens? você ainda

Réu

Não fui eu... sim

Promotora

A sua tia disse que no dia do crime você foi pedir uma certa... quantia em DINHEIRO o que você queria

Advogado

Protesto ((advogado grita))

Juíza

Protesto ACEITO...

Advogado

Promotora você teria alguma prova exata que essas fotos foram tiradas no dia do crime? isso...

Promotora

Bom... foi a tia dele que disse que ele foi lá e não tava na balada... não tenho prova concreta

Juíza

((direciona-se ao réu))... foi alegado aqui que você foi a última pessoa que esteve com a vítima mas você também diz/ da balada/ de que horas/ horas você estava nessa balada?

Réu

Até as cinco horas da manhã.

Juíza

o réu está dispensado... a acusação tem até 30 minutos para o debate.

Promotora

((levanta uma prova das impressões digitais do réu)) que prova é essa jurados? bom... podemos ver que aqui ele meio que confessou, né? ele disse que tava na balada mas não tava porque eu apresentei provas e testemunhas e ELE não prova ... bom... eu em nome da família da vítima peço justiça ela tinha 15 anos tinha muita vida pela frente e foi morta por ele... TEMOS PROVA TAMBÉM... ele matou ela com o canivete uma arma branca... temos a digital dele ehh e?

Juíza

A defesa tem 30 minutos para debater com os jurados...

Advogado

... primeiro... eu queria dizer que... a acusação traz uma testemunha a mãe dele que mal sabia da vida do acusado, né? nem sabia do namoro que não serviu para nada... também vou falar das fotos e dos vídeos... aquelas fotos e imagens podem ser qualquer... pode ter passado perto do local do crime ou é qualquer foto? só isso...

Juíza

A acusação tem direito a réplica...

Promotora

... bem...só isso... temos aqui as digitais dele colhidas no canivete da arma branca que ele usou para matar a vítima... da perícia... peço silêncio... eu gostaria de perguntar aos meus colegas de trabalho... ahh... as provas que eles tem... você não responderam a minha pergunta e neme ELE que vocês não responderam, né?

Juíza

A defesa tem direito a tréplica.

Advogado

... ehh... respondendo a sua pergunta a gente foi atrás dessas gravações da balada só que não tivemos acesso... a essa gravações...

Juíza

CONSULTA AOS JURADOS

Juíza

Estão os Senhores Jurados habilitados a julgar ou precisam de mais esclarecimentos?

Jurados

Não...

Juíza

Vou perguntar o quesito... tá certo? pensem com a consciência de vocês...O réu Vilela deve ser absolvido?((oficial de justiça passa as cédulas de votação e depois recolhe para a contagem dos votos))

Juíza

((oficial de justiça comunica o resultado da votação dos jurados ao juiz)) Peço a todos os presentes que fiquem de pé para a leitura da sentença.

((momento da leitura da sentença))

Juíza

Peço a todos os presentes que fiquem de pé para a leitura da sentença

Juíza

“Vistos, etc.

Relatório já realizado e juntado aos autos.

CONSIDERANDO que o Egrégio Conselho de Sentença, por maioria de votos (mais de 03), ao responder o primeiro quesito, reconheceu que VILELA HONÓRIO SILVA, qualificado na denúncia, como incurso na sanção prevista no art. 121, § 2º, I, III, IV e VI, c/c § 2º-A, I, do Código Penal c/c os arts. 5º, III, e 7º, I, ambos da Lei 11.340/2006, sob as diretrizes da Lei 8.072/90, mediante a seguinte alegação, Id 33789827. Na madrugada entre os dias 17 e 18 de setembro de

2020, por volta das 00h00min, nas margens da rodovia, nas proximidades do Colégio PHB, na cidade de João Pessoa/PB, o acusado acima qualificado matou sua namorada, por motivo torpe, consistente em sentimento de posse que o réu nutria em relação à vítima, bem como pelo inconformismo com a traição com o seu melhor amigo, CAMILO, o fim do relacionamento amoroso e o fato desta haver lhe falado que havia se relacionado com outra pessoa.

ISTO POSTO, e considerando a vontade soberana do Tribunal Popular do Júri, declaro, por sentença, a PROCEDÊNCIA TOTAL DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, para o fim de CONDENAR o réu VILELA HONÓRIO SILVA, vulgo "DOUTOR", devidamente qualificado nos autos, como incurso na pena do artigo 121, parágrafo 2º, incisos II e IV c/c 29 do Código Penal Brasileiro. A pena em abstrato para o delito tipificado no art. 121, §2º, do Código Penal Brasileiro é de 12 (doze) a 30 (trinta) anos de reclusão. Analisando as circunstâncias judiciais, fixo-lhe a pena-base em de 16 (dezesesseis) anos de reclusão. Após o trânsito em julgado, LANCE-SE o nome do réu no rol dos culpados, EXPEÇA-SE Guia de Execução Criminal definitiva, PROCEDAM-SE às comunicações de estilo e ARQUIVEM-SE. Dou esta por lida e publicada no plenário do Tribunal do Júri e dela intimadas as partes. Registre-se. Sessão Plenária do Egrégio Tribunal Popular do Júri da Comarca do PHB.”

Juíza

... para todos saberem o resultado foi unânime para a acusação cinco votos NÃO e zero voto para a defesa...

((plateia grita))

Juíza

... agradeço a doutorada e ao doutor defensor, pelo comportamento e pelas palavras a mim dirigidas agrade/ também a polícia militar... aos servidores desta casa ao público presente e... finalmente... agradeço aos senhores jurados pela presença e pelo cumprimento do dever ESTÁ ENCERRADA A SESSÃO.

((plateia grita na saída do réu))

((aplausos da plateia))

((plateia grita ASSASSINO))

ANEXO F - PRODUÇÃO FINAL DOS ALUNOS

TRANSCRIÇÃO²⁶ DA PRODUÇÃO FINAL GÊNERO TEXTUAL JÚRI SIMULADO

Oficial de justiça

/To/dos em pé para a (que) da Excelentíssima Senhora Juíza de Direito DR Júlia Márcia Torres...

Juíza

Boa tarde senhoras e senhores.../e/ hoje daremos início ... nesse momento a instalação da sessão do Tribunal do Júri da (marca) do Pad::re Hildon Bandeira

Juíza

Resumo... vou ler aqui, o Resumo da denúncia... será subme/tido/ a () julgamento o processo penal que a Justiça Pública, “o representante do Ministério Público do Estado da Paraíba, denuncia a Vilela Honório Silva, qualificado na denúncia na sessão prevista no artigo 121 do Código Penal.”

Juíza

(A duta) (estou lendo a denúncia) “a denúncia que na madrugada entre os dias 17 e 18 de setembro de 2020, em volta das meia-noite, nas margens da rodovia das proximidades do Colégio Padre (Dão) Bandeira, na cidade de João Pessoa Paraíba, o acusado acima qualificado matou sua namorada por motivo (tóxico), consistente em sentimento de posse que o réu (não cria) em relação à vítima, bem como pelo inconformismo com a traição com seu melhor amigo, Camilo.”

Juíza

... então... “o fim do relacionamento amoroso e o fato desta haver-lhe falado que (havesse) relacionado com outra pessoa, utilizando-se de meio cruel, o acusado atraiu para o local (héroe) e proferiu diversos golpes de arma branca, de forma (desciclada), que dificultou a defesa da vítima.”

Juíza

... () “narra também a tese (atuatória) que o crime fora cometido em relação de poder e (subdução) no âmbito da violência doméstica () uma vez que, com o término do relacionamento de mais de dois anos, o acusado tentou por diversas vezes reatar o namoro, não obtendo (resíduo).”

Juíza

...no mais, há RE-la-tos de que o acusado proferia ameaças () acusando temor em toda a família da jovem, chamada dos (virados).

Juíza

A-PRE-SEN-TEM o réu em plenário AGOra...

²⁶ Adotamos as normas de transcrição do Projeto NURC/SP.

Juíza

Qual seu nome, SENHOR?

Réu

... Vilela da Silva

Juíza

... me (diga) quem são os seus advogados?

Réu

... esses aí ((eu acho))Maria Clara, Maria David, Manuel Algarve, Renato Gesta e Guilherme Moran...

Juíza

(convidado) os senhores doutores

Juíza

Manuel Algarve o Dr... tem/ a/ PA-la-vra

Juíza

Guilherme Moran, o Dr

Juíza

Renata Gesta, a Dra

Juíza

Clara Munna e o Dr.

Juíza

... David Caio ((acena chamando)) venha aqui para tomar assento na tribuna da defesa

Juíza

((a juíza acena chamando os jurados)) convidado a senhora PÂMELA Estefany e /0/ David para tomar assento _ os jurados levantam_

Oficial de justiça

... vamos fazer o compromisso do conselho de sentença.../ levantem-se to/dos, por favor, para o juramento do Conselho de Sentença - Senhores Jurados levantem o braço direito -

Jurados

“Em nome da lei, concito-vos a examinar esta causa com imparcialidade e a proferir a vossa decisão, de acordo com a vossa consciência e os ditames da Justiça”

Oficial de justiça

... /a/ssim que eu () disser o nome do jurado por favor RES-pon-da

Jurados

ASSIM O PROMETO ((todos os jurados repetiram))

Juíza

... vamos ouvir as testemunhas?

Juíza

Diga o seu nome? () [] qual a sua RELAção com o réu? e... me/ di/ga então resuma o que você viu...

Testemunha DF

.. meu nome é Anthony/ so/u irmão dele

Advogado

... como era a sua rela/ção () seu irmão?

Testemunha DF

Era normal né- eu bem acho- [[ele era afastado da família... e trabalhava muito nem ia na casa da mãe

Promotora

... e como você pode A-FIR-MAR que ele ((apontou para o réu)) estava no trabalho no momento do crime?

Juíza

... a senhora da () promotoria con/ vido a Dr

Juíza

... pode vir/ Dr/ Emily Castro Oliveira, Dr

Juíza

... agora Sofia Gabrieli e Dr... () pode

Juíza

E ... Dr Anita Alves para tomar assento na tribuna da acusação

Juíza

... as SE-NHO-ras têm mais alguma pergunta?

Promotora

... sim

Promotora

o Ministério pug::na e por (sauda) a todos e nós queremos (voltar) por/que a nossa meta () como mulheres é vencer essa causa – todos aplaudem-

Promotora

... (levantem) TODOS por favor... a/qui/ temos mais um enredo de AMOR? ... que termina em tragédia... Rita-Vilela-Camilo [] esse () triângulo amoroso que nos filmes e séries encantam ao público... mas na vida real essas histórias de agressões () as mulheres e de...

Promotora

... /fe/ minicídios são notícia todos os dias ()

Promotora

... tá... na série brasileira “ não foi minha culpa” narra histórias de mulheres vítimas de violência e que entrelaçam um mesmo elo.. A-MOR TÔ-xi-co.

Promotora

ah parece que virou rotina... parece que virou normal, né? nem sequer choca mais o coração da gente...

Promotora

Eh... assim / por/ vezes pode parecer que ()

Promotora

Ta... essa VIOLÊNCIA está distante de nós ? ... mas basta olhar/ as / estatísticas para perceber que toda mulher é uma vítima em potencial...sim... eu e você [] senhoras e senhores (levantem) o / vamos examinar essa causa com imparcialidade e a proferir a nossa decisão de acordo com a vossa consciência e o ditamo da justiça... (agora)

Promotora

... por favor, me respondam... pq todo caso de amor termina as/sim?

Promotora

... assim como eu, como vocês...

Promotora apontando para os jurados

JOAQUIM assiste para o mesmo...

Promotora apontando para os jurados

Pâmela assim como eu

Promotora apontando para os jurados

Júlia (assiste) para o mesmo

Promotora apontando para os jurados

Oliveira (assim) como eu

Promotora apontando para os jurados

... assim como eu.

Juíza

Advogado independente vocês gostariam de fazer uma testemunha?

Banca de advogados

Não... não... não.

Banca de advogados

Novamente - não. 00:05:44

Banca de advogados

... posso agora mandar a nossa testemunha ()

Advogado 2

Diga... qual o seu nome?

Testemunha AC

Nara.

Advogado

Qual é a sua relação com o réu?

Testemunha AC

Eu sou a mulher dele.

Advogado

Hum... com quem ele estava no dia do crime?

Advogado

... comigo em casa.

Promotora ((interrompe))

... os dados mostram que o Brasil é hoje o 5º maior país em...

Promotora

então... número de feminicídios do mundo, e com um governo conservador COMO ESTE que odeia... sim ele odeia as mulheres.

Promotora

...mulheres::: esse número só tem aumentado...um levantamento feito pelo G1 mostra que “em 2019, o número de feminicídios aumentou cerca de 7,3% em relação a 2018 e representa mais de 1.314 mulheres assassinadas só pelo fato de serem mulheres [] ... em São Paulo foram mais de 154 casos durante o ano, além do aumento de 4% no número de estupros. Vale ressaltar que oito em cada dez casos de feminicídio de 2019 ocorreram dentro da casa das próprias vítimas”. Então... senhores jurados... as provas () acostadas aos autos demonstram que segundo o Inquérito Policial nº: 2022.20221.2020 /o SR /VILELA HONÓRIO SILVA mais conhecido como DOUTOR cometeu o crime disposto no art. 121, §2º, inciso VI, do Código Penal contra a RITA MARIA DOS SANTOS... é isso... nobres (julgados), juízes do povo!

Promotora

testemunha... Vamos refazer os fatos, tá?

Promotora

“No dia 18 de setembro de 2020, por volta das 2h da manhã, a Polícia Militar foi acionada haja vista ter sido encontrada, sem vida, com sinais de agressão provavelmente perpetrada com o uso de arma branca, a adolescente RITA MARIA DOS SANTOS, de 15 anos de idade, nas margens da PB.”... segundo aqui nos autos folhas vinte e dois...

Promotora

Nas folhas vinte e oito diz que “A POLÍCIA FOI ATÉ a residência da tia de VILELA que mora a menos de 400m do local do fato... ELE JÁ TINHA PREMEDITADO O CRIME! MA-TA-RIA RITA E FUGIRIA RAPIDAMENTE, POIS A TIA MORAVA PRÓXIMO AO LOCAL... NO DEPOIMENTO DA TIA, ELA informou que DOUTOR não frequentava sua residência há algum tempo. ...sim... () que sabia das brigas constantes entre o réu e a ex-namorada... polícia civil recolheu os seguintes objetos:: uma sandália havaiana, número trinta e nove e quarenta de cor branca, com resquício de sangue que poderia pertencer ao suspeito...

Promotora

AGORA PENSEM COMIGO... por volta das 06h do dia 18/09/2020 a Polícia Militar foi acionada pelo tio do réu () QUE informou que o suspeito estaria no Sítio SANTA JÚLIA e que desejava se entregar ocasião em que ele foi capturado por policiais...

Promotora

... eh... a senhora sabia que ele planejou matar Rita?

Testemunha

Não sei...

Advogado

Eu:: vou /passar / para você... para a sua resposta.

Advogado

... a gente já teve muitas testemunhas.

Advogado

... gente teve algum tratamento (estranho)?

Advogado

Ou:: tipo... sofrido?

Testemunha DF

Sofrido:: sim...

Advogados ((conversado entre si))

Tá... agora a gente vai voltar para a reputação...perfeito?

Advogado

... você sabia que estava a sair do hospital?

Testemunha DF

Que dia? não... ue n]ao sabia que ele era agressivo... sim... eu não sabia que ele estava vivo ou muito rico...

Promotora

Se você sabia... tá? de um dos relacionamentos que ele tinha... qual era o contato a uma dessas delas?

Como ele era um homem, ele não tinha nenhum (contorno) você escolheu uma relação... outra coisa COMO O TIO DA VÍTIMA FICOU SABENDO? pera... já imagino a cena... VILELA achava que poderia contar com o abrigo dos familiares... coitados moradores de sítios que levam uma vida calma e pacata... esse homem queria até comprometer até mesmo a sua FAMÍLIA... nossa... Lendo agora os autos... página trinta... “a POLÍCIA SE deparou com o tio do suspeito que havia acionado a polícia que o suspeito, posteriormente identificado como ADVOGADO... estava dentro do mato e foi chamado pelo tio:: ocasião em que se entregou... sem oferecer reação e que VILELA apresentava escoriações por todo o corpo e foi levado ao HOSPITAL DA UNIMED onde foi feito o atendimento médico e realizado o exame de ofensa física. Que VILENA possuía lesões no pescoço provavelmente provocadas por ele mesmo... com uma arma branca....Que sobre tais lesões foram provocadas por ele mesmo, na tentativa de se suicidar... Que apenas afirmou que tentou se matar... Que foi apresentado na Delegacia de Polícia de, onde já estavam familiares dele, a exemplo da mãe... Que como DOUTOR foi apreendido um aparelho de telefonia celular IPHONE 13 e 2 milhões de reais em dinheiro”

Promotora

... por derradeiro foi qualificado e interrogado VILELA HONÓRIO SILVA e ESTE que confessou a autoria do delito sob investigação....merecendo destaque os seguintes pontos da oitiva:: primeiro ponto ELE NEGOU A AUTORIA que desferiu cinco ou seis facadas... pelas costas...contra a vítima... até que ela caiu morta... dois....NEGOU QUE a motivação para o ato que seria a ocorrência de supostas traições por parte da vítima com seu melhor amigo CAMILO durante o relacionamento do casal (em que pese entrar em contradição no que tange às datas) e terceiro e último ponto a afirmação de que se auto lesionou...

Promotora

... venho aqui também para dizer que... foram apreendidos o veículo utilizado na fuga:: e : a arma do crime uma sandália com vestígio de sangue pertencente ao suspeito e o aparelho de telefonia celular por ele utilizado (vide autos de apreensão nas) ... em seguida o autuado se submeteu a exame de ofensa física (ele estava bem) ... analisou o celular do autuado - com sua expressa autorização - termo nos autos - e constatou que ele confessou o delito em mensagem enviada para sua GENITORA A SENHORA MARIA DE LOURDES através do aplicativo WhatsApp ainda assim foi requisitado exame pericial no objeto bem como no aparelho da vítima-relação ao qual não tivemos acesso ao conteúdo porque está protegido por senha - cujos laudos serão remetidos à Vara processante, tão logo nos sejam disponibilizados, independente de retorno dos autos. Requisitou-se, outrossim, exame de DNA, para comparar o material biológico colhido da vítima com o material biológico presente no canivete apreendido nos autos, cujo laudo será enviado ao juízo do feito, tão logo nos seja disponibilizado, independente de retorno dos autos. Por fim, juntou-se aos autos a certidão de óbito, como prova da materialidade delitiva, que apontou como a causa

da morte como sendo “choque hipotérmico por múltiplos ferimentos perfuro cortantes na região do pescoço”.

Promotora '

Então... né? foram apreendidos o veículo utilizado na fuga... a arma do crime e uma sandália com vestígio de SANGUE () era SUA? TUDO ISSO pertencente ao suspeito:: digo mais... e o aparelho de telefonia celular por ele utilizado ((promotora mostra o auto de apreensão)). Vou ler aqui folhas...~ç “Em seguida o autuado se submeteu a exame de ofensa física. Analisou-se, perfunctoriamente, o celular do autuado, com sua expressa autorização (termo nos autos), e constatou-se que ele confessou o delito em mensagem enviada para sua GENITORA A SENHORA MARIA DE LOURDES, através do aplicativo whatsapp, ainda assim foi requisitado exame pericial no objeto, bem como no aparelho da vítima (em relação ao qual não tivemos acesso ao conteúdo porque está protegido por senha), cujos laudos serão remetidos à Vara processante, tão logo nos sejam disponibilizados, independente de retorno dos autos. Requisitou-se, outrossim, exame de DNA, para comparar o material biológico colhido da vítima com o material biológico presente no canivete apreendido nos autos, cujo laudo será enviado ao juízo do feito, tão logo nos seja disponibilizado, independente de retorno dos autos. Por fim, juntou-se aos autos a certidão de óbito, como prova da materialidade delitiva, que apontou como a causa da morte como sendo “choque hipotérmico por múltiplos ferimentos perfuro cortantes na região do pescoço”.

Promotora

Eh... tá... a materialidade do delito tá comprovada pela prova testemunhal... pela certidão de óbito e pelos exames periciais... a autoria... motivação e as circunstâncias foram atestadas pelos objetos apreendidos pela prova testemunhal e pela confissão do investigado. Diante do exposto PEÇO QUE CONDENEM O NACIONAL - VILELA HONÓRIO SILVA - como incurso nas sanções cominadas pelo artigo 121 §2º inciso VI do Código Penal... ante a prática do fato ora investigados

Advogado

Você conhecia o Camilo?

Testemunha AC

Sim.

Advogado

Qual era a relação entre ele e o Camilo?

00:09:44 **Testemunha AC**

Bem... eles eram amigos normais. Eu e ele... e eu era o (mestre) que ele me nomeava.

Promotora 2

Sim... como você é o irmão do réu... é normal que você querida deixar isso mais leve... MAS, DO lado de cá, os dados alarmantes, do outro lado, TEMOS um governo reacionário que vem promovendo uma ampla política de ataques aos direitos das mulheres: RITA, MARIA, PENHA,

JÚLIA, MARIA TOMÁS, SÃO TANTAS MULHERES MORTAS PELA PRAGA DO MACHISMO. Além de não se importarem com AS VIDAS DAS MULHERES, também não hesitam em retirar OS SEUS DIREITOS! O ódio às mulheres e o machismo destilados por Bolsonaro ficam claros quando ele e Damares cortam mais verbas do orçamento da Secretaria da...

Promotora

... como os senhores podem ver es ser É O NOSSO cenário violento é ainda mais marcante para mulheres (aqui)

QUE DIREITO É ESSE DE NASCER PARA MORRER? A JUSTIÇA ESTÁ NAS MÃOS DE VOCÊS... CONDENEM ESSE HOMEM::: ESSE RÉU... A PRISÃO DELE FARÁ COM QUE AMANHÃ NÃO SEJA EU... (promotora 1 toca em si mesma) VOCÊ OU QUALQUER OUTRA MULHER SEJA NOVAMENTE A VÍTIMA DELE (promotora 1 aponta para o réu)

Promotora

... Vamos? JUSTIÇA POR RITA... por Taliane... por Rafaela por Camila...por Rayanne... QUE A MORTE DE RITA SEJA APENAS UM CONTO DE MACHADO DE ASSIS (VIVA A CARTOMANTE)

Juíza

Bem (agora) vamos ao depoimento da outra testemunha?

Juíza

Quem é a outra testemunha?

Juíza

Hum... no dia de hoje temos o detetive Max Fioregrino.

Promotor

... alguém se reuniu com vocês hoje? por ter sido (sigla) de amizade desejando a derrota da da vítima... espeto que a testemunha tenha vindo desmascarar esse homem (promotora 3 aponta para o réu).

Advogado

... vamos lembrar quem é o nosso cliente? Em seu depoimento você disse que ele era um homem tranquilo... ele tinha uma cara bem atencioso, carinhoso... respeitoso... mas depois começou a ficar mais muito estranho... Essa é a fala (parou e ficou pensando) ... Excelentíssima senhora doutora juiz presente da Vara do Tribunal do Júri DA COMARCA DO PHB... é uma honra::: doutor... trabalhar sob a presidência de Vossa Excelência... a qual tenho grande admiração pessoal e profissional e sempre respeitadora das garantias constitucionais das partes... então e para o júri... quero dizer que o direito toma cor:: pulsa:: exala a dor...que o direito vive, tá? receba nossas homenagens... Excelências.

Advogado

... Excelentíssimas promotoras de justiça... é uma honra também trabalhar tendo Vossas Excelências na parte adversa... vocês são mulheres e será grande o embate obviamente pelo preparo e envergadura de Vossas Excelências... permeado por algo que é inerente ao júri e Eu amo... qual seja ... a paixão [[nós pela defesa e Vossa Excelência pela acusação... Receba as homenagens da Ordem dos Advogados do BRASIL.

Advogado

... já Eu vou agradecer a confiança depositada por meu constituinte VILELA... MEU AMIGO E ADVOGADO... pois acredito em sua inocência (advogado 2 olha para o réu) e tudo aqui farei para que hoje seja feito justiça no seu caso...

Advogado

... eh... senhores jurados... deixo para homenageá-los por último::: mas não que em último lugar aqui estejam... muito pelo contrário:: vossas Excelências são pessoas aqui mais importantes... verdadeiros heróis: cuja importância lhe foi outorgada pela Constituição Federal (advogado 1 levanta o lucro da Constituição Federal) ela que outorgou a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida...

Advogado

... ((respira fundo)) fato de estarem aqui hoje é prova de sua idoneidade... Rogo A DEUS que lhes deem sabedoria neste julgamento e que não sejam (açodados) no cair dar noite pelo balado da consciência...

Advogado

... oh... senhores jurados? o fato hoje em julgamento:: sem dúvida nenhuma... é um fato grave... quem o cometeu? ... meu cliente NÃO confessou o crime diante de Vossas Excelências:: veio aqui diante de Vossas Excelências e não se omitiu... DISSE APENAS A VERDADE... Explicou os motivos que os levaram a este infortúnio... SUA EX-NAMORADA QUE DISSE QUE TERIA O TRAÍDO COM O SEU MELHOR AMIGO... CAMILO.

Advogado

O QUE VOCÊ FARIA SE O AMOR DA SUA VIDA LHE TRAÍSSE COM O SEU MELHOR AMIGO? Bem... eu (rosos)... Meu constituinte estava com sua AMANTE na boate quando a vítima veio e injuriou meu constituinte... sim... chamou ele de CORNO ((plateia em risos)) ... a senhora Rita não satisfeita ainda desferiu um soco CONTRA A AMANTE DO MEU CLIENTE... claro que meu cliente estava sob o domínio da violenta emoção... uma causalidade:: senhores jurados... logo... se a vítima não tivesse injuriado e agredido o meu constituinte... nós nem estaríamos aqui? nada disso teria acontecido?... a defesa hoje veio apresentar a tese DA LEGÍTIMA DEFESA ... ELE COMETEU TAL CRIME, POR LEGÍTIMA DEFESA da sua honra e de si mesmo...

Advogado

Vou ler aqui o meu roteiro da defesa “Nos termos do art. 25 do Código Penal: Entende-se em legítima defesa quem...(usando) moderadamente dos meios necessários repele injusta agressão:: atual ou iminente... a direito seu ou de outrem... A VÍTIMA TAMBÉM AGIU COM FORTE VIOLÊNCIA E PARA TENTAR SALVAR A SUA VIDA... PRECISOU DEFENDER-SE:: Os senhores irão autorizar que o doutor juiz possa reduzir e dar justiça ao meu constituínte[[que não é criminoso... nunca teve qualquer passagem pela polícia... pelo contrário É UM ADVOGADO... tem um filho e é um cidadão exemplar da sociedade... repito: ELE NÃO É UM ASSASSINO DE MULHERES

Advogado

... façam justiça e autorizem a ABSOLVIÇÃO DO MEU CLIENTE... DESSE POBRE MENINO...Tenho a sensação, eh... nestes casos... que as soluções produzidas não são para sempre... [[os processos não são livros e sim... são a realidade... eh... a gente não resolve esse tipo de problema – é uma carga emocional muito grande ... eu digo... não tem como acreditar que tudo vai ficar maravilhoso... precisa de experiência de vida para julgar esses casos:: por isso que existe o Júri ... vocês... e não o juiz para fazer isso? ... bom... eu teria os discursos dos “crimes da paixão” destacam um enfoque na família:: nos papéis desempenhados por cada um (homem e mulher/pai e mãe) dentro da relação conjugal/familiar... esses aspectos da intimidade dos envolvidos... suas condutas... personalidades e de como era o relacionamento entre os envolvidos...

Advogado

ESSE FOI UM CRIME DE PAIXÃO? O QUE VOCÊ FARIA NO ÍMPETO DA EMOÇÃO? ((advogado 3 aponta para cada jurado)) ... então ((respira fundo)) ... os antecedentes não condenam? mas hoje vai ser decisivo para ESSE HOMEM QUE não TEM antecedentes... A prova que precisa para condenar um homem de bem é diferente da prova para condenar um facínora e O meu discurso é imparcial... essa jus-TI-ÇA não se aprende na faculdade por isso não precisa ser técnico... A vítima (neste caso) é uma fina ... agora me pergunto Por-que no dia anterior o réu e a vítima saíram juntos... eles AINDA ESTAVAM JUNTOS?

Advogado

RITA AMAVA VILELA E CAMILO[

[RITA QUERIA OS DOIS... ELA ERA UMA GARÇONETE DA MORTE?

A cara dela é de quem cuida de criança e de quem vai à Igreja (o que é muito nobre) Mas olhem bem PARA A FOTO DELA... se ela me convidasse para fazer alguma coisa eu iria ((risos))

Advogado

... finalmente... se eu tenho dúvida:: então não posso condenar e por isso que eu peço absolvição ... porque eu não tenho certeza [[nós temos a dúvida e a dúvida absolve... o réu (por ser homem) tem que ser condenado? por sua força física não poderia estar submetido a uma mulher? ((advogada 3 aponta para o réu)) esse homem tinha um sentimento de submissão à mulher... Rita... Não é a força física que determina:: ele sofria da força da mulher::nem tanto física... Ele era um apaixonado – ele diz “amém” a tudo - [[Ele era coagido por ela... E ela? Ela era segurança numa fábrica- ou seja, não era tão frágil assim ... olhem... a vítima, ã ERA UMA “moça tão puritana”? ... eu bem sei como é isso ((fica reflexivo)) Esse réu foi massacrado durante três anos por ela e ele sustentava ela... ele dava tudo o que ela pedia... Ela não parou de trabalhar porque ele quis... mas porque a fábrica quebrou... como mostramos as provas... ele nunca a agrediu:: ele não agiu por torpeza agiu sob o manto da violenta emoção- como resposta aos três anos de sofrimento que ele viveu – e de agressão que não era só física.. mas uma coação [[neste caso nunca existiu motivo torpe? quando se ama, SE AMA DE VERDADE... FAZEMOS LOUCURAS é PERDEMOS A SANIDADE

Advogado

PEÇO QUE OS SENHORES ABSOLVAM ESSE POBRE RAPAZ... Ele chegava bêbado em casa... ele chegava muitas vezes drogado ((risos))

Advogado pergunta a ex-namorada do réu

Você tinha muito medo? ((risos))

Testemunha

Não... só eu e as outras meninas que ele ficava também.

Advogado

E seu orgulho?

Testemunha

Eu não tinha um orgulho...no bairro e as outras moravam em outra cidade... ((testemunha chora))

Promotora

O que você fez com ele?

Testemunha

Não... nada... só aceitava.

Promotora

... então... você sabia que ele tinha um relacionamento com a Paula?

Testemunha

Não... eu não sabia::: depois eu comecei a descobrir através da minha amiga que morava no bairro... ele não me deixava sair de casa, sabia?

Promotora

e... você já denunciou ele alguma vez com ele?

Testemunha

... não... até porque ele me matou e aqui:: ele não deixava sair.

Promotora

... me diga uma coisa... ele te ameaçava?

Testemunha

... sim... ele me ameaçava muito quando eu falava pra ele que eu queria terminar:: porque eu já levantava o (rastro) ... aí ele me ameaçava:: eu precisava me ameaçar pra ele me perseguir e me matar até as vezes ele falava... ((choro)) (justamente) quando ele me abraçava

Promotora

... então... como você conseguiu sair desse relacionamento?

Testemunha

Tah... de um dia que eu fui para uma festa de uma amiga minha do bairro... e ali eu fui mas eu não conversei com ela:: mas teve alguns dias também que ele deixou eu sair... eu fui atrás de uma psicóloga [] foi o pescador que ajudou a sair do seu quarto (no meu calor)

Promotora

ele te perseguiu por dois anos?

Testemunha

... foi algumas vezes... mas como eu me tentava perseguir muito:: eu fui pra outra cidade pra morar umas linhas amigas e assim (tava) a perseguição

Promotora

Quanto tempo de novo? Novamente ele te perseguiu.

Testemunha

... hum... ele começou a querer um pouco mais depois de pouco, né? Doido... (perguntando) se não vai apagar? não... ela nunca (apaga)

Juíza

(vai) para o lugar de defesa... por favor.

Advogado

a senhor tem uma (prática) de psicólogo? e quando o (ensaio está), você vai trabalhar? a senhora procurou um psicólogo...

Testemunha

eu achei mais fácil buscar e (atender) o psicólogo:: depois de um tempo ele começou a ter comportamento tóxico e de alguns meses ele começou a mudar o (caminho) e me jogava comigo... as vezes chegava na casa (drogada) bebando vezes ia pra cima de mim... batendo em cima de mim... ((choro)) ele me (escocava) as vezes e as vezes me abusava também.

Promotora

Você encontrava suas amigas?

Testemunha

Não... nunca... ele tomava seu celular e (você) passou por cima no direito da sua mãe... porque precisaram de uma ajuda:: né? e foi com ele... um ano com ele.

Juíza

Vamos para o interrogatório do réu... traga aqui...

Juíza

Diga seu nome

Réu

Vilela da Silva

Juíza

Você cometeu o crime do qual é acusado?

Réu

Não... senhora

Juíza

... bem... lembrando que se você não quiser responder a minha pergunta:: tem o direito de ficar calado:: tá?

Juíza

Com a palavra a acusação...

Promotora

verdade que... (por fortuna) as seis horas da manhã do dia dezoito de novembro... então... a polícia foi acionada (nadaram) o seu próprio time

Promotora

E desejarem se (encarar)... correto?

Réu

... não

Promotora

Você está desmentindo o que você disse no seu interrogatório?

Réu

Oi?

Promotora

Você está desmentindo o que você disse no seu interrogatório?

Promotora

A senhora está desmentindo o que você diz no seu (jornal na hora)

Réu

Sim... senhora

Promotor

senhor... vamos ver essa prova que a perícia trouxe...um texto que é bem livre.

Promotora

Você apresentava as escoriações ou foi levado ao hospital ou ao médico?

Promotora

Como você explica isso?

Réu

Não entendi::

Promotora

Quando o senhor foi atendido:: apresentava alguns machucados e foi levado ao hospital ou ao médico? como você explica essa situação?

Réu

E quando me prenderam... disseram mostrar esse (macho)que tá ali... quando me prenderam:: bateram em minha testa e me acusaram e falaram que eu matei... sem que eu sou o (meu) matei.

Promotora

... mas no um interrogatório que você deu na delegacia? você falou que essas lesões foram causadas após você cair de moto na tentativa de fuga? ... então... você causou esses próprios ferimentos na tentativa de se (sustar) cortando os pulsos e só parou porque sentiu muita dor... correto? VO-CÊ desmentiu E mais uma vez o seu interrogatório... como podem ver... senhoras e senhores, o próprio pé, ela admite e... Ele admite, mas...Que **lindo!**

Promotora

... me diga então... por que você se relacionou com uma menoridade, hein? mesmo sabendo que isso é crime e que ela está em (prisão) entre 16 e 30 anos? O que é isso?

Réu

Eu não sei o que é isso... ela me disse que era maior de idade.

Promotora

você (conferiu) o delito em mensagem enviada para sua (emissora) através do WhatsApp correto? Como você explica as mensagens no (corpo) da moça encontrando no seu celular? o que foi aprendido com você?

Réu

Sim

Promotora

... tá... você confirma que está desmentindo? (desfalando) o que você falou no interrogatório contra a Bia?

Réu

Sim... a sua história é a verdadeira história:::

Promotora

Vejam isso... ele não tem palavra... as provas.. MENSAGENS... pecados... são/ tudo /falso... Como você ficou (a paz) no fim de um (alucinação)? Você perseguiu ela?

Réu

Não/o senho-ra.. EU BEBIA... mas não ao ponto de chegar a ficar louco como você está dizendo aí.

Promotora

Tá bem... me diga você se drogava?

Réu

Não... jamais/ senhora.

Promotora

Eu tenho aqui um laudo que você usava/ em jogo de drogas/Antes não tinha isso?

Réu

Sim/ senhora... EU NUNCA... NUNCA na minha vida gostei de-la. Isso aí/ eu nunca desconfiei. Também, meu melhor amigo, né? Nun/ca pensei que ia fazer/ isso comigo.

Promotora

... familiares e amigos de (irmãs) próximos falaram que o senhor é EXTREMAMENTE EXCESSIVO e silêncio com a garo-TA... senti assim... confiando em senhor... mas não ao ponto de chegar a fazer algo pelo meu/você não tinha o direito de sentir ciúmes mesmo estando com/outra pessoa? e não estando com você/ ele sabia que você se (alucinava) com ele nos dois momentos?

Promotora

... sim... senhor.

Juíza

Bom... advogados de defesa... por favor ((acena com as mãos))

Advogado

O senhor sabe o que está no celular? O senhor confirma que tem tomado o celular dela?

Réu

Não

Promotora

O senhor...Ela alega...O senhor...Fernanda alega que o senhor teve deixado ela em KTV quando o senhor ia trabalhar::: porque era muito tempo que o senhor::: trabalhava como advogado/ela não ia? ou o senhor tinha deixado ela ficar de casa meia... não sei o que é dela

Réu

Não... minha senhora

Réu

Olha... ela tava saindo demai... eu fiquei meio desconfiado:: eu pedi pra ela ficar saindo toda... e eu também trabalhava muito.

Promotora

Você chegou a conhecer a família dela?

Réu

Hum... só a mãe/ nunca ameaçou e eu fui daí que minha mulher ficou com o problema...sim, mas era por causa do ciúmes que eu tinha/só de vista::: ela trai você com seu melhor amigo... certo? E antes disso/ ela dava algumas notícias sobre o seu nome e...eem, ela começou a sair muito::: né?

Juíza

A acusação tem 10 minutos para o seu discurso de réplica.

Promotora

Bom dia... excelentíssima juíza

Promotora

... então... Rita/ Maria/ Marilene... são notícias todos os dias... até quando?

Promotora

Dados mostram que o Brasil é o quinto país com maior número de/ 35 mil mulheres.

Promotora

Igual...

Promotora

a esse (com) o governo... esse governo conservador/ que odeia as mulheres/ esses números só vão aumentando a cada dia...

Promotora

... vejam as provas acostadas aos atos demonstram que... segundo o querido político:: o senhor Vilela/ (ordinário) da Silva cometeu o crime disposto no artigo 121 do Código Penal contra a adolescente Rita Maria dos Santos/ de 15 anos de idade/ que conta também que além do crime do incidente/ ele cometeu o crime disposto no artigo 241 do Artigo X da ECA.

Promotora

Bom... foram (apreendidos) o veículo/ é utilizado na fuga e uma/ arma do crime

Promotora

... e bom... esse é o nosso cenário.

Promotora

cenário violento e que/ ainda é mais marcante para as mulheres... né?

Promotora

Porque/ AFINAL/ que direito é esse?

Promotora

... de e morrer/ por quem dizia que amava?

Promotora

Como a Rita... que morreu.

Promotora

... também como a Fernanda que foi agredido durante o relacionamento?

Promotora

... bom... excelentíssimos juízes/ a justiça está na mão de vocês.

Promotora

treze anos... condenem o dele/ esse homem violento e bruto.

Promotora

...porque a prisão dele será com que amanhã eu/ nós e outras mulheres não sejam mais uma vítima dele.

Promotora

... então... eu quero que vocês SEJAM FELIZES com a história dela.

Promotora

não ser só mais uma MANCHETE no público e mercado de assuntos.

Promotora

Obrigada a todos.

Juíza

Os advogados com a réplica... por favor.

Advogado

aplausos...aplausos

Advogado

... no momento do crime/ ao contrário do que alega a acusação/ meu constituinte estava sob o domínio da violenta emoção.

Advogado

logo após a INJUSTIÇA E INJUSTA/ provocação da vítima/ sua ex-namorada.

Advogado

que disse que o teria um traído com seu melhor amigo Camilo?

Advogado

O que você faria se o AMOR DA SUA VIDA lhe traísse com seu melhor amigo?

Advogado

Meu constituinte estava com sua irmã na boate::: né?

Advogado

Quando a vítima veio/ INJURIOU meu constituinte.

Advogado

e não satisfeito/ ainda desferiu um soco contra a irmã do meu cliente.

Advogado

meu cliente estava sob o DOMÍNIO DA VIOLENTA EMOÇÃO.

Advogado

Causalidade... senhora jurada? ((aponta para uma jurada))

Advogado

Se a vítima não tivesse injuriado e agredido meu constituinte... nada disso teria acontecido?

Advogado

Nos termos do artigo 25 do Código Penal vou ler aqui “entende-se em legítima defesa que, usando moderadamente os meios necessários, repele injusta a ação atual ou iminente a direito seu ou de outro.”

Advogado

A vítima também agiu com forte violência e/ para tentar salvar a sua vida...precisou DE-FEN-DER-SE.

Advogado

Os senhores irão autorizar que o doutor juiz possa reduzir e dar justiça ao meu constituinte?

Advogado

Que não é um CRIMINOSO e nunca teve qualquer passagem pela polícia...

Advogado

Pelo contrário... é um advogado... tem um filho::: e um cidadão exemplar da sociedade/

Advogado

Ele não é um ASSASSINO DE MULHERES.

Advogado

façam justiça e autorize a absolvição do meu cliente...desse pobre menino...certo?

Advogado

tenho a sensação que/ nesses casos/ as soluções produzidas NÃO SÃO PARA SEMPRE.

Advogado

... os processos não são livres/ são a NOSSA realidade.

Advogado

A gente não resolve esse tipo de problema... tá? é uma carga emocional muito grande... não tem como acreditar que TUDO VAI FICAR MARAVILHOSO. Os discursos dos crimes de paixão destacam a intimidade desenvolvidas e suas / personalidades e de como era o relacionamento entre os envolvidos...

Advogado

Esse foi o crime de paixão....O que você faria no lugar dele, hein? Sua honra e seu casamento em jogo.

Advogado

Como já disse a vítima não era uma criança e de quem vai à igreja ELA ERA A GARÇONETE DA MORTE.

Advogado

Se eu tenho dúvida... então... não posso condenar ... que eu PEÇO A ABSOLVIÇÃO... porque eu não tenho certeza PEÇO QUE OS SENHORES ABSOLVAM ESSE POBRE RAPAZ ((aponta para o réu))

Juíza

... então, os senhores jurados estão habilitados a julgar ou precisam de mais esclarecimentos?

Juíza

O réu deve ser absolvido?

Juíza

Respondam SIM ou NÃO...

(Oficial de justiça passando com as cédulas de votação)

Sim ou não?

Juíza

Sim ou não? ((contagem das cédulas de votação pelo oficial de justiça))

((oficial de justiça passa o resultado para a juíza))

Oficial de justiça

... A todos os presentes que FIQUEM DE PÉ para a leitura da sentença...

Juíza

...irei ler o teor da sentença “Considerando que o egrégio conselheiro... conselho de sentença... por MAIORIA DOS VOTOS... ao responder o primeiro quesito/ reconheceu que Vilela Honório Silva::: qualificado na denúncia no incurso da sanção prevista no artigo 121 do Código Penal, na madrugada entre os dias 17 e 18 de setembro de 2020/ por volta das meia-noite/ nas margens da rodovia das proximidades do Colégio Padre Hildon Bandeira/ na cidade de João Pessoa, Paraíba”

Juíza

“O acusado acima qualificado matou sua namorada por MOTIVO TORPE consistente em sentimento de posse que o réu nutria em relação à vítima/ bem como pelo inconformismo que a traição com seu melhor amigo/ Camilo/ o fim do relacionamento amoroso e o fato desta haver-lhe falado que havia se relacionado com outra pessoa”

Juíza

“Isto oposto e considerando a vontade soberana do Tribunal Popular do Júri... DECLARO por sentença a PROCEDÊNCIA TOTAL DA PRETENZA PUNITIVA ESTATAL/ por fim de condenar o réu Vilela Honório Silva/ o doutor/ definitivamente qualificado dos atos... como incurso na pena do artigo 121 do Código Penal- a pena abstrata do delito amplificado no Código 21, a 12 a 30 anos de reclusão- analisando as circunstâncias judiciais fixo-lhe a pena base em 16 anos de reclusão”

Juíza

Então... após o trânsito em julgado/ lance-se o nome do réu no rol dos culpados/ espece-se guia de execução criminal definitiva e procedam-se as comunicações do estilo e artigo.

Juíza

Dou esta por lida e publicada no plenário do Tribunal do Júri e dela intimadas as partes agora em juízo.

Juíza

Encerro a plenária do Egrégio Tribunal Popular do Júri, da comarca do Padre Hildon Bandeira.

Juíza

Agradeço as doutoras promotoras de justiça e aos doutores de defesa pelo comportamento e pelas palavras a mim dirigidas...

Juíza

Agradeço também a polícia militar/ aos servidores desta casa/ ao público presente e finalmente agradeço aos senhores jurados pela presença e pelo cumprimento do dever de vocês...

Juíza

Esta é (ceRrada) a sessão

Juíza

Agradeço...